III COLÓQUIO DE PSICANÁLISE COM CRIANÇAS

10 E 11 DE OUTUBRO DE 2014 NO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

O DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE COM CRIANÇAS do Instituto Sedes Sapientiae, promoveu nos dias 10 e 11 de outubro de 2014 o **III COLÓQUIO DE PSICANÁLISE COM CRIANÇAS: Onde está o pai? Desafios da atualidade na clínica com crianças.** Não é nova a discussão sobre o declínio do lugar do pai e/ou da função paterna na psicanálise contemporânea. Diante das novas dinâmicas de estrutura familiar e de uma sociedade que impõe novas formas de subjetivação, como pensar esta questão na clínica com crianças?

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ada Morgenstern
Clarissa Ferreira Martins
Fernanda Fazzio
Fernanda Ferrari Arantes
Flávia Blay Levisky
Julia Eid
Leonor de Carvalho Franco
Ligia P. Silber Rabinovitch
Maria Engracia Perez
Patrícia Vaz Prudente Correa

COMISSÃO CIENTÍFICA

Bernardo Tanis
Daniela Teperman
Deborah Sereno
Renata Guarido
Maria Cecilia Pereira da Silva

SUMÁRIO

PALESTRANTES

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO: ONDE ESTÁ A INCLUSÃO? | **Clarissa Metzger** 6

AS CRIANÇAS ENTRE OS LAÇOS FAMILIARES E AS JANELAS VIRTUAIS | **Julieta Jerusalinsky** 11

ASSASSINATO E SOBREVIVÊNCIA DO PAI | **Marion Minerbo** 18

DE UM SEMBLANTE DE SABER PATERNO E DE SUAS RELAÇÕES COM O DESAPARELHAMENTO DA EDUCAÇÃO DE SUAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE | **Flavia Vasconcellos** 24

TRABALHOS

ONDE ESTÃO OS PAIS DA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS | **Adela Stoppel de Gueller** 30

PENSANDO COM WINNICOTT: E O PAI? | **Alba Lucia Reyes de Campos e Lia Pitliuk** 36

CRIMES EM "LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA" – O PAI COMO UM ASSASSINO QUE ALEGA SER O PROTETOR DA HONRA DA FAMÍLIA | **Alberto Luiz Rodrigues Timo e Izabela Dias Velludo Roman** 40

UM PAI ENTRE MUITAS MÃES | **Alessandra Cássia Leite Barbieri e Lindilene Toshie Shimabukuro** 45

E O PAI O QUE TEM A VER COM ISSO? | **Ana Carolina Afonso Lima Dias** 46

A CONSTRUÇÃO DO CASO CLÍNICO | **Andrea Gabriela Ferrari e Giovana de Castro Cavalcante Serafini** 47

AS AVENTURAS DO AVIÃO VERMELHO: UM SONHO DE POTÊNCIA E REPARAÇÃO 51
Arianne Monteiro Melo Angelelli

A ESCOLA COMO ESPAÇO APTO AO OLHAR, À ESCUTA E À INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA 55
Belizia Aben-Athar Barcessat

O LUGAR DO PAI NA SELETIVIDADE ALIMENTAR INFANTIL | **Carolina Escobar de Almeida Prado** 56

"– SHIU! FICA QUIETA!": QUANDO NINGUÉM PODE DESEJAR 60
Caroline Gomes Mortagua e Juliane Agnes Alves de Mello Souza

O QUE DIZER DO PAI EM UMA PRODUÇÃO INDEPENDENTE? | **Caroline Geocze** 61

PAI PERVERSO: REVERBERAÇÕES IDENTIFICATÓRIAS | **Cassandra Pereira França** 62

ABUSO SEXUAL INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE NO CAMPO JURÍDICO 66
Christiane Laurito Costa

INFANTIL: UMA PROPOSTA DE ESCUTA E DE INTERVENÇÃO PRECOCE PAUTADAS NA ÉTICA DA PSICANÁLISE | **Cristina Keiko Inafuku de Merletti** 73

BEBÊS, CRIANÇAS E SEUS PARES: A PARTICIPAÇÃO DO PEQUENO SEMELHANTE NO DESENVOLVIMENTO E NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA | **Daniel Kazahaya** 74

ADOLESCÊNCIA SEM PAI | **Daniele John** 80

CUIDADOS PRIMÁRIOS NA CLÍNICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL 86
Cassandra Pereira França e Danielle Pereira Matos Rabelo

PSICANÁLISE ITINERANTE | **Débora de Mello** 90

NÃO TEM HOMEM NÃO?! | **Denise de Sousa Feliciano** 91

A ADOÇÃO E A ESCUTA PSICOLÓGICA: GRUPOS COM PAIS E FILHOS POR ADOÇÃO 92
Denise Sanchez Careta e Ivonise Fernandes da Motta

EM NOME DO PAI E (OU) DO FILHO? | **Eduardo Almeida Prado e Patrícia Fraia** 96

POIS EU TENHO DOIS PAPAIS! – UMA HISTÓRIA DE ADOÇÃO HOMOPARENTAL 100
Érica Silva Do Espírito Santo

DO PAI E DO TEMIDO GALO – DA AMEAÇA DE CASTRAÇÃO À VIVÊNCIA REAL 105
Eugênio Canesin Dal Molin e Thiago Abrantes

A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA PATERNA EM FAMÍLIAS QUE A MÃE TRABALHA FORA: A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES A PARTIR DO DESENHO DA FAMÍLIA COM ESTÓRIA 110
Fabiana Mara Esteca e Audrey Setton Lopes

O LUGAR DO PAI NOS PRIMÓRDIOS DA ESTRUTURAÇÃO DE UMA NEUROSE OBSESSIVA _____ 114
Fernanda Arioli Heck

MATEUS, FILHO DO POPE | **Fernanda Sofio** _____ 119

VIVÊNCIAS DE FUNCÃO PATERNA VIA O BRINCAR | **Flavia Romero Luz Pejon** _____ 125

O "B" MUDO | **Flávia Steuer** _____ 126

DO PAI ABSOLUTO AO PAI SEM GRAVIDADE | **Grace Lagnado** _____ 127

O PLANTÃO PSICOLÓGICO COM CRIANÇAS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ESCUTA ANALÍTICA NA COMUNIDADE | **Helena Julio Rizzi, Julia Leis Vilela Baggio Livia Chaud Albano e Nathalia Lima Loiola** ___ 131

A RUPTURA COM A FIGURA DO PAI DIANTE DA ACUSAÇÃO DE PEDOFILIA _____ 136
Isabella Ferraz Lacerda de Mello

AS PESQUISAS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DIRECIONADAS AO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL _____ 137
Profa. Dra. Ivonise Fernandes da Motta

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA COMO POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO SOCIAL_ 142
Izabela Dias Velludo Roman e Alberto Luiz Rodrigues Timo

O QUE É UM PAI? CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE PATERNIDADE E FUNÇÃO PATERNA ___ 146
Cristiane Palmeira de Oliveira Barreto e Izabella Paiva Monteiro de Barros

ENCONTROS ENTRE O LUGAR DO PAI E O LUGAR DO ANALISTA NA ANÁLISE DE UMA CRIANÇA _____ 151
Julia Eid

RECONSTRUINDO A FIGURA PATERNA COM MASSA DE MODELAR _____ 152
Laura de Albuquerque Maranhão Pereira de Sousa

QUE SOLUÇÃO PARA UM SUJEITO AUTISTA? | **Maíra Barroso Leo** _____ 153

A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS DIANTE DA JURIDICAMENTE NOMEADA "ALIENAÇÃO PARENTAL" | **Lorena Bitar e Marcia Porto Ferreira** _____ 158

ONDE ESTÁ O PAI? A DANÇA DAS CADEIRAS... | **Maria Dias Soares do Amaral** _____ 159

SUJEITOS EM TRÂNSITO | **Daniela Danesi e Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)** _____ 165

A MENINA QUE NÃO PODIA CRESCER | **Maria Fernanda Liberato Beduschi** _____ 166

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE FAMÍLIAS COM QUADRO DE VIOLÊNCIA REALIZADO EM INSTITUIÇÕES: A IMPORTÂNCIA DO MANEJO DE SETTING | **Marjori de Lima Macedo** _____ 167

A FUNÇÃO PATERNA EM UMA FAMÍLIA DE MULHERES: UMA OBSERVAÇÃO PSICANALÍTICA _____ 172
Marjorie Vieira Yanagihara

E QUANDO NÃO HÁ LEI/PAI?IMPLICAÇÕES E EFEITOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA NA CRIANÇA | **Marta Gonçalves Gimenez Baptista** _____ 176

WINNICOTT E O PAI NO INÍCIO DE VIDA DO BEBÊ– RELATOS DO PROCESSO DE TORNAR-SE PAI ____ 180
Mônica Camasmie Dib

A FUNÇÃO PATERNA NUM CASO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA _____ 184
Nadia Regina Prando

FUNÇÃO PATERNA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTRIBUIÇÕES DE D.W. WINNICOTT _____ 190
Robson Thiago Barbosa Nakagawa, Denise Sanchez Careta e Ivonise Fernandes da Motta

EM TORNO DO CONCEITO LACANIANO DE DECLÍNIO SOCIAL DA IMAGO PATERNA _____ 195
Rodolpho Ruffino

SER (HOMEM) NA VIDA: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E PATERNIDADE _____ 199
Sandra Ungaretti

O TRABALHO CLÍNICO COM UM CASO DE NEUROSE DE COMPORTAMENTO FAMILIAR, A IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS TRANSGERACIONAIS E A DESMEDICALIZAÇÃO DA VIDA _____ 204
Wagner Ranña

PALESTRANTES

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO: ONDE ESTÁ A INCLUSÃO?

Clarissa Metzger

RESUMO

No presente trabalho, apresento e justifico a ideia de que o Acompanhamento Terapêutico pode ser entendido como uma tática do psicanalista, orientando-se pela ética da Psicanálise tal como proposto por Lacan (1958) como ética do desejo do sujeito do inconsciente.

Partindo dessa proposição, discuto os possíveis posicionamentos do acompanhante terapêutico1quando é chamado a trabalhar na inclusão escolar de crianças psicóticas. É preciso interrogar até que ponto a inclusão da criança psicótica é possível e mesmo desejável e, por outro lado, há que se pensar as consequências da dita inclusão no que tange à tentativa de tamponamento do furo do saber institucional por parte da escola que pede um AT.

PALAVRAS-CHAVE: Acompanhamento Terapêutico, Jacques Lacan, Ética, Inclusão escolar.

Pretendo fazer um percurso em minha fala que justifica a ideia de que o AT é uma tática do Psicanalista para em seguida interrogar a presença do AT na inclusão escolar com crianças e adolescentes psicóticos e algumas de suas possíveis consequências.

Minha ideia é interrogar essa presença desde a ideia, construída a partir da supervisão de vários casos de AT na escola no decorrer dos últimos anos, de que existem modalidades de intervenção diversas por parte do que se chama atualmente de AT. Minha intenção é empreender essa discussão tomando o AT como tática da Psicanálise[2] e para efeitos didáticos, dividirei em duas as possibilidades de intervenção do AT tomando a teoria psicanalítica como referência. Essa divisão se pauta em uma diferença de posicionamento ético que terá consequências no trabalho. Em uma delas, o acompanhante terapêutico pode funcionar como uma intervenção mais ou menos pontual que problematiza a presença de uma criança com diagnóstico de psicose na escola. Na outra, o AT pode ser convocado a tamponar uma falta institucional ligada à presença de uma criança psicótica na sala de aula.

Nesse sentido é que a presença da pergunta que dá nome a esse colóquio se apresenta em minha fala: se o Nome-do-Pai é o garante da castração, podemos perguntar onde está o Pai nessa acepção quando o AT é utilizado para empreender uma negação da castração, ou seja, vai na direção oposta da política da falta-a-ser proposta por Lacan e responde desde uma posição fálica, completando a escola e velando uma falta institucional.

TÁTICA, ESTRATÉGIA E POLÍTICA

Retomarei aqui brevemente uma concepção possível do que é o AT. Não a única, na medida em que o AT não é propriedade de nenhuma linha teórica, mas aquela a partir da qual trabalho e que busco transmitir. É a partir do referencial teórico de Freud à Lacan que proponho o AT como uma tática da Psicanálise. Inspirado em Clausewitz, general prussiano do século XIX, grande teórico da guerra, Lacan estabelece três níveis para a intervenção do psicanalista: os níveis da tática, da estratégia e da política.

O primeiro deles é aquele no qual o psicanalista é mais livre e que chama de tática. Dentro do campo da guerra, segundo Clausewitz, a tática refere-se as decisões e considerações referentes ao confronto, no que

1 Utilizamos no presente texto as abreviações at para referir o profissional acompanhante terapêutico e AT para designar a prática do Acompanhamento Terapêutico.

2 A proposição do AT como tática do psicanalista, bem como as principais ideias apresentadas no item Tática, estratégia e política foram extraídos do texto "Acompanhamento Terapêutico: tática, estratégia e política" de Metzger, C. e Estevão, I.R., a ser publicado na Revista Peste.

tange ao emprego das forças. Nesse sentido, pode-se dizer que Lacan pensa a tática no nível de cada encontro, de cada sessão. Como encontramos naquele que é talvez o texto mais clínico de Lacan, *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, (1958), a tática comporta a dimensão da interpretação, e é o ponto no qual, segundo Lacan, o analista é mais livre quanto ao momento, ao número e também escolha de suas intervenções, de tal modo que a regra pareça ter sido inteiramente ordenada para não atrapalhar em nada seu trabalho de executante (Lacan, 1958 p. 594). Assim, o tempo de duração da sessão, por exemplo, pode ser variável, de acordo com o cálculo clínico do analista em cada caso. Do mesmo modo, o corte da sessão é uma tática do Psicanalista, bem como o uso que o analista pode fazer de um determinado tom de voz, do riso, do silêncio, da interpretação e assim por diante.

Essa proposição lacaniana mostra que não se trata, na clínica, de fixar modos de intervenção padronizados. O analista é livre para estabelecer como intervir, a partir de seu cálculo clínico. O setting analítico, por exemplo, pode – e deve - ser criado levando em conta a singularidade de cada analisando. As interpretações e o modo de coloca-las em cena também serão diversos, tão diversos quanto são os analisandos. Todavia, como garantir que haja algum rigor clínico em intervenções que não tem nenhum tipo de padrão? É aí que entram em jogo os outros dois níveis.

Em um patamar logo acima da tática, no que diz respeito a uma liberdade decrescente, encontramos a estratégia. A estratégia, na acepção de Clausewitz diz respeito ao objetivo final da guerra, que envolve o conjunto das batalhas e que visa atingir o que é da ordem da política da guerra. No âmbito da estratégia, o psicanalista também é livre, embora em menor medida, já que a estratégia implicaria no manejo da transferência, com vistas a fazer surgir o inconsciente em suas manifestações. Nesse sentido, embora tenha ampla liberdade quanto às suas intervenções no nível da tática, na estratégia o analista necessariamente levará em conta os efeitos transferenciais dessas mesmas intervenções. Desse modo, sua liberdade será reduzida, pois a ação seguinte no nível da estratégia dependerá dos efeitos transferenciais causados no sujeito da ação anterior do analista.

Ambas, tática e estratégia tem sua liberdade subordinada ao terceiro patamar, chamado política. Nesse nível, a margem de liberdade é consideravelmente reduzida. A política estabelece os objetivos a serem alcançados, a direção a ser seguida. Clausewitz dirá que a própria guerra é a extensão da política por outros meios. Dito de outro modo, a guerra é o meio, a política fixa os fins. (Checchia, p. 159). Lembremos que a política da Psicanálise é, como afirma Lacan, a sua ética. Ou seja, o psicanalista é aquele que se orienta e trabalha em direção à ética da Psicanálise. Em relação a essa direção ética, não há liberdade; não há negociação nem flexibilidade quanto à ética que norteia a Psicanálise.

Mas no que consiste afinal a política da Psicanálise, ou sua ética?

O que está em jogo nela é escutar o sujeito ao invés de dar relevo ao Eu, ou seja, trata-se de supor que há um sujeito que não se revela nas manifestações da consciência. Pelo contrário, esse sujeito se revela como separado do Eu, evidenciando uma lógica própria, que podemos chamar de lógica do inconsciente e que surge justamente nas brechas do Eu. Desse modo, o sujeito se revela nos sonhos, chistes, atos falhos e sintomas no caso da neurose. No caso da psicose, como no sujeito psicótico o inconsciente está a céu aberto, suas manifestações são constantes, embora não nos mesmos fenômenos que observamos na neurose. Os delírios e as alucinações são as manifestações mais evidentes do inconsciente a céu aberto na psicose.

Embora haja diferenças na tática e na estratégia, levando em conta as três diferentes estruturas, neurose, psicose e perversão, a ética da Psicanálise será sempre a mesma, orientada para a escuta do sujeito do inconsciente e de seu desejo correlativo.

Do mesmo modo que ocorre em uma psicanálise no consultório, o AT implica o manejo da transferência que tem como norte ético o sujeito do inconsciente. Se o que define a Psicanálise é a escuta do sujeito do inconsciente, desde a transferência e a orientação a partir de uma ética específica, a ética da Psicanálise, então o AT pode ser uma clínica psicanalítica tão legítima quanto, por exemplo, a clínica do consultório particular. O mesmo raciocínio pode sustentar a existência da clínica psicanalítica nas instituições, como hospitais, hospitais-dia, ambulatórios etc.

Essa precisão é importante na medida em que retira o acompanhante terapêutico da posição de mero "fazedor", daquele que fica vinculado, por vezes até mesmo no imaginário dos próprios profissionais de saúde mental e educação, à ideia de alguém que deve sair com o acompanhado e/ou realizar atividades diversas seguindo a orientação que alguém – a família, o psiquiatra ou a instituição – julgue pertinente. Minha proposta é que, diferente do que se pensava uma ou duas décadas atrás, não é o "fazer" que define o AT, assim como o AT também não é definido por ser um profissional que segue as orientações de um especialista que lhe chame para acompanhar determinado caso. O que definiria o AT seria uma direção ética do tratamento que empreende – e que pede do at, por sua vez, uma formação teórico-prática correlativa a essa ética.

Nessa proposta, o at seria um clínico. Então, como articular a vocação clínica com a atuação em espaços institucionais, e – mais ainda – em espaços institucionais diversos, com suas peculiaridades, como é o caso da escola? O AT orientado pela ética da Psicanálise pode continuar usando as saídas e a realização de certas atividades, sem dúvida. Pode também trabalhar em diferentes espaços institucionais e extra-institucionais. Do mesmo modo, o AT pode estar em constante diálogo com os outros profissionais envolvidos no tratamento de seu acompanhado, bem como a família deste. *A vocação clínica do AT estará garantida desde que todas essas características do trabalho e outras que possam se apresentar, estejam subordinadas à escuta do sujeito do inconsciente como horizonte ético.*

AT E INCLUSÃO

Pois bem, dada a ética da Psicanálise como norte para o AT, que se configuraria então como tática da Psicanálise, como o acompanhante terapêutico pode operar nas escolas, no trabalho de inclusão?

Antes de tudo, é bom lembrar para o que o termo inclusão pode apontar. Como destaca Voltolini, facilmente "inclusão marca mais uma palavra de ordem do que um conceito que circunscreve um campo." (Voltolini, 2014 p. 128) Em uma sociedade na qual a inclusão se transformou em lei, é corriqueiro que seja transformada em slogan e que a palavra de ordem suplante a liberdade de avaliação daquilo que deve ser incluído e de como pode se dar a inclusão. Como evitar que a inclusão se transforme em injunção?

No que diz respeito à psicose, não podemos esquecer que a exclusão é estrutural. Em outras palavras, uma vez que houve a foraclusão do Nome-do-Pai, ocorrência que determina a estrutura psicótica, o sujeito psicótico está fora do laço social. A foraclusão do significante Nome-do-pai é o mesmo que a foraclusão do significante da castração do Outro. O Nome-do-Pai adviria como resultado da passagem pelo Édipo e sua não ocorrência determina que o psicótico está fora da norma fálica, que organiza os sujeitos neuróticos no laço social. Soma-se a isso a tendência do laço social em excluir esse sujeito que causa muitas vezes horror ao exibir seu inconsciente a céu aberto, que o leva a proferir ditos e realizar atos que por vezes fazem com que os demais se afastem. É comum que os psicóticos revelem e insistam justamente naquilo que os neuróticos não querem saber e que é da ordem do saber inconsciente recalcado na neurose. De forma sucinta, podemos dizer que vem daí a tendência das sociedades regidas pelos ideais neuróticos em excluir os psicóticos de seu convívio. Em suma, na exclusão do psicótico, junta-se a fome com a vontade de comer, exclusão estrutural do psicótico e exclusão do psicótico por parte do laço social.

Por outro lado, há a aposta de que a inclusão pode beneficiar tanto ao psicótico, que poderia buscar então uma forma possível de enlaçamento social através da escola, quanto às demais crianças, que poderiam ser provocadas em seu interesse pela diferença ao se depararem com o desafio de alguma forma de inclusão do psicótico.

Pois bem, uma vez que saibamos da tendência à exclusão por um lado e da importância da inclusão por outro, quem define o que é desejável e mesmo possível incluir?

Sem dúvida, isso deve passar pela escuta do sujeito acompanhado. Caso contrário, não seria a inclusão um modo de apagamento da diferença do psicótico e sua consequente adaptação ao ideal neurótico de escolarização? E nesse caso, supostamente o maior interessado na inclusão, o sujeito psicótico, não ficaria justamente de fora frente à obrigação de ser incluído? A inclusão será sempre parcial, uma vez que estamos nos

referindo a uma estrutura exterior à norma fálica. Que laço será possível é uma questão individual, que dependerá do sujeito de que se trata e da escola em questão. Seja como for, não é possível esperar do sujeito psicótico que ele seja um aluno exemplar nos parâmetros neuróticos. Isso não significa a ausência de talentos, mas sim a importância de se abrir mão, no que tange à psicose, de ter como único crivo de avaliação o ideário neurótico e seus parâmetros.

Nesse ponto, como anunciei pouco antes, podemos pensar em duas maneiras diferentes e até opostas do at estar presente na escola.

Em uma delas, o AT problematiza a presença de um sujeito psicótico na escola com suas intervenções. Me parece que é o que ocorre no exemplo de uma criança de 8 anos de idade na escola pública que só fazia contato com seus colegas de classe empurrando e batendo neles. A intervenção da at foi capaz de permitir às crianças interrogar a ação, ao invés de apenas se afastar da criança ou bater de volta. O bater e o empurrar passaram a ser entendidos como pedidos de aproximação e a crianças se esforçavam por propor outras maneiras de fazê-lo que lhes fossem mais aceitáveis, o que teve efeitos interessantes. A criança psicótica, por sua vez, passou a apelar para um outro tipo de contato corporal, bem como a verbalizações eventuais.

Em uma outra situação, o at é chamado a acompanhar uma criança durante toda sua permanência na escola ao longo da semana. Sua presença maciça junto do acompanhado provoca um curto-circuito que obriga o at a repensar sua presença e seu modo de intervenção. Ainda que o at possa aceitar uma demanda como essa, de AT em tempo integral na escola, há que se perguntar se e de que modo é possível realizar uma intervenção de AT tal como propomos aqui no contexto de presença constante, pedido que não é raro. Sem saber como empreender a famigerada inclusão, a escola com alguma frequência, busca contratar ou indicar que a família da criança contrate um profissional que supostamente saberia como incluir e como lidar com a criança psicótica. No entanto, aceitar esse pedido não poderia nos fazer incorrer em um tamponamento do não-saber institucional? Tamponamento que se daria pela adesão ao discurso do mestre ou do universitário e não pelo discurso do analista: o at seria um especialista contratado que saberia sobre o psicótico, sem que a escola precisasse de deparar com seu não saber, sua falta. Lembremos que, no discurso do mestre, a verdade do sujeito do inconsciente é justamente o que está barrado, ou seja, o trata-se de um discurso que não quer saber do inconsciente. No discurso do universitário, há a produção de um saber, mas não há sujeito.

Se o at é aquele que se dedica exclusivamente à inclusão da criança psicótica, ele pode facilmente desobrigar todos os outros a se depararem com os desafios que sua presença acarreta: professores, colegas, coordenação, direção, funcionários não precisam se ocupar com esse estranho no ninho, já que o at está aí justamente para isso. Essa me parece ser a maior armadilha do AT na escola: o AT como prestador de serviço. Se há alguém contratado e pago para se ocupar exclusivamente de uma criança psicótica, é possível que não haja inclusão, mas sim exclusão desde o lado de dentro, que nada mais é do que replicar a exclusão do psicótico do laço social, ainda que ele esteja todos os dias na escola. Por essa via, a criança psicótica e a inclusão não colocam questões e desafios para os outros agentes da escola. Por outro lado, se faz uma dupla indissociável com o psicótico, se o acompanha de perto para todo lado na escola, o at só reproduz a posição de Outro que o psicótico vem completar, em uma posição de assujeitamento. Assim, não permite que a criança psicótica tenha oportunidades de se haver com as solicitações e propostas de outros agentes da escola.

Não é raro que no AT acolhamos pedidos variados e trabalhemos a partir deles. O pedido de AT por todo o período letivo para uma criança não é exceção. Entretanto, cabe pensar de que modo o at pode se posicionar para não cair na armadilha de, com sua presença, apenas manter a exclusão. Intervir a partir da política da falta-a-ser é uma maneira de não se deixar levar pelo engodo do AT como prestador de serviço que sustenta o discurso do mestre e do universitário. Retirar-se da cena, mesmo que esteja na sala de aula; propor perguntas sem responde-las aos diversos agentes da escola, abrindo um hiato; mediar situações sem se identificar totalmente seja com o acompanhado seja com a instituição podem ser formas de colocar a castração como motor da inclusão e assim construir uma presença menos maciça que aponte inclusive na direção da possível ausência do at no futuro. Foi nessa direção que a at do caso trabalhou, permitindo que outros fossem convocados, à medida em que não mais permanecia todo o tempo ao lado do adolescente que acompanhava, à medida em que abria espaço, ausentando-se de determinadas cenas.

É possível dizer que, embora se trate do acompanhamento terapêutico de um sujeito, o profissional at precisa se posicionar em um "entre" que permita ao seu acompanhado e aos outros agentes da escola lidarem com as questões que emergem, eventualmente mediando as questões, mas não as resolvendo no lugar do sujeito.

A inclusão, na escala que vem sendo feita, é recente e realiza-la não é tarefa simples. É nesse sentido que cabe, por um lado, reconhecer os esforços daqueles que pensam e buscam realizar a inclusão lançando mão para isso de diferentes figuras, como acompanhante pedagógico, tutor ou acompanhante terapêutico. Todavia, é importante por outro lado delimitar o que definiria cada uma dessas figuras e o que poderia fazer o acompanhante terapêutico nos ditos casos de inclusão.

O AT, tal como proponho aqui, está norteado pela escuta do sujeito. Portanto, abordar o conteúdo curricular não pode ser o objetivo principal em seu trabalho e talvez haja mesmo situações em que esse conteúdo seja totalmente externo ao trabalho do at. Do mesmo modo, o at não pode ter como meta que seu acompanhado se comporte bem na sala de aula. O primeiro desses talvez seja o ponto que diferencia o at dos outros dois profissionais aqui referidos, o tutor e o acompanhante pedagógico: embora possa em certas situações auxiliar com lições e tarefas escolares em geral, isso só deveria ocorrer na medida em que tal auxílio estivesse subordinado à direção do tratamento, que é indicada pela ética da escuta do sujeito do inconsciente.

Por outro lado, não podemos esquecer que a inclusão da psicose sempre irá se deparar com obstáculos. O desafio não é que o sujeito psicótico seja plenamente incluído na escola, até porque a psicose, com sua singularidade de formas de gozo, com seus delírios, faz barra à inclusão total. Por outro lado, como já dissemos, o laço social faz barra à psicose em certa medida. A ética da Psicanálise como política da falta-a-ser aponta para uma inclusão não-toda que permita o enlaçamento possível e não a inclusão ideal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHECCHIA, Marcelo. *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Psicologia Clínica do IP/USP, 2012

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958) in *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1998

VOLTOLINI, Rinaldo. Os fora-do-discurso podem ser incluídos? Desafios da educação inclusiva in *Retratos do mal-estar contemporâneo na educação*. VOLTOLINI, R. (org.) São Paulo, Escuta/FAPESP, 2014

Clarissa Metzger
Psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Curso de Formação em Acompanhamento Terapêutico do Instituto A Casa. Coordenadora e supervisora clínica da Equipe Hiato de Acompanhamento Terapêutico.

AS CRIANÇAS ENTRE OS LAÇOS FAMILIARES E AS JANELAS VIRTUAIS.

Julieta Jerusalinsky

RESUMO

As crianças, com seus sintomas, respondem ao que é próprio de seu tempo no laço social quanto familiar. Hoje em dia a relação dos pais a filhos está perpassada por monitores virtuais. Os pais ficam fascinados com o domínio tecnológico das crianças, buscando restituir narcisicamente os filhos com objetos-fetiches consumíveis, muitas vezes eximindo-se de transmitir que a condição inerente ao desejo é a de um encontro faltoso com o objeto. Bebês e pequenas crianças são expostos, cada vez mais cedo à virtualização, experimentando uma dissociação do corpo em um tempo em que ainda não constituíram um. Muitas crianças em lugar representar o que as afeta em seu corpo a partir da experiência compartilhada de transitivismo com o Outro encarnado, com suas leis e metáforas, estão lançadas à relação com aparelhos eletrônicos: totens anônimos da atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: psicanálise, criança, função paterna, transmissão virtual.

Na cena inicial do filme super-homem de 1978, que fez parte da infância e juventude de muitos pais de hoje em dia, Jor-El, o pai do super-homem, encarnado por ninguém menos que Marlon Brando, diante da destruição do seu planeta, lança o seu filho a uma longa viagem pelo espaço sideral endereçada à terra. Antes da partida, deposita no berço-nave a última e fundamental peça que difere das outras: um cristal que concentra todo o conhecimento de sua civilização de origem.

Podemos considerar que se trata apenas de uma ficção, mas a clínica revela achados inequívocos do quanto a aposta de transmissão por meio da tecnologia produziu sua marca em nossa cultura. Se a estética dos fins dos 70 e a promessa da corrida espacial como saída à destruição do planeta presentes no filme resultam um tanto anacrônicas (lembremos que ele foi produzido menos de 10 anos depois de o homem ter pisado a lua), no entanto, o mito contemporâneo de aposta na possibilidade de uma transmissão que possa ser feita em ausência do corpo através de aparelhos tecnológicos parece mais do que nunca se realizar.

Se no filme de 78 o pai se materializa em um cristal, hoje em dia a esperança se deposita em uma transmissão que pudesse ocorrer também através de um cristal: do cristal líquido das grandes telas televisivas dos lares e das pequenas telas portáteis de, i-Pads e celulares que são levadas de um lado a outro junto aos bebês da atualidade. São essas máquinas que "falam" com as crianças pelo menos de duas a três horas por dia.

Tem sido bastante revelador no consultório aquilo que muitas crianças montam como cenas familiares: Amigos assistem TV juntos, mães cuidam do bebê trabalhando no computador, famílias reunidas ficam sentadas à mesa olhando para a TV; um paciente diante da massinha me fez o seguinte pedido: "faz pra mim o controle remoto". Nada mais justo, afinal não há objeto que melhor encarne o lugar de totem na atualidade.

Em um tempo em que se damos um *google* nessa palavra o primeiro que aparece são anúncios de "totens publicitários" para denominar estandes comerciais espalhados por lugares públicos (nos quais é possível plugar seus aparelhos, carregá-los e ter acesso à web) é preciso que possamos recordar que originalmente o totem é um símbolo sagrado que tem a função de emblema para tribos ou clãs representando seus ancestrais e protetores.

A palavra Totem é derivada de "*odoodem*" que significa "marca da família", na linguagem Ojibwe dos índios da América do Norte. Por marcar as origens geralmente os totens trazem representações de animais ou plantas registrando a história de um grupo e também os possíveis poderes de transformação entre homem e natureza. Tais representações são veneradas, pois o totem é o que organiza e regula as trocas da comunidade e, portanto, sem ele a referência do grupo se perde.

O que faz laço entre nós? O que transmitimos como valor cultural às crianças? Qual é o objeto presente nas disputas familiares? Aquilo que não pode ser perdido de vista? Pelo que brigamos e o que desejamos ter em nossas mãos para sentir-nos acolhidos ao final de um árduo dia de trabalho em nome da civilização?

Meu pequeno paciente do alto de seus seis anos está aí para revelar: O controle remoto é, sem dúvida, um totem da atualidade.

Ele chega ao consultório repetindo certas consignas como "você tá fora", "foi eliminado", "venci!", trechos de jogos e de programas televisivos e de realities shows que reproduz como uma fala em sintagma – em que se serve de consignas fixas que lança aos demais, às vezes dentro e, tantas outras, fora de contexto, mas sem conseguir seguir uma conversa ou estender a significação. Esse é o problema: os aparelhos emitem sequencias sonoras, mas não conversam, não produzem uma matriz dialógica em que os lugares sejam subjetivados, eles oferecem fragmentariamente uma linguagem, mas não sustentam sua função. Emitir sequências sonoras é bem diferente do que dar lugar a que o sujeito possa se representar na linguagem subvertendo por meio dos chistes ou atos falhos sua significação.

Não são poucos os bebês e pequenas crianças de um ano e meio a três anos que chegam ao consultório com suspeita de autismo, que não respondem quando chamados, que não estão em busca dos outros, que realizam errâncias pelo espaço acompanhadas ou não de automatismos (sacolejos, balanceios) enquanto lançam de forma não endereçada fragmentos sonoros em inglês, pequenos que repetem em solilóquio, "Ei- bi- ci, uan-tu-tri" (A, B, C, 1, 2, 3), enquanto fixam seu olhar em superfícies brilhantes ou passam o dedo pelas mesmas.

Mas qual é a língua materna dessas crianças? A princípio seus pais, seus professores, parentes ou babás falam português. Português então, seríamos tentados a responder.

Consideremos aí que língua materna implica a língua na qual o Outro primordial ao qual a criança ficou referida, lhe fala, na medida em que é desde essa língua que o Outro encarnado interpreta, sustenta e interdita o acesso à satisfação que propicia ao bebê. Consequentemente, é por meio dessa língua que a criança pode representar o que a afetou em sua percepção, apropriando-se subjetivamente do seu corpo. Portanto língua materna é aquela através da qual um bebê ficou referido, simbolicamente identificado, ao Outro, representado seus modos de obter prazer e também as interdições do mesmo[1].

Freud afirma que *a identificação é a mais remota forma de expressão de laço emocional com outra pessoa*[2] e que essa primeira identificação que ocorre na mais primitiva infância é aos pais ou ao pai como ideal do eu[3], na medida em que o bebê fica referido ao Outro em seu circuito de satisfação e que esta satisfação instaura um objeto pulsional que extrapola para sempre o objeto da necessidade em si.

Percebe-se desse modo que a relação ao Outro comporta a inscrição de um traço. Esse traço depositário da primeira identificação é o que permite tecer uma referência simbólica para a vida. Esse traço unário inaugura a contagem para um sujeito, inaugura uma série simbólica. A partir desse traço pode-se produzir para o sujeito o reconhecimento, do eu *sou marca de um.*[4] Por isso o *um* do unário não é único, no sentido de ser sozinho, ele é unário no sentido de instaurar a singularidade, desde a qual pode se produzir uma série simbólica a partir desse *um* que conta, desse um desde o qual se festejara a repetição de um gozo.[5] Assim o sujeito se divide pela inscrição desse traço, pois, por um lado, tal inscrição permite ao sujeito se reconhecer nesse traço, nesse *um* que, para ele, é o que conta; e, por outro lado, tal inscrição comporta a dimensão da perda do objeto, ao produzir um traço em seu lugar.

---

1 Questão abordada no seguinte texto: Julieta Jerusalinsky (2002). Prosódia e enunciação na clínica com bebês, in: Quem fala na língua? Org. Vorcaro, Ágalma, 2002.

2 Sigmund Freud (1921). Psicologia das massas e análise do eu, p. 133.

3 Sigmund Freud (1923). O ego e o Id, p. 45.

4 Jacques Lacan (1969-1970). O seminário. Livro 17. O avesso da psicanálise, p. 73.

5 Jacques Lacan (1961-1962). Seminario 9. La identificación.

No início da vida, o bebê, mais do que se contar é levado em conta por outro, e por isso a instauração do traço unário, da referência simbólica, depende do laço com o agente da função materna. É a mãe que sustenta as séries para o bebê, é ela que faz dos objetos –papinha, leite, cocô, xixi, sono, meleca – traços que se contam em uma série. É ela que festeja e propicia para o bebê esse gozo e que, ao mesmo tempo em que o inscreve o faz operar como traço diferencial de reconhecimento na relação com o bebê.[6] Porém a produção de crianças que tem pais, babás ou professores que falam português, mas que repetem fragmentos sonoros de entoação em inglês exige que possamos perguntar – se essa é a língua que produziu para elas alguma inscrição, então quem é o Outro dessas crianças? Afinal parecem ser mais as TVs, e os *tablets* com seus aplicativos. Há casos em que as crianças estão referidas a esses aparelhos, em que esse é o Outro da criança e isso não é sem consequências para a constituição psíquica.

Não nascemos apropriados do nosso corpo. Esta é uma operação que pode se constituir ou fracassar. Estabelecer um funcionamento corporal no qual a organização dos ritmos – de sono-vigília, fome-saciedade, movimento-repouso, entre tantos outros funcionamentos implicados na circulação de objetos pulsionais como olhar, voz, respiração, fezes – diga respeito ao prazer e desprazer de um sujeito, não está garantido, na medida em que as funções instintivas claudicaram na espécie humana. No início da vida é o agente da função materna que sustenta a instauração desse funcionamento corporal subjetivado na medida em que interpreta, usando aqui o termo estrito situado por Freud, qual seria a ação específica que pode satisfazer o bebê e tirá-lo de seu estado de desamparo[7]. Para tanto é preciso que haja um Outro encarnado que se afete em sua economia de gozo pelo que se passa com o bebê, operando com este uma identificação transitivista[8]. É somente desde esta condição psíquica que uma mãe pode produzir uma interpretação do que se passa com o bebê emprestando suas representações, disponibilizando seu saber inconsciente, para que o bebê possa chegar a constituir algum saber.

É porque há outro que diz “ai” diante do tombo do bebê e depois o consola que o bebê pode representar simbolicamente isto que padece, apropriando-se imaginariamente do seu corpo. É porque há outro que diz “hummm!” enquanto oferece a papinha que o bebê pode, não só comer, mas partilhar de desejar a papinha de modo identificado ao desejo do Outro.[9]

Assim, é a partir dessas inscrições primordiais produzidas na relação com um Outro encarnado que se passa do afeto à sua representação, do corpo à linguagem, do gozo ao saber, produzindo entre essas instâncias de diferentes ordens uma inscrição (a inscrição da letra como rasura inconsciente no psiquismo) que articula, que faz dobradiça fundamental para a constituição psíquica e para a apropriação imaginária do corpo. Esses jogos de litoral fundamentais para a constituição não têm como ocorrer sem a presença de um Outro encarnado que está atravessado em sua própria economia de gozo pelo que se passa com o bebê.[10]

Na atualidade não são poucas as mães que chegam ao consultório surpresas com o profundo trabalho que dá cuidar de um bebê – com esse delicado trabalho, com o fino “bordado” que é tecer, articular corpo-linguagem. Enquanto desde o discurso social se sublinha a maternidade como um campo de eficácia fálica, como se com uma boa equipe de especialistas, parafernalhas técnicas e um tanto de competência materna pudesse dar conta do recado de criação de um bebê, a grande surpresa costuma ser descobrir que talvez o mais difícil da maternidade não seja o “exercício de um saber ativo”, mas a posição psíquica de disponibilidade ao bebê.[11]

Ao mesmo tempo, há um excesso de objetos que circulam no mercado e que se oferecem como eficazes para os cuidados do bebê (apetrechos para o banho, almofadas para a postura, monitores para controlar o sono, aplicativos para os ritmos de mamada e até decodificadores de choro).

---

6 Julieta Jerusalinsky (2011). A criação da criança.

7 Sigmund Freud (1905). Três ensaios sobre a sexualidade, pag. 146.

8 Jean Bergés e Balbó (2009). Jogo das posições mãe criança.

9 Julieta Jerusalinsky (2011). Obra citada.

10 idem

11 idem

Certamente, uma vez que está estabelecida a relação com o bebê, é importante que uma mãe possa ir progressivamente oferecendo objetos substitutivos que não retenham a satisfação do bebê apenas sobre o corpo materno, objetos que passem a representar a relação do bebê com o Outro (paninhos, chocalhos, brinquedos dos quais depois se deriva o objeto transicional apontado por Winnicott).[12]

Encontramos aí como a função paterna é inicialmente sustentada pela mãe na medida em que ela não faz do filho em si um objeto de restituição de sua própria falta.Uma mãe sustenta a função paterna por metaforizar a falta na relação com o filho, introduzindo a dimensão desejante ao possibilitar que a satisfação do bebê também possa ir circulando por objetos que substitutivamente possam ser representantes da relação com o Outro primordial.

A questão se coloca quando a promessa mercadológica é efetuada na lógica de que tais objetos, em lugar de funcionar progressivamente como representantes simbólicos que metaforizam a relação com o Outro, se interpõem em uma suposta economia da relação, supostamente "poupando" o trabalho de se relacionar com todo o mal-estar e equívocos que isso comporta, pois haveria um objeto realmente adequado à satisfação. Assim temos desde cadeirinhas vibratórias (sim! Vibradores para bebês) até programas televisivos para bebês que prometem acalmar a cólica, mais do que qualquer colo e aconchego, ou "estimular a inteligência" mais do que qualquer cantiga ou conversa.

Estabelece-se assim uma oferta de objetos que não estão no lugar de metaforizar a relação com o Outro encarnado diante de sua inevitável falta, que não estão atravessados pela função paterna em uma extensão dos circuitos de satisfação referidos a um traço unário fundamental. Em lugar disso os bebês muitas vezes ficam expostos a objetos supostamente eficazes (como se eles em si tivessem propriedades capazes de estimular aptidões ou acalmar) e que passam a serem oferecidos em economia da relação com os demais lançando muitos bebês a não poderem constituir uma relação com a coisa mediada pela metáfora transmitida pelo Outro e ficando expostos ao risco de ficaram assim com seu campo pulsional restrito e achatado à sideração do espetáculo ao festival sensorial que o mundo das coisas oferece.

Essa questão se relança mais adiante quando as crianças ficam na posição de espectadoras do que os brinquedos fazem – brinquedos que falam, riem e se mexem sozinhos. Ora, brincar é constituinte do sujeito na infância justamente porque implica a possibilidade para a criança de *apoiar o seu fantasiar em objetos concretos*[13], mas o que ocorre quando fazemos das crianças espectadoras em lugar de autoras do que se passa em uma cena com os brinquedos que transcorre em suspensão do brincar?

Os adultos ficam fascinados com a habilidade de seus pequenos rebentos em apertar botões – na medida em que essa foi uma aprendizagem tardia para a geração anterior. Em seu fascínio, deixam de perceber que a complexidade simbólica de um *"on-off"* ou dos ícones presentes nesses objetos fetichizados impõe bastante menos variáveis que uma pequena brincadeira corporal com parlendas, que uma história infantil de conto de fadas ou um brincar de faz de conta.

A captura do olhar da pequena criança na tela portátil em muitos casos costuma funcionar como uma "chupeta eletrônica" que suspende as demandas e os deslocamentos do bebê pelo espaço e que fazem necessária a relação com outros que advirtam e compartilhem as possibilidades e riscos presentes no mundo simbólico, imaginário e real que os humanos habitamos.

Há algum tempo atrás falando isso mostrei a seguinte imagem. Trata-se de um grafite na avenida Sumaré (trata-se da imagem de um bebê que caminha em direção à TV dizendo "mamy"). Poderíamos mais uma vez pensar que é um exagero ficcional. Não o é. Sob efeito dessa questão uma colega me enviou em resposta a imagem e texto de um blog sobre maternidade em que uma mãe, diante do seu bebê que se recusava a mamar, prende o celular na alça do sutiã para que ele assista desenhos animados enquanto mama distraído de seu ato (e recebe várias curtidas).

---

12 Winnicott (1971). *Realidad y juego. Barcelona: Gedisa, 1994.*

13 Sigmund Freud (1908). *Os escritores criativos e o devaneio.*

É muito simplório e pouco interessante tecer uma crítica a essa mulher em particular que como tantas outras ficam isoladas em seus pequenos apartamentos cuidando durante 4 ou 5 meses de seus bebês enquanto olham para janelas virtuais antes de voltarem a trabalhar 8 horas por dia e delegarem os cuidados de seus bebês abruptamente a outros. Ficar em posição de culpabilizar ou desculpabilizar as mães em relação a uma performance materna implica eximir-se da responsabilidade coletiva de pensar de que modo está se sustentando o cuidado das crianças, pois a relação dos pais e dos bebês não ocorre de forma isolada, mas atravessada pelos ideais sociais. E bem sabemos que o discurso coletivo é muito poderoso.

É comum que se discuta a questão das novas configurações familiares como se o tradicionalismo familiar alguma vez houvesse sido garantia de saúde. A psicanálise nos permite justamente pensar em funções e operações constituintes do sujeito que podem ser sustentadas por diferentes agentes ou que podem não estar minimamente sustentadas nas famílias mais tradicionais.

A esse respeito, uma menininha de 8 anos trazida ao consultório pois passou a padecer de fortes ataques de angústia em que seu corpo treme, fica amedrontada, e passa a pedir a presença da mãe em tudo o que faz, fez ao longo de sua análise e por efeito da mesma em vias de resolução desse sintoma, uma pintura: são ela, sua mãe, seu pai e seu irmãozinho, todos de sua família flutuando na tela do computador.

Esta família muito unida, como tantas outras, sempre fica junta na parte da noite depois do trabalho e escola. O que fazem? cada um olha para a sua janela virtual individual.

Não basta a presença real, é preciso que o Outro encarnado possibilite mediar uma metaforização do que afeta o corpo. Como se inscreve o ideal do eu que funciona como mira para que seja possível realizar as travessias da vida, sem cair de angustia a cada passagem? Para onde o Outro encarnado olha? Se alguém se sente solto, flutuando na tela do computador é porque lhe é frágil a possibilidade de servir-se da referência simbólica para representar o âmago do seu afeto corporal, que lhe permita aceder à palavra que o toca no cerne de sua articulação pulsional. Desse modo fica-se em presença excessiva do objeto, mas subjetivamente à deriva.

A criança para se constituir como sujeito precisa de um desejo não anônimo, temos aí o simbólico, na transmissão do nome, mas isso não vai sem o desejo; a transmissão precisa de um nome e de um corpo; da articulação da palavra e da pulsão; Da inscrição de um litoral entre gozo e saber;

Sem esse bordado, sem a inscrição de litoral entre gozo e saber a criança fica exposta a perder-se em uma errância pelo simbólico sem um fio que lhe permita alinhava-lo a partir do desejo que lhe concerne e a toca em sua economia pulsional (como o pequeno paciente que me pede um controle remoto para organizar o mundo); ou a criança fica lançada a automatismos sensoriais em torno de fragmentos perceptivos sem um simbólico que metaforize para ela a relação com a coisa (como os pequenos pacientes que repetem a esmo a sequencia de letras em prosódia inglesa).

O pedido de um controle remoto desse menino de seis anos ainda fica ecoando: Se o totem representa a passagem do homem de sua condição natural a ser cultural, se ele representa um pai da horda que foi incorporado e simbolizado e em relação ao qual se estabelece uma dívida e uma lei, como considerar a relação totêmica ao objeto tecnológico que representa a passagem do homem à máquina, e que longe do que exige a operação do sujeito para ser lembrado ou esquecido, recalcado, condensado, deformado ou deslocado, permanece imutável desde sempre e para sempre, podendo ser recarregado com uma pilha ou uma tomada a disposição. Os chips - memória sem recalque- garantem que a mensagem não se perca no entanto sua transmissão não é possível de transitivar, com eles não há como compartilhar e portanto, interpretar, subverter, reverter, ou reinventar a experiência.

Como considerar a relação de um super-homem com o suposto saber que emanaria do objeto tecnológico onisciente? com um totem completamente anônimo porque não permite a incorporação de um traço que singularize o lugar do sujeito no mundo. Um totem que, em lugar de metaforizar a falta é a onipresença?

Que totem é esse? Ele não é o pai simbólico, pois não representa simbolicamente o morto pois nunca esteve vivo, mas é sempre recarregável, como uma constante e sinistra volta do morto-vivo.

O pai do super homem é o pai morto que entrega o legado simbólico ao filho. A questão que se coloca é se é possível uma transmissão sem um pai real, ou seja, o pai que tropeça, se ruboriza, sorri, se envergonha, revela e transmite seu desejo não só pelo ideal, mas também pelo equívoco. Porque o pai, no melhor dos casos o é sempre em falho e ao assim sê-lo faz comparecer a articulação entre ideal simbólico e o campo pulsional.

Em seus primórdios a psicanálise escutou e deu lugar às invenções e brincar de uma criança que estava, em plena era da moral vitoriana, deparada a uma educação que imprimia culpa diante da satisfação sexual (tornando ilegítimos os singulares modos de gozo); que inibia as investigações infantis (podendo aniquilar o desejo de saber); e que desconsiderava a palavra da criança como se fosse algo menor (destituído seu valor de verdade);

Cem anos depois encontramos crianças confrontadas ao excesso de objetos oferecidos por pais que tantas vezes preferem não ter que dizer não (deixando-as chafurdar em um gozo perverso polimorfo aquém da castração); crianças para as quais se disponibiliza um conhecimento supostamente total do Dr. Google, mas sem ter com quem singularizar seu percurso de investigação (sem poder construir um saber como efeito da experiência dele mesmo e de seus antecessores); crianças que tem os seus corpos submetidos a um saber técnico-científico que achata a verdade sobre o real e nossas respostas à falta ou excesso de substâncias (a verdade está mais do que nunca na coisa e não na palavra).

Diante disso será preciso realizar na singularidade de cada intervenção clínica um novo rito de passagem? a profanação (que evoca a violência e a transgressão necessária no lugar do assassinato do pai da horda primitiva) que permita romper com a lógica do capitalismo como religião a fim de que haja lugar à subversão própria do desejo?

Sim é preciso que possamos intervir com as crianças dando lugar a uma metáfora inventiva diante da insatisfação em lugar de entucha-las com a promessa de objetos perfeitos e acessíveis capazes de aplacar a falta. E na clinica com bebês e crianças isso inicia pela intervenção do analista junto à demanda dos pais para que a criança não seja ela mesma tomada como objeto a ser adequado.

A virtualização implica a possibilidade de dissociar-se do real do corpo, e disso é possível fazer bons usos, no entanto, é preciso considerar quais os riscos dessa dissociação para bebês, na primeira infância e, portanto, em um tempo em que a subjetivação e apropriação do corpo ainda não foram realizadas.

Isso porque, se desde o ideal contemporâneo os filhos desses pais anônimos e sem corpo de cristal líquido supostamente se tornariam super-homens, o sintoma apresentado de fato por número significativo de bebês e pequenas crianças da atualidade, como um efeito bumerangue revela, que muitas delas padecem de graves intoxicações eletrônicas que as faz subjetivamente vagar à deriva, perdidas no espaço virtual, ou fixadas em um fragmento perceptivo em torno de um naco frio e brilhante de puro real inominável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

BERGÈS, J. (1988). Função estruturante do prazer. In: *Escritos da criança – 2*. 2. ed. Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 1997. p. 41-50.

BERGÈS, J.; BALBO, G. (1998). *Jogos de posições da mãe e da criança*. Porto Alegre: CMC, 2002.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 7, p. 123-152.

_____. (1908). Escritores criativos e devaneio. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 9, p. 147-158.

_____. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 18, p. 133.

_____. (1923). O Ego e o Id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 19, p. 13-83.

JERUSALINSKY, J. Prosódia e enunciação na clínica com bebês, in: *Quem fala na língua?* Org. Vorcaro, Ágalma, 2002.

_____. *A criação da criança – brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Savador: Ágalma, 2011, p. 151-164.

_____. *Muitas lembrancinhas fazem uma memória?* Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, Fortaleza, 2012, inédito.

_____. *Pais, crianças e monitores: uma nova configuração familiar,* 2013, inédito.

LACAN, J. (1978). *A família*. Lisboa: Assírio e Alvim.

_____. (1961-1962). *Seminario 9. La identificación.*

_____. (1969-1970). *O seminário. Livro 17. O avesso da psicanálise*, p. 73.

ROUDINESCO, E. *La familia en desorden*. Buenos Aires: fondo de cultura económica, 2003.

WINNICOTT, D. (1971). *Realidad y juego*. Barcelona: Gedisa, 1994.

Julieta Jerusalinsky é membro da Clínica Interdisciplinar em Problemas do Desenvolvimento Infantil Centro Lydia Coriat; psicanalista membro da APPOA (Associação psicanalítica de Porto Alegre); mestre e doutora em psicologia clínica pela PUC-SP; professora do Cogeae/PUC-SP e do Centro Lydia Coriat nos cursos de especialização em "Teoria Psicanalítica", "Estimulação Precoce: clínica interdisciplinar com bebês", "Psicomotricidade" e "Clínica interdisciplinar dos problemas do desenvolvimento infantil"; autora dos livros *Enquanto o futuro não vem – a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês* (Ágalma, 2002), terceira edição; e A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê (Ágalma, 2011), segunda edição.

ASSASSINATO E SOBREVIVÊNCIA DO PAI

Marion Minerbo

RESUMO

A autora apresenta inicialmente uma situação clínica envolvendo a dinâmica de uma família que lhe permite problematizar a função paterna, desconstruindo alguns lugares comuns. Dissocia função simbólica de função paterna. Em seguida, aborda as dimensões do pai na história da constituição do psiquismo, ressaltando sua função na constituição da matriz que possibilita ao sujeito ter prazer com/na diferença. Enfatiza a importância da sobrevivência do pai real durante o processo de assassinato do pai imaginário. Por fim, retoma a vinheta clínica para indicar os aspectos intrapsíquicos, intersubjetivos e transubjetivos que dificultam a sobrevivência do pai real no cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: função paterna, pai real, assassinato do pai, sobrevivência do pai.

Agradeço às organizadoras pelo gentil convite para participar do *III Colóquio de Psicanálise com Crianças* cujo tema é **"Onde está o pai?"**

Minha apresentação está dividida em três partes.

I – Na primeira, apresento uma situação que nos ajudará a problematizar a função paterna, e a *desconstruir alguns lugares comuns*. A ideia é dissociar função simbólica de função paterna.

II – Na segunda, abordo as dimensões do pai na *história da constituição do psiquismo*. Enfatizo a importância da sobrevivência do pai real durante o processo de assassinato do pai imaginário.

III – Na terceira, retomo a situação clínica para indicar os aspectos *intrapsíquicos, intersubjetivos e transubjetivos* que dificultam a sobrevivência do pai real no cotidiano.

I – PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO DE FUNÇÃO PATERNA

A família que vai nos servir para problematizar a função paterna está organizada, do ponto de vista sociológico, segundo os padrões patriarcais. O pai tem um bom emprego e é o provedor. A mãe cuidou dos filhos até sua adolescência e agora voltou a estudar.

Mas, do ponto de vista psíquico, é a mãe que impõe sua visão de mundo e toma as decisões. O marido lhe entrega todo o salário e ela gerencia as finanças da família. Todos, inclusive o marido, estão constantemente referidos a ela. Na hora do jantar os dois filhos e o marido disputam sua atenção e tentam falar com ela ao mesmo tempo.

Quando o filho é agressivo com a mãe, ela compartilha o problema com o marido. O pai repreende severamente o garoto, e o coloca de castigo por ter faltado com o respeito à mãe. Aparentemente, um belo exercício de função paterna.

No entanto, o que será que desencadeia a agressividade do filho? Para esta mãe, "educar e colocar limites" é algo próximo de *impor sua vontade de forma abusiva, esmagando a subjetividade do garoto*. Ela desqualifica sistematicamente os desejos do adolescente, e ridiculariza seu ódio quando ele se revolta.

O pai não percebe esta dinâmica. Não importa o que esteja acontecendo, ele se alia incondicionalmente à esposa, contra o filho.

Ou seja, quando o pai repreende o garoto pela falta de respeito à mãe, ele intervém *como extensão da mãe*, e não como um terceiro. O filho fica ainda mais revoltado, porque o pai está lá, mas não o protege do abuso de poder da mãe.

E por que o pai se alia incondicionalmente à mãe, contra o filho? Para ser amado por esta mulher, que está sempre irritada com ele. O filho é um rival que ele tenta suplantar.

Ora, se o pai rivaliza com o filho, quem está lá não é o pai, *mas a criança-no-pai, o infantil* do pai. É do seu lugar de criança edipiana que o pai repreende e castiga o filho. Portanto, é uma atuação, e não um ato com função simbolizante. O pai está lá, mas neste momento não há função paterna.

Já em outro momento, a função paterna parece estar preservada. O casal foi chamado à escola do filho, que anda desafiando a autoridade dos professores, e negligenciando os estudos. O diretor tenta sensibilizar o pai no sentido de estar mais presente na vida do filho adolescente. O pai, contudo, não entende bem o que se espera dele. Para ele, ser pai é ser o provedor da família.

Diante da ameaça de reprovação, afirma que apoiará a decisão da escola: se seu filho não tem a nota mínima, não deve passar de ano. Ele mesmo só aprendeu a estudar depois de repetir de ano. Aqui, o pai se coloca como suporte da lei. Parece exercer a função paterna, embora a partir de representações estereotipadas, e pouco criativas, sobre o que significa ser pai.

Outra cena. Pai e filho estão brigando, quase se atracando. Ele telefona para a mulher, que estava na academia. Explica o motivo da briga como se estivesse falando com a autoridade. Diz: "você resolve quando voltar". Neste momento, o pai se demitiu temporariamente da função paterna.

Em muitos momentos, esta família parece ser monoparental. O pai está sempre muito ausente, física e psiquicamente. Não se interessa muito pelos filhos, e estes, reciprocamente, não contam com ele emocionalmente. Não perguntam onde está o pai, e sua presença ou ausência não altera a rotina da casa.

*

Esta vinheta me ajuda a desconstruir alguns lugares comuns, no que diz respeito à função paterna.

Primeiro, mostra que ela é intermitente. O mesmo homem, na mesma família, ora exerce, ora não exerce, a função paterna, dependendo do que está em jogo do ponto de vista intrapsíquico, e dos vínculos intersubjetivos. Essas nuances mostram como é arriscado fazer generalizações sobre o lugar do pai na atualidade.

Segundo, mostra que as falhas no exercício da função paterna não têm a ver necessariamente com mudanças na estrutura familiar, ou com o apagamento dos lugares simbólicos. Têm a ver, sim, com a presença excessiva do infantil do pai, como quando ele rivaliza com seu filho pelo amor da esposa. A função paterna cessa quando o pai atua suas próprias questões edipianas no vínculo familiar.

Terceiro, mostra que o pai precisa se interpor como terceiro, não só para barrar o incesto entre mãe e filho, mas também para barrar o "filicídio". Refiro-me aos momentos em que a mãe abusa de seu poder sobre o filho, e tenta, em função de suas próprias questões inconscientes, aniquilar a subjetividade dele. A mãe também teria a função de barrar o abuso de poder do pai, caso houvesse.

Por fim, embora o pai sustente a lei junto ao diretor da escola, nada indica que função paterna, e função simbólica, podem ser equiparadas. Como sabemos, a mãe também tem um papel fundamental na instalação da função simbolizante no psiquismo infantil.

*

A sobreposição, problemática, entre função simbólica e função paterna, resulta, entre outros fatores, de uma confusão epistemológica entre os planos histórico-sociológico e psicanalítico. É importante recuperar a especificidade de cada um.

Para Christian Delourmel (2013), o que está em declínio no século XXI é uma das figuras históricas do pai, a do pai patriarca, que se reproduziu até o fim do século XX. Esta figura garantia a estabilidade da ordem religiosa e social e, esta, reciprocamente, garantia a posição do pai patriarca. O autor alerta para o fato de que a Psicanálise não pode pensar a função paterna com base em uma das figuras históricas do pai.

A teoria que equipara a função paterna à função simbólica, *como se a função materna se restringisse à natureza*, está infiltrada pela ordem patriarcal. Michel Tort (2005; 2013/5) esclarece que, mesmo no plano psicanalítico, há uma confusão epistemológica em relação à figura do pai:

Há o pai que emerge da clínica e se transforma em teoria. Por exemplo: no começo da história da psicanálise, o pai aparecia na clínica como sedutor. Depois, a sedução passa a ser entendida como uma fantasia produzida pela sexualidade infantil. Nessa passagem, surge a categoria do pai edipiano.

Mas há também o discurso dos "pais" da psicanálise – Freud e Lacan – sobre o pai. Este discurso está necessariamente marcado pela ordem patriarcal, que se infiltra na teoria, produzindo conceitos tais como: falo, castração, falta, recusa do feminino.

Um recorte propriamente psicanalítico sobre a função paterna teria que começar interrogando *o que é um pai do ponto de vista metapsicológico*.

Como se constitui a figura paterna?

Qual é sua função na constituição do psiquismo?

Onde entra o pai real, concreto, com suas particularidades psíquicas, nesta família, nesta época e neste lugar?

Onde entra o social, com suas inegáveis transformações?

II – DIMENSÕES DO PAI NA HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO

Baseada em algumas ideias de Roussillon, apresento um esquema, um modelo ideal, das dimensões do pai na constituição do psiquismo.

Como a criança descobre o pai?

Para a psicanálise, descobrir o pai não é um ato meramente perceptivo, e sim um *ato psíquico*. O pai enquanto novo objeto, como *primeiro "não mãe"*, é apresentado pela mãe para ser descoberto pela criança. O pai é *criado-achado*, como diria Winnicott.

A mãe apresenta este novo objeto através de sua sexualidade adulta, que infiltra inconscientemente a relação com a criança. A sexualidade da mãe sinaliza que ela tem *prazer com alguém que é diferente dela*. Nesse sentido, a figura do pai (ou *substituto*, conforme Gross, 2006) se constitui *no espaço formado pela subjetividade da mãe e da criança*.

Do ponto de vista metapsicológico, descobrir o pai significa descobrir que é possível ter prazer com um objeto que não é a mãe.

O pai encarna para a criança a possibilidade de se ter prazer com o diferente. Ele institui uma nova matriz simbólica: aquela que faz do outro-diferente uma possibilidade de prazer, e não apenas uma ameaça.

Esta matriz torna possível, para a criança, ter prazer na convivência com a avó, com a tia e com os amigos. Torna possível gostar de comidas que não são as que a mãe apresenta. E de lugares em que a mãe não está.

Sem esta matriz, o diferente continua a ser significado apenas como intrusão, e produz angústia.

Esta é primeira dimensão do pai: sua dimensão simbólica. O pai simbólico, o pai em sua função simbolizante, simboliza o prazer com a diferença.

*

3. Mas há também uma outra dimensão do pai: *o pai real*, aquele com o qual a criança se relaciona no cotidiano.

Quando a criança investe este **primeiro "não mãe"**, o pai (ou substituto, como propõe Gross, 2006) se torna um objeto significativo, e portanto, disponível para a transferência.

A criança vai transferir para este novo objeto os aspectos da sexualidade materna que ela não consegue metabolizar nem integrar. O pai terá que dar alguma resposta às moções pulsionais, e às demandas, que agora a criança dirige especificamente a ele.

Assim, a primeira função do pai real é responder a essas moções pulsionais, concretamente, a partir de sua singularidade.

4. Essa resposta, que provém do lugar paterno investido pela transferência, se precipita psiquicamente como imago paterna, ou *pai imaginário*.

O pai imaginário continua a ser construído pela criança graças a novas transferências: a criança projeta nele o ideal narcísico perdido na relação com a mãe.

Este ideal se refugia, e sobrevive, em uma *figura ideal*, o *pai da horda*. Este pai, que é idealizado para o bem ou para o mal, e que aos olhos do filho *pode tudo*, terá que ser destruído.

Esta imago terá de ser desconstruída, assassinada, para que a criança aceda a uma representação do pai, e de si, marcada pelos limites do humano.

*

5. Mas o assassinato do pai não se dá num plano abstrato, ou puramente intrapsíquico. Para que este processo tenha êxito, o pai real, e o prazer possível que ele encarna, precisam sobreviver aos embates cotidianos.

Assim, a segunda função do pai real é sobreviver aos ataques da criança. É a sobrevivência do pai real que define a função paterna, tal como ela pode ser efetivamente exercida por ele no cotidiano.

"O que não foi suficientemente dito é que a morte simbólica do pai, a morte do ideal, que está na origem da instauração das capacidades de simbolização, depende *tanto do assassinato perpetrado pela criança, quanto da capacidade do pai real de sobreviver*" (Roussillon, 2003, p. 196).

*

6. O que significa que o pai real precisa sobreviver, para que o pai da horda possa morrer?

Que o pai real se deixa atingir psiquicamente pelo ataque, pelas críticas, sem revidar demais, e sem se retirar do vínculo.

Que ele aceita *ser modificado* pelas novas necessidades que o latente, e depois o adolescente, vão sinalizando a ele.

Ou seja, o pai precisa aceitar modificar o *tipo de vínculo* com o filho.

Mas, quando o pai real está identificado com o pai da horda, quando ele *acredita* que pode tudo, ou deveria poder tudo, vai lutar para não ser destituído da idealização infantil.

Ele precisa desta idealização para sustentar seu narcisismo. Por isso, vai tentar perpetuar o vínculo infantil, no qual ele ainda é tudo para a criança. Nestas condições, o pai real não permite o assassinato do pai da horda.

É importante notar que o vínculo antigo não é destruído de uma vez, como o termo "assassinato" poderia sugerir. O pai da horda morre pouco a pouco, vai sendo transformado parte por parte.

Idealmente, ao fim do processo, o vínculo é reencontrado vivo, mas diferente, reconstruído em outra base. O vínculo sobrevive, mas *modificado*.

O novo vínculo estará marcado pelo *luto pelo ideal perdido*, e pelas formas *possíveis* de satisfação da pulsão. É isto que permite à criança se separar *psiquicamente* do ideal que o pai da horda encarnava.

*

7. O pai real que sobrevive ao assassinato simbólico do pai da horda tem *uma terceira função:* encaminhar o adolescente para a cena social. Porque é lá, *com a ajuda do grupo*, que os restos não resolvidos da relação entre eles poderão ser elaborados.

Estes restos são dados pelo inconsciente do pai real. Nenhum pai sobrevive integralmente ao processo de desidealização.

Por isso, sempre algum aspecto do vínculo infantil acaba persistindo. Estes aspectos serão transferidos para o grupo. O pai indica ao filho que este vai ter que *simbolizar em outro lugar* o que não pode ser simbolizado no universo familiar.

III – ASPECTOS INTRAPSÍQUICOS, INTERSUBJETIVOS E TRANSUBJETIVOS QUE DIFICULTAM A SOBREVIVÊNCIA DO PAI REAL NO COTIDIANO

Isidoro Bernstein e Janine Puget (*apud* Lisette Weissman, 2012) reconheceram que o psiquismo apresenta três dimensões que se articulam dialeticamente: 1) o intrapsíquico, 2) intersubjetivo e 3) o transubjetivo – que nos permite incluir os elementos ligados à história e à cultura, tal como a crise das instituições no mundo contemporâneo. A questão da sobrevivência do pai, e portanto, *as condições de possibilidade para o exercício da função paterna*, exige que se tome em consideração a articulação entre essas três dimensões do psíquico. Embora as três estejam sempre presentes, vou usar as vinhetas para colocar em evidência uma de cada vez, mostrando como incidem sobre a sobrevivência do pai.

Primeira situação

A mãe impõe de forma abusiva sua subjetividade, e desqualifica a do filho. Ele fica com ódio e briga com ela. O pai não percebe esta dinâmica. Ele se alia incondicionalmente à esposa, contra o filho. Em minha hipótese, a criança-nele [o infantil] rivaliza com o filho pelo amor da esposa, confundida com a própria mãe. Estou considerando três gerações: 1) o pai; 2) os restos não elaborados de seu próprio Édipo; e 3) como isto estaria sendo atuado com a geração seguinte. Esta vinheta coloca em evidência como a **dimensão intrapsíquica** [articulada com as outras duas] impede o pai real de sobreviver aos ataques do filho. Por conta de suas questões edipianas não elaboradas, ele acaba retaliando aos ataques do filho: coloca o garoto de castigo, quando este deveria ser protegido do abuso materno. Ele acaba funcionando como o pai da horda, que mata o filho para ficar com a fêmea.

Segunda situação

Pai e filho estão brigando. O pai delega à mãe o poder de resolver a situação. O lugar paterno nesta família é o de uma figura fraca, secundária. É um lugar desvalorizado por todos, inclusive por ele. O lugar simbólico do pai está apagado. Sua palavra não tem força, nem credibilidade. Ele se demite de sua função. Só que, quanto mais ele se demite, mais contribui para desvalorizar o lugar que ocupa. Ele vai sendo cada vez mais marginalizado, enquanto a mãe vai tendo que ocupar, sozinha, o lugar de autoridade. Enfraquecido por este tipo de **dinâmica intersubjetiva, o pai real** acaba se retirando do vínculo com o filho, colaborando para perpetuar a idealização negativa do pai da horda.

Terceira situação

Na cena da escola, o diretor tenta sensibilizar o pai para a qualidade do vínculo com o filho, que pode estar interferindo com seu rendimento escolar. Mas ele não chega a entender o que mais o diretor quer dele, uma vez que já faz sua parte sendo o provedor da casa, e apoiando qualquer decisão que a escola venha a tomar.

Aqui, é a **dimensão transubjetiva** [articulada com as outras duas] que impede o pai real de sobreviver. Para sobreviver, ele precisaria se deixar transformar pelos ataques do filho – ataques que estão sendo deslocados e transferidos para os professores. Ele precisaria conseguir se adaptar, de forma criativa, às novas necessidades do filho adolescente, assinaladas pelo diretor. Mas a resposta dele está determinada por **representações estereotipadas**, dadas por sua cultura, do que é ser pai. Sua rigidez dificulta ao filho o assassinato do vínculo infantil com o pai da horda.

*

FINALIZANDO

Embora esta família esteja organizada sociologicamente de um modo bastante tradicional, isto não garante nada em relação ao lugar do pai. Do ponto de vista psicanalítico, a sobrevivência do pai real no cotidiano depende de como se articulam as três dimensões do psíquico, como acabamos de ver.

Isto posto, cabe reconhecer o impacto da *crise das instituições na pós-modernidade* no exercício da função paterna – mas também da função materna!

Por um lado, a falta de referências, ligada à crise da instituição familiar tradicional, obriga cada um a inventar, a partir de si próprio, o que é ser pai, e o que é ser mãe. É uma tarefa solitária, exaustiva e angustiante,

tanto para o pai como para a mãe.

Em compensação, há espaço e liberdade para que cada um seja pai e mãe à sua maneira, sem ter que se adaptar aos padrões rígidos e excludentes da família patriarcal tradicional.

Por isso, o atual declínio de uma das figuras *históricas* do pai, o pai da família tradicional moderna, **tem vantagens e desvantagens** (Minerbo, 2012). A relação custo-benefício desta crise – liberdade *versus* falta de chão – dependerá de cada um.

Deixo como sugestão o filme *O último concerto*, de Yaron Zilberman. A perda da figura paterna – o violoncelista que é de uma geração anterior aos demais – desorganiza o quarteto. Este representa uma sociedade em sintonia, que funciona de modo harmônico, onde cada um tem uma função, e onde as diferenças entre os violinos, a viola e o violoncelo são respeitadas e valorizadas. A perda da figura paterna promove o desligamento pulsional, a desorganização do grupo, com atuações violentas de todos os tipos. O imperativo de simbolizar faz da arte um caminho privilegiado para religar as pulsões e recuperar algum sentido para a existência.

*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELOURMEL, C. (2013) De la fonction du père au principe paternel. Apresentado no *73º.* Congrès des psychanalystes de langue française: *Le paternel.* Publicado no *Bulletin de la Societé Psychanalytiqye de Paris*. (p. 35-130).

GROSS, M. (2006) *L'Homoparentalité*, **Le Cavalier Bleu, coll. "idées reçues".**

MINERBO, M. (2013) "Ser e sofrer, hoje". In *Ide* (São Paulo) vol.35 no.55, pp. 31-42.

ROUSSILLON, R. (2003) Figures du père: le plaisir de la différence. In Jean Guillaumin et Guy Rocher, *Le Pére*, L'esprit du temps "Perspectives Psychanalytiques" p. 185 - 203. Disponível em *www.cairn.info/le-pere--2847950109-page-185.htm*

TORT, M. (2005) *La fin du dogme paternel*. Paris, Champ Flammarion.

TORT, M. (2013/5) La subjetivation patriarcale et la fonction paternelle de refus du féminin. In *Revue française de psychanalyse*. Vol. 77, p. 1665-1673.

WEISSMANN, L. (2009) *Famílias monoparentais*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

Marion Minerbo
Psicanalista, membro efetivo, analista didata e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Doutora em medicina pela UNIFESP. Autora de "Estratégias de investigação em psicanálise", "Neurose e não neurose", e de "Transferência e contratransferência", todos pela Casa do Psicólogo.

DE UM SEMBLANTE DE SABER PATERNO E DE SUAS RELAÇÕES COM O DESAPARELHAMENTO DA EDUCAÇÃO DE SUAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE.

Flavia Vasconcellos

RESUMO

Este artigo discorre sobre um abalo que se produziu no mundo dos saberes por consequência da imisção de um discurso (o discurso cientificista) que faz veicular um *semblante de saber paterno* que almeja tudo-dizer, esgotar todas as possibilidades, não deixar margem pra dúvidas, e espera poder cumprir a promessa capitalista de deixar *nada a desejar*. Tal ambição tem produzido no mundo contemporâneo, mas especialmente no campo educativo, muito mais embaraços do que ensejos à subjetivação e às aprendizagens.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise, educação, saber, discurso cientificista.

São inúmeros os caminhos que se insinuam a partir do convite de pensar o lugar do pai no campo educativo. Mas terminei por escolher falar de um abalo que se produziu no mundo dos saberes por consequência da imisção de um discurso (o discurso cientificista) que faz veicular no social um *semblante de saber paterno*[1].

O saber do pai, não é mais do que uma referência simbólica "não sabida", singular e não compartilhável, que tem, por isso mesmo, o poder de produzir filiação simbólica. O mundo moderno, no entanto, forjou um semblante de saber que fez perverter o sentido próprio do saber do pai e o tornou um "saber" capaz de produzir generalizações e compartilhamentos, de oferecer certezas para obturar o duvidoso e que pretende tudo-saber. É justamente por isso que se trata de um semblante de saber e não de um saber propriamente dito. Tal saber almeja tudo-dizer, esgotar todas as possibilidades, não deixar margem pra dúvidas, e espera poder cumprir a promessa capitalista de deixar *nada a desejar*. Ambição esta que tem produzido no mundo contemporâneo, mas especialmente no campo educativo, muito mais embaraços do que ensejos à subjetivação e às aprendizagens.

DO ENCONTRO DA PSICANÁLISE COM A EDUCAÇÃO

O encontro da psicanálise com a educação constitui hoje um campo já consolidado, no qual encontramos muita produção teórica com implicações importantes para a prática (e aqui estou pensando tanto na prática educativa, como também na clínica), trata-se de um encontro que já rendeu muito (posições contrárias, favoráveis) e não pretendo aqui recuperar toda esta história, mas apenas marcar qual o lugar do qual eu procuro falar, qual posição me parece interessante e na qual eu me autorizo a dizer coisas sobre um campo que não é o meu de origem.

Em primeiro lugar, é preciso sempre cuidar para não recairmos no lugar de, desde nosso campo de origem, ditarmos "verdades" sobre o campo do outro, como se houvesse uma diferença hierárquica entre os campos que permitisse que um soubesse mais do que o outro. Isso é especialmente importante já que nos tempos atuais, por razões que vamos conversar mais adiante, de um lado há saberes que se outorgam o direito de ocupar o lugar da verdade, e de outro, a pedagogia não cessa de demandar aos campos vizinhos que lhe ofereçam um saber (ou uma verdade) sobre sua prática. Isso aponta para uma espécie de ética neste encontro que não deve nos abandonar quando nos dispomos a erguer ações e intervenções neste campo: não ceder à tentação de ocupar esse lugar de detentor de um saber capaz de guiar o professor e seu aluno na sala de aula, conduzindo-os a um "bom termo" ou, para usar termos do momento, a resultados de sucesso e eficiência. E, isso, fazemos por dois motivos pelo menos: primeiro, não detemos esse saber, e segundo, é importante nos mantermos em uma posição

1 Termo proposto pelo psicanalista Contardo Calligaris em seu artigo "A sedução totalitária" (1991).

tal que ajude o professor a reconhecer um saber próprio sobre seu aluno, sobre sua posição e sobre sua prática. Dizendo de outra forma, ajudamos bastante se contribuirmos para que o professor reconheça naquilo que ele pensa e faz, um saber.

A contribuição da psicanálise, então, não se dá pela via da oferta de saberes que conduziriam a uma relação pedagógica ideal, sua contribuição se dá pelo avesso disso, ou seja, revelando "a precariedade inerente a todo ato educativo" (Voltolini, 2012, p. 11), ou, podemos dizer também, revelando o impossível contido no desejo de alcançar uma medida justa e exata nas intervenções. O impossível, de que se trata?

DO IMPOSSÍVEL DO EDUCAR

Foi em duas breves passagens que Freud mencionou a educação como uma das profissões impossíveis. Ele próprio não se pôs a fazer essa afirmação trabalhar, mas deixou pistas do que estava querendo dizer e de consequências para o campo da educação.

A primeira menção ocorre no Prefácio ao livro "Juventude abandonada", de Aichorn (1925). Neste pequeno escrito, Freud mencionará as três profissões impossíveis (educar, governar e psicanalisar) para dizer que não tem como oferecer mais do que uma contribuição singela à educação, tendo estado tão ocupado com outro impossível. Neste texto, Freud define a educação como aquela responsável por "orientar e assistir as crianças em seu caminho para adiante e protegê-las de se extraviarem" (*ibidem*, p. 341).

De forma bastante semelhante a essa proposição freudiana, Hannah Arendt irá afirmar que é função da educação proteger a criança dos perigos do mundo, mas ela não deixa de prosseguir afirmando que à educação cabe também proteger o mundo dos perigos da criança.

De pronto, todos parecemos concordar com o fato de que as crianças precisam ser cuidadas, mas de que forma mesmo uma criança pode se tornar uma ameaça para o mundo? E por que seria tarefa da educação se ocupar disso?

Em primeiro lugar, Hannah Arendt está apontando para a condição das crianças de serem voluntariosas e estarem mais próximas dos caprichos do que da ponderação, e distantes ainda da possibilidade de tomar decisões balizadas por uma medida que não seja a sua própria vontade. Toda criança pensa o mundo à sua medida, mas a medida do mundo é exterior à criança, equivale à castração. E, do ponto de vista da psicanálise, educação e castração são termos equivalentes que apontam para operações de enquadre (de gozo) que devem acontecer tanto para que o sujeito se constitua, como também para que o mundo não se veja ameaçado. À educação cabe, portanto, uma dupla tarefa, proteger a criança e o mundo.

Em "Análise terminável ou interminável" (1937), escrito no qual Freud irá se debruçar sobre a questão dos limites e dos alcances da psicanálise, ele a colocará novamente no rol das profissões impossíveis em relação às quais podemos estar certos de que chegaremos a resultados insatisfatórios. Neste mesmo escrito, Freud deixará claro, porém, que "insatisfatório" para ele não tinha uma relação de equivalência com o "irrelevante". É insatisfatório posto ser impossível responder plenamente às exigências de um ideal.

Veremos como o impossível, como nos disse Freud, não aponta para nenhum tipo de impotência, pelo contrário, diz respeito a uma espécie de enquadre ou de baliza que abre um leque de possíveis dentro de um campo.

Como todo aforismo, a afirmação de que a educação é impossível se apresenta de modo enigmático, posto condensar vários percursos de discussão teórica. Desta forma, para que possamos extrair a densidade e a complexidade que ele comporta, faz-se necessário recuperarmos esses fios de discussão, e é o que pretendo fazer a seguir destacando três aspectos fundamentais desta formulação.

1. A mediação da palavra

A ferramenta por excelência da educação é a palavra que um adulto endereça a uma criança. E, justamente, esta mediação conduz a um imponderável e fora do controle. Isso porque a palavra se caracteriza por

ser inexata e imprecisa. Ela é marcada por uma disjunção entre o dito e o dizer, entre o enunciado e a enunciação. Toda palavra é gestada em um lugar de enunciação do sujeito, que lhe é inconsciente. E, por conta disso, esta sempre portará um a mais ou um a menos de sentido. Por mais que eu me esforce pra escolher melhor as palavras pra dizer de alguma coisa, sempre falta algo, não é possível chegar a uma precisão absoluta entre o que eu pretendo dizer e o que eu digo. Além disso, eu não tenho como controlar os efeitos desta intervenção sobre o outro. Há um mal-entendido insuperável, que leva a uma necessária falta de controle sobre os acontecimentos.

Esse fato é um fato de estrutura, o que significa dizer que ele é oposto a um fato contingencial. Não se trata de um problema pontual que possa ser reparado. Para o impossível não há reparo, mas há, sim, manejo. E um manejo que deve ter o objetivo de produzir desdobramentos a partir deste impossível, e não de obturá-lo.

2. Sobre a ação de um ideal

Além da ação da palavra, temos também a questão do ideal, trata-se de campos necessariamente submetidos à ação de um ideal. No campo da política, o ideal de uma sociedade mais equitativa, mais justa, no campo da psicanálise, o ideal da cura, e no campo da educação, o ideal de equipar as crianças da melhor forma possível para as exigências do mundo. A questão é que um ideal jamais pode ser cumprido plenamente. Mas se ele funcionar como baliza e não como destino, se agirmos com o objetivo de criarmos aproximações, sem a ambição de alcançar este ponto, o ideal como bússola é aquele que cria as condições de possibilidade em um determinado campo. No entanto, o ideal como meta a ser cumprida é aquele que gera frustração e impotência, porque, como dissemos, estaremos sempre aquém da sua plena realização.

A respeito disso, Freud alertava que a experiência analítica nos ensina que "o melhor é sempre inimigo do bom" (Freud, 1937, p. 264). O desejo de fazer cumprir plenamente um ideal desvaloriza as pequenas conquistas, que são precursoras das mudanças que realmente importam.

3. Práticas decisórias

Por último, temos o fato de que os ofícios impossíveis correspondem a práticas decisórias, ou seja, como não temos controle sobre os acontecimentos, nem temos como prever o futuro, nesses campos precisamos tomar decisões na incerteza. Não há garantias, é preciso suportar os riscos.

O educador está submetido a essa exigência que é constante: tomar decisões, fazer escolhas de direção a seguir, apostar em um certo rumo das coisas. Importante observar que este está sempre tensionado a decidir sobre qual caminho a seguir dentro de um campo polarizado de posições que estão em oposição uma a outra. A própria história da pedagogia evidencia essa tendência: ora esta tende a se ocupar mais das questões singulares, ora guia-se mais pelas exigências sociais, por vezes elabora o currículo escolar de um modo mais abrangente, em outros momentos entende que deve atender às exigências específicas de cada área do conhecimento. A questão é que se me aproximo de uma posição, me afasto da outra, se atendo mais às exigências de uma posição, as exigências da posição oposta acabam sendo negligenciadas. E isso, não por uma falta de habilidade em encontrar uma solução conciliatória, mas porque "há um impossível no esforço de conciliar os opostos" (Voltolini, 2011, p. 37), fazendo da justa medida um ideal estruturalmente inalcançável.

Na conferência XXXIV, "Explicações, aplicações e orientações" (1933), Freud compara o desafio do educador ao do navegador que precisa se manter em sua rota escolhendo o melhor caminho entre dois monstros marítimos, Cila e Caribdis (Odisséia, Homero). Em meio a tempestade, o navegador precisa driblar intempéries e evitar se desviar demais de sua rota. Se vai muito para a direita, corre o risco de se aproximar de Cila, por outro lado, na direção oposta, está Caribdis, tão terrível quanto ameaçador. Não sendo possível manter-se numa linha reta, o navegador está o tempo todo tendo de tomar decisões que não estão livres de risco.

Acontece que esses três campos estão sempre no risco de se verem capturados por uma ambição que vai na contramão dessa disposição para lidar com a falta de garantias e com a falta de controle sobre os acontecimentos. Uma ambição que se acirra na direção do controle. Numa sala de aula, isso vai se traduzir nas tentativas de fazer coincidir a realidade da criança com o ideal de criança.

Identificada com o discurso da ciência, a pedagogia moderna decidiu apostar suas fichas nas certezas e na fixidez de um discurso que pleiteia dizer toda a verdade sobre a criança, garantindo assim seus rumos. Essa suposta verdade que este discurso veicula, está atravessada por ilusões próprias aos campos da psicologia e da medicina, ilusões essas que supõe possível promover uma adequação absoluta entre o que seriam as necessidades da criança e a intervenção do adulto. Daí a repetição de um pedido dos professores na direção de saber mais sobre a criança: a escola e seus atores estão submetidos a essa ilusão de que saber mais sobre a criança poderia garantir um saber fazer com a criança.

Sabemos, no entanto, que "A" verdade não existe, não há saber que dê conta da questão da verdade. Essa é uma das faces do impossível: não há verdade que possa ser dita. A verdade só pode ser não-toda dita.

Podemos dizer que quanto mais esses discursos de certeza estão presentes em um determinado campo, menos favorável este campo será à produção de efeitos subjetivantes e de aprendizagens. Podemos dizer também que os equívocos ou as distorções que hoje pululam no campo educativo são efeito do não reconhecimento do impossível ou de uma indisposição para com ele.

Por outro lado, explicitamos desta forma a especificidade da exigência que se dirige a todos aqueles que se aventuram nos impossíveis: requer-se destes a disponibilidade para improvisar respostas no imprevisto dos acontecimentos. Este é o maior legado de toda esta reflexão sobre os impossíveis, bem como seu maior desafio.

DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO

Quando falo em condições de possibilidade da educação estou me referindo ao fato de que a educação exige certas condições para se efetivar. Sem a presença de alguns elementos mínimos próprios à estrutura deste campo, a educação pode se tornar o seu inverso, ou seja, pode se tornar anti-educativa. Que condições mínimas são essas?

Para não perdermos a discussão que acabamos de fazer sobre o impossível: uma das condições de possibilidade da educação é, paradoxalmente, o impossível. É o seu reconhecimento, como já dissemos, que abre um leque de possíveis dentro de seu campo.

Além disso, a educação depende de uma distância geracional, que carrega consigo as questões da responsabilidade e da autoria. A palavra que um adulto dirige a uma criança se esvazia de seu potencial educativo quando ela não é proferida em nome próprio. Não há como educar, sem se implicar. Assim como, não há como educar, sem correr certos riscos.

Nos tempos atuais, tornou-se frequente o fenômeno de educar em nome dos manuais, em nome de um saber outro que não o meu. Falar "em nome de" produz um paradoxal "alívio" do peso da responsabilidade: isenta o adulto de sua responsabilidade por suas escolhas e pelos seus atos, afinal, em última instância, se algo fracassar, ele pode acusar um outro.

O discurso cientificista faz veicular um semblante de saber que versaria sobre uma suposta verdade sobre a prática pedagógica, respondendo às ilusões de controle e previsibilidade que animam a cena pedagógica hoje. A ambição em questão (ou ilusão) é de que quanto mais conhecimento se tenha sobre a criança, mais podemos tornar nossa intervenção precisa. Acontece, no entanto, que não apenas este saber não traz nenhum tipo de garantia, como inclusive, ele atrapalha.

O saber do cientificismo ou os semblantes de saber paterno atrapalham porque colocam o sujeito na direção errada: ao invés de se manter em movimento a partir de um enigma ou de uma pergunta, ele empaca insistindo em fazer coincidir o saber em questão com a realidade da criança.

DE COMO UM SEMBLANTE DE SABER PATERNO PODE DESAPARELHAR A EDUCAÇÃO DE SUAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE

O saber paterno é pedra angular da constituição subjetiva, e funciona como uma referência para as escolhas do sujeito. Como toda e qualquer referência, ele não garante o fim da história, apenas oferece balizas pra tomadas de decisões e escolhas.

Com isso, podemos dizer que o saber paterno permite a um sujeito vetorizar. O que isso significa? Que, mesmo sem saber, há uma direção que o inspira que é relativa a sua verdade, ou, se preferirmos, a seu desejo.

Importante lembrar que é próprio aos vetores dar a direção, mas não traçar o caminho. Dentro desta lógica, uma das maiores identificações do sujeito desiderativo é a incerteza, a não previsibilidade, e o risco que daí decorre.

Aconteceu, porém, com o advento do mundo moderno, por efeito da imisção de um novo discurso no social, que os homens passaram a se pautar pela exigência de eliminar o incerto, o risco e produzir garantias (de sucesso).

Estou propondo pensarmos que este saber, que integra a estrutura deste novo discurso, é um semblante de saber paterno posto oferecer-se como um saber acessível e compartilhável, aliviando o homem contemporâneo das aflições que inerentemente acompanham as escolhas, as tomadas de decisão e, para chegar a um tema que está mais particularmente ligado ao tema da educação, às aprendizagens.

Quando, por exemplo, uma criança recebe um diagnóstico e se identifica com este lugar, ela está fazendo uso de um discurso de certeza, que oferece um saber sobre si mesmo. A identificação está do lado da alienação e ela tem valor de resposta para o sujeito, por isso ela é tão importante, quanto necessária. Não estou aqui criticando as identificações, mas um tipo de sedução e de engajamento que esses saberes de empréstimo produzem sobre os sujeitos, localizáveis em inúmeros casos de crianças encaminhadas com questões em suas aprendizagens.

Ao engajar-se a esse saber, o sujeito se aliena de sua verdade e produz-se, deste modo, um efeito de desimplicação nos vários atores que participam da cena educativa: os pais, crentes que o professor, o médico, o psicólogo ou a ciência sabem mais sobre seu filho, deixam de apostar em seus próprios saberes; o professor, quando seu aluno "difícil" recebe um diagnóstico, também tem a tendência a compreender que se trata de um caso para um especialista; e o aluno, ao se identificar com o lugar daquele *que-nada-sabe* no qual é colocado, deixa de se lançar no esforço e no risco inerentes a qualquer processo de aprendizagem.

A contribuição da psicanálise, nesse cenário, está em apontar para o fato de que o controle almejado não é exequível, e isso não por uma impotência ou por algum tipo de deficiência, mas por uma impossibilidade estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. (1958) A crise na educação. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CALLIGARIS, Contardo. A sedução totalitária. In: *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991.

FREUD, Sigmund. (1925) Prefácio à juventude desorientada. In: *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ . (1933 [1932]) Conferência XXXIV. *Explicações, aplicações e orientações". In: Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud,* vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ . (1937) Análise terminável ou interminável. In: *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

VASCONCELLOS, Flavia Maria de. "*Não sei ainda, posso pensar?*: os impasses escolares como um sintoma social". Dissertação de mestrado, FEUSP, 2012.

VOLTOLINI, Rinaldo. *Educação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Flavia Vasconcellos
Psicanalista, mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP, fundadora e coordenadora do Grupo de Apoio à Escolarização Trapézio.

TRABALHOS

ONDE ESTÃO OS PAIS DA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS[1]

Adela Stoppel de Gueller

RESUMO

Durante meio século a história da psicanálise com crianças foi pautada pelos lineamentos decorrentes do Colóquio sobre análise infantil realizado na British Society, em Londres de 4 a 18 de maio de 1927 que entronou Melanie Klein e Anna Freud como suas genuínas mães. Um dos efeitos que se produziram foi que a psicanálise com crianças consagrou-se como um campo de mulheres. Contudo há por trás delas o que podemos considerar seus pais ou seus avós, que não foram reconhecidos como genitores, entre eles estariam Wulf, Ferenczi, Abraham, Jung e Max Graf. Quais as razões desse recalque originário? O que se esconde por trás desse apagamento? Que efeitos isso teve sobre a prática psicanalítica com crianças?

PALAVRAS-CHAVE: História da Psicanálise com crianças, escritas da clínica, Sigmund Freud e Carl Jung, Karl Abraham, Max Graf.

Porque a prática clínica com crianças é prioritariamente conduzida por mulheres? Um dado significativo: desde 2004 até hoje, no curso de formação em psicanalise com crianças aqui no Sedes tivemos 435 matriculas de mulheres e 19 de homens!

É consenso no meio analítico que Melanie Klein e Anna Freud são as mães da psicanálise com crianças. Mas será que ela também tem pais? Venho pensando essa questão a partir de ter encontrado ricas experiências de análises com crianças conduzidas por analistas homens. Todas elas são anteriores a 1927, ou seja, anteriores ao Colóquio sobre análise infantil, data que é situada como nascimento oficial dessa prática. Por que essas experiências foram recalcadas? O que se esconde na pré-história da psicanálise com crianças?

Vários analistas de peso se aventuraram nesse terreno mas seus nomes não constam como pioneiros, dentre eles Ferenczi e Abraham os dois analistas de Melanie Klein, Wulf e Jung e obviamente Max Graf.

Desses tempos primordiais sobreviveu um único vestígio: o pequeno Hans, uma das 5 grandes psicanálises de Freud. Contudo, o fato desse caso constar na obra de Freud desse modo, parece manter o recalque sobre o lugar do analista da criança, seu pai. Freud se refere a Max no texto de 1909 como "o pai", "um próximo aderido", "um aluno", "um analista "iniciante". Mas como diz Martine Gauthron[2] , o trabalho de transcrição de Freud deixa na sombra a versão de Max Graf sobre a análise de seu filho. Por que Freud opta por esse velamento? Por que se deixou na sombra a incidência que a presença real do pai teve na condução do tratamento? [3]

Os poucos elementos destacados por Freud sobre o lugar do pai de Hans eram que ele reunia (Vereinung) a autoridade paterna e a médica numa pessoa só e enodava (Zusammentreffen) o interesse afetivo com o interesse científico. Isso constituiria Max, segundo Freud, em o único Outro da palavra possível para levar adiante a análise com uma criança. Hans só poderia confiar e colocar no lugar de suposto saber seu pai. Essa afirmação deu lugar a longas controvérsias sobre se a criança era capaz de estabelecer transferência com alguém que não fosse sua mãe ou seu pai em função de sua neurose ser atual, ou seja, não ter se desligado ainda dos vínculos originários.

Contudo, Geissman e Geissman relatam que mesmo antes do caso Hans ser publicado Freud já afirmava que a criança era capaz de estabelecer transferência. Em 1907, mais precisamente em 13 de maio Jung escreveu

---

1 O trabalho faz parte de projeto de pós-doutoramento "Escritas da clínica psicanalítica com crianças: história e transmissão da experiência" em execução, atualmente, na UERJ sob supervisão de Ana Costa que tem subsídio da Capes.

2 Max Graf, go-between entre Freud e Hans. Martine Gauthron, VER. Littoral, No 34-35, 1992: 151-158

3 Max Graf disse em entrevista a K. Eissler disse: "meu filho que tinha nesse momento quatro anos, desenvolveu uma fobia, uma angústia em presença dos cavalos. Era impossível tirá-lo do apartamento porque temia os cavalos. Tive então que usar a psicanálise com ele. Quero dizer, em minhas conversações, quando ele contava seus sonhos e sem que tivesse que deitar-se num divã, sem que pudesse compreende-lo. Cada dia registrava isso imediatamente e assim explorei eu mesmo esse material para descender um pouco mais longe no inconsciente. E quando lhe contei a Freud me disse que era muito importante dar-lhe o que havia registrado cada noite depois das conversações com a criança, não é verdade? Procedi com esse tratamento psicanalítico adaptando-o a uma criança. Até o momento no qual o sintoma da angústia ,da fobia aos cavalos, desapareceu.(Fort Dá No. 10, 2009)

a Freud: “Tenho em tratamento analítico, no momento, uma menina de 6 anos com masturbação excessiva, e mentiras, que alega ter sido seduzida por seu pai. A coisa é bem complicada, você tem experiência com crianças?”.

Jung disse que ensaiou a hipnose com essa menina porque a ab-reação e a sugestão não tinham dado resultados. E a partir do escutado lhe perguntou a Freud: “De onde a criança conhece todas as histórias sexuais?“ Jung diz que na primeira sessão ela alucinou espontaneamente uma salsichinha para assar, que a mulher dizia que ficava cada vez mais grossa”. Eu lhe perguntei onde ela via a salsicha e ela disse “sobre M. o doutor!”. (Geissman e Geissman: p. 65)

Freud ainda respondeu na carta 23 de maio de 1907, “o fato de que a criança não fala provém daquilo que se coloca inteiramente e plenamente na transferência, como sua observação mostra”. (Geissman e Geissman, ibid:....)

Chama a atenção que, embora Freud ainda esteja pensando a transferência como uma resistência, não duvidava da capacidade da criança de deslocar para a figura do médico o lugar da autoridade e o saber. Freud então parece precisar justificar que a análise seja conduzida pelo pai talvez porque não estava muito convencido sobre o procedimento.

O fato é que Jung, não quis ficar para atrás e apresentou, junto a Freud na Clark University, o caso Aninha. Tratava-se da análise de sua filha mais velha, Ágata, que nesse momento tinha 4 anos. [4]

Vale a pena destacar que esse é o primeiro caso, de uma série, em que se esconde que o pai é o analista da criança. Jung diz: “recebi de certo pai, entendido em psicanálise, uma série de observações a respeito de sua filhinha de 4 anos”[5]. Um procedimento muito semelhante será usado por Melanie Klein ao apresentar o caso Fritz como o filho de uns vizinhos, em 1919.

Temos até aqui um pai deixado na sombra pelo pai da psicanálise, e um pai escondido atrás de “certo pai”. Freud é o pai que vela pela psicanálise. Max Graf é o pai velado por trás de Freud, Jung é o pai que não se revela.

Que a história da psicanálise com crianças tenha tido início com a análise dos próprios filhos talvez não seja um dado conjuntural. Ao considerar essas histórias como erros de uma prática que dava seus primeiros passos, não fazemos mais do que voltar a recalcar. A proximidade do incestuoso que nesses relatos emerge incomoda, logo, não é por acaso que essas experiências fundantes tenham caído no mais profundo esquecimento. Acreditamos que elas evocam o fantasma fundamental que essa prática suporta na medida em que o incesto é aquilo que precisa ser recalcado. Isso não significa, que nós analistas devamos instaurarmos como baluartes das resistências, nem que repitamos sem querer relembrar. Isso bem pode ensurdecer nossa escuta e deixar-nos inoperantes ao receber uma criança e seus pais.

LEVANTANDO O VÉU

A propósito da publicação de Jung, Freud comenta: “Reli com prazer a fascinante história das crianças (Aninha e Sofia), lamentando, entretanto, que o pesquisador não dominasse o pai por completo; ela é de fato uma saliência delicada, quando poderia ter sido diamante bruto, e, devido a tal sutileza, a lição se perde para a maioria dos leitores. No medo de que o pai as queira afogar, percebe-se o simbolismo dos sonhos com água (mascaramento do nascimento). Pena que as analogias com o pequeno Hans não sejam devidamente trabalhadas, senão aqui e ali, pois o leitor é, por definição, um simplório, e é preciso que lhes esfreguemos as coisas no nariz.” [6]

Como vemos a questão do pai estava no centro das discussões entre Freud e Jung naquele momento. Mas quem não dominava o pai por completo, Freud ou Jung? Numa outra carta Freud escreve a Jung: “[...] decerto o senhor distingue (no caso Aninha) as principais facetas do caso Hans. Tudo aí não poderia ser típico? Tenho muita fé num complexo nuclear das neuroses que dá origem às duas resistências básicas: o medo do pai e a descrença nos adultos, ambas integralmente transferíveis para o analista.”[7]

---

4 O trabalho foi publicado com o nome de Conflitos da alma infantil.

5 C. G. Jung, op. c it., p.13. O mesmo procedimento será utilizado por Hermine Hug Hellmuth no Diario de uma adolescente. No prefácio ela diz: “Recebi das mão de uma adolescente....” Hellmuth, H. Journal d´ une petite fille. Ed. Seuil, Paris, [1928] 1975.

6 S. Freud, A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G. Jung, op. cit., p. 362. (Em carta de 18 de agosto de 1910 – grifo nosso.)

7 S. Freud, A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G.Jung, Rio de Janeiro, Imago, 1993, p.227. (Em carta de 25 de janeiro de 1909.)

Freud tinha razão em apontar as semelhanças entre Ágata e Herbert Graf. Ambos começam sendo observações e só depois se tornam tratamentos em função do surgimento de sintomas fóbicos. Será que é justamente essa observação tão atenta e minuciosa a que propiciou o surgimento das fobias? Seriam as fobias uma resposta do sujeito para velar o olhar dos pais?

No início, Ágata faz perguntas sobre a sexualidade e a morte a mãe e sua avó. Ela estava com medo de perder o amor da mãe em função da aparição de um irmãozinho e não sabia com quem devia se identificar: com a mãe ou com a ama de dava de mamar a seu irmão? E insistia em perguntar se a mãe mentia para ela. Nesse momento surge uma fobia de terremotos. Tinha havido um terremoto em Messina, Italia, com 75000 mortos e Aninha pede que a avó lhe conte: como tinha tremido a terra? Como tinham caído as casas? Como milhares de pessoas tinham morrido soterradas? Ela começa a ter medo de ficar a sós. Se a mãe não ficava ao lado de sua cama, à noite, dizia que "o terremoto viria e a casa cairia, matando-a"[8]. Quando saía de casa, perguntava: "A casa vai estar inteira quando voltarmos? Papai ainda vai estar vivo? Tem certeza de que lá em casa não tem terremoto?

Ágata acordava gritando: "O terremoto está chegando! Ouço o rugido dele!" Esse curioso substantivo, dá uma pista para pensar que o terremoto é como um leão, logo ele poderia ser um substituto da figura paterna, se supomos uma operação semelhante à que Freud inferiu com o cavalo de Hans. O terremoto, assim como o cavalo, é uma figura ameaçadora, temida. Mas o traço que Aninha extrai dessa figura é o rugido que remete a voz do pai. Não é uma boca que morde e pode arrancar uma parte preciosa do corpo como o cavalo, mas um rugido que faz perder o chão. Jung não faz essa inferência. Foi esse o motivo da crítica de Freud? Temos assim nesse pequeno fragmento do caso os dois elementos apontados por Freud como constituintes do complexo nuclear das neuroses e que reaparecerão na transferência como resistências na análise: o medo do pai e a descrença nos adultos.

Ágata igual que Hans não queria sair de casa, temia perder seu pai, o terremoto podia separá-los para sempre. Que seria dela sem seu pai? Que garantia tinha de que ela voltaria e o encontraria vivo? Que nenhuma fenda na terra a impediria retornar? Deixemos essas preguntas em suspense para apresentar outro dos casos recalcados da história da psicanálise com crianças. Trata-se da análise que fez Abraham com sua filha mais velha Hilda. Abraham escreveu *Pequena Hilda: fantasias e sintoma em uma menina de* ***sete anos*** *de idade* em 1913, mas não o publicou. Por que Abraham guardou o diário a sete chaves? [9]

O sintoma de Hilda era falta de atenção e Abraham começa a analisa-la em função de uma queixa da professora. Hilda era inteligente e a desatenção desaparecia se ela se interessava por algo, como uma história que lhe era contada. Um dia saíram para andar e ele lhe explicou que, como médico, ele realmente gostaria de saber o que estava havendo com ela, por que ela nunca prestava atenção na escola, continuamente devaneava em casa e, deitava acordada por tanto tempo à noite. Ela disse que se esforçava para ter pensamentos agradáveis na escola mas então vinham pensamentos feios e proibidos que se misturavam. Disse que tinha 3 fantasias recorrentes mas ao tentar falar delas nomeou só duas. A primeira fantasia dizia respeito a macacos. Como se houvesse um alçapão no chão de seu quarto e, em baixo dele, houvessem alguns macacos que pudessem lhe fazer algo. A segunda se referia a uma chama fogosa que poderia sair do chão. De repente, ela se lembrou que também pensava em gigantes... No entanto, ela sabia que eles apenas existiam nos contos de fadas. Então o pai apelando a sua autoridade de médico disse: frequentemente, ouvi falar de sonhos de crianças no qual um cachorro despertou ansiedade, mas o cachorro, na verdade, representava um humano.[10] Ela, imediatamente, entendeu que na verdade estava com medo de homens, que, em suas fantasias, havia transformado em gigantes. Dois dias depois, ela trocou a palavra 'gigantes' por 'homens maus´ e disse que poderia haver ladrões que entrassem em casa e poderiam lhe fazer algo. Poderia levá-la com ele para ver sua esposa, poderia "querer ter uma criança', poderia deixá-la morrer de fome. Se o ladrão a levasse embora, não seria possível voltar para casa novamente. Aí falou do macaco que poderia devorá-la. Enquanto ia contando a história do ladrão, seu comportamento mudou de um jeito estranho, comentou Abraham. "Ela pegou meu braço, beijou a manga do meu casaco, enroscou a cabeça perto de mim, e foi tão amorosa e terna, em palavras e olhares, que eu tive a impressão de que havia aspectos

8 C. G. Jung, op. cit., p.21.

9 Esse texto tem a forma de um diário e foi publicado por primeira vez em 1974 na International Review of psycho-Analysis com notas de Dinora Pines, psicanalista da British Society, amiga de Hilda.

10 Abraham está se referindo provavelmente ao caso de citado em WULF, M. Beitrage zur infantilen Sexualitat. Zentralblatt für Psychoanalyse, 2, 6-17.

positivos em sua ansiedade a respeito do homem mordaz e "assumi que eu mesmo devo ser um deles." Ela então quis falar da chama e disse que também poderia leva-la embora. Então, ela me perguntou se eu já havia escutado de outras pessoas algo parecido e o que eu havia oferecido a elas. Eu disse que as pessoas se sentiam melhor quando falavam de seus pensamentos para o doutor, e, então, à noite podiam deitar em paz na cama. Então ela perguntou: "eles te consultam com mais frequência, não é?" Pouco tempo depois Hilda falou dos macacos que poderiam mordê-la, que um rato poderia pular da cabeceira para sua cama, rastejar por baixo dos lençóis e mordiscá-la, que o homem mau que poderia vir e pegá-la. Ele a faria morrer de fome ou a morderia, ou a levaria a um policial e contaria a ele que ela tinha feito algo mau, e assim ele a colocaria na prisão. Abraham então falou para Hilda sobre a auto censura das crianças e lhe explicou sua conexão com a masturbação, que ela confessou.

O segredo a sete chaves falava da fantasia de sedução da menina pelo seu pai. Hilda com 7 anos se excita e tem medo do pai. As fantasias de ser roubada, de morrer de fome, de ser mordida ou ser sequestrada falam de seus desejos eróticos transformados em masoquísticos por influência do sentimento de culpa decorrente da incorporação do pai que tornou-se voz do supereu. Reencontrava-se assim o fantasma que tinha dado origem a psicanálise?[11] O fato do pai da realidade estar na posição de analista situava a sedução como uma cena real ou fantasiada? Realidade psíquica ou realidade material ou histórica? Freud sempre disse. Non liquet. "Essa diferença que outros[12] consideram fundamental, esta diferença não é essencial" (....) As crianças traduzem (umsetzen) esses impulsos em atos. E é disso que falam as teorias sexuais infantis. (Le Gaufey, ibid, pag.31)

Se a menina nutre fantasias eróticas em relação a seu pai, pode o pai, ou um homem ser o analista? Não alimentaria o pai ou um analista homem ainda mais essa produção? Nesse mesmo ano Freud escreve Totem e Tabu (1913), texto que instaura a proibição do incesto como universal e decorrente do pai morto, ou nos termos de Lacan, do pai simbólico. Então reformulando a mesma questão, o fato do pai ser analista impediria o assassinato do pai? Impediria ao pai tornar-se guardião da proibição do incesto? Ou ao contrário, seria a análise de crianças um tempo/lugar que possibilitaria o assassinato do pai propiciando assim a transformação do pai imaginário em pai simbólico?" (Le Gaufey, ibid, 34).

Seja para salvar o pai de ser assassinado ou para possibilitar livrar-se da prisão que o pai imaginário perpetua, até aqui a proibição de ter um analista homem recairia sobre as meninas, mas o que pensar dos meninos? Só tomaremos um fragmento do caso Hans para poder continuar nossa interrogação. O diálogo entre Hans e seu pai acontece três dias depois da visita a Freud: O pai pergunta ao menino por que veio para a cama dos pais:

Hans: quando não tiver medo não virei mais.

Pai: Então você vem para junto de mim porque está assustado?

Hans: Quando não estou assustado eu fico assustado; quando não estou na cama junto com você fico assustado. Quando eu não estiver mais assustado eu não venho mais.

Pai: então você gosta de mim e se sente aflito quando não está na sua cama, de manhã? E por isso é que você vem para junto de mim?

Hans: Sim, por que é que você me diz que eu gosto da mamãe, quando eu gosto é de você?

A interpretação de Freud assinala o aspecto reativo do exagerado amor de Hans pelo pai que teria por finalidade mascarar a ambivalência dos sentimentos. Tal interpretação deixa na sombra a identificação do menino com a mãe e seus desejos eróticos em relação ao pai. Freud vê o engodo em que Hans se encontra e diz que essa é a causa da angústia. (Freud, 1909, vol. 10: p38). "O pai não compreende tudo, pois durante esse diálogo só compreende a hostilidade do pequeno para com ele, que eu tinha afirmado em nossa consulta". Ou seja, Max insiste em sublinhar a versão positiva e normatizante do Complexo de Édipo, sem no entanto ver que a angústia é causada pela indecisão em relação a escolha objetal.

Na sequência Hans fala do temor de que seu pai não volte para casa e pouco depois usa a seguinte expressão: "Pai não "trotes" (davonrennen) de mim". Felizmente a expressão conserva o sentido em português. Conhecemos

11 Abrahmam voltará falar dessa fantasia num pequeno texto publicado em 1917, Algumas ilustrações sobre a relação afetiva de pequenas meninas para com seus pais. Fala ali de duas meninas: Elsie e Hellen, centrando-se nas manifestações de desejo de morte da mãe e dos sentimentos eróticos em relação ao pai expressados sem inibição, ambas tinham nesse momento 4 anos. Acreditamos que Helen é Hilda Abraham. Mas Abraham não revela a fonte do material.

12 Le Gaufey, assinala: "outros, der Anderem, é Jung". Le Goufey, Pai então no vês que estou queimando? In Littoral. Do Pai, Companhia de Freud, 2002, pag:31.

o trote pelo qual os calouros passam como ritual de passagem, ritual que teve origem no colégio militar[13] , durante esse período os calouros não podem andar, só correm, trotam, como os cavalos. Isso indica que o pai ainda é visto por ele como um irmão mais velho, um veterano, ou seja, que o pai não é ainda um oficial, e por isso nem a diferença dos sexos, nem a diferença de gerações estão simbolicamente diferenciadas. (Freud, S. 1909: 39)

Lacan distinguiu três registros e não dois como Freud para tentar sair do engodo do no liquet. Em Freud há o pai da realidade e o pai da fantasia. Em Lacan há o pai real, o simbólico e o imaginário. O pai simbólico é o pai morto, eternizado pela culpa dos filhos, é aquele que proíbe gozar da mãe. Só o pai morto consegue ser guardião/vigia da lei. Só seu nome talhado no túmulo é garantia da proibição do incesto.

O pai imaginário, é o pai edipiano, por excelência. Ele tem duas faces, como pai terrífico é uma versão masculina da mãe onipotente que impede gozar da mãe, como figura protetora é como um irmão mais velho. É um herói mas também é excessivamente libidinoso.

O pai real surge sempre como um mau encontro (tiqué) entre o pai e o filho. Nesse momento, puramente contingente, uma fenda se abre entre ambos. Esse instante transformador tem consequências decisivas na constituição subjetiva da criança já que possibilita a transformação do pai imaginário em simbólico. Trata-se então do instante em que se comete o assassinato do pai, ou o que poderíamos denominar também o momento do despertar do sonho, por isso Le Gaufey o denomina o morto-pai (diferenciando-o do pai-morto). Trata-se e do guardião do sonho que fica dormido deixando a criança pegar fogo. Pai não vês que estou queimando grita o filho e o faz despertar.

> *"Quando o filho –menina ou menino –corre em direção ao pai para tocar nele o ponto vivo da paternidade, o pai como causa no processo de filiação, acontece correntemente de ele ou ela malograrem, e este malogro é o assassinato do pai. Não, portanto, sei lá que agressividade de rivalidade edipiana –em que nossos modernos psicólogos se apressam em ver um "assassinato simbólico" que emanciparia a criança da tutela paterna -, mas um encontro fracassado, algo que não advém e que, a este título, produz uma espécie de estrago inteiramente essencial no processo da subjetividade" (Le Goufey, ibid. p.33)*

É por isso que, para o filho, o pai real, frequentemente, encontra figurabilidade no filho desejado que o pai não dá, doravante denominado falo imaginário, já que por mais generoso e disponível que o pai for, isso o pai não dá. E, por esse motivo, o agente da operação simbólica da castração é o pai real .

Trabalhamos sobre três desses primeiros casos da pré-história da psicanálise com crianças. O ponto em comum entre eles é que as três crianças foram analisadas por seus pais. O que ficou sepultado junto com essas histórias? Chama a atenção que os primeiros tempos da psicanálise com crianças pareçam precisar de recalque de modo análogo a sexualidade infantil. Mas se a psicanálise já adquiriu maturidade suficiente talvez seja a hora de levantar o véu para não precisar eternamente repetir.

EPÍLOGO

Em 1908, isto é, no mesmo ano que Freud escrevia Sobre as teorias sexuais infantis e Jung fazia seus primeiros ensaios com crianças, do outro lado do canal da Mancha, mais precisamente em Londres, Jones trabalhava no West End Hospital. Ele atendeu uma menina de 10 anos que sofria de paralisia histérica. Após ser atendida pelo Dr. Jones ela contou "a outras crianças que o doutor tinha lhe falado sobre temas sexuais". Moral da história: Jones foi acusado pelos pais da menina de pedofilia e teve que renunciar a seu cargo. Realidade ou fantasia infantil? Non liquet, diria Freud. Acreditamos que essa cena representa a realização do fantasma mais temido da psicanálise com crianças e que a afastou os analistas homens a se aventurar nesse campo. Nesse sentido então podemos concluir que mais do que salvar o pai, tratava-se de pôr um véu sobre a verdade intragável que o polimorfismo perverso da infância tinha implantado desde os Três Ensaios cujo correlato é o pai sedutor. Mas agindo desta forma não estaria a própria psicanálise recalcando sua maior descoberta? (Rodrigué, E., 1996:199)

13 Casto, Celso O trote no colégio Naval: uma visão antropológica. Antítese, Vol 2, No. 4, julh-dez 2009, pag. 569-595. Acessado em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses

A psicanálise com crianças parece ser, nesse sentido, um campo sempre fértil para fazer germinar resistências á psicanálise e na própria psicanálise, ou seja, uma espécie de doença autoimune gestada pela própria psicanálise. Ela porta a peste que Freud implantou. Afastar os pais, permitir que educadores e não médicos a exerçam ou amenizar as falas das crianças através do jogo, podem por um véu que é necessário mas não conseguirão eliminar a peste que ficou incorporada ao psicanalisar crianças e lhe deu origem. (Derrida,1997: 10)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, K (1917) Some illustrations on the emotional relationship of little girls to the parentes in Clinical Papers and Essays on Psycho-analysis acessado em *http://books.google.com.br/books?id=XFNrLPjAty8C&lpg=PA52&ots=7-P3h2cqFw&dq=karl%20Abraham%201917%20some%20illustrations%20on%20the%20emotional%20relationship%20of%20little%20girls%20to%20the%20parents&hl=pt-BR&pg=PA53#v=onepage&q=karl%20Abraham%201917%20some%20illustrations%20on%20the%20emotional%20relationship%20of%20little%20girls%20to%20the%20parents&f=false*

ABRAHAM, K. (1974[1913]) Little Hilda: Daydreams and a Symptom in a Seven –Year –Old Girl. International Review of Psycho-Anaylysis 1: 5-14.

CASTO, C. (2009) O trote no colégio Naval: uma visão antropológica. Antítese, Vol 2, No. 4, julh-dez 2009, pag. 569-595. Acessado em *http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses* em 4/10/2014

DERRIDA, J. (1997) Resistencias del psicanoanálisis. B. Aires. Paidós, 1997.

EISSLER, K (1952) Reportaje a Max Graf in Revista Fort –da n.10, 2008. Acesso em *http://www.fort-da.org/fort-da10/repomaxgraf.htm*

FREUD, S (1907) El Delirio y los sueños en la 'Gradiva' de Jensen. Obras Completas. Vol XIII. Amorrortu Ed., Bs. As, 1996.

FREUD, S. (1905) Tres ensayos de teoría sexual. In: Obras completas. Vol. VII. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

FREUD, S. (1909) Análisis de la fobia de um niño de cinco años (el pequeno Hans). Obras Completas. Vol X. Amorrortu ed., 1996.

FREUD, S. (1910) Cinco Conferencias sobre psicoanálisis, 1910. Vol XI. O.C. Amorrortu Ed., Buenos Aires, 1996.

FREUD, S. (1913) Totem y Tabú. Obras Completas. Vol XIII. Amorrortu Ed., Bs. As, 1996.

FREUD, S. A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G.Jung, Rio de Janeiro, Imago, 1993.

FREUD, S. E ABRAHAM, K Correspondencia Completa Sigmund Freud- Karl Abraham 1907-1926. Editorial Síntesis, Madrid, 2001

GEISSMANN C. e P. A history of Child Psychoanalysis. The New Library of Psychoanalysis. London,1998.

GRAF, M.(1942) Reminiscencias del Prof. Freud. Acesso em *http://elpsicoanalistalector.blogspot.com.br/2014/01/max-graf-reminiscencias-del-profesor.html*

HUG- HELLMUTH, H. [1928] 1975 Journal d´ une petite fille. Ed. Seuil, Paris.

LE GAUFEY, G (2002) Pai, então não ves que estou queimando? In: Joseph Moingt et al. Littoral: do Pai. R.J. Campo matêmico. Pag: 29-36.

RODRIGUÉ, E.(1996) Sigmund Freud. El siglo del psicoanálisis. Ed. Sudamericana, B. Aires, 1996.

WULF, M. Beitrage zur infantilen Sexualitat. Zentralblatt für Psychoanalyse, 2, 6-17.

Adela Stoppel de Gueller
Psicanalista. Doutora em Psicologia clínica pela PUC-SP e Pós doutoranda pela UERJ. Bolsista da Capes. Professora do curso de especialização em Teoria Psicanalítica da COGEAE-PUC-SP e do Curso de especialização em Psicanalise da criança do Instituto Sedes Sapientiae.

PENSANDO COM WINNICOTT: E O PAI?

Alba Lucia Reyes de Campos
e **Lia Pitliuk**

RESUMO

Este trabalho parte de uma situação clínica: uma criança de 3 anos, uma mãe que engravidou na adolescência, um pai que desapareceu durante a gestação, avós e mãe que oscilam entre assumir ou não funções parentais, um namorado da mãe que se prontifica a se tornar pai da criança. Neste contexto, quem é, ou pode se tornar, pai? Aliás... o pai se determina a partir de quê, ou de quem? Aliás... o que é um pai? São perguntas que dirigimos ao pensamento de Winnicott, buscando ampliar nossas possibilidades de escuta, acolhimento e intervenção nas situações clínicas contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Winnicott, pai, psicanálise, criança.

Em uma sessão, Laura simula estar chorando e, frente à pergunta da terapeuta sobre o que se passava, ela diz: "quero meu pai!". Sem saber a quem ela se referia, a terapeuta pergunta o nome dele, obtendo como resposta: "é meu avô!". Momento de aturdimento para a terapeuta, que disparará, inclusive, o movimento de reflexão que desembocou neste trabalho que ora apresentamos.

Laura tem 3 anos e vive com sua jovem mãe, Camila (agora com 19 anos), na casa de seus avós maternos. Assim que soube de sua gravidez, seu pai "sumiu", nas palavras de Camila e logo a terapeuta compreende que há dois outros candidatos a pai: de um lado este avô, que parece desejar muito ocupar este lugar; e, de outro, o namorado da mãe, disposto, segundo ela, a "registrar a menina".

De imediato, ocorrem-nos 3 funções entre as várias que estávamos acostumados a ver condensadas no que chamávamos de *pai*: fecundar a mulher que virá a ser a mãe, dar suporte à criança e à sua mãe, registrar a criança com seu próprio nome. Nesta família, como em tantas da atualidade, estas três funções não se encarnam numa só figura, mas estão espalhadas por 3 homens diferentes. E Laura pede um pai. Daí a pergunta que se impõe: de quê ela precisa, ao expressar que precisa de pai?

Este é um fato: não nos é evidente o que incluir sob essa palavra. Costumamos dizer que isso é efeito das transformações da vida contemporânea, do aparecimento de novas configurações familiares, de novas formas de viver e de conviver, e obviamente isto é parte do quadro. Mas, ao mesmo tempo, é importante notar que esta noção – *pai* – nunca chegou a ser, de fato, simples e imediata, nem mesmo num autor como Winnicott, que viveu e trabalhou numa sociedade que atribuía papéis tão estritos ao casal parental. De fato, Winnicott desenvolveu suas reflexões num momento histórico e social em que se idealizava que a criação de filhos se realizasse no contexto das famílias nucleares, razoavelmente distantes de suas famílias estendidas, e com uma divisão estrita de tarefas entre homens/maridos/pais e mulheres/esposas/mães. Supunha-se que o par adulto arcasse com a quase totalidade das questões emocionais e práticas da vida daquele pequeno grupo.

Entretanto, ao mesmo tempo, aquela também foi uma época de guerra, de ruptura e de desagregação familiar, o que contribuiu muito para que Winnicott fosse levado a ultrapassar as dicotomias e as categorias estanques, deixando-nos uma abertura significativa para pensarmos as configurações familiares e sociais transformadas da contemporaneidade. E se nisso está grande parte da beleza e da potência de suas elaborações, é também aí que temos que realizar um delicado trabalho de análise das figuras, situações e conceitos presentes em sua obra. No nosso tema de hoje, relativos ao que entendemos por *pai*.

Durante muito tempo falou-se que Winnicott havia se concentrado quase que absolutamente na relação mãe-bebê, pouco tratando dos temas relativos ao pai. Felizmente, nos últimos tempos esta ideia vem passando por extensas e cuidadosas revisões concernentes, como veremos, não só a uma releitura atenta do tratamento

que Winnicott dá ao tema do pai, mas também, ao mesmo tempo, a uma atenção cuidadosa ao seu pensamento relativo ao que se pode entender por mãe. Nossa intenção, neste trabalho, é abrir esta questão em relação às concepções de "mãe" e de "pai", noções complexas e igualmente distantes tanto de uma apreensão naturalista quanto de uma redução às suas dimensões puramente simbólicas.

O que era um pai, para Winnicott? Marquemos, de saída, que Winnicott trabalhou extensamente com várias dimensões desta noção, de sustentáculo da mãe a terceiro edípico, passando também, claro, pela relação direta com o filho. Nosso tempo é restrito demais para traçarmos um esquema descritivo atravessando seus escritos; mas, para os fins a que nos propomos, talvez seja suficiente que trabalhemos a partir de um curto trabalho de 1945, que tem o mesmo nome que este colóquio ("E o pai?") e onde temos um bom panorama da complexidade do que vai sendo condensado, em seu pensamento, sob os títulos de "pai" e de "mãe".

O PAI COMO TERCEIRO, O PAI DO ÉDIPO

Sobre a função do pai como terceiro e como vértice do triângulo edípico, não nos deteremos: em nenhum momento Winnicott discordará deste eixo da função-pai, afirmado e extensamente trabalhado por toda a psicanálise. No texto que nos ocupa hoje, considerando explicitamente que é a mãe quem fará (ou não) a ponte entre criança e pai, o autor afirma que «Quando o pai entra na vida da criança como pai, ele assume sentimentos que ela já alimentava em relação a certas propriedades da mãe». Trata-se de uma distribuição de afetos que será importantíssima, inclusive, como preservação da relação criança-mãe, possível se o pai comparece em suas diferenças.

Antecipa-se, aqui, o que aparecerá com mais clareza em outros textos, como, por exemplo, em "O conceito de saúde a partir da teoria dos instintos", publicado depois da sua morte: "Por ter sido um bebê, a criança já conhece o amor e a agressão, e também a ambivalência e o medo de que aquilo que é amado seja destruído. Agora, finalmente, na relação triangular, o ódio pode aparecer livremente, pois o que é odiado é uma pessoa que pode se defender, e que na verdade já é amada (...). O amor pela mãe é liberado, nos casos mais simples, porque o pai se transforma no objeto do ódio, aquele capaz de sobreviver, e castigar, e perdoar".

Notemos aqui, aliás, a pressuposição de Winnicott de que esta função tem que ser assumida por alguém vivo e presente ("capaz de sobreviver, e castigar, e perdoar"). De fato, Winnicott nunca deixará de apontar para a importância do pai como figura concreta e não apenas como função – como afirma no artigo de 1945: "a criança precisa do pai por causa de suas qualidades positivas e das coisas que o distinguem de outros homens, bem como da vivacidade de que se reveste a sua personalidade".

Estamos, aqui, no tempo da percepção, pela criança, deste terceiro, deste não-mãe.

Entretanto, pensamos que é disto que se trata, também, nos primórdios da vida, já a partir da entrada do pai num lugar de sustentador da mãe, bem antes que a criança possa reconhecê-lo; um sustentador, um pai-ambiente que permite, desde o início, que ela seja uma mãe que possa suprir o necessário para a existência e desenvolvimento de seu bebê.

O PAI COMO SUSTENTADOR DA MÃE

Neste texto "E o pai?", de 1945, em que estamos trabalhando, temos a ideia de um pai sustentador da mãe em dois sentidos principais:

1. Winnicott também considera que o pai deve ser "esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança". Um outro tipo de parceria é requerido aqui, ligado ao respeito e à deferência que este "sustentador" consegue suscitar nela, de modo a ajudá-la em suas tarefas organizadoras junto à criança. Voltando novamente à situação desta família, poderíamos, também aqui, imaginar que esse lugar poderia ser ocupado por qualquer das figuras que cercam Camila.

2. A questão é averiguar quem está *de fato* ocupando esses lugares, e *como* isto está sendo feito. Ou seja, mergulhando no pensamento de Winnicott, não há como considerarmos que a mãe possa ser pensada como figura de mulher recortada de um entorno; bem ao contrário, é evidente que, para Winnicott, a mãe só pode ser

suficientemente boa se for apoiada e alimentada por suportes suficientemente bons. Se estes falham, temos fortes razões para pensar se, quanto e como a mãe se sustentou e se sustenta em sua função, o que permite pensar em como se estabeleceu a relação mãe-filho e, claro, o próprio psiquismo da criança.

3. A questão, aqui, é o que faz com que um suporte seja ou não suficientemente bom. Cremos que metade da resposta está embutida, já, na própria expressão "suficientemente bom": é o suporte que conseguir operar no tempo, forma, intensidade, contexto, etc, necessitados por *aquela* mãe *naquela* circunstância, para que ela possa operar *suficientemente bem* com seu filho. Cada mãe demanda suportes particulares, dada a sua singularidade e a situação específica em que se encontra. É fundamental, assim, uma qualidade de *sensibilidade* e de *acolhimento* para com as necessidades da mãe.

Isto nos parece evidente. Mas gostaríamos de introduzir uma outra metade da resposta, localizada em outro ponto da sensibilidade e do acolhimento. Não é possível imaginarmos que haverá uma suficiência do suporte dado à mãe sem que haja consideração pelo que se passa com o bebê e com a relação do bebê com sua mãe. Porque é a *dupla mãe-bebê* que precisará de suporte – *aquela* dupla, em particular. Queremos dizer que as funções de suporte não podem ser desempenhadas no vazio, apoiadas em algum tipo de reflexão abstrata sobre o que é necessário: o suporte tem que ser dado a *aquela relação*, ao que se passa com o conjunto *daquela* situação. É nisso, acreditamos, que também aqui ganha sentido o recurso à noção de pai *como pessoa*, como alguém que, interessado no bem-estar e na felicidade da mãe, esteja também bastante interessado no bebê, no seu bem-estar e no seu desenvolvimento; e é desde essa perspectiva que esta pessoa pode estar em posição de dar um bom suporte à mãe.

DE VOLTA À SITUAÇÃO FAMILIAR: BUSCA-SE UM PAI

Em nosso estudo clínico, a pergunta "e o pai?" se impôs desde o primeiro contato com a família, já a partir do verbo que a mãe utiliza ao se referir ao pai biológico: "sumiu". De fato, ele está "sumido" do discurso familiar, e espontaneamente nada é dito sobre a história desse par que concebeu uma criança, sobre a própria história desse sumiço ou sobre o buraco que ali se instaurou.

Laura, explicitamente, busca um pai na pessoa de seu avô. Camila, por outro lado, ela mesma apoiada há anos em e por seu próprio pai, avô de Laura, prefere dar outro pai à sua filha, de forma a ficar com o seu para si mesma; de fato, Camila se ressente do excesso de atenção que sente que seu pai dá a Laura, frequentemente competindo, ela própria, com sua filha pelos carinhos e atenção que ele dispensa a ela. Camila também tem uma mãe, que talvez pudesse lhe dar o apoio necessário para desenvolver sua própria maternagem, mas isto também não está disponível: na dinâmica desta família, tem cabido à avó de Laura a tarefa de vigiar e criticar Camila permanentemente, marcando sua incapacidade como mãe.

Ou seja, nota-se aqui uma questão importante relativa à sustentação da mãe enquanto tal, na medida em que o grupo familiar procedeu a uma verdadeira 'evaporação do pai'.

• Um pai evaporado que reaparece no desejo da mãe de que seu namorado registre a criança: aos 3 anos, o registro de uma paternidade parece faltar.

• Um pai evaporado que reaparece no jogo da criança quando esta "brinca de chorar", demandando um pai que chama de avô. Demanda um pai para si mesma, por um lado; e, por outro, brincando de ser sua mãe, chora por um pai também para ela.

• Um pai evaporado que reaparece na instabilidade, na falta de rotinas e na permanente confusão de papéis e autoridades no ambiente. No funcionamento da casa, nota-se uma séria falta de limites, não há rotinas estabelecidas sobre alimentação, sono ou banho, e a cada momento Laura é atendida por aquele que estiver mais disponível, de forma que temos a impressão de que as responsabilidades paternas e maternas são assumidas por todos... e por ninguém.

Importante, aqui, notarmos quão distante isto está de qualquer tipo de afirmação psicossocial referente à importância da presença física do casal parental (com pai biológico ou adotivo) junto à criança. Não estamos no campo da prevenção, não estamos no campo da enunciação de regras do bem-viver. Trata-se, isto sim, da escuta dos efeitos da *evaporação de um pai* sobre a constituição da mãe enquanto tal, e da dupla mãe-filho.

Camila e Laura, cada uma à sua maneira, nos falam de desamparo. E não só de Laura, mas de Camila, essa quase-menina repentinamente promovida a mãe. *Busca-se um pai*, esta é a mensagem mais presente no discurso desta família, quando vêm ao terapeuta falar dos sintomas de sua(s) criança(s). Talvez, mais precisamente, *busca-se um pai que possa sustentar uma mãe*. Uma mensagem que necessita ser ouvida e metabolizada pela própria família e por cada um de seus membros.

Eis a tarefa que eles têm – ou melhor, que temos – à frente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Winnicott, D. W. (1945). E o pai? In: A criança e seu mundo. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

_____ (1967). O Conceito de Saúde a Partir da Teoria dos Instintos. In: Natureza Humana. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

Alba Lucia Reyes de Campos
Psicóloga, Mestre em Nutrição pela UNIFESP. Especialista em Transtornos Alimentares e Obesidade pela FM/USP. Consultora para a formação de profissionais de saúde e áreas afins. Membro do departamento de *Psicanálise da Criança* e aluna do curso de mesmo nome, do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo.

Lia Pitliuk
Psicanalista, supervisora clínica, coordenadora de grupos de estudo. Membro dos departamentos de Psicanálise e de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Docente nos cursos Psicanálise da criança e Leituras psicanalíticas do brincar, do mesmo Instituto. Autora de artigos publicados em diversos livros e revistas da área.

CRIMES EM "LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA" – O PAI COMO UM ASSASSINO QUE ALEGA SER O PROTETOR DA HONRA DA FAMÍLIA

Alberto Luiz Rodrigues Timo
e Izabela Dias Velludo Roman

RESUMO

Este trabalho insere-se no eixo temático História e Cultura, item O pai na cultura ocidental.
Há uma discrepância entre a forma como a legislação brasileira trata a discriminação e os crimes contra as mulheres e a forma como os tribunais do país aplicam a legislação em casos concretos. No sistema judicial brasileiro é possível identificar, ainda nos dias de hoje, jurisprudências que violam os direitos humanos das mulheres, marcadas pela impunidade dos agressores e pela assimilação de preconceitos e discriminações de gênero. Os homens que agridem e matam as companheiras por ciúme são muitas vezes absolvidos pelo tribunal do júri sob a alegação de "legítima defesa da honra", uma modalidade que não é prevista na legislação, mas fundamenta inúmeras decisões jurisprudenciais do século passado, que, infelizmente, ainda persistem. O patriarcado, a função do pai como protetor da família e de sua honra, é invocado pelos defensores dos réus agressores como justificativa para atos monstruosos e assassinos. Este trabalho discute como a função paterna na qualidade de representante da lei pode funcionar também para fundamentar estereótipos e preconceitos, pretextos para o exercício do poder sobre os desejos, os corpos e sobre a vida das mulheres em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: direito, psicanálise, "legítima defesa da honra", patriarcado.

Bom dia a todos. Hoje eu gostaria de propor junto a vocês uma conversa sobre a construção social do homem como protetor da família e da honra familiar em um de seus aspectos mais cruéis. A honra como justificativa do crime, um certo tipo de assassinato sobretudo de mulheres que ocorre em nossa sociedade desde o seu estabelecimento, e que, lamentavelmente, continua a ocorrer em nossos dias. Apesar do avanço de nosso processo civilizatório não só não conseguimos evitar esse tipo de violência, como ainda preservamos, no seio de nossas instâncias sociais, as engrenagens da impunidade, da reprodução da violência, do tratamento das mulheres como seres de menor importância, que podem e devem ser sacrificados em prol da preservação dessa suposta "honra masculina".

O tema central de nossa conversa é a interseção da construção da masculinidade com a inveja, a misoginia, a agressividade, o desamparo. A inveja não como aquela preconizada por Freud, inveja do pênis, mas a inveja de todo e qualquer atributo feminino. A misoginia como ódio assassino contra aquilo ou aquela que não pode ser controlada. A agressividade na raiz mais remota do ódio, ligada à dependência primária, à ofensa ancestral. O homem como um ser inerme, desamparado e desprotegido diante da mulher.

São essas as temáticas que pretendo utilizar para conversar com vocês sobre esses crimes bárbaros, alguns dos quais vou rapidamente apresentar. Crimes nos quais os réus alegaram que não faziam nada senão defender legitimamente a própria honra e a honra da família quando derramaram o sangue de suas companheiras.

Os crimes em legítima defesa da honra sempre despertaram em mim um intenso interesse. Eu sou do interior do estado de Minas Gerais, região em que ainda hoje vigoram quase sem oposição o patriarcado e a submissão da mulher na quase totalidade das instituições, sejam elas sociais ou familiares. Lá, nessa terra de coronéis, a violência e a agressão contra as mulheres **é disseminada** nos discursos, na vida pública, em todas as esferas da vida familiar. Não foram e não são raras as vezes em que as mulheres adúlteras, como nos tempos bíblicos, foram apedrejadas publicamente em festivais de difamação, isso quando não foram crivadas de balas por seus companheiros ou tiveram seus corpos dilacerados por golpes de foice e facão.

Após assassinarem suas companheiras ou quase, os criminosos, quando chegavam a ser submetidos a júri popular, alegavam que haviam agido em legítima defesa da honra, uma vez que se não o fizessem, sua honra e a honra da família estariam eternamente comprometidas. Imagino que vocês já saibam disso, o júri popular, muitas vezes, absolve esses criminosos e o tribunal endossa essa decisão.

A honra como um bem jurídico a ser tutelado e legitimado pelo estado data de tempos fundantes de nossa sociedade, honra como bem inclusive mais precioso que a vida, que a vida das mulheres.

Margarita Ramos (2012), em sua brilhante dissertação, nos lembra que no Brasil colonial, havia no Código Filipino uma lei que permitia que o marido assassinasse sua esposa sem nenhuma penalização caso suspeitasse de conduta adúltera. A esposa, obviamente, nem mesmo precisava ser ouvida, sua versão dos fatos não importava, ela não tinha voz. Segundo Ramos: "Era por horror ao estigma que teria que ser carregado após essa falha gravíssima de sua mulher que se concedia a qualquer homem o direito de lavar sua honra com o sangue da pecadora." (Ramos, 2012).

No **código republicano de 1889, a legítima defesa passa a ser um excludente de ilicitude, inclusive em casos de assassinato, e em uma manobra jurídica, os juristas passam a considerar que em legítima defesa de sua honra, o homem pode assassinar sua companheira sem que isso seja necessariamente um crime. É essa manobra jurídica que nos interessa, não exatamente pelos detalhes legais de sua aplicação, não só nesse código, como nos que o sucede**ram, mas em seu significado. N**ão há uma ideia de proporcionalidade, a honra do homem é o bem mais precioso, podendo ser preservada inclusive à custa** da vida da mulher.

É justamente a isso que vamos voltar nossa atenção agora. Vou mostrar a vocês alguns trechos de decisões judiciais em que os homens foram absolvidos do crime de assassinato por alegarem a legítima defesa de sua honra.

Pesquisando rapidamente sobre esse tipo de argumentação ou sobre esse tipo de crime, encontramos em variados meios de comunicação e no discurso jurídico a ideia de que o crime em legítima defesa da honra não mais se justifica, que isso **é coisa de um passado distante** e que a justiça não mais absolve os réus que produzem esse tipo de alegação defensiva.

Para nossa eterna vergonha, publicada nas páginas de nossa história jurídica recente, encontra-se uma decisão do "TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - Apelação Criminal n. 137.157-3/1, 23.02.1995.

"Resumo: acusado que, surpreendendo a mulher em situação de adultério, mata-a juntamente com seu acompanhante. A tese da legítima defesa da honra foi aceita por expressiva maioria do Tribunal do Júri e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao apelo do Ministério Público, mantendo a decisão do Júri popular.

Motivação da decisão: Antonio, já antes ferido na sua honra, objeto de caçoada, chamado, agora sem rodeios, de chifrudo por pessoas daquela localidade... mal sabia o que o esperava. Entrou em casa e viu sua esposa e J.J. dormindo a sono solto, seminus, em sua própria cama e na presença de seu filho, cujo berço estava no mesmo quarto...

Saísse ele daquela casa sem fazer o que fez e sua honra estaria indelevelmente comprometida.

A ofensa do adultério não ocorre somente em relação ao indivíduo mas, também, às normas de conduta do grupo social; a reação pessoal é algo que possui e é movido por uma visível carga social. Reage o indivíduo em função de sua dignidade e em função do sentimento comum de valorização da coletividade. Reage porque a honra só pode ser entendida e existir sob um duplo caráter e sob o dever para consigo mesmo e para com a sociedade. Na luta por seu direito, **outra não pode ser a sua atitude ou conduta como pessoa e como membro de um grupo numa dada coletividade organizada.**

Quem age em defesa de sua personalidade moral, em qualquer dos seus perfis, atua como um verdadeiro instrumento de defesa da própria sociedade ao combater o delito, a violência, a injustiça, no próprio ato em que se manifestam.(...)" [grifo nosso]

Não há somente a concordância manifesta com a decisão do júri, mas uma estarrecedora louvação dela.

Silvia Pimentel, Valéria Pandjiarjian e Juliana Belloque, em um belíssimo artigo sobre o tema, de onde retirei esse trecho de decisão judicial, fizeram uma revisão da legislação e jurisprudência na América Latina, constatando a permanência de legislações e decisões jurisprudenciais violadoras dos direitos humanos das mulheres, marcadas pela impunidade de seus agressores e pela incorporação de estereótipos, preconceitos e discriminações contra as mulheres vítimas de violência.

Embora o estudo das autoras seja de 2002, podemos sem muito esforço constatar que ainda hoje, mesmo oito anos depois da promulgação da lei Maria da Penha, ainda existem no contexto jurídico, decisões violadoras dos direitos das mulheres, marcadas pela impunidade dos agressores. Em uma visita rápida ao site do TJMG, encontrei uma decisão do tribunal do júri de Divinópolis, de setembro de 2013, que absolvia, sob a alegação de legítima defesa da honra, um homem que tinha invadido o banheiro enquanto sua esposa tomava banho, desferindo-lhe cinco marretadas, agressão diante da qual a mulher por pouco conseguiu escapar com vida. O júri foi anulado pelo tribunal, e o réu aguarda novo julgamento em liberdade. Mas insisto, embora o júri tenha sido anulado, os jurados concordaram com essa tese: é plausível que um homem assassine sua companheira caso suspeite de sua traição. A honra do homem se lava com o sangue da mulher.

Quando a violência atinge patamares tão extremos, as palavras parecem perder a força. Para mim sempre resta a esperança de que a literatura possa nos ajudar a compreender os aspectos da vida humana, inclusive quando esta parece uma vida tão invadida por agressão e violência desmedida. São muitos os exemplos de romances e contos semelhantes a esses casos que acompanhamos em seu desenrolar jurídico. Desde Bentinho, que condena Capitu ao desterro e ao isolamento até Paulo Honório, que praticamente conduz sua companheira ao autoextermínio, dentre muitos outros exemplos mais recentes da literatura brasileira e portuguesa.

No livro "o remorso de baltazar serapião"[1], valter hugo **mãe**[2], autor português, nos apresenta a figura de um homem torturado e possuído por ciúmes, que acaba destruindo a vida da esposa em uma escalada de agressividade sem precedentes. baltazar serapião, protagonista do livro, casa-se com a mais bela mulher da região em que moravam. Tudo vai bem até que o dono da fazenda em que eles trabalham convida a mulher de baltazar para uma conversa, da qual ninguém mais pode fazer parte. O livro dá a entender que o fazendeiro tomara a moça como filha, e lhe ensinava a escrever. Mas basta a suspeita da traição para que o herói desse romance se transforme no mesmo tipo de criminoso que acompanhamos. Selecionei alguns trechos curtos para ler com vocês:

"naquele tempo o meu martírio começou. empoleirado nas bermas da casa, agarrado às janelas e a desesperar de incerteza, fosse a ermesinda meter-se na casa de dom afonso e que faria eu corno, apaixonado, morto de loucura por ela."

"e se lhe dei o primeiro corretivo de mão na cara não foi porque não a amasse, existe amor entre nós."

"caí em cima dela como rachando-lhe a espinha ao meio."

"as mulheres são frutos podres, como maçãs podres, raios hão de partir eternamente a eva por ter sido mal lavada nas intenções."

"e, quando a ermesinda veio, entrou no nosso lado da casa, solta das demoras de dom afonso, preparada para se explicar, sabia eu, e surpresa com a minha aparição gaguejou algo que não ouvi, tão grande foi o ruído de minha mão na sua cara, e tão rápido lhe entortei o corpo ao contrário e lhe dobrei o pé esquerdo em todos os sentidos. que te saiam os peitos pela boca se me voltas a encornar, definharás sempre mais a cada crime, até que sejas massa disforme e sem diferença das pedras ou das merdas acumuladas, e coisa que te entre pelas partes há de cair e cozinhar-se para jantar. que em verdade, se filho algum saísse de um homem que não eu, haveria

1 Respeitamos a grafia proposta pelo autor, que escolhe não fazer uso de maiúsculas, tanto no título do livro quanto no próprio nome, além disso, o autor não as utiliza em nenhum momento de sua escrita, como poderemos observar a seguir.

2 valter hugo mãe é o nome fantasia do escritor português Valter Hugo Lemos nascido em Angola, no ano de 1971. O autor foi agraciado com o prêmio José Saramago pelo livro "o remorso de baltazar serapião". O próprio José Saramago durante a entrega do prêmio considerou o romance um verdadeiro tsunami literário: "Por vezes, tive a sensação de assistir a um novo parto da Língua portuguesa". (disponível em valterhugomãe.com, acessado em 07 de setembro de 2014)

de servi-lo ao jantar para a sua própria boca. e assim ficou revirada no chão, esfregada de dores corpo todo, a respeitar-me infinitamente para se salvar de morrer, e como me deitei, fiquei, surdo de ouvido e coração, que o amor era coisa de muito ensinamento. que pena que se estropiasse tão nova e depressa como foi chegada à vida de casamento. como eu preferiria que se mantivesse perfeita, para num todo me atrair de fantasias. mas poupá-la da morte era o único que me permitia, tão louco de paixão estava, tão grande amor lhe tinha, não poderia matá-la. de outro modo acabaria também de remorsos."

O que podemos perceber nesses trechos é uma abundância de discursos **e práticas misóginas que precisam ser constantemente** renovadas, e mais do que isso, precisam ser atuadas. Mas de onde brota tanta necessidade de violência? Esses homens estão nos dizendo de maneira categórica que precisavam atacar, trucidar suas companheiras. Como podemos entender isso? Onde podemos buscar as raízes desse ódio contra as mulheres mantido e fomentado ao longo de tantos anos e tão esparramado pelos campos de nossa sociedade?

Não acredito que a psicanálise tenha a resposta para isso, justamente na medida em que não acredito que haja a resposta. Elas são várias e o diálogo entre os campos de saber pode ser extremamente profícuo para nos ajudar a entender essa questão.

Do ponto de vista da psicanálise, Robert Stoller sugere a existência de um sistema de fantasias especificamente masculino, que ele chama de «ansiedade de simbiose» (symbiosis anxiety) ou «ansiedade fusional» (merging anxiety). Diz ele: «Com isso quero me referir ao fato de que os meninos precisam realizar um ato de separação frente à mãe que as meninas não têm necessidade de fazer. Esse ato imaginário estabelece, dentro dos meninos, uma barreira contra o desejo primitivo de permanecerem fundidos com suas mães, de não serem indivíduos separados de suas mães e, assim, de não poderem ter certeza de serem efetivamente machos. Em outras palavras, eles temem se transformar em mulher. Muito da masculinidade em todas as culturas deriva deste conflito: a ênfase no falo, o medo da intimidade com as mulheres, o medo de ser humilhado pelas mulheres, a necessidade de humilhar as mulheres, de fetichizá-las (pg. 42 SM).

A esmagadora maioria dos seres humanos criados por mulheres gera uma situação antropológica fundamental em que os bebês, homens e mulheres, vivenciam um estado fusional com a mãe, determinando que a posição primária de ambos os sexos é a feminina. A partir da proposição de Stoller, Lattanzzio enfatiza o risco que os homens vivenciam constantemente de que, na sua identidade de gênero nuclear, haja sempre "um apelo de retorno ao feminino". A tarefa de des-identificar-se da mãe seria uma das mais árduas e ansiogênicas para o menino, uma vez que a drástica mudança que ele necessita fazer se impõe como constante tarefa e ameaça. Nas palavras de Lattanzzio: "Tal maneira diversa de enxergar a posição sexual primária nos seres humanos claramente se opõe à concepção freudiana e coloca em xeque a primazia do masculino sobre a qual muito da psicanálise clássica se funda. Em vez da importância dada ao pênis, são os atributos femininos aqueles que a criança mais deseja." (Lattanzzio e Ribeiro).

O que pudemos perceber com esses fragmentos, é como a mulher é representada constantemente como um corpo perigoso, que precisa ser controlado, cuja ameaça de desregramento é um risco **à própria identidade dos homens. É a mulher nele que o** homem precisa assassinar, é a vontade ou o desejo de se transformar em mulher que ele tenta aniquilar quando ataca sua companheira.

Para que a psicanálise possa oferecer sua contribuição ao diálogo interdisciplinar que é fundamental para continuarmos a combater a violência de gênero que ainda persiste em nossa sociedade, ela primeiro precisa reconhecer a violência que parasita o seio de sua própria construção. O que quero dizer é que a teoria psicanalítica, sempre que se apresenta como ode ao falo ou à figura do pai como lei ou como símbolo do poder instituído, sempre que utiliza expressões como "inveja do pênis", corre o risco de produzir denegações violentas disso que Lattanzzio **tão bem nos lembra: Não é do pênis que temos inveja, mas de todo o poder arrebatador dos atributos femininos.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lattanzio, F. O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação. Dissertação apresentada PPGPsicologia – UFMG - 2011.

Mãe, Válter Hugo (2010). *o remorso de baltazar serapião*. São Paulo: Editora 34.

Pimentel, S. Pandjiarjian,V e Belloqu, J. "Legítima Defesa da Honra" – Ilegítima impunidade de assassinos: Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. Cadernos Pagu, Campinas, 2006. p. 65-134.

Ramos, Margarita. Reflexões sobre o processo histórico discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres.

Stoller, R. (1991) XSM. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 43.

Telles, S. Stoller visita os pornógrafos e os sado-masoquistas. *In Psicanálise em Debate Pornografia – algumas idéias iniciais* (2) Fevereiro de 2001 - Vol.6 - Nº 2.

Alberto Luiz Rodrigues Timo é psicólogo, mestre em teoria psicanalítica pela UFMG. O autor trabalha como psicanalista e professor de psicanálise. Lecionou para a graduação de psicologia da UFMG no último ano.

Izabela Dias Velludo Roman é psicóloga clínica, mestre em teoria psicanalítica pela UFMG, Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e pesquisadora do Projeto CAVAS/UFMG (Projeto de Pesquisa e Extensão que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual).

UM PAI ENTRE MUITAS MÃES

Alessandra Cássia Leite Barbieri
Lindilene Toshie Shimabukuro

RESUMO

Em nossa experiência de atendimento na Clínica Psicológica do ISS, a composição grupos psicoterapêuticos psicanalíticos com crianças + grupo de escuta psicanalítica a pais (que acontecem semanalmente e em horário concomitante) vem se mostrando um dispositivo possibilitador de movimentações subjetivas muito importantes, tanto nas crianças quanto naqueles que delas se ocupam. Chama nossa atenção, no entanto, ao longo de anos utilizando desse dispositivo, que são as mães - eventualmente, as avós - aquelas que se apresentam para participar do grupo de escuta a pais, mesmo naqueles muitos casos em que o casal parental tenha comparecido para as entrevistas iniciais.

Raros foram os momentos em que um pai se fez presente no grupo. E mais raro ainda, quando, presente, tenha conseguido implicar-se em sua fala e nas questões trazidas pela família e pela criança. Pois gostaríamos de discutir neste trabalho exatamente uma exceção em nossa regra: um pai que se fez presente, a seu modo, nos encontros semanais, e quais os desdobramentos que percebemos nas movimentações subjetivas da família (pai, mãe, filhos) e do filho, que estava em atendimento no grupo de crianças. Para efeitos dessa apresentação, recortamos um período de um ano e meio de atendimento.

Durante esse tempo, aos poucos, e a seu modo, esse homem entre as mulheres, esse pai entre as mães ali presentes, foi se aproximando das questões familiares, das próprias questões que perpassavam a sua relação com os filhos, foi escutando, se escutando, e sendo escutado, incluindo-se no sintoma do filho e nas questões familiares, e abrindo-se para novas maneiras de estar com a esposa e seus meninos, novas maneiras de viver sua própria vida. Enquanto isso, seu filho abandona uma inibição que o impedia de aprender a ler e a escrever, e passa a interessar-se pelo mundo a sua volta e pode mostrar/criar suas habilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo psicoterápico de pais, Psicanálise de pais, Grupo psicoterápico de crianças, Psicanálise na instituição

Alessandra Cassia Leite Barbieri
Psicóloga, psicanalista, terapeuta voluntária da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, membro do Departamento de Psicanálise da Criança do ISS.

Lindilene Toshie Shimabukuro
Psicóloga, psicanalista, coordenadora de equipe clínica na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae.

E O PAI O QUE TEM A VER COM ISSO?

Ana Carolina Afonso Lima Dias

PALAVRAS-CHAVE: Autismo, Clínica, Psicanálise, Infância.

Neste trabalho apresento as inquietações que comparecem no ofício da clínica da infância, especificamente de crianças que apresentam alguns impasses no desenvolvimento, entrelaçando como se configuram as relações parentais destacando a figura paterna. Delineando o que se mostra peculiar neste cenário das psicopatologias precoces, o universo infantil às avessas. Às avessas, pois é preciso construir o infantil ali onde aparece o puro ato, o corpo concreto sem extensão simbólica.

Narro vinhetas clínicas do atendimento de crianças em que, de modos diferentes a figura paterna vacila entre a presença/ausência e sua função na estruturação do psiquismo.

As crianças retratadas apresentam funcionamento autístico onde a primazia oral apresenta-se e o supreendente enigmático comparece no modo como a oralidade se revela, seja na voracidade ou na indiscriminação oral. Estas questões revelam o desejo da analista em compreender o que opera nestas crianças, que diante da oferta de bolachas, pipocas e doces não conseguem parar de comer ou recusam estas guloseimas e se fartam lambendo um sabonete.

Após a ilustração das vicissitudes dos distúrbios da oralidade nos casos clínicos expõem-se os caminhos do desenvolvimento infantil assegurando a preponderância das figuras de referências no direcionamento da criança, pois é a partir destas relações que se alicerçam as bases do psiquismo infantil.

Ao pensar estas questões a construção do sujeito psíquico toma espaço. O que é possível fazer quando se têm a frente um sujeito que ainda não se constituiu não portando imagem corporal e em consequência não se configurando como um corpo psíquico, ficando apenas no registro da necessidade e não constitui demanda, não se oferece ao outro? O que pode fazer um analista?

O analista, nestes casos aparece sob a senda de um lugar interrogado, da falta, instaurando questões tais como: a transferência, como ela se constrói e quais os manejos que se lança mão nestes casos. Estes tensionamentos perpassam o cotidiano desta clínica onde quer que ela ocorra, seja no consultório ou nas instituições.

Afinal o pai o que tem a ver com isso? E quais os efeitos de um pai que não tem nada a ver com a constituição psíquica de um filho?

Este trabalho apresenta elementos da monografia apresentada no curso de especialização em Psicopatologia e Saúde Pública para obtenção do título de Especialista.

Ana Carolina Afonso Lima Dias
Psicóloga, Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública. Formação em distúrbios da linguagem e psicanálise. Supervisora clínica. Membro da equipe técnica do CAPS infantil de Parelheiros.

A CONSTRUÇÃO DO CASO CLÍNICO

Andrea Gabriela Ferrari (UFRGS) ,
Giovana de Castro Cavalcante Serafini (UFRGS)

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão acerca da escrita de caso clínico de crianças e sua relação com a formação de terapeutas. Essas questões surgiram no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica Interdisciplinar da Infância desenvolvido na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Muitas vezes, deparávamo-nos com um caso que já tinha estado em atendimento na Clínica, mas, por diversos motivos, tinha sido interrompido ou finalizado. Ao resgatar o relato do caso feito pelo terapeuta responsável pelo atendimento, surgiam narrativas tão extensas que era impossível identificar um traço particular, ou, por outro lado, extremamente sucintas, o que nos impedia de fazer qualquer leitura sobre sua especificidade. Acrescente-se a essa particularidade institucional a própria dificuldade com o ato de escrever, a escrita em si, com o escrever tudo ou, então, o escrever nada. Apoiamo-nos na distinção proposta por Figueiredo (2004) entre o relato clínico e o caso clínico. Propomos uma investigação de como a noção de construção do caso, derivada da teoria psicanalítica, apresenta-se como dispositivo para refletir sobre a prática clínica. Para tal, analisaremos os efeitos da construção de uma ficha de registro da história do tratamento da criança na referida instituição. Para a organização desses registros, foram levadas em consideração três temáticas norteadoras: o discurso parental; o que a criança capturou do que lhe foi oferecido; e a sua inserção no laço social e na escola (Bernardino, 2010). Propomos que cada escrita do caso é singular, e a leitura, ou a interpretação, oferece-se como criação ou construção de novos sentidos. Assim, é de fundamental importância, por causa da nossa característica de clínica-escola, a necessidade de nortear a escrita do caso, pois, quando a criança continua na instituição, acompanhada por outro terapeuta, é preciso resgatar o relato do caso clínico para dar sustentação ao reinício do tratamento. Além disso, sendo a Clínica também um lugar de formação de novos terapeutas, é importante acentuar a transmissão, não só do caso, mas também da prática clínica.

PALAVRAS-CHAVE: construção do caso; traço do caso; clínica psicanalítica com crianças; clínica em instituições.

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão acerca da escrita de caso clínico de crianças e sua relação com a formação de terapeutas. Essas questões surgiram no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica Interdisciplinar da Infância desenvolvido na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Muitas vezes, deparávamo-nos com um caso que já tinha estado em atendimento, mas, por diversos motivos, tinha sido interrompido ou finalizado. Ao resgatar o relato escrito pelo terapeuta anterior, encontrávamos narrativas tão extensas que era impossível identificar um traço particular, ou, por outro lado, extremamente sucintas, o que nos impedia de fazer qualquer leitura sobre sua especificidade.

A escrita do caso é uma produção importante para os profissionais da área da psicologia. A partir dela, podemos pensar o posicionamento subjetivo daqueles que vêm nos pedir atendimento. Geralmente, o registro é realizado ao término da sessão, e é baseado nele que surgem as discussões no momento da supervisão. Dessa prática, derivam-se algumas questões: o que “escolhemos” para ser relatado?; por que se deu a “escolha” desse fragmento?; será que estamos reproduzindo um discurso ou produzindo, no ato de escrever, um novo texto? A partir desses questionamentos, retomamos o caminho traçado por Freud quando da elaboração de sua teoria. Em Fragmentos da análise de um caso de histeria (1905), o famoso Caso Dora, Freud brinda-nos com uma narrativa organizada a partir de dois sonhos da paciente e de suas interpretações. Com isso, incluía-se na narrativa e inaugurou um estilo que possibilitava a transmissão simultânea da teoria e da clínica.

Nos primórdios de sua prática, ele pensava que o adoecimento psíquico estava relacionado a traumas que as pessoas haviam sofrido na infância. Contudo, no percurso de sua escuta, percebeu que tais lembranças

eram construções imaginativas. O que importava não era o fato em si, mas como ele fora vivenciado e narrado pelo sujeito. O acento passou a ser, então, a realidade psíquica narrada em uma relação transferencial.

Para Porge (2009), a importância da publicação dos casos freudianos estava na possibilidade de transmitir a experiência clínica. Além disso, a partir do relato ele permitia que os conceitos psicanalíticos pudessem ser discutidos com a comunidade científica da época. No entanto, não podemos confundir o caso, em psicanálise, com a história do paciente. Não se trata de um relato de fatos ou acontecimentos, mas, sim, de uma construção, portanto, uma criação sustentada por uma pergunta, ou por uma dúvida, ou ainda por uma hipótese teórica.

Entre relato e caso clínico. O,, em cenas e conteúdos é a o sujeito. Essa história, se muito detalhada, pode ser uma redução a uma teorização ou a uma elaboração de saber sobre os problemas desse paciente. "O caso será morto se for reduzido apenas a uma fórmula" (p. 79). J.

Então, o analista recorta algumas marcas ou traços do que escutou para serem recriados. A escuta analítica pode ser pensada como uma forma de leitura das letras, das marcas, dos traços do inconsciente. E, como toda leitura, implica reescritura, já que, cada vez que se lê, se interpreta e se reescreve o texto. É a partir dessa leitura que o texto inconsciente funcionará enquanto escrita. Ou seja, não existe um texto prévio, ele é construído ao falar em transferência e pode ser reescrito, cada vez que uma outra leitura se apresentar a ele. Isso não significa dizer que não existe inconsciente, nem uma história daquele sujeito em análise. O que não existe é o texto pronto, acabado; ele é reconstruído a partir de fragmentos, traços e marcas que o constituem. Podemos pensar como tarefa do analista a leitura de certas marcas e a criação de um texto junto com o paciente. Se falamos de texto, estamos falando de tecido, de trama, de tessitura. No Seminário 2, Lacan (1954-55) propõe que a análise do Sonho de Injeção de Irma deva ser realizada a partir do texto do sonho, tal qual a leitura de um texto sagrado. No sonho, o autor é o escriba, é simplesmente o escrevinhador, devendo ficar, portanto, em segundo plano. Lacan, então, atribui um destaque ao texto do sonho e o recorta de seu sonhador. Diz-nos que: o que faz avançar na análise do sonho é a leitura compartilhada do texto onírico; leitura compartilhada entre analista e analisando, os quais produzem uma narrativa.

Nesse ponto, faz-se necessário refletir sobre como a noção de escrita está bastante associada à ideia de marcas, de traços que são deixados para serem lidos. O que conhecemos da história da humanidade se deve, em grande parte, às marcas deixadas pelos antepassados e que, posteriormente, foram lidas e interpretadas. Aqui poderíamos pensar a escrita na sua dimensão instrumental, como utensílio da história ou da memória, ou até mesmo como produtora dessa história, já que, quando algo é escrito, passa a estabelecer uma outra relação com o tempo, tornando-se permanente e fazendo com que esse tempo possa ser contabilizado, por exemplo. Então, apoiamo-nos nessa vertente da escrita como o que faz marca, como o que produz uma história e uma permanência, uma existência temporal, para propormos o escrito do caso.

Numa breve retomada do objetivo da constituição do Núcleo, poderíamos dizer que este surgiu como um espaço de interlocução entre os que se sentiam convocados pela clínica com crianças. Causava-nos muita surpresa a resistência dos alunos em atendê-las. Com frequência, ouvia-se "[...] não quero atender crianças, é muito complicado". Quando, por certa exigência da instituição aceitavam atendê-las, estes chegavam na supervisão relatando acontecimentos, sem poder se perguntar sobre o seu fazer, sobre sua escuta. Quando havia o encontro com a criança, este não fazia marca, não se transformava em experiência. Em geral, quando algum analista diz que não atende crianças não estranhamos, não é tão incomum, mas nos incomodava o fato de não escutá-las a priori. Assim, essa pergunta sobre o que estava acontecendo nos convocou a conversar, e então resolvemos transformar o mal-estar em questão ao constituir um espaço de interlocução entre pares.

Da mesma forma, sentíamo-nos convidados a refletir sobre as mudanças nas configurações familiares e na definição de infância. A concepção de infância, assim como a de maternidade e de paternidade, é uma invenção que foi se construindo ao longo dos tempos (Áries, 1981; Badinter, 1985). De uma total indiferença, a criança passou a ocupar um lugar predominante, muitas vezes organizativo da família e das instituições que dela se encarregam. É frequente que o motivo para a busca de atendimento seja a agressividade do filho, assim como não raro é escutar pais que levam o seu filho pequeno (em torno dos três anos) para atendimento porque o mesmo bate neles. Descrevem essa pequena criança como um ditador, que comanda a organização familiar.

Frequentemente, encontramos pais que se sentem impedidos de fazer qualquer tipo de intervenção — "não tem o que fazer"; "ele começa a gritar, a nos bater, se joga no chão" e "a gente acaba cedendo". Essas falas e suas variações têm sido muito escutadas por profissionais da área psi.

Diante disso, algumas perguntas nos fazíamos no espaço do Núcleo: o que acontece que não se pode dizer não a uma criança? Que pedidos são esses? O que fazer com esses pedidos? Parecia haver uma necessidade que nós, como agentes institucionais, ratificássemos alguma atitude educativa de um dos pais frente à criança. Muitas vezes, percebíamos, nessas queixas, um pedido de que se referendasse a função parental, talvez numa tentativa de colocar uma borda que permitisse outra direção à pulsão. Perguntávamo-nos, também, sobre a destituição do saber parental, já que ouvíamos dos pais: "me diz o que devo fazer?". Nossa intervenção foi no sentido de deslocar a pergunta para o que é ser pai ou mãe, abrindo esse espaço para produzir perguntas e não certezas ou respostas.

A clínica psicanalítica com crianças nos convida a escutar sujeitos que estão em processo de constituição psíquica. E, nesse vir-a-ser, estão envolvidos outros agentes, dentre eles os pais, os professores e, por vezes, os cuidadores. Com isso, deparamo-nos com a produção da criança, com o discurso dos pais sobre o lugar no desejo para esse filho, com a fala de professores sobre a inserção no social, dentre outras. Como articular todas essas versões sobre o sujeito em constituição? Bernardino (2010, p. 25), auxilia-nos nesse ponto: "[...] identificar o traço pelo texto da fala da criança e de seus familiares em uma escrita do caso, que conterá também os efeitos inconscientes desses discursos sobre aquele que escuta". Enfatizando a escrita como o que permite fazer a costura entre os elementos em questão.

Como já referido anteriormente, em função de nossa especificidade, o trabalho realizado pelos alunos precisa ter um registro que possa ser compartilhado. Além disso, em algumas situações, há a necessidade de transmitir as informações do caso para outro terapeuta da Instituição, que dará continuidade ao atendimento. Com isso, começamos a esboçar elementos que direcionassem tal escrita, levando em consideração a singularidade dessa história e seu traço particular. Nessa proposta, enfatizamos a importância da relação entre a transmissão e a compreensão do caso, em que o ordenamento do texto não poderia ser cronológico, nem muito menos uma ficha a preencher.

Talvez possamos pensar esse escrever em duas vias: como o que dá continuidade ao atendimento e como um instrumento de investigação, enquanto registro que permite uma leitura posterior. Para a organização desses registros, foram levadas em consideração três temáticas norteadoras, que permitissem recortar o traço do caso: o discurso parental; o que a criança capturou do que lhe foi oferecido; e sua inserção no laço social (Bernardino, 2010). Mas o que transforma esses elementos em traço é a costura realizada pelos efeitos transferenciais de quem os escutou.

Nesse sentido, tivemos o cuidado de que a escrita não fosse uma tarefa burocrática, ao tomá-la enquanto marca, inscrição, registro, mas que não engessasse o caso. Daí a possibilidade de apresentá-la como texto que permite outras leituras, num processo de descobrimento, criação, interpretação. Aqui faz-se necessário situar a interpretação como uma abertura ao campo simbólico, que é própria da linguagem, nunca se fechando sobre si mesma, em que um significante sempre está remetido a outro, através dos deslocamentos metonímicos e dos laços metafóricos.

Segundo Freud (1937), as interpretações são conjecturas que serão, ou não, confirmadas no percurso do tratamento. Em Construções em análise, falava-nos da tarefa preliminar do analista ao "[...] completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente construí-lo" (p. 293). É ele quem vai fazer a costura dos fragmentos e traços e apresentá-los ao paciente. Propõe ainda que a construção seja utilizada toda vez que o trabalho de associação livre encontre dificuldades em prosseguir. Seria um dispositivo utilizado para permitir que o analisando siga associando ou narrando sua história. Observamos aí um Freud como um analista-leitor que cria um outro texto, propiciando, com isso, a abertura para novas lembranças, novas associações.

Seguindo nossa elaboração no sentido de que esse processo se oferece como dispositivo que amplia o narrar, encontramos a proposição de Figueiredo (2004): "A finalidade da construção deve ser justamente a

de partilhar determinados elementos de cada caso em um trabalho conjunto, o que seria impossível na via da interpretação" (p. 78). Por esse ponto de vista, a interpretação teria um alcance menor, já que é mais pontual, visando à produção de sentido. Com isso, estamos propondo o conceito de construção como um método que nos permite compartilhar e transmitir o caso clínico.

Assim, uma das questões que percebemos, à medida que os encontros iam acontecendo, é que o Núcleo parecia funcionar com um espaço que propõe uma borda. A partir do compartilhar situações clínicas, que provocavam inquietações nos terapeutas, fazíamos uma outra leitura do caso. Por vezes, escutávamos que, ao escrever e ao falar com os colegas, algo havia se modificado ou se deslocado na transferência. Lembramos de uma ocasião em que o terapeuta havia preparado o texto para discutir na reunião e que seu pequeno paciente, naquele dia, lacrou com fita durex a caixa onde ficavam guardadas suas produções. Efeitos do inconsciente que nos fazem trabalhar...

e tse .

Trata-se de um outro lugar para pensar a clínica, já que não se propõe a ser uma supervisão, nem a discussão de um trabalho teórico. Concordamos com Bernardino (2010, p. 28), quando se refere à "[...] transformação do produto da escuta em texto — permitindo o surgimento da letra, que convoca uma operação de leitura. Provoca um distanciamento do caso, para lançar-lhe nova luz, e permite uma leitura na qual o papel dos pares, com sua escuta-leitura, faz função de alteridade".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Exílio**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

BERNARDINO, L. M. F. O traço do caso na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 38, p. 20-28, jan./jun. 2010.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 7(1), p. 75-86, 2004.

FREUD,Sigmund. [1899] Lembranças Encobridoras. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987, vol. III.

_____. [1905]. Fragmento da análise de um caso de histeria. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987, vol. VII.

_____. [1937] Construções em Análise. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1987, vol. XXIII.

LACAN, Jacques. [1954-55] **O Seminário, Livro 2:** o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PORGE, Érik. **Transmitir a clínica psicanalítica**: Freud, Lacan, hoje. Campinas: editora da Unicamp, 2009.

Andrea Gabriela Ferrari
Psicóloga; Psicanalista; Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da UFRGS; Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica Interdisciplinar da Infância da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS e do NEPEIA (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Infância e Adolescência - CNPq).

Giovana de Castro Cavalcante Serafini
Psicóloga; Psicanalista; Especialista em Atendimento Clínico- ênfase em Psicanálise pela Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS; Mestre em Educação pela UFRGS; Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica Interdisciplinar da Infância da CAP/UFRGS. Autora responsável pela apresentação do trabalho.

AS AVENTURAS DO AVIÃO VERMELHO: UM SONHO DE POTÊNCIA E REPARAÇÃO.

Arianne Monteiro Melo Angelelli

RESUMO

Por meio de uma análise do texto de Erico Veríssimo, mergulhamos nas fantasias inconscientes de uma criança cujo comportamento é agitado e desafiador. O pai deste menino o presenteia com um livro na tentativa de auxilia-lo em suas dificuldades, e através da vivência de um sonho com os elementos da história, a persecutoriedade e voracidade desta criança encontra um canal para a simbolização. A hiperatividade nas crianças é um sintoma pouco específico e somente a observação aprofundada pode auxiliar na compreensão das raízes do comportamento; sendo possível que a agitação configure defesa contra ansiedades depressivas decorrentes de dificuldades iniciais da vida. O pai, mais do que aquele que introduz a "lei" e insere a criança na triangulação edípica, também pode ser aquele que fornece o holding necessário para o desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: hiperatividade, voracidade, holding, pai

Como dizia Freud ," é muito difícil formar uma opinião sobre se, e em que grau, os homens de épocas anteriores se sentiram mais felizes»(1), e isso é verdadeiro quando pensamos sobre as crianças de hoje. Fala-se muito sobre o declínio do poder paterno (2), e o afrouxamento nos laços humanos, nestes nossos tempos líquidos (3) : a família em crise. Mas quando recebemos um certo tipo de crianças, aquelas agitadas, hiperativas, sem limites, as dicotomias que separam o paterno e materno, a mente e o cérebro, não parecem trazer ajuda. O que está mesmo acontecendo com as crianças da pós-modernidade? Estão sem Pai, são porta vozes de doença social e familiar, da falta de limites generalizada, do furo do pacto edípico (4)? Ou estão sem Mãe, na medida em que seu comportamento disfuncional expressa deprivações, perdas precoces? Seriam estas crianças: neurologicamente deficitárias, incapazes da atenção sem a ajuda de medicamento, ou ansiosas e deprimidas, encontrando na agitação equivalentes maníacos de defesa? Na aparente desorganização familiar atual, em que antigos papéis se intercambiam, há muita instabilidade, mas a chance de trazer o pai para mais perto, com suas valências femininas e masculinas, pode ser um dos ganhos dos novos tempos.

A proposta deste trabalho é uma leitura reflexiva sobre um conto de Érico Veríssimo, " As Aventuras do Avião Vermelho"(5). Uma criança com problemas de comportamento ganha do pai um livro e um brinquedo que a ajudam a elaborar uma rica fantasia onde ansiedades são elaboradas. O conto pode ser dividido em três partes. Na primeira, o pai interage com o filho e apresenta a ele os objetos de que fará uso na sua fantasia, ou sonho; um livro de histórias, um avião de brinquedo e uma lupa de diminuir, usada para que o menino possa encolher, entrar dentro do avião e partir em viagem. Na segunda parte, ocorre a aventura: o menino e dois companheiros, voando no avião de brinquedo, pousam na lua feita de gelo, e a seguir iniciam uma série de viagens, perseguições e fugas: permeadas pela ameaça constante de serem devorados: pela cobra, pelo porco e pelos canibais que encontram pelo caminho. Na terceira parte, dois acidentes: o avião cai no mar e logo depois cai de novo por causa de uma ventania, sofrendo um tombo "horrível" (o nascimento?) quando passa pela chaminé e desperta no escritório do pai, onde precisa crescer novamente.

Vejamos o que nos diz a história:

" Chamava-se Fernando. Era um menino muito gordo. Gordo e travesso. Travesso e brigão.

Um dia papai viu Fernando sentado num canto da varanda e perguntou: " Meu filho, por que é que tu és tão travesso, brigão, malcriado?

" – Porque sou valente!" – rosnou como um leão que está começando a ficar zangado."

Compreendendo quanto de tormenta e medo existe na valentia de Fernando, o pai escolhe o livro certo, a história do "Capitão Tormenta" , e presenteia o menino, expressando seu desejo de que haja uma mudança no filho. O herói, com quem Fernando se identifica imediatamente, é aviador e viaja pelo mundo enfrentando todo o tipo de perigos. Então o menino pede ao pai também um avião, e ganha o aviãozinho de brinquedo.

Ao trazer para o filho a escuta, a compreensão, livro e brinquedo, o pai exerce uma função dupla. Ele é aquele que traz a palavra, o limite. Mas também fornece holding e apresenta ao menino o objeto que será de uso transicional, senão vejamos: Fernando, com o avião, " foi para o quarto e começou a brincar. brincou muito tempo".

O pai também nomeia a "Tormenta" que é o filho: tormenta em casa, a fazer estripulias, tormenta que agita o ambiente, como uma tempestade, e mais além, criança atormentada, amedrontada, que se diz valente (6).

E a interação entre pai e filho continua. Fernando conta ao pai que quer viajar como o capitão Tormenta.

"– Papai – disse Fernandinho com voz tremida eu também tenho vontade de viajar de avião.

– Pois sim, meu querido, quando ficares grande poderás entrar num avião.

– Não, papai, eu acho que só posso entrar num avião quando ficar pequeno."

Enquanto o pai entende que o desejo do filho é ser grande, para poder penetrar no avião (sexualidade adulta), Fernando pensa em como ficar pequeno para pode entrar no avião de brinquedo , dando-nos um indício de que não são as fixações edípicas que estão a segurar a sua "decolagem" e sim o desejo de ficar pequeno de novo, regredir, para retomar o desenvolvimento. Senão vejamos:

"O pai ... era engenheiro. tinha um escritório cheio de máquinas, réguas, compassos...

– Como é o nome daquilo, pai?

– Aquilo se chama lente.

– Para que serve?

– Para aumentar as coisas.

– E aquela?

– Aquela, ao invés de aumentar as coisas, diminui.

"quando a gente bota esse vidro em cima duma coisa, essa coisa fica pequena, não fica? pois então vou botar esse vidro em cima de mim e vou ficando pequeno, pequeno, até poder entrar no avião."

Como a Alice de Lewis Carroll, Fernando ora é grande, ora pequeno, menino medroso que aterroriza os demais, mas a descoberta da lente do pai permite a formulação de uma ideia de relatividade, além da possibilidade, da oportunidade de regredir (colocar-se sob a lente de diminuir). Ele observa as coisas ficarem grandes ou pequenas sob as lentes, entende que não é adulto ainda. Mas para o menino, importa menos ser grande e ter um pênis como o do pai, já que o que ele precisa é voltar a ser o bebê que entra, ou é contido, pelo pai avião, para elaborar uma fantasia de cura. (7).

Na segunda parte da história, já Capitão Tormenta, depois de ser reduzido ao tamanho do seu avião, Fernando viaja à Lua, e "lá tudo era de gelo".

O aspecto inóspito da lua é negado. O herói usa uma "casacão de pelo" e não sente o frio. (Uma referência à obesidade?). Descobre que na lua tudo acontece "ao contrário" mas não sente perplexidade, aproveita para tomar sorvete de graça, comendo estrelas ainda vivas:

"O empregado tirou sorvetes de uma lata; depois espichou o braço, furou o teto da casa e apanhou lá no alto três estrelinhas, que soltaram gritos de susto."

Temos aí a infeliz combinação da mãe deprimida (Lua fria) com a criança voraz, que encontramos na clínica com frequência . Ainda incapaz de concernimento, o menino e o avião quase atropelam uma estrela ao partirem.:

"A estrela, muito delicada, pediu desculpas...o avião voltou a cabeça para ela e botou a língua para fora. Que mal-educado!"

Começa agora a segunda parte da viagem, passando por uma cidade esquisita, pela China e pela África, pelo encontro com um zepelim e o mergulho no mar. Nessa jornada, repetidas vezes a fantasia de devorar e ser devorado se corporifica:

"De repente viram um monstro. Era uma cobra enorme. Preta e amarela.

A cobra abriu a boca…e segurou com os dentes o rabo do aparelho, que soltou um grito:

– Ai! vou morrer envenenado!"

Ou ainda: "de repente apareceu um porco gordo, abriu a boca e os engoliu."

E na África:

"Desceram na África, mas foram muito sem sorte. Caíram bem no meio de uma aldeia de selvagens.

Ficaram prisioneiros dentro de um porongo. O porongo era muito escuro.

Os exploradores compreenderam que iam ser queimados."

Sempre salvos pelo avião vermelho, o menino e seus amigos são quase devorados por três vezes. Por fim passam a ser os devoradores: encontram um zepelim, feito de marmelada, chocolate... e começam a comê-lo. Então:

"o comandante do dirigível estava naquele momento examinando a barriga do seu navio aéreo, que se queixava de dores muito fortes. Viu os aventureiros:

– Piratas" Comeram um pedaço do meu zepelim!"

Outra perseguição acontece, ocasionando a queda do avião no mar , quando se transforma num submarino. O surgimento de um clima depressivo introduz a passagem para a terceira parte do conto.

"a água estava fria. ficaram muito assustados."

"e agora, o que vamos comer?"

Mesmo depois da tempestade, de novo no céu, não demora muito para o avião cair outra vez:

"e o avião vermelho foi arrastado para a terra."

"o tombo foi horrível".

E a castração continua: caem dentro de uma chaminé, e dentro dela, se machucam:

"o avião ficou com um olho preto. O ursinho perdeu muitos pelos...Fernandinho ficou com um galo na cabeça"

Os machucados dos amigos na passagem pela chaminé podem ser interpretadas como reminiscências do trauma do nascimento, mas também como a falência das defesas maníacas, simbolizada pela queda, o frio, os machucados, o medo. Seria um momento depressivo que ocorre após o ataque sádico ao corpo da mãe, quando comem o zepelim? Pois aqui elementos semelhantes em sua forma e função, quais sejam: zepelim e porco, em cujas "barrigas" Fernando se aloja, primeiro engolido, e depois ativo devorador, além de representarem fantasias primitivas relativas ao engravidamento e ao nascer, correlacionam-se com a figura da Lua inicial, todas representativas do feminino e carregadas de ambivalência.

Enfim, a figura do pai reaparece quando despertam contentes em seu escritório(mesmo que machucados pelo tombo):

"– Agora precisamos crescer de novo!"

O desfecho da aventura é a retomada da realidade, incluindo o sermão do pai que encontra o avião "espatifado" na lareira. Mas a criança, agora apaziguada, já de posse de novos recursos, não mais atua a angústia no comportamento;

" Fernandinho compreendeu tudo. Papai não sabia da aventura... quando a gente é pequeno, do tamanho de um dedo mindinho, cada dia dos homens vale cinco dos nossos. Foi uma aventura muito engraçada...Fernadinho até hoje fala nela"

Neste conto, a profusão de elementos : lua fria, agua fria, perseguidores devoradores e a dinâmica maníaca da criança podem nos fazer supor alguma falha inicial dificultando a integração das ansiedades primitivas, de modo que apesar de ter havido desenvolvimento, permaneceu uma tendência à agitação, à dissociação , à voracidade e ao comportamento disruptivo, desafiador, expressão última da angústia e temor sentidos. A natureza maníaca da defesa esconde ansiedades depressivas: "arrastado para a terra. o tombo foi horrível". Aqui vale o comentário de Winnicott " as fantasias onipotentes não são tanto a realidade interna propriamente dita quanto uma defesa...nos tão frequentes livros de aventuras .. o autor...não tem consciência das ansiedades depressivas das quais fugiu. Sua vida foi cheia de incidentes e aventuras... baseado... na negação da sua realidade interna pessoal " ...(10)

Podemos pensar o Capitão Tormenta como um menino a- atormentado pelo próprio sadismo oral projetado nos objetos (8). Gordo, travesso, e brigão, defende-se como pode das ansiedades depressivas e da mãe- morta, Lua "gelada", que não acolhe(u). Quando o pai oferece livro (com as palavras certas), brinquedo e instrumentos, estes funcionam como um objeto criado-encontrado (9), seio que nutre e falo gerador de potência, elementos que o menino utiliza na construção de uma fantasia de cura (7), que é o re-nascimento.

O pai da história apresenta vivacidade, ao lidar com o menino diretamente em suas questões edípicas, sob a lógica fálica, e tem boa capacidade feminina, ao se permitir penetrar por este filho ("papai, eu acho que só posso entrar num avião quando ficar pequeno"). É o holding paterno que propicia a Fernando a possibilidade de relaxar e brincar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- Freud, Sigmund. O mal-estar na civilização [1929/1930]. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XXI

2-Neder Bacha, Marcia. Déspotas mirins: o poder nas novas famílias. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012

3-Bauman, Zigmunt. Amor liquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

4-Pellegrino, Hélio. Pacto Edípico e Pacto Social (Da Gramática do Desejo à semvergonhice Brasílica). In: Folhetim da Folha de São .Paulo, setembro, 1983.

5-Veríssimo, Erico. As aventuras do Aviao Vermelho. Sao Paulo: Companhia das letrinhas, 2003.

6 Di Loreto , O . Argumentando a favor de posições tardias. In Posições tardias. Contribuições ao estudo do segundo ano de vida. São Paulo. Casa do psicólogo,2007.

7-Aberastury, A. Psicanálise da criança**.** Teoria e técnica. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992 8-Klein, M (1996) Estágios iniciais do conflito edipiano. In: Amor, culpa e reparacão e outros trabalhos- 1921-1925. Trad. A. Cardoso Rio de janeiro: Imago

9-Winnicott, D. W. (1975) Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951) In Da Pediatria à Psicanalise :obras escolhidas. Trad. Davi Bogomeletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

10- Winnicott, D.W (1975) A defesa maníaca (1935) in Da pediatria á psicanalise: obras escolhidas. Trad. Davi Bogomeletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

Arianne Monteiro Melo Angelelli
Formação em medicina e psiquiatria pela universidade de São Paulo, residência em psiquiatria infantil, especialização em psicoterapia pelo IPPIA e atuação como psiquiatra e psicoterapeuta da infância e adolescência desde 1998.

A ESCOLA COMO ESPAÇO APTO AO OLHAR, À ESCUTA E À INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA.

Belizia Aben-Athar Barcessat

RESUMO

As interlocuções profícuas entre os campos da Psicanálise e da Educação extendem-se, como via de articulação teórico-prática, às inúmeras propostas de intervenção psicológica no contexto escolar. A escola ocupa um lugar primordial no estabelecimento do processo de identificação da criança e do adolescente. Como representante maior da socialização secundária, é na escola que supostamente se constroem as relações e as trocas intersubjetivas simétricas de maior impacto na vida de um sujeito. Como mediadora privilegiada do conhecimento científico e da cultura, a escola dispõe de mecanismos propícios à simbolização, à construção e à criação , movidas pela curiosidade e pelo desejo de saber. Daí podem tornar –se, para o sujeito, desde o acionamento de mecanismos compensatórios ,vias aptas à relativização de feridas narcísicas e à ressignificação de conflitos identificatórios. No entanto, de modo contrário, o contexto escolar tem se evidenciado como espaço privilegiado de eclosão e de cristalização do sofrimento psíquico e, não raramente, em palco de cenas de intolerância e de violência ,inclusive em suas modalidades simbólicas contemporâneas como os chamados *"bullying"*, produzindo consequências desastrosas para a saúde psíquica atual e futura do criança e do adolescente. Essa perspectiva embasa a efetivação de um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará voltado a ações de prevenção e de intervenção sobre o sofrimento psíquico de crianças e de adolescentes no interior da instituição educacional.

A disponibilização do olhar e a abertura de um espaço para a escuta psicanalítica no ambiente escolar aos alunos, aos agentes educacionais e às famílias não se configuram como prática clínico-terapêutica . Trata-se de promover uma compreensão dinâmica a respeito de aspectos que articulam determinantes de histórias individuais e as experiências de socialização e de educação produzidas e vivenciadas na escola. Em tempo de interrogação sobre o paradeiro do pai, a escola é cenário privilegiado à deflagração de problemas que denunciam falhas constitutivas e funcionais voltadas predominantemente à vertente paterna da construção subjetiva. Por outro lado, há que se considerar a presumida função complementar a ser exercida por essa instituição em seu potencial poder de confirmação ou de relativização dos determinantes que marcam o processo de subjetivação.

PALAVRAS-CHAVE: escuta psicanalítica, prevenção, educação, instituição escolar.

Belizia Aben-Athar Barcessat é Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC –SP e Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará. Coordena o projeto de extensão: Atenção psicológica à criança e ao adolescente: ações preventivas e terapêuticas a partir da escola.

O LUGAR DO PAI NA SELETIVIDADE ALIMENTAR INFANTIL.

Carolina Escobar de Almeida Prado
(Fórum do Campo Lacaniano – São Paulo).

RESUMO

Tive a oportunidade de trabalhar como psicóloga em um ambulatório na Universidade Federal de São Paulo, no qual crianças e adolescentes apresentam queixas de Recusa e Seletividade Alimentar. A partir dos atendimentos efetuados com as crianças seletivas e seus cuidadores (mães e pais) pude perceber que o vínculo estabelecido entre as duplas mãe-criança é marcado por mútua dependência e pouca diferenciação; além disso, cabe ressaltar que a função paterna, que poderia contribuir para a separação das duplas, raramente fez-se presente. Por outro lado, por parte da criança, há uma marcante busca pela diferenciação caracterizada justamente pelo "não", pela recusa em aceitar o alimento ofertado. Busco valer-me desta experiência para contribuir com o debate a respeito da função paterna e suas possíveis implicações em casos como os descritos.

PALAVRAS-CHAVE: Seletividade Alimentar Infantil, Psicanálise, Função Paterna, Interdição.

Por dois anos tive a oportunidade de trabalhar como psicóloga no ambulatório de Distúrbios do Apetite pertencente à disciplina de Nutrologia, do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Trata-se de um ambulatório no qual crianças e adolescentes que apresentam queixas de Recusa e Seletividade Alimentar e seus cuidadores recebem atendimento gratuito da equipe interdisciplinar composta por Psicólogos, Pediatras e Nutricionistas.

Em minha prática, busquei escutar e compreender a demanda desta população tendo como referencial teórico a Psicanálise. A partir da experiência adquirida nos atendimentos efetuados com as crianças seletivas e seus cuidadores (mães e pais em sua maioria), pude perceber a repetição de certo padrão de funcionamento das familias atendidas, a saber: o vínculo estabelecido entre a dupla mãe e criança era marcado por mútua dependência e pouca diferenciação; além disso, raramente fez-se presente a função paterna tão necessária para a separação da díade mãe-bebê.

No entanto, é curioso pensar que é diante deste funcionamento familiar que encontram-se as crianças que dizem "não" com tanto afinco para o alimento ofertado por seus cuidadores. Seria esta a maneira encontrada por estas crianças em buscar uma diferenciação da excessiva demanda materna? Poderíamos nos indagar também: por que encontrar o caminho da separação pela via de negar o alimento? Adiante teremos a oportunidade de nos aproximarmos dos elementos que até o momento foram apresentados.

Para a Psicanálise, a alimentação é um importante representante simbólico da primeira relação estabelecida entre um bebê e sua mãe, haja visto que está relacionada não só com a sobrevivência do próprio indivíduo como também com a possível constituição da vida pulsional.

Em seu quarto seminário Jacques Lacan (1956-57) aborda a questão da oralidade de maneira bastante interessante. O autor se questiona sobre a relação de substituição que ocorreria entre a satisfação de uma necessidade e uma satisfação simbólica e aponta para o fato de que para haver a procura por um objeto simbólico, é necessária uma transformação, na qual o objeto real (ligado à necessidade) seria ele próprio um signo de exigência de amor. Em suas palavras:

(...) O que assume ênfase e valor simbólico é a atividade, o modo de apreensão, que põe a criança na posse do objeto. É assim que a oralidade se torna o que é. Sendo um modo instintual da fome, ela é portadora de uma libido que conserva o corpo próprio, mas não é somente isso. Freud se interroga quanto à identidade desta libido: será a libido de conservação ou a libido sexual? Certamente, ela visa à conservação do individuo: ela é de

fato o que implica a destrudo,mas, precisamente porque entrou na dialética da substituição de exigência de amor pela satisfação, ela é uma atividade erotizada. Ela é libido no sentido próprio, e libido sexual (LACAN, 1956-57, P.187).

Considero este um ponto essencial para a compreensão do fenômeno de não comer apresentado pelas crianças atendidas no ambulatório, uma vez que poderíamos nos encontrar diante do campo da existência de uma atividade erotizada, de uma exigência de amor. O alimento erotizado constitui o símbolo de uma relação. Frente a isto, entendo que este mesmo alimento pode ter uma função específica para quem faz uso deste símbolo colocando-o em jogo para demandar amor à outro.

Parece-me claro, a partir deste referencial teórico, que apesar da negativa que acompanha o não comer, este acaba representando um comportamento com muito movimento, orientado e marcado pela resposta a uma imposição materna. É dinâmico, e não estático! Neste momento me pergunto: por que, então, um posicionamento como o de refutar o alimento seria necessário para estas crianças?

Voltemos aos atendimentos realizados no ambulatório de Distúrbios do Apetite. Pude notar que as mães atendidas muitas vezes pareciam impossibilitadas de reconhecer seus filhos enquanto sujeitos autônomos,isto é, com desejos e necessidades próprias. Ao invés disso, os enxergavam como verdadeiros 'apêndices' de si.

A relação mãe-criança pareceu-me marcada pela necessidade destas mães em determinar como as crianças deveriam ser, se comportar ou alimentar. As falas dessas mães eram carregadas de ansiedade, desapontamentos e culpa em relação às expectativas que os filhos simplesmente se encontravam impossibilitados de corresponder. Muitas vezes, elas justificavam a procura pelo serviço, nos momentos em que já não aguentavam mais "fazer de tudo para meu filho comer e ele não aceitar nada!" (sic).

Em seus discursos pude reiteradamente encontrar a vontade de se verem livres do sofrimento de ter um filho que negava o alimento ofertado, envergonhando-as e- na fantasia destas mães- suscitando a imagem e posterior julgamento de terceiros de que elas estavam falhando no desempenho da função materna. Em suma, a angústia que as direcionava em busca de um tratamento ambulatorial estava relacionada ao próprio sofrimento quando entravam em contato com o comportamento alimentar de seus filhos. Dito de outra forma, o sofrimento aparentava ser narcísico na medida em que seus filhos ainda não eram considerados como objetos diferentes de si, ou ao menos, em busca desta diferenciação por meio de suas condutas alimentares.

O que despertava a curiosidade da equipe era que o único comportamento que representava um protesto diante das demandas maternas era o alimentar, isto é, exceto por este fato as crianças que freqüentaram o ambulatório pareciam buscar uma adaptação às idealizações maternas tanto no ambiente escolar como no doméstico, por exemplo.

A partir do que foi descrito, até o momento, entendo que a recusa em se alimentar poderia ser compreendida como um grito de protesto à intrusão materna. A característica de selecionar e regular a alimentação diz respeito ao que permitimos entrar em nosso corpo para nos nutrir. No texto "A Negação", Freud (1925) explora a questão da "função de juízo" que diria respeito à estruturação do eu diante do contato com aquilo que é suportável ou não para si; ou seja, negar algo a partir deste juízo significaria o contato com algo que seria reprimido. Cito o autor:

A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar: ela deve conferir ou recusar a uma coisa uma determinada qualidade e deve admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade. A qualidade a ser decidida poderia originalmente ter sido boa ou má, útil ou nociva. Expresso na linguagem das mais antigas moções pulsionais orais: isto eu quero comer ou quero cuspir – e numa transposição mais à frente: isto eu quero introduzir em mim e isto eu quero excluir de mim; portanto, isto deve ficar dentro ou fora de mim (FREUD, 1925, p.23).

Neste sentido, o ato de selecionar poderia estar a serviço de filtrar o que, até o momento, estaria funcionando como algo intrusivo e indiferenciado. Parece ser uma busca por autonomia e, ao mesmo tempo, é também para a criança uma defesa contra a invasão de uma angústia capaz de mortificá-la.

Pois bem, este percurso foi importante para a compreensão do cenário em que desenvolvo meu raciocínio. Dito isto, passo para a questão que me aproximou deste colóquio. Onde está o pai, enquanto representante da função paterna? Compartilho com vocês a pergunta que me fiz muitas vezes durante e após os atendimentos junto a estas familias.

Dor (1991), alicerçado sobre as ideias de Lacan, apresenta a função paterna como essencial para que o sujeito possa se diferenciar da mãe e ordenar-se psiquicamente. A importância da função paterna reside em incidir como um novo elemento que operará um corte na relação dual estabelecida entre mãe e bebê. Para o autor, será justamente este terceiro elemento que possibilitará ao infans o ingresso ao campo simbólico.

O pai seria então o responsável por fazer operar a função que estabelece uma barreira às projeções e intrusões maternas em direção ao filho. Somente a partir desta 'barreira' a experiência de vazio poderia ser vivenciada pela criança, possibilitando-lhe acessar um novo registro psíquico que o constitui como um sujeito diferenciado e desejante.

Jacques Lacan (1957-58), em seu quinto seminário, tratou da função do Pai de uma maneira genial quando afirma que a real interdição efetuada pela metáfora paterna é direcionada à mãe. Segundo o autor, interditar a mãe seria o fundamento do Complexo de Édipo; em suas palavras:

A experiência analítica nos prova que o pai, como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo, a saber, o objeto fálico, desempenha um papel absolutamente essencial (...) o pai entra em função como privador da mãe , isto é, perfila-se por trás da relação da mãe com o objeto de seu desejo como aquele que castra, coisa que digo apenas entre aspas, pois o que é castrado, no caso, não é o sujeito, e sim a mãe. (LACAN, 1957-58, pp. 190-191.)

Quando reflito a respeito dos atendimentos efetuados no ambulatório de Distúrbios do Apetite não posso deixar de salientar a ausência da figura paterna nos atendimentos ou no tratamento como um todo. Poucos eram os pais que, inclusive, colaboravam com as condutas propostas pela equipe.

Interessa-me ressaltar que, mesmo quando os pais acompanhavam a esposa e o filho nos atendimentos, passavam despercebidos tanto nos relatos, quanto durante o período em que permaneciam no ambulatório. Alguns pais, por exemplo, relataram trazer o filho apenas devido a uma real impossibilidade da esposa em fazê-lo e, de fato, pouco sabiam relatar a respeito dos comportamentos ou atividades cotidianas da criança. Dito de outra forma, mesmo quando no papel de responsáveis,os pais não conseguiam 'se responsabilizar', isto é, se identificar com o lugar que estavam sendo convocados a ocupar.

O que busco ressaltar é que a função paterna presente na dinâmica familiar das crianças seletivas pareceu-me falha. As mães pareciam depositar em suas crianças todo seu investimento fálico, tornando-as o centro de suas vidas sem que uma interdição efetiva acontecesse. Nestas famílias o objeto de desejo das mães parece ser exclusivamente o filho. Entretanto, ainda mais relevante do que a maneira em que o casal se relaciona é preciso que se destaque duas importates questões na dinâmica destas famílias: a falha na função paterna em relação à interdição materna e também o fato de que as mães atendidas não permitirem, em princípio, que o pai de seus filhos entrassem como mediador da relação existente entre ela e seu falo (criança); já que sua interdição indicaria que o pai "*está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal.*" (Lacan, J., 1957-58, p.197, itálico meu)

Já caminhando para o fim desta exposição, compartilho com vocês uma questão que me surgiu enquanto preparava este trabalho: se a função paterna é falha e não se encontra a interdição materna, porque não há uma estrutura psicótica nas crianças atendidas? Fiquei sinceramente intrigada por esta questão até que, ao ler o seminário quatro de Lacan (1956-1957) me deparei com uma passagem que, de alguma maneira, aplacou minha angústia. Cito o autor:

Já lhes disse que a anorexia mental não é um não comer, mas um comer nada. Insisto: isso quer dizer comer nada. Nada, isso é justamente o que existe no plano simbólico. (...) O que está em questão é que a criança come nada, o que é diferente de uma negação da atividade. Esta ausência saboreada como tal, ela a emprega diante daquilo que tem à sua frente, a saber, a mãe de quem depende. (...) a mãe que até então era o sujeito da

exigência simbólica, o simples lugar onde podia se manifestar a presença ou ausência,(...) torna-se um ser real (LACAN (1956-57, p.188).

Ainda com Lacan (1956-1957, p.190):

É no nível do objeto anulado como simbólico que a criança põe em xeque a sua dependência, e precisamente alimentando-se de nada. É aí que a ela inverte a sua relação de dependência, fazendo-se, por este meio, o mestre da onipotência ávida de fazê-la viver, ela que depende da onipotência. A partir daí, é ela quem depende por seu desejo, é ela quem está à sua mercê, à mercê das manifestações de seu capricho, à mercê da onipotência de sai mesma.

Foi após a leitura destes trechos que me deparei com a idéia de que as crianças atendidas não eram psicóticas, pois eram elas as responsáveis pela instauração da falta, do vazio, do comer nada; ou então, comer aquilo que elas determinavam. Pela instauração daquilo que é esperado que seja efetuado pela função paterna que permite o interdito da satisfação materna despejada sobre seus filhos.

Penso que seria, então, por meio da inversão da dependência em onipotência que a criança é capaz de abrir o vácuo necessário para a inserção de si, como sujeito, naquilo que a possibilita desejar e, por conseguinte, que a possibilita ser. Há uma escolha do sujeito que precisa ser feita, e que parece ter sido feita por estas crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOR. Joel. O Pai e sua função em Psicanálise. / Joel Dor; tradução, Dulce Duque Estrada; revisão técnica, Marco Antonio Coutinho Jorge.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991. (Originalmente publicado em 1989)

FREUD, Sigmund. A Negação. Tradução Marilene Carone. - 1° ed. São Paulo, Cosac Naify, 2014. (Originalmente publicado em 1925).

LACAN, Jacques. O seminário, livro 4: a relação de objeto / Jacques Lacan, texto estabelecido por Jacques-alain Miller; tradução Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. (Originalmente publicado em 1956-1957).

_____. O seminário, livro 5: as formações do inconsciente / Jacques Lacan, texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução de Vera Ribeiro; revisão de Marcus André Vieira. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Originalmente publicado em 1957-1958).

Carolina Escobar de Almeida Prado
Formada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010). Especialista em Teoria Psicanalítica PUC-COGEAE (2012). Cursou Atualização Profissional em Psicologia aplicada à Nutrição pela UNIFESP – Departamento de Pediatria, Disciplina de Nutrologia (2011) e coordenou a equipe de Psicologia do ambulatório de Distúrbios do Apetite (2012). No ano de 2013 iniciou as Formações Clínicas no Fórum do Campo Lacaniano- São Paulo.

"_SHIU! FICA QUIETA!": QUANDO NINGUÉM PODE DESEJAR.

Caroline Gomes Mortagua
Juliane Agnes Alves de Mello Souza

RESUMO

A partir da apresentação de caso de duas irmãs gêmeas, pretendemos destacar o que nos levou a uma hipótese diagnóstica estrutural de psicose e, a partir disso, problematizar a distinção entre a ausência da função paterna – no registro simbólico – e a carência paterna do ponto de vista imaginário. Percebemos em ambos os casos a dificuldade das pacientes em dialetizar os ditos da mãe. Elas repetem mimeticamente o que lhes foi dito, sem nenhuma dúvida ou interrogação sobre a verdade desse discurso. Tudo que os outros dizem, especialmente a mãe, é tido como um mandato supergóico que as pacientes precisariam realizar. Desta forma, ficam a mercê desse Outro absoluto e onipotente, a quem elas se submetem completamente. Inclusive observamos no discurso que em nenhum momento essas pacientes se questionam sobre o que o Outro quer delas ("Che vuoi?"/ "Que quer ele de mim?"), pois elas são meramente objeto de gozo do Outro materno.

Para que a criança formule uma questão sobre o desejo do Outro materno é preciso que esse se coloque como não-todo, abrindo as vias para que o nome do pai entre como representante desse desejo. Por isso a função do pai é uma metáfora. Entendemos que se a função paterna falhou no presente caso, não é pela ausência da figura do pai nessa família – um pai castrador que deveria ter dado limite ao gozo da relação incestuosa da criança com a mãe –, mas sim porque esse Outro não se constitui como desejante e, consequentemente, não abre as vias para que o Nome-do-Pai apareça para articular simbolicamente essa falta e a perda de gozo decorrente da inscrição no campo da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: psicose, Nome-do-Pai, desejo, gozo

Caroline Gomes Mortagua
Psicóloga, participante de atividades das formações clínicas do Fórum do Campo Lacaniano SP, especializanda em Psicologia Clínica (Psicanálise) pela PUC-SP.

Juliane Agnes Alves de Mello Souza
Psicóloga, especialista em Psicologia Hospitalar pelo PAP do ICHC-FMUSP, especializanda em Psicologia Clínica (Psicanálise) pela PUC-SP, participante de atividades das formações clínicas do Fórum do Campo Lacaniano SP, responsável pelos atendimentos de pacientes do Programa de Transtornos Alimentares na Infância e Adolescência (PROTAD) do IPQ/ HC-FMUSP.

O QUE DIZER DO PAI EM UMA PRODUÇÃO INDEPENDENTE?

Caroline Geocze

RESUMO

Atualmente vivemos em uma era onde a tecnologia faz parte importante do nosso cotidiano, inclusive permeando campos íntimos do sujeito humano como o de sua procriação. A possibilidade de gerar filhos em laboratório torna-se ferramenta importante para mulheres que optam por vivenciar a chamada "produção independente". O que antes era chamado de mãe solteira, algo visto com preconceito e como consequência de uma triste vida amorosa, passa a ser nomeado com um significante que coloca em pauta a ideia de independência.

Nessa nova nomeação, há muitos pontos implicados que desaparecem em um olhar despercebido. De repente, não existe mais a necessidade de se ter um casal para que um bebê seja gerado e, nem mesmo, do ato sexual em si. Os vínculos afetivos são liquefeitos, os laços sociais se fragmentam. O que parece se fortalecer é a saída proposta pela ciência e pelo discurso capitalista para todo e qualquer desconforto: de pílulas para dormir, acordar, sentir, não se angustiar e até mesmo para prover um bebê no momento certo, do jeito desejado.

Mas uma pergunta insiste em se inscrever na produção independente: o que dizer do pai? Freud dá um lugar estruturante ao Complexo de Édipo no sujeito, falando do pai como quem interdita a mãe e se põe no lugar da lei. Com os avanços teóricos do ensino de Lacan, o lugar do pai na teoria psicanalítica passou por mudanças importantes: o Édipo passa a ter um caráter não só estruturante do sujeito como estrutural. O Édipo é um dado de estrutura e não uma contingência de cada arranjo familiar. Assim, do ponto de vista da estrutura, ter ou não ter um pai presente é uma questão que passa a ser secundária. Lacan irá trabalhar com o conceito de metáfora paterna, onde se dá a inscrição do significante Nome-do-Pai onde antes havia o desejo da mãe. Essa operação simbólica é de tamanha importância que estará na base do entendimento acerca das estruturas clínicas na teoria lacaniana. As condições para que o sujeito possa advir estarão relacionadas à metáfora paterna e não ao pai físico ou biológico.

Contudo, as mulheres que se submetem a uma gestação desse modo insistem na pergunta: o que dizer do pai? O que dizer sobre esse lugar vago? Construir essa resposta é algo que pode ser feito no um a um em um processo de análise, onde é possível tecer a estória acerca dessa escolha.

PALAVRAS-CHAVE: Produção independente, Desejo, Metáfora paterna, Lacan.

Caroline Geocze
Psicóloga pela PUC-SP, Especialista em Psicologia Hospitalar pelo HCFM/USP e Mestre em Saúde Pública pela FSP/USP. Há 12 anos atua como psicanalista em consultório, além de ter um percurso de pesquisa acadêmico na área de saúde da mulher e saúde reprodutiva. Como instituição de formação está ligada ao Fórum do Campo Lacaniano/SP.

PAI PERVERSO: REVERBERAÇÕES IDENTIFICATÓRIAS

Cassandra Pereira França

RESUMO

O atendimento clínico de crianças vítimas de incesto tem nos mostrado, ao longo de dez anos de pesquisas acadêmicas, uma das facetas mais cruéis desse grave problema social: a identificação com o agressor. Um dito emblemático "Até os vilões podem ser bons!", solto com insistência por uma pequena paciente, mostra-nos como a defesa denominada por Freud como Verleugnung , é um recurso providencial nesses casos, uma vez que coloca o episódio traumático numa condição de enclave psíquico, separado e incomunicável, permitindo à criança, assim, continuar amando e obedecendo ao pai. De fato, os processos de clivagem são incomparáveis em sua eficácia de criarem barreiras e segregarem porções da realidade (objetiva e subjetiva), mantendo-as lado a lado. Aliás, talvez até se constituam em um dos recursos psíquicos mais profícuos para lidar com o inadmissível da experiência humana. Mas, a qual preço? A do amortecimento da memória, da afetividade e da condenação da criança a uma construção identificatória perversa?

PALAVRAS-CHAVE: incesto, pai perverso; clivagem; identificação com o agressor.

O incesto traz em si um potencial traumatógeno extremamente complexo, pois invade e destrói o psiquismo da criança com uma carga libidinal que excede em muito a sua capacidade de enfrentamento prático ou representação simbólica. Mas, como poderia a criança continuar amando um pai que viola a ordem e deixa os afetos confusos sob o peso das ambivalências? Apesar de sabermos que os processos de clivagem logo tratam de impedir ao episódio traumatizante a possibilidade de se transformar em uma experiência subjetiva, metabolizável, capaz de ser integrada com o restante das vivências psíquicas, gostaríamos de questionar os destinos desses arranjos psíquicos para o desenvolvimento identificatório da criança. Ficariam as vítimas de incesto condenadas a terem uma identidade clivada, com uma das facetas completamente identificada com o adulto perverso e abusador? A fim de tentar abrir algumas trilhas que possam nos ajudar a refletir sobre esta angustiante questão, pretendemos partir da definição da identificação com o agressor, para então estudar os processos de clivagem contemporâneos da *verleugnung* e que, numa ação conjunta, irão encapsular as vivências traumáticas numa tentativa de evitar a instalação do conflito psíquico.

O RISCO DO DESTINO FUNESTO DA IDENTIFICAÇÃO COM O AGRESSOR

Comecemos por resgatar na literatura o quanto a noção de identificação com o agressor pode ser uma conseqüência direta dos processos de clivagem que se instalam no psiquismo da criança. Segundo Laplanche e Pontalis (1975), a primeira referência à noção de identificação com o agressor foi feita por Anna Freud, em seu livro "Os mecanismos de defesa do ego" (1936/1996); no entanto, a história nos mostra que, quatro anos antes dessa publicação, Ferenczi já procurava entender determinadas manifestações transferenciais de extrema submissão e formulava a noção de identificação com o agressor. Tal rumo se justificava pelos problemas clínicos com os quais se deparou, principalmente aqueles que se referiam à repetição do trauma nas sessões de análise, e que mostravam como, através da identificação inconsciente e de uma regressão psíquica, o analista era colocado no lugar do agente original do trauma, ocupando uma posição autoritária. Essa situação demonstrava o quanto esses pacientes abusados haviam se tornado reféns da repetição traumática das cenas de abuso sexual que impregnava o psiquismo de passividade.

Após várias tentativas de manejo técnico desse contexto transferencial, Ferenczi voltou a questionar suas intervenções. Diante do impasse clínico, o autor relata que sua primeira hipótese foi que as repetições incessantes seriam reflexos das resistências subjacentes a um forte recalcamento, o qual só poderia ser desfeito por etapas, permitindo que o paciente passasse várias vezes pela mesma situação de angústia; no entanto, direcionando sua

atenção para algumas atitudes específicas desses pacientes, notou que eles, apesar de serem extremamente obedientes e demonstrarem aceitar suas interpretações, costumavam surpreendê-lo com explosões de raiva, durante as quais o acusavam de ser insensível e cruel. Estranhando tais reações, uma vez que sua técnica o levava a ser muito acolhedor com seus pacientes e a valorizar extremamente os afetos transferenciais, Ferenczi concluiu que encenavam a experiência original de violência e provinham de um objeto agressor internalizado, que continuava a atacar, agora, desde o interior do psiquismo.

Na descrição de Ferenczi, a identificação com o agressor ocorre quando o medo da criança diante da autoridade e da força do adulto chega ao ponto de provocar uma perda de consciência que paralisa as reações normais de repulsa ou resistência à agressão e impossibilita o recurso a qualquer tipo de defesa contra o desprazer. Nesses casos, a solução encontrada pelo psiquismo é tornar o agressor intrapsíquico.

Ao fazer com que o agressor deixe de ser um outro, externo, este passa a ser submetido ao processo primário, modelado segundo o princípio do prazer. Tal processo resulta, sem dúvida alguma, na minimização da ameaça externa, porém provoca a clivagem do próprio ego. Assim, a identificação com o agressor parece instalar no psiquismo duas figuras representantes da cena da agressão: a criança abusada e maltratada, que representa o ego fragilizado, e o agressor, atuando de forma semelhante ao superego sádico. Os resultados que advêm da interação entre essas duas figuras psíquicas podem originar diferentes arranjos.

Quando não é possível que as percepções e sensações da experiência traumática entrem no esquema do recalcamento e da neurose – devido à radicalidade das circunstâncias ou à própria fragilidade infantil – o psiquismo pode ser obrigado a defender-se da excitação massiva através do mecanismo da rejeição e clivagem, solução que abre caminho para o estabelecimento da identificação com o agressor. Ao tentar manter a vivência traumática isolada no psiquismo, sem assimilação relativamente ao restante dos conteúdos psíquicos, consegue-se controlar a angústia, mas decorre dessa atitude um desligamento (de extensão variável) entre o ego e a realidade que pode encontrar expressão não só na exigência de submissão sem limites de si próprio, mas também nas perversões, através da repetição estereotipada, em ato, dos abusos sofridos.

Essa estratégia do psiquismo – na qual o ego fica obrigado a seguir os comandos do invasor para tentar se livrar de sua tirania e perseguição implacável – representa o caminho da repetição compulsiva do trauma e está atrelada a uma diminuição geral da atividade psíquica, aspecto frequentemente constatado nos atendimentos a essas crianças através do empobrecimento do brincar, dos processos criativos, das fantasias, e pela inibição da capacidade de pensar.

Se, por um lado, o psiquismo não puder suportar a parte que representa o agressor, esse fragmento será projetado para o mundo externo, movimento que propicia ou facilita encontros nos quais o objeto irá "encarnar" essa projeção, sendo levado a agir como um sádico. Assim, novamente diante do agressor, só restará ao indivíduo a submissão e a obediência: a reedição da cena traumática na qual, originalmente, foi obrigado a se calar para garantir sua sobrevivência. Nesse arranjo da identificação com o agressor, entendemos que o ego, mesmo submetido e maltratado, é preservado em alguma medida – o que facilita a intervenção clínica (Mendes, 2011).

Outra configuração possível da identificação com o agressor se dá quando a parte violentada e frágil é considerada insuportável e, então, é projetada para o exterior. O resultado é que esse indivíduo tentará destruir o que projetou no mundo externo, agindo, ele próprio, como abusador, mimetizando o comportamento daquele que o agrediu, geralmente com alguém que considera semelhante a si mesmo quando era submetido à agressão. Para esse "novo abusador", crianças mais novas constituem alvos óbvios, por sua fragilidade e pela facilidade com que são colocadas em posição de obediência. O sadismo e a agressividade dirigidas ao meio externo são bastante evidentes, mas a face complementar masoquista também pode ser inferida, já que o individuo passa a agredir no outro justamente a projeção de seu ego infantil maltratado. Nesse arranjo, a projeção do próprio ego acarreta graves prejuízos a esse indivíduo, especialmente no que se refere a uma perda de contato com o seu mundo interno e com a realidade circundante (Mendes, 2011). Neste sentido, concordamos com Uchitel (2001) quando afirma que a criança identificada com o agressor "é triplamente vítima: por não ter mais o objeto idealizado que perde, por ser objeto de agressão e por converter-se ele mesmo em agressor" (p. 124).

AS CLIVAGENS COMO REAÇÃO AO CHOQUE TRAUMÁTICO

Na opinião de Ferenczi, a Spaltung (clivagem) é consequência de um traumatismo e está diretamente relacionada com a tentativa de encobrir a percepção traumática e com manifestações de desorientação psíquica. Na obra desse autor, a noção assemelha-se mais à descrição freudiana da personalidade múltipla (1923b) do que propriamente à clivagem do ego em duas correntes opostas, tal como foi definida por Freud em 1927 e 1938. Além de ser descrita como uma forma privilegiada de lidar com traumas graves, a clivagem ferencziana também é o mecanismo responsável por instaurar um estado de passividade psíquica

Ao longo do artigo de 1933 ....., o autor argumenta ainda que "Se a criança se recupera de tal agressão [a violência sexual], ficará sentindo, no entanto, uma enorme confusão; a bem dizer, já está dividida, ao mesmo tempo inocente e culpada, e sua crença no testemunho de seus próprios sentidos está desfeita." (p. 117, grifos nossos). Em outro exemplo, o autor reitera que o fator que se mantém na clivagem é a relação intrínseca com o choque traumático:

(...) não existe choque, nem pavor, sem um anúncio de clivagem da personalidade. A personalidade regride para uma beatitude pré-traumática, procura tornar o choque inexistente (...). Se os choques se sucedem no decorrer do desenvolvimento, o número e a variedade dos fragmentos clivados aumentam, e torna-se rapidamente difícil, sem cair na confusão, manter contato com esses fragmentos, que se comportam todos como personalidades distintas que não se conhecem umas às outras. (p. 119)

Enfim, no artigo póstumo "Reflexões sobre o trauma" (1934[1931-1932]/2011), no qual estão compilados seus escritos sobre a temática do traumatismo psíquico, encontramos a ideia de clivagem da personalidade como uma forma de tornar o trauma inexistente, uma "falsificação otimista" que teria como objetivo fazer o sujeito retornar à tranquilidade anterior. Nesse sentido, a clivagem, que pode ter extensões variáveis e diferentes graus de profundidade, encarregar-se-ia de não permitir o acesso ao psiquismo de partes insuportáveis da experiência traumática.

O TRAUMATISMO, AS CLIVAGENS, E A INSTALAÇÃO DA VERLEUGNUNG

Em casos de abuso sexual incestuoso, ficamos sempre com uma indagaçao no ar: qual teria sido a ordem com que se estabeleceram os fenômenos psíquicos? Pois, não enxergamos claramente o conflito e muito menos a angústia que poderia dele advir – ausências que como se pode ver, só aumentam a dificuldade de um psicólogo poder colaborar na busca da verdade dos fatos. Aliás, quando Freud descreveu a clivagem do Ego, o que ele buscava era realçar um processo que não leva à formação de um compromisso entre as duas atitudes presentes, mas que procura mantê-las, simultaneamente, sem que entre elas se estabeleça qualquer relação dialética. Simultaneidade também presente entre os processos de clivagem e a *Verleugnung*, uma vez que o traumatismo que invade o psiquismo faz com que o sujeito se depare com duas realidades que não podem coexistir: no caso em foco, um pai amoroso e um pai abusador ou, pintado como tal pela família. Está assim instalada a clivagem do Ego (intra-sistêmica), e a *Verleugnung* que se encarregará de impedir o sujeito de reconhecer a realidade da percepção traumatizante, quebrando assim os elos necessários para recolocação daquele evento na cadeia associativa do processo temporal e processual do psiquismo.

Figueiredo (2003) defende a idéia de que "...o que se recusa não é uma dada percepção , mas o que vem ou viria depois dela, seja como uma outra percepção que a primeira torna possível uma possibilidade de simbolização, uma conclusão lógica aparentemente necessária ou uma lembrança que a percepção pode reativar". (...) O que se desmente, por sua vez, não é o significado da percepção, pois este pode ser conservado. Não se trata, por exemplo, de negar o que se vê no seu sentido próprio, mas de impedir que o que se vê leve o psiquismo ao que se poderia inferir daquilo que foi visto: 'Eu sei, mas mesmo assim...' O 'eu sei' não é puramente ou liminarmente desmentido; o que se impede é a consequência desse saber; nessa medida, o 'mesmo assim...' aponta para a preservação de uma posição subjetiva que não pode ser alterada' (Figueiredo, 2003, p. 60).

A clínica parece mostrar mesmo que a *Verleugnung* "talvez tenha um campo de incidência muito mais amplo e disseminado do que o inicialmente suposto por Freud" (Idem, p. 58), que era o campo do fetichismo e da psicose. Segundo Figueiredo(2003) as condições socioculturais contemporâneas, tendem a produzir modos de funcionamento mental em que a *Verleugnung* tenha uma presença marcante, como é o caso dos adoecimentos narcísicos. Tempos difícil esse nosso.: para todos os lados que olhamos vemos a verdade desmoronar lentamente...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ferenczi, S. (2011). *Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança (A linguagem da ternura e da paixão)*. In Obras Completas: Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933[1932]).

Ferenczi, S. (2011). O problema do fim da análise. In *Obras Completas*: Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1928[1927]).

Ferenczi, S. (2011). Princípio de relaxamento e neocatarse. In Obras Completas: Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1930[1929]).

Ferenczi, S. (2011). Reflexões sobre o trauma. In Obras Completas: Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934[1931-1932]).

Figueiredo, L. C. (2003). Psicanálise: Elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Escuta.

Laplanche, J. & Pontalis, J-B. (1975). Vocabulário da psicanálise. 2ª ed. Santos: Martins Fontes.

Mendes, A. P. (2011). A identificação com o agressor: interfaces conceituais e suas implicações para o estudo da violência sexual infantil. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Cassandra Pereira França
Professora do Depto. de Psicologia da UFMG; Coord. do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG; Coord. do Projeto CAVAS/UFMG (Projeto de pesquisa e extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual); Organizadora dos livros: "Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil" (Imago, 2010); "Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar" (Escuta, 2014), entre outros.

ABUSO SEXUAL INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE NO CAMPO JURÍDICO

Christiane Laurito Costa

RESUMO

Nos últimos tempos, vêm crescendo as alegações de abuso sexual nos processos atendidos pelas Varas de Familia, em geral envolvendo o próprio pai ou familiar próximo a crianca. As ações judiciais nestes casos envolvem disputas de guarda e regulamentação de visitas dos filhos, quando o casal parental ou demais familiares não entram em acordo sobre tais questões, lembrando que dentro do sistema judiciário brasileiro, a simples suspeita de ocorrência de abuso faz com que o juiz determine, em nome da proteção à criança ou adolescente, o afastamento entre estes e o suposto abusador.

Diante disso, algumas questões foram disparadoras para este trabalho: "como um psicanalista, dentro do âmbito da instituição judiciária, pode escutar estes casos que envolvem supostos abusos sexuais?"

Por respeito ao sigilo dos casos envolvidos no âmbito da justiça, abordaremos um filme1 que trata dos impactos sofridos por um professor após ser acusado de abusar sexualmente de uma de suas alunas. Ao retratarmos algumas cenas do filme, bem como pequenas vinhetas de casos atendidos no Forum, pretendemos refletir acerca do papel dos psicólogos e psicanalistas cujo trabalho vem respaldando o judiciário junto aos casos que envolvem acusações de abuso sexual.

Este trabalho pretende buscar as aproximações possíveis da psicanálise no campo jurídico, tendo como tema, algo que vem ocupando muito os profissionais que atuam com a infância na interface com o direito: os abusos sexuais de crianças.

PALAVRAS-CHAVE: psicanálise; judiciário; abuso sexual; pai; laudo psicológico.

Para começar, contextualizemos o que é pedido pelo Tribunal de Jusitça aos psicólogos que lá atuam. Em suma, o juiz responsável pelo processo determina a realização de uma avaliação psicológica nos casos que envolvam processos de guarda ou regulamentação de visitas aos filhos, quando o casal parental ou demais familiares não estão de acordo sobre tais questões. Esta avaliação é denominada, no judiciário, de *perícia psicológica,* e servirá para subsidiar o trabalho do juiz, ou seja, fornecer elementos da dinâmica familiar que o auxiliem na tomada das decisões, sempre visando o chamado "melhor interesse" das crianças e adolescentes envolvidos nessas ações.

O trabalho do psicólogo na instituição compreende, inicialmente, a leitura dos processos judiciais (petições de advogados, manifestações do Ministério Público, sentenças judiciais, relatórios de profissionais que atenderam a criança ou o adolescente, relatórios de demais instituições, como escolas, hospitais, Conselhos Tutelares, etc). No final de cada estudo, há a elaboração de um *laudo*, que é juntado ao processo e dirigido ao juiz responsável pela ação.

Consideramos, contudo, que aquilo que se pode fazer no contexto de uma perícia psicológica judicial é diverso do que se faz num atendimento clínico. Se na clínica, as pessoas demandam por ajuda e se dispõem a expor suas fragilidades, no contexto judiciário, elas se dirigem ao psicólogo porque assim foi determinado pelo juiz, e não vêm por livre e espontânea vontade. Dessa maneira, podemos esperar que as defesas se acirrem,

1 Trata-se de ***A Caça***, um filme dinamarquês dirigido por Thomas Vinterberg. Na trama, um professor de jardim da infância, de nome Lucas, é adorado pelas crianças e bem relacionado na pequena cidade em que vive. Participa dos grupos de caça (uma tradição local), tenta reconstruir sua vida após se separar e busca reaver a guarda do proprio filho. Nesse ínterim, aproxima-se de Klara, filha de seu melhor amigo, percebendo a pouca disponibilidade dos pais para assumir suas responsabilidades. A garota tenta manifestar sua afeição pelo professor, e acaba sendo repreendida por ele de forma delicada. Contudo, a raiva momentânea diante da rejeição vivida, faz com que seu desabafo para a diretora da escola seja confundido com um abuso sexual. A partir daí, o que era inicialmente uma suposição e tomado como fato, e Lucas passa a ser acusado e perseguido por todo o vilarejo de ter abusado sexualmente de Klara.

que cada um busque mostrar sua *melhor faceta,* em detrimento, muitas vezes, das atitudes e características de personalidade do outro. O que é usual neste contexto, é que se aponte sempre os outros como os errados ou culpados pela situação, e raramente há uma implicação de si ou disponibilidade para refletir sobre seu próprio modo de se relacionar. A relação dos familiares com o perito psicólogo também é diferente do que ocorre na clínica: no âmbito judicial somos marcados pelo traço normatizador, uma vez que a avaliação psicológica será juntada às demais provas do processo, resultando assim, em uma decisão judicial.

Deparamo-nos, assim, com um incômodo: o papel do psicólogo nesse tipo de instituição se reduziria à realização de uma avaliação das pessoas, buscando critérios que definam se elas estão aptas ou não para exercerem a guarda dos filhos, ou para visitá-los?

Brandão (2010), psicólogo jurídico que atua em Vara de Família no Rio de Janeiro, aponta que essa é uma questão já ultrapassada, uma vez que já considera como consenso o fato de a tarefa do psicólogo nesse âmbito não se reduzir ao fornecimento de laudos ao juiz. Suannes (2011) também afirma claramente sua posição, ao articular o modelo pericial à ideia de um trabalho interventivo: *"(...) o encontro com as pessoas que fazem parte do processo de Vara de Família não é mera condição de aplicação de instrumentos de avaliação demandada por um terceiro. Supõe considerar que essas pessoas procuram o Judiciário para resolver conflitos de família porque não encontraram outra forma de lidar com o sofrimento que advém deles"* (p.41). O reconhecimento do sofrimento que permeia essa procura pela justiça também é corroborado por Caffé (2010), que aponta a grande desorganização dos vínculos afetivos nos membros dos familiares, especialmente pelo não reconhecimento e ataque mútuo das funções materna e paterna. Em suas palavras: *"(...) como consequência, os filhos nem sempre são reconhecidos no lugar de crianças, não se estabelecendo assim a suficiente consideração de suas necessidades e direitos"* (Caffé, 2010, p.18).

Fala-se, assim, de um encontro com as pessoas, e o reconhecimento do sofrimento destas, e não da denominação de "perito" como aquele que está aderido a uma "produção de verdade", o qual teria um saber *sobre* o sujeito. Na perspectiva que apresentamos, não só a pessoa que está sendo "avaliada" participa de um modo mais ativo do processo, como se inclui, o tempo todo, a subjetividade do profissional.

Mas o que o profissional que atua nesse campo privilegia na condução do seu trabalho?

Podemos pensar que, diferentemente da clínica, em particular a clínica psicanalítica (em que o *setting* está organizado propositalmente para que o sujeito entre em contato com sua realidade psíquica, e o profissional não é, em geral, confrontado com elementos da realidade exterior), no âmbito do judiciário, há uma trama de elementos que se entrecruzam: a demanda do juiz pela avaliação (muitas vezes esperando que o psicólogo responda a determinada questão concreta, específica), a história advinda dos autos do processo (que é redigida por advogados), as versões e os fatos relatados por cada uma das pessoas acerca da situação (as quais sempre são bastante contraditórias), informações vindas de relatórios ou laudos de outros profissionais.

Um dos grandes desafios é, portanto, na posição de psicanalistas dentro do judiciário, levarmos em consideração tudo o que foi citado, e ao mesmo tempo, afinarmos nossa observação e escuta para aquilo que pode surgir nesses encontros com as pessoas, adultos e crianças – elementos estes que revelam muito do sofrimento vivido por cada família em particular diante das separações, dos rompimentos de vínculos, da perda da idealização de família.

Os familiares, no contexto da perícia psicológica, falam para o perito, que por sua vez, lhes escuta e faz perguntas que alargam o que fora apresentado inicialmente nos autos do processo. Naquele momento, não estão representados por seus advogados, mas falam por si mesmos. Como bem aponta Suannes (2011, p.56), *"o estudo psicológico restitui a voz à pessoa e aos processos inconscientes que subjazem ao seu pedido formal".*

Nesses encontros, cria-se todo um campo de transferência que, como postulou Freud, não é um fenômeno exclusivo da situação de análise, mas uma condição intrínseca ao psiquismo humano, podendo ser estabelecido em quaisquer relações. Como psicanalistas, podemos supor que aquilo que é explicitado nos autos do processo é um deslocamento de outras questões, que não encontraram outra via de representação. Tais questões, que dizem respeito a dificuldades relacionais e afetivas da família, irá se apresentar na *cena judiciária*

posta na transferência com o perito. Ou seja, reedita-se com o perito, durante a avaliação, o conflito que a família está impedida de assumir e resolver (Caffé, 2010).

Isto posto, tivemos como disparador para esse trabalho, a inquietação frente ao crescente aumento de casos envolvendo alegações de abuso sexual contra crianças que chegam ao Forum, na maioria envolvendo os próprios pais. E a pergunta que nos orientou ao longo do trabalho foi "como um psicanalista, dentro do âmbito da instituição judiciária, pode escutar estes casos que envolvem supostos abusos sexuais?".

Dentre as várias definições de abuso sexual, escolhi para essa apresentação uma das autoras consultadas, Cromberg (2001), que entende a violência sexual como *"uma situação complexa, desencadeada por um ato sexual, não necessariamente o coito, no qual uma pessoa estranha ou familiar utiliza-se do corpo de uma outra pessoa, ou ameaça fazê-lo, sem consentimento consciente"*.

Importante ressaltar que, dentro do sistema judiciário brasileiro, a simples suspeita de ocorrência de abuso faz com que o juiz determine, em nome da proteção à criança ou adolescente, o afastamento entre estes e o suposto abusador.

Anuncia-se diante disso, questões complicadas para o psicólogo que pretende desenvolver seu trabalho na intersecção da Psicanálise com a justiça. Por um lado, está o juiz, que busca saber a verdade concreta dos fatos, ou seja, se houve ou não abuso, e se o acusado pode ter sido o autor do mesmo. Por outro, uma questão cara à psicanálise: o psicanalista só trabalha com realidade psíquica? Qual o compromisso deste profissional quando há situações que o convocam a lidar com a realidade efetiva?

Os casos atendidos no Forum envolvem segredo de justiça, o que não nos permite uma análise aprofundada neste texto. Deste modo, abordaremos um filme, lançado no cinema em 2013, que consideramos precioso para tratar do tema em questão.

Trata-se de ***A Caça***, um filme dinamarquês dirigido por Thomas Vinterberg. Na trama, um professor de jardim da infância, de nome Lucas, é adorado pelas crianças e bem relacionado na pequena cidade em que vive. Participa dos grupos de caça (uma tradição local), tenta reconstruir sua vida após se separar e busca reaver a guarda do próprio filho. Nesse ínterim, aproxima-se de Klara, filha de seu melhor amigo, percebendo a pouca disponibilidade dos pais para assumir suas responsabilidades. Em uma primeira cena, a garota está sozinha, dizendo-se perdida, e ele a acompanha até sua casa. No caminho, ele se interessa pelo mundo dela, e ambos desenvolvem uma brincadeira onde ela permanece atenta às linhas do chão que não podem ser pisadas, enquanto Lucas cuida do trajeto pela estrada, a fim de garantir que eles se dirijam ao rumo certo. Em uma segunda cena, os pais de Klara estão discutindo dentro de casa e ela está do lado de fora, sozinha. Lucas então se oferece para acompanhá-la até a escola, e juntos fazem a mesma brincadeira no caminho. Klara também se apega à cachorrinha de Lucas, que está sempre por perto.

A garota tenta manifestar sua afeição pelo professor, e numa brincadeira na sala de aula, onde as crianças se jogam em cima de Lucas, Klara lhe da um beijo na boca e coloca um envelope em seu bolso. Assim que Lucas tem a oportunidade de ficar sozinho com Klara, de maneira muito delicada, lhe diz que encontrara um presente no seu bolso, mostra o coração (feito com peças de montar) e sugere que ela ofereça a um amigo. Klara, sem graça, diz que não é seu, apesar da evidência de seu nome no papel. Em seguida, Lucas diz que beijos na boca só acontece entre "mamães e papais".

A cena seguinte mostra Klara muito chateada na escola, e a seguir, transcrevo o diálogo entre ela e a diretora da escola:

K: – Eu detesto o Lucas!

D: – Achei que fossem amigos...

K: – Não, ele é um idiota. E ele tem um pipi!

D: – Os homens têm pipi, assim como seu pai e seu irmão.

K: – Mas o dele é duro como uma vara e aponta para cima! (...) Ele me deu esse coração, mas eu não quero.

Nós, espectadores, podemos identificar na fala de Klara para a diretora, as exatas palavras que a garota havia ouvido momentos antes entre seu irmão adolescente, que passa por ela junto com um amigo, carregando um computador que mostra uma cena de algum anúncio ou filme pornográfico. A fala do irmão para o amigo:

– Olha esse pinto! Olha o tamanho desse pinto! É duro como uma vara e aponta para cima!

Inicialmente a diretora parece tomar aquela fala como algo a ser melhor avaliado, e comunica isso ao professor. Mas logo em seguida, leva um homem para conversar com Klara, que supostamente parece um médico ou psicólogo:

M: – Klara, repita para mim, por favor, o que você falou para a diretora.

Klara não o faz.

M: –É verdade que você viu o pipi de Lucas?

Nega com a cabeça. Diz que quer ir brincar e olha pela janela.

M: – Então a diretora inventou tudo isso? Ou você inventou?

Nega novamente.

M: – Ele te mostrou o seu pipi?

Concorda.

M: – O pipi dele estava duro?

K: – Não me lembro mais.

M: – Você o tocou, saiu alguma coisa branca dele?

Nesse momento, a conversa é interrompida porque a diretora começa a passar mal.

Imediatamente após a saída de Klara da sala, o profissional convence a diretora que aquele era um caso em que as autoridades precisariam ser envolvidas.

A partir daí, o que era inicialmente uma suposição é tomado como fato, e Lucas passa a ser acusado e perseguido por todo o vilarejo de ter abusado sexualmente de Klara.

A diretora então chama a mãe de Klara, e afirma que tem motivos para acreditar que ela fora abusada sexualmente. Nesse mesmo dia, em reunião de pais, expõe o fato e faz um alerta de que os pais deveriam ficar atentos aos seus filhos, pois outras crianças poderiam ter sido vítimas do mesmo ato. De novo, o que era uma suposição vira fato, pois a diretora expõe a sintomatologia de crianças que passaram por abusos sexuais (enurese noturna, dificuldades para dormir, pesadelos, dores de cabeça), e os pais, rapidamente, identificam tais sinais em seus filhos. A situação toma proporções enormes entre todos na escola.

O filme então passa a retratar a verdadeira repulsa de Lucas por toda a comunidade, e todo o tipo de humilhação que ele sofre diante da certeza de todos do crime que ele cometera. Klara tenta dizer aos pais que "falara bobagens", mas a mãe lhe diz que sua mente tenta bloquear o que acontecera, para ela não lembrar mais, mas que aquilo, de fato, aconteceu, e estavam contentes por ela ter lhes contado.

Nesse meio tempo, a menina vai procurar por Lucas, querendo levar sua cachorra para passear, e lhe diz:

K: – Estão dizendo que você fez algo ruim comigo.

L: – E você, o que acha, Klara?

K: – Eu não sei, não me lembro mais. Tenho medo.

O que vemos no filme é um grande mal entendido que tem repercussões dramáticas para a vida de Lucas, de Klara e de sua família. Vemos também os efeitos maléficos que o discurso cientifico, representado por um profissional que está no lugar de especialista na área de infância pode causar. Sua precipitação em afirmar de

aquilo era um caso de policia, bem como a disseminação da informação da sintomatologia de crianças abusadas causou um verdadeiro pandemônio na comunidade, onde nada mais que pudesse ser dito, nem pelo professor, nem mesmo pela criança, poderia colocar em dúvida que o abuso de fato acontecera.

Muitos casos que chegam ao Fórum trazem um cenário muito parecido com este do filme, com o acréscimo de que o contexto se dá nas Varas de Família, onde estão em jogo disputas pela guarda das crianças e visitas do outro genitor. A lógica jurídica é adversarial, ou seja, supõe-se que um dos dois ganhará a causa. Não podemos desconsiderar a possibilidade de que a maioria das situações expostas no judiciário são vistas com uma potente lente de aumento, e o que anteriormente ao processo não passava de cenas cotidianas de como aquela família se organizava, viram elementos para denegrir o genitor ou a genitora. As alegações de abuso aparecem nesse entremeio. Difícil dizer que alguém ingressou com uma ação porque suspeitou de o filho ter sido abusado e quer protegê-lo, ou se a alegação de abuso aparece como prova maior de que o outro não pode conviver com a criança, por outros motivos.

Retomando o filme, se o assistíssemos a partir da cena em que a garota fala com a diretora, jamais saberíamos o que houve de fato. No trabalho do judiciário (e também no consultório ou em outras instituições em que os psicólogos tenham que se haver com esse tema), jamais teremos acesso ao fato real. Faremos sempre uma construção acerca do mesmo.

A criança que chega ao Fórum, já passou, em geral, por outras situações de avaliação, seja por psicólogos particulares, seja por perícias médicas. Na maioria das vezes, o que justifica a alegação de abuso sexual são os relatos da criança para o adulto cuidador, que, se referidos a algum conteúdo sexual, imediatamente levanta suspeitas, tal como bem retratou o filme.

O que quero ressaltar nesse trabalho é como a fala da criança pode ser tomada pelo adulto sem que se considere o contexto em que surgiu e as particularidades do pensamento infantil. Nessa perspectiva, o psicanalista pode contribuir no sentido de aprofundar a reflexão sobre a *confusão de línguas* que se dá entre os adultos e as crianças quando o tema da sexualidade está em jogo. Uso essa expressão – confusão de línguas – em referência a Ferenczi, no seu texto de 1933, *"Confusão de língua entre adulto e crianças"*, escrito pouco antes de sua morte. A originalidade de Ferenczi está na concepção de que, apesar do reconhecimento da sexualidade infantil, esta não é simétrica à do adulto, mas sim, que se dá a partir da linguagem da **ternura,** em oposição à linguagem da paixão, que rege a sexualidade adulta.

"As condições para o trauma se apresentam quando, no encontro com a criança, o adulto tomado pela linguagem da paixão perde a dimensão dessa diferença, efetuando uma violência. No entanto, a violência não é, em si mesma, necessariamente traumática. O que terá valor traumático será a impossibilidade de a criança atribuir sentindo à dor produzida por não encontrar um terceiro capaz de testemunhar e acolher seu sofrimento. Portanto, em Ferenczi, o que é decisivo na experiência traumática é o *abandono*. É a emergência de abandono, efetivamente, o que causará a "confusão de língua" entre o adulto e a criança, obrigando a criança desamparada a se haver com o enigma aprisionador da culpa transmitido pela linguagem da paixão própria dos adultos martirizados". (Kuperman, p. 152)

A garota Klara, do filme, quando expressou seus afetos pelo professor, tanto com o beijo na boca, como com sua fala carregada de raiva, demonstrou sua curiosidade em relação à sexualidade do ponto de vista de uma criança de cinco anos. Os adultos é que tomaram isso como a expressão da sexualidade genital.

Em uma situação como esta do filme, em que a fala e a expressão da fantasia da criança são tomadas pelo adulto como fato concreto, podemos pensar, a partir da perspectiva de Ferenczi, se os efeitos não seriam os mesmos para a criança do que a experiência de um real abuso. Falamos assim, da confusão de línguas entre ambos, quando o adulto enreda a criança em sua perplexidade, seu terror e sua angústia diante do suposto abuso, e transforma a fantasia da criança em realidade dentro do contexto familiar. Havemos de considerar, deste modo, que essa situação poderia, no mínimo, gerar intensos conflitos para a criança, e quem sabe até, o mesmo abandono do qual nos fala Ferenczi. O filme evidencia o sofrimento, a insegurança e a confusão de Klara desde que começou a perceber os adultos discutindo com Lucas e impedindo o contato entre ambos; ela já não discrimina

seus sentimentos em relação ao professor, não sabia o que estava acontecendo ao certo, e foi afastada de alguém cuja presença era muito significativa em sua vida.

Num dos casos atendido no Forum, a mãe de um garoto de cinco anos, expõe essa criança a sucessivas avaliações e investigações, no intuito de comprovar o abuso do tio e a concomitante negligência paterna, uma vez que a suposta violência teria acontecido nos dias de visita do pai ao filho. Usa como justificativa na ação judicial as falas que o menino teria dirigido a ela, e a mudança do comportamento da criança (agressividade, dificuldade para dormir e enurese noturna). A prova judicial que fez com que o juiz suspendesse as visitas do pai ao filho foi um relatório emitido por uma psicóloga que trabalhava em uma instituição de referência em temas que envolvem a Psicologia Jurídica (atendimento e pesquisa).

Nas conclusões do laudo dessa profissional, obtidas a partir dos desenhos da criança e de observação lúdica, a psicóloga afirma que *"algumas características apresentadas pelo periciando são sugestivas que ele tenha vivenciado episódios de violência, uma vez que percebe a figura masculina como alguém com aspectos violentos e que agride figuras frágeis"*.

Preocupamo-nos com esse documento, à medida que misturou fato com percepção, e apontou nas conclusões, a confirmação da violência contra FELIPE. Em primeiro lugar, temos que fazer um importante apontamento: em psicanálise, o termo "figura" diz respeito às fantasias inconscientes da criança (ou seja, à maneira como a criança internalizou psiquicamente a relação que estabeleceu com alguém) e não pode ser confundido com as pessoas reais. A própria psicóloga da instituição que o avaliou deixa claro que baseou seus resultados nas "produções projetivas" da criança, e por essa razão, não há por que misturar tais "representações" com fatos reais.

Nossa avaliação no Forum envolveu os pais, o tio acusado de abuso, sua esposa, além de entrevistas conjuntas entre o pai e a criança, bem como a mãe e a criança. No nosso ponto de vista, apoiando-se no trabalho que fizemos durante estas entrevistas, especialmente a partir do encontro entre pai e filho, aquilo que se apresentou no material projetivo de FELIPE, referido pela psicóloga que o avaliou anteriormente, pode dizer respeito a seus próprios conteúdos internos/fantasiosos. Isto porque, diante do que pudemos apreender, FELIPE ainda estava num processo de elaboração de seus próprios elementos agressivos e impulsivos, com os quais não conseguia lidar tão facilmente. Entendemos, assim, que o termo "figura masculina ameaçadora/agressiva" (tal como colocado no relatório emitido pela psicóloga) não implicava, necessariamente, em real violência ou ameaça exercida por parte de algum adulto. Durante o contato que tivemos com FELIPE, e que também apareceu no encontro com o pai, seus comportamentos fizeram referência a vivências de intensa rivalidade, típicas da fase edípica, e sua agressividade surgiu dentro deste contexto.

De posse do laudo desta profissional, soubemos que a avaliação só foi realizada a partir das entrevistas com a mãe e com a criança, sendo que o pai e o tio paterno não foram ouvidos. Isso está em desacordo, inclusive, com as recomendações do CFP (Conselho Federal de Psicologia), que em uma das resoluções aponta a necessidade de que todas as pessoas envolvidas em uma situação de violência sejam incluídas no estudo psicológico (Resolução n. 010/2010).

Desta forma, o que buscamos durante o trabalho com as famílias que chegam ao judiciário é escutá-las para além dos fatos concretos apresentados, procurando um lugar que nos permita compreender a dinâmica das relações entre os membros de cada família. Nesse sentido, a tentativa é sair do lugar de uma "busca pela verdade" e ir à direção de uma significação de toda a problemática.

Numa das entrevistas, Felipe também me contou que dissera uma mentira que sua mãe acreditou. Esta, por sua vez, afirmou em entrevista: *"meu filho não inventa histórias, houve negligência e abuso"*. Assim como Klara, no filme, tenta falar a sua mãe que *"dissera bobagens"*, mas não consegue ser ouvida. A obra de ficção retrata o que encontramos em nossa rotina de trabalho: os adultos afirmando que *"as crianças não mentem"*. No entanto, dar espaço para a voz da criança, algo tão difundido em nossa sociedade atual, não é tomar no real tudo o que dizem. A personagem do filme e o garoto que atendi, pensando num ponto de vista das teorias de Winnicott, estavam em plena elaboração imaginativa das funções fálicas e genitais. Em ambos os casos, as "mentiras" faladas poderiam ter sido escutadas a partir de outras perspectivas.

A ternura de Klara pelo professor, seguida de seu ódio por se sentir rejeitada na brincadeira de fazer par amoroso com ele, foi tomada como expressão de abuso sexual. No caso de FELIPE, os elementos agressivos/sexuais foram compreendidos como efeitos de violência sofrida, até mesmo pela psicóloga que o avaliou. Nosso trabalho, contudo, foi em outra direção. Na fala de FELIPE, nos seus desenhos e no seu jogo, havia um pedido de ajuda, uma vez que ansiava por uma autorização para se identificar com o pai e recuperar o convívio com o mesmo (bem como com toda a família paterna).

Lembremos que para Winnicott a questão central na situação edípica para o menino não é apenas a ameaça de castração, mas, pela instauração da rivalidade com o pai, uma legitimação da potência da criança. E o que ela necessita é de um ambiente estável, onde se sinta segura para brincar e sonhar, elaborando seus impulsos amorosos e destrutivos. No meio do litígio entre o casal parental, e afastado do pai, por uma suposta situação de violência/agressão, FELIPE possivelmente enfrentaria dificuldades para prosseguir em seu amadurecimento emocional e na elaboração da situação triangular. Vale dizer, no entanto, que após a entrega do laudo, o juiz restabeleceu o regime de visitação do pai ao filho. O laudo psicológico, seguido da decisão judicial legitimaram a condição desse homem voltar a ocupar seu lugar paterno. O discurso inicial fora modificado, apresentando novas significações para o que antes fora apreendido como evidência de abuso e violência. Não sabemos, pois, quais marcas restarão para pai e filho daqui em diante.

Nesse trabalho, encontramos o que a psicanálise pode trazer de diferente para os sujeitos que buscam o judiciário para expor suas dores, tal como afirma Julien (2000, p. 63): "A diferença está aí: a justiça diz respeito ao agir; a escuta é a do dizer enquanto tal. Com efeito, o acontecimento factual foi modificado profundamente pelo sujeito em razão de suas fantasias sucessivas e em razão das falas recebidas, em seguida, do ambiente. É isto que se pode ler nos desenhos, nos sonhos, nas construções do sujeito".

Não há como garantir que nossa construção acerca do que se passa na dinâmica familiar será sempre acertada. Estaremos sempre vivenciando dilemas acerca dos efeitos que nossa palavra, como especialistas, terá sobre os sujeitos. No entanto, entendo que nossa conduta pode ser orientada por uma ética que não confunda proteção à criança com a desconsideração daquilo que é fundante e constituinte do humano – a sexualidade (entenda-se aqui, a sexualidade infantil).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO JR, P. M. C, RAMOS, P. L. "Abuso sexual: do que se trata? Contribuições da psicanálise à escuta do sujeito". *Revista Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, p. 71-84, 2010.

CAFFÉ, M. *Psicanálise e Direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CALLIGARIS, C. "A moral e o abuso sexual infantil". Pulsional. Revista de Psicanálise. São Paulo, Escuta, ano XII, nº127, Novembro de 1999.

CROMBERG. R. U. *Cena Incestuosa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FERENCZI, S. (1932). "Confusão de língua entre os adultos e a criança". In: FERENCZI, S. *Obras Completas*, v. 4. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIEN, P. *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

KUPERMAN, D. *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, 250 p.

MEZAN, R. *A trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SUANNES. C. A. M. *A sombra da mãe*. Psicanálise e Vara de Família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Christiane Laurito Costa
Psicanalista, Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, Membro do Departamento de Criança do Instituto Sedes Sapientiae, psicóloga das Varas de Família do Tribunal de Justiça de São Paulo.

REUNIÃO DE PAIS COM PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA DE ESCUTA E DE INTERVENÇÃO PRECOCE PAUTADAS NA ÉTICA DA PSICANÁLISE.

Cristina Keiko Inafuku de Merletti

RESUMO

A família desempenha um papel fundamental na constituição psíquica e no desenvolvimento das crianças, por outro lado, é cada vez maior a sua necessidade de contar com a ajuda de instituições cuidadoras e educativas. As creches e as escolas de Educação Infantil representam hoje uma realidade e uma necessidade para a maioria das famílias modernas e urbanas. Kupfer (2012) ressalta que, dessa maneira, não podemos negligenciar a responsabilidade atual da creche no desenvolvimento físico e mental das crianças. Embora constatemos que, no mundo contemporâneo, a constituição do sujeito, a partir do exercício das funções materna e paterna, pode não estar mais exclusivamente nas mãos da família, traremos desdobramentos destas proposições apontando que as funções parentais não devam ser excludentes nem substituíveis. A partir desta perspectiva, apresentaremos o relato de uma experiência de campo advinda da pesquisa denominada Metodologia IRDI – uma intervenção com educadores de creche a partir da psicanálise, na qual a psicanalista pesquisadora analisará a sua participação e os seus efeitos nas reuniões trimestrais das educadoras com as famílias. Foram necessários manejos e delicadeza na abordagem dos pais em relação às dificuldades precocemente apresentadas em seus filhos na creches pois, ainda que a precocidade da detecção e de uma intervenção adequada junto à criança pequena tenha sua eficácia potencializada, ela aumenta também o risco de serem capturados por um discurso patologizante e pelos estigmas em torno de algumas sintomatologias, como no caso do autismo. O imaginário parental é fomentado em torno da culpa, gerando temor, submissão ou rivalidade em relação aos profissionais cuidadores de seu filho, acirrando resistências e provocando, em muitos casos, o seu afastamento do trabalho conjunto com a criança. Apresentaremos uma intervenção discursiva no campo educacional visando a promoção de saúde mental na primeira infância, considerando a família um elemento fundamental para esse processo, ainda que seus filhos permaneçam por considerável tempo na creche. Configurou-se um dispositivo de acolhida e de escuta pautadas na ética psicanalítica, reunindo famílias e educadoras em torno de um trabalho de parceria e de uma co-responsabilização social simbólica pelos cuidados, pela educação e pela função desejante dos adultos em relação aos pequeninos - sujeitos em constituição.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; família; intervenção precoce; autismo.

Cristina Keiko Inafuku de Merletti
Psicóloga. Psicanalista. Doutoranda no Instituto de Psicologia da USP/Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Membro da equipe clínica do Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica SP.

BEBÊS, CRIANÇAS E SEUS PARES: A PARTICIPAÇÃO DO PEQUENO SEMELHANTE NO DESENVOLVIMENTO E NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA.

Daniel Kazahaya

RESUMO

Investiga-se a participação de pequenos semelhantes nos primórdios da constituição subjetiva. Foi realizada uma revisão bibliográfica da teoria psicanalítica embasada em três principais autores: Freud, Lacan e Winnicott. Esta revisão foi confrontada com dados de observação da psicologia do desenvolvimento para verificar possíveis pontos de apoio na teoria psicanalítica. Foram eleitos três operadores de leitura: agressividade, identificação e cooperação, que permeiam toda a problemática dos semelhantes em Freud; e dos pequenos semelhantes em Lacan, Winnicott, além dos autores da psicologia do desenvolvimento. Conclui-se que o pequeno semelhante pode ter uma participação única e diferencial na constituição psíquica e no desenvolvimento, ao introduzir o sujeito numa lógica da inveja e ciúmes, e contribuir para integração do ódio e amor.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise da criança; Constituição; Bebês; Criança.

Este trabalho explora um tema relativamente pouco abordado em psicanálise, que é o encontro de dois ou mais pequenos sujeitos ainda nos primórdios de sua constituição psíquica. Inclui-se esta discussão no âmbito das chamadas novas configurações familiares (CECCARELI, 2007), pois é nesse contexto que surgem as perguntas em torno da problemática a qual nos dispomos analisar.

Este contexto, que inspirou a temática desse trabalho, é bem definido: a convivência intensa e de alta frequência de bebês e crianças pequenas com seus pares em instituições de cuidado e educação; as creches, berçários e, em casos especiais, os orfanatos. Estes pequenos chegam a permanecer 12 horas diárias, 5 dias por semana, aos cuidados da creche, demandando do adulto cuidador uma referência fundamental para o vir a ser destes sujeitos (MARIOTTO E BERNARDINO, 2009). Porém, a realidade social do Brasil e de muitos outros países é de uma escassez de cuidadores em contraste a um grande número crianças aos seus cuidados (PAPALIA, 2009). Estes números podem chegar a 10 ou 20 bebês e crianças aos cuidados de apenas uma cuidadora ou um par que se reveza (NEWCOMBE, 1999).

Diante dessa escassez de adultos cuidadores, surge a questão central desse trabalho: o que se pode esperar do convívio de bebês e crianças com seus pares? Será que estes pequenos sujeitos podem contribuir entre si em termos de constituição psíquica e desenvolvimento? Para esta investigação, adotou-se uma delimitação de objeto de estudo, o qual foi denominado de “pequeno semelhante”, e optou-se por uma definição em termos constitucionais. O pequeno semelhante ao qual nos referimos, é o semelhante que se apresenta para um bebê ou criança pequena ainda no início de sua constituição subjetiva. Inclui os pares semelhantes que estão percorrendo um período similar quanto à constituição subjetiva.

Em termos lacanianos, o pequeno semelhante inclui o sujeito na chamada encruzilhada estrutural, formada pelo complexo do desmame, complexo do intruso e o estádio do espelho. Em termos winnicottianos, o pequeno semelhante se refere ao indivíduo que está percorrendo as fases inicias do que ele denominava de amadurecimento pessoal, em especial, a tarefa de integração, a qual abriria a possibilidade do relacionamento a três corpos.

O pequeno semelhante se refere a esse sujeito que está num período de estruturação subjetiva, que vai do nascimento a possibilidade do Complexo de Édipo, quando o sujeito teria, então, elementos subjetivos suficientes para lidar com o outro enquanto outro (não somente enquanto representação de si mesmo), assim como para assimilar o pai e a disposição que este poderá vir a ocupar no complexo de édipo freudiano.

É importante ponderar que o termo não se restringe a uma cronologia, mas se aproxima do tempo lógico. Ambos autores, Lacan e Winnicott, eram enfáticos sobre esta problemática. Lacan (1964) nos diz que os estágios da libido permanecem sempre opacos, pois não têm uma pseudomaturação natural; e Winnicott (1988) sublinha que os estágios do desenvolvimento não são lineares, mas se entrecruzam, em movimentos circulares.

Inicialmente, o trabalho explora a questão do pequeno semelhante pelo viés da teoria psicanalítica pautando-se em três principais autores: Freud, Lacan e Winnicott; e posteriormente é feita uma comparação com os dados de observação da psicologia do desenvolvimento, de modo a verificar possíveis pontos de apoio à teoria psicanalítica.

Freud, embora não tenha abordado o encontro de dois ou mais pequenos semelhantes em sua obra, trabalhou largamente o tema do semelhante e, em seus escritos, encontramos os elementos fundamentais para a definição na noção aqui adotada de pequeno semelhante. Nestes escritos, destacam-se três elementos constantes na temática dos semelhantes: identificação, agressividade e cooperação. Estes elementos foram utilizados como operadores de leitura.

Em Totem e tabu (1913), por exemplo, a filogênese social é abordada por este viés. Os semelhantes se unem para poder lidar com o pai da horda primitiva e frear sua onipotência e narcisismo. Ou seja, é a partir do outro semelhante com quem o sujeito se identifica em desamparo e na subjugação ao poder do pai, que o indivíduo encontra meios para se haver com o pai da horda. Numa visão mais ampla e geral, Freud trabalha o encontro dos semelhantes sempre referenciados ao pai. É o pai quem intermedia e dá lógica a esses encontros.

Em outros momentos, Freud (1921) trabalha o semelhante no encontro de crianças, a exemplo dos irmãos, onde o sentimento coletivo seria uma formação reativa de justiça e tratamento igual para todos. O primeiro filho, diante da impossibilidade de exclusividade do amor dos pais, tem que ceder a realidade de que este amor é também voltado aos outros filhos, os quais o primogênito não pode excluir. Assim, ele é obrigado a se identificar com os demais filhos na busca de tratamento igual, ou seja, já que ele não pode ser o preferido e ter exclusividade no amor, então que mais ninguém tenha.

Deste modo, verificam-se os elementos essenciais dos encontros com os semelhantes: a agressividade, no desejo inicial de exclusão; a identificação, no reconhecimento de que o irmão também tem o amor dos pais e que está uma situação muito similar a do sujeito; e na cooperação, já que este semelhante pode se unir ao outro na busca de justiça e tratamento igual. Identificação e agressividade são termos frequentemente utilizados em psicanálise, já o termo cooperação não está ligado a este campo de conhecimento, sendo mais utilizado pela Etologia e pela Psicologia do Desenvolvimento. Entretanto, o termo foi utilizado aqui por melhor representar o conjunto de fenômenos que envolvem os semelhantes num tipo de organização social donde advém o colaborar, a união, um pacto de ação mútua, onde é necessário lidar com as demandas do outro respeitando o uso comum de espaços.

A agressividade sofre um desenvolvimento ulterior, pois, para além da questão da destrutividade, é ela o que permite ao sujeito alavancar seus desejos juntos ao social. Freud (1930) pondera que a luta e a disputa são imprescindíveis ao sujeito, mas não necessariamente significam inimizade, ou seja, há uma espécie de “disputa amigável”.

Curiosamente, em Freud (1919), encontramos indícios do que poderia ser uma análise mais profunda sobre o que denominamos de pequeno semelhante em seu texto sobre as experiências Unheimlich, termo por vezes traduzido como o Inquietante. Pois, as características encontradas nesses fenômenos são análogas aquelas trabalhadas por Lacan sobre o pequeno semelhante no Complexo do Intruso.

A experiência do Unheimlich, referente ao duplo ou sósia, surgiria nos primordios da constituição subjetiva, sendo constituída de dois principais fatores. O primeiro é que o duplo ou sósia garante a sobrevivencia do eu, entretanto, este mesmo processo remete o sujeito a um desejo de morte que seria recalcado e que ressurgiria, por vezes, no fenomeno inquietante. Poderíamos indagar se o Unheimlich não seria um resquício ou sinal da experiência com o pequeno semelhante. Que recalcado nos primórdios da constituição subjetiva ressurgiria na atualidade como o inquietante.

Embora Lacan não cite diretamente o Unheimlich em seus escritos sobre o pequeno semelhante, vemos que os elementos presentes no complexo do intruso são antecipados por Freud neste texto de 1919.

É Lacan quem vai aprofundar e destrinchar a importância do pequeno semelhante na constituição subjetiva. Lacan (1938) atribui ao pequeno semelhante uma função de intruso já nos primórdios da constituição da subjetividade, num período anterior ao complexo de Édipo freudiano.

Para tal, Lacan parte da proposta de complexos anteriores ao complexo de Édipo, os quais denominou de complexos familiares, sendo eles, além do complexo de édipo: o complexo do desmame e o complexo do intruso. O autor (1938) trabalha o pequeno semelhante apresentado primeiramente na figura do irmão que, por meio de uma intrusão, remete o sujeito a uma identificação na forma de rivalidade, donde se desdobrarão elementos constitutivos fundamentais e inaugurais das relações triangulares. Nesse percurso Lacan situa o sujeito numa encruzilhada estrutural, formada pelo complexo do desmame, do complexo do intruso e do estádio do espelho. Essas três operações desembocariam na formação do eu.

Lacan atribui ao complexo do intruso a gênese do sentimento social, ele afirma que: "O Eu se constitui ao mesmo tempo que o outro no drama do ciúme" (1938, p. 49).

O autor utiliza a figura do intruso no sentido da identificação pela rivalidade e pela alteridade. O intruso, ao ocupar um lugar de privilégio que antes pertencia exclusivamente ao sujeito, permite uma identificação e introduz o incômodo ao mostrar que o lugar que outrora fora privilégio do sujeito pode pertencer a outro, sendo, portanto, passível de disputa, de rivalidade.

No complexo do intruso o sujeito primitivo se reconhece entre irmãos, ou seja, ele se distingue de outros. É neste momento em que ele vai perceber e entender que existe um outro. O pequeno sujeito reconhece o outro enquanto intruso e rival num primeiro momento, mas ao reconhecer que o outro ocupa um lugar diferente do seu próprio, ele tem a possibilidade de se distinguir dele.

É importante frisar esse primeiro paradoxo no qual se encontra o pequeno sujeito diante de seu semelhante. O irmão que ao mesmo tempo se quer destruir, pois remete a uma exclusão, é o mesmo que novamente, por exclusão, lhe permite manter o vislumbre de ser uma unidade separada do Outro. Nesse paradoxo o sujeito tem a possibilidade de engendrar o sentimento social, de aceder ao fato de que o semelhante pode ser odiado, mas também pode ser objeto de identificação, é rival e 'salvador', intruso, mas colaborador.

Assim, Lacan pondera que há uma espécie de simpatia ciosa, similar a disputa amigável trabalhada por Freud, que marca e delimita com precisão a gênese do sentimento social. É aquele que me exclui o mesmo que me inclui. O que ameaça um lugar nostálgico é o mesmo que garante um devir subjetivo.

Este local nostálgico, para Lacan (1938), seria a relação com a mãe, representada no complexo do desmame pela imago da amamentação, a qual o autor relaciona uma imagem de quase totalidade do sujeito. Tanto o complexo do desmame quanto o complexo do intruso, seriam momentos de embate entre uma pulsão que quer se satisfazer e o real que impõe sua limitação, o que liberaria um quê de angustia.

É neste ponto onde o pequeno semelhante surge como uma triangulação inicial, que auxilia o sujeito a sair de uma relação dual imaginária com a mãe, que Winnicott vai abordar preferencialmente o pequeno semelhante. Porém, Winnicott (1966) atribui ao pequeno semelhante outras funções, como o amadurecimento pessoal.

Para o pediatra inglês, o pequeno semelhante, na figura do irmão, seria fundamental ao contribuir para a integração da agressividade e para a passagem dessa ao amor. O que também favoreceria o que ele denominou de permanência de objeto, ou seja, o fato do irmão ser a mesma pessoa que primeiramente o sujeito quis eliminar, para depois se transformar num parceiro com o qual se pode brincar e compartilhar a vida.

O irmão mais novo surge como ameaça a uma relação segura e estável com os pais. Esta ameaça surge apenas em relação, e quando há, o que Winnicott denominava de "espaço potencial", isto é, a representação de um espaço subjetivo que dialoga com o sujeito e a realidade compartilhada por meio da criatividade. O espaço potencial permite ao sujeito sentir que "a vida vale a pena ser vivida", pois este se inicia em relação à mãe e culmina na cultura (WINNICOTT, 1988).

O olhar de Winnicott sobre o advento de um irmão é, portanto, de um "enriquecimento" para a vida do sujeito. É no contato com este pequeno semelhante que o sujeito poderá "*dominar os tremendos conflitos e sentimentos suscitados*".

Num artigo denominado filho único, onde Winnicott trabalha a questão de ter ou não ter irmãos, o autor enfatiza uma função principal que o irmão pode desempenhar. Ele afirma que:

"Uma coisa que falta especialmente no filho único é a experiência de sentir o ódio crescer nele; o ódio da criança quando o novo bebê ameaça o que parecia ser uma relação estabelecida e segura com a mãe e com o pai [...] Esse ódio cederá gradualmente o lugar ao amor à medida que o novo bebê se converter num ser humano com quem se pode brincar e de quem podemos sentir orgulho" (WINNICOTT, 1966, p. 151).

Diante dessas considerações sobre o pequeno semelhante na teoria psicanalítica, nos voltamos para a psicologia do desenvolvimento para buscar verificar se os dados de observação poderiam contribuir para a compreensão deles fenômenos.

A princípio, a hipótese era a de que a psicologia do desenvolvimento não atribuía uma interação entre bebês e crianças pequenas. Isto realmente foi verificado em grande parte dos autores que desenvolveram pesquisas até meados da década de 80, a exemplo de Piaget (1975), Gesell (1985), Vygostky (1996), Luria (1996), entre outros.

Porém, encontramos algumas exceções, como a psicóloga Charlotte Bühler (1943), que realizara observações sobre bebês em tenras idades sob um viés mais psicanalítico.

Esta autora descreve, já em 1924, interações entre bebês onde ela localiza a agressividade e o colaborar. Em suas observações ela incluiu a disputa de brinquedos, o olhar, o sorriso, um grito, balbuceios, imitações, atividades lúdicas, choro, e outros, de modo que se ampliou o campo de observações sobre as interações desses pequenos verificando que muitas dessas interações já estariam presentes mesmo aos 5 meses de idade.

Foi baseado nestas observações de Charlotte Bühler, que Lacan se inspirou para a elaboração do complexo do intruso. Há uma passagem que muito nos auxilia:

"Um bebê de 6 a 11 meses empurra o outro para o lado ou lhe toma o brinquedo das mãos, e logo sorri triunfante; o outro permanece sentado, quieto, inibido, e não se atreve a defender-se. Ou se rebela, se lança sobre o rival e tenta toma-lhe aquele mesmo brinquedo. Quero dizer que no segundo semestre de vida, já comprovamos demarcadas relações de rivalidade, de domínio e de sujeição, inícios de um hierarquia" (1946, p.52. tradução nossa).

Esta autora já antecipa um debate sobre uma esfera vital do sujeito. Algo como um campo subjetivo que delimita e dá contornos as interações entre os sujeitos.

Alguns pesquisadores brasileiros, como Vasconcellos e colaboradores (2003), enfatizaram a importância de se considerar o contexto sobre o qual ocorrem tais interações. Fatores como a presença ou não da mãe, de brinquedos, de cuidadores, de outras crianças, influenciam decisivamente nas interações.

Um brinquedo pode não interessar muito a uma criança, mas basta que outra lhe tome as mãos para que o sujeito tente pegá-lo. Um adulto pode passar desapercebido num ambiente, mas se ele dá atenção para o outro pequeno, o sujeito tenta chamar a atenção também. Isso mostra que, as interações dos bebês tem que ser consideradas num contexto ampliado, onde se considere algo como um campo subjetivo. Estes pesquisadores (VASCONCELLOS et al, 2003) enfatizam que é importante estabelecer uma definição de interação que possibilite captar e traduzir as características das interações nas tenras idades. Eles adotaram uma visão de interação de que diz respeito a um "potencial de regulação entre os componentes do grupo, do sistema" (p. 4), de modo que bebês num mesmo ambiente configurem um campo interacional.

Estes pesquisadores apontam que no primeiro ano de vida há diversas interações entre os bebês que poderiam ser classificadas como não intencionais, mas que modificam o comportamento umas das outras. Num outro ponto, a incompletude motora dos bebês seria promotora de interações.

Estes pesquisadores (2003) apontam que o distinguir ou não episódios de interação entre os bebês pode estar diretamente relacionado à nossa rede de significações. Elas destacaram 3 aspectos nas interações entre bebês, o primeiro seria o poder do olhar e sua capacidade de desencadear ações, emoções e imitações. O segundo aspecto foi apelidado por elas de "diálogo mudo", "múltiplas vozes" ou "dança de mãos", que trata das interações que envolvem as crianças mais as suas mães onde se destacam várias passagens onde as mães fazem algo como uma dança de mãos e vozes para guiar a interação de bebês. E o terceiro seria o complexo bebê-objeto, as autoras explicam que a atração do sujeito ao objeto se refere ao complexo bebê-objeto. Assim, o brinquedo pode ser um atrativo, mas o que configura a interação é o fato de o brinquedo estar em posse de outra criança.

Portanto, alguns autores da psicologia do desenvolvimento contribuíram de forma decisiva para a compreensão das interações dos pequenos semelhantes. As interações estão lá, dependem em grande parte da rede de significações dos pesquisadores. Estas interações têm características únicas, principalmente porque são mais fragmentadas e esporádicas em relação às interações de crianças grandes ou adultos. De modo que devemos respeitar e considerar a peculiaridade de pequenos sujeitos.

As observações demonstram que a identificação, agressividade e cooperação começam a se desenvolver já aos 5 ou 6 meses. Vão se complexando gradualmente a partir dessa faixa etária. As interações não podem ser consideradas isoladas, é necessário ponderar o campo subjetivo que influencia os bebês.

Finalizando, creio que este trabalho também forma uma rede de significações sobre o pequeno semelhante no desenvolvimento e na constituição subjetiva, que nos indica que este tem uma participação fundamental que pode ser melhor descrita, como nos disse Lacan, como a gênese dos sentimentos sociais. É no encontro com o pequeno semelhante que o sujeito tem a possibilidade de se reconhecer e a de se distinguir do outro. É com este que ele poderá expressar e integrar um ódio genuíno e o amor de compartilhar a vida.

O pequeno semelhante também é um indicador de que há a formação de um espaço de confiança e amor, o espaço potencial, onde o bebê pode se constituir numa base de espontaneidade e criatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECCARELLI, P.R. **Novas configurações familiares**: mitos e verdades. Jornal de psicanálise. São Paulo. P.89-102, 2007.

FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-125.

_____. **O inquietante.** (1919). *In:* História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Obras completas volume 14. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das letras. 2010.

_____. (1921). **Psicologia das massas e análise do ego**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 89-179

_____. (1930). **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Obras completas volume 18. Tradução: Paulo César de Sousa. São Paulo. Companhia das letras. 2010.

_____. (1938). **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. In: Outros Escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2003.

GESELL, A. **A criança dos 0 aos 5 anos** (1974). Publicações Don Quixote. Lisboa, Portugal. 1985

LACAN, J. (1964). **O seminário. Livro 11**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MARIOTTO, R. M. M., BERNARDINO & L. M. F. **Detecção de riscos psíquicos em bebês de berçários de centros municipais de educação infantil de Curitiba**. In: *Anais do IX congresso nacional de educação – EDUCERE*. Curitiba: Champagnat, 2009.

NEWCOMBE, N. **Desenvolvimento Infantil: abordagem de Mussen**. Trad. Cláudia Buchweitz. Porto Alegre. Artes Médicas. 1999.

PAPALIA, D.E. **O mundo da criança**: da infância à adolescência. Trad. Rita de Cássia Albuquerque Caetano; Jacira dos Santos Cardoso. São Paulo. 11ed. McGraw-Hill. 2009.

PIAGET, J. & INHELDER, Barbel. A psicologia da criança. 72 ed. São Paulo, DIFEL, 1982. .O desenvolvimento das quantidades físicas na criança: conservação e atomismo. 2'2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, Brasília, INL, 1975.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R. **Estudos sobre a história do comportamento:** símios, homem primitivo e criança. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre. Artes Médicas. 1996

WINNICOTT, D.W. (1966). **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro. Zahar Ed. Trad. Álvaro Cabral.

_____. (1988**) Natureza Humana**. Trad. Davy Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro. Imago. Ed. 1990.

Daniel Kazahaya
Psicólogo, professor instrutor I da Universidade Guarulhos, mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pelo Instituto de Psicologia da USP, especialista em clínica psicanalítica pela Universidade de Londrina - UEL.

ADOLESCÊNCIA SEM PAI

Daniele John

RESUMO

O pai simbólico é o pai morto, dizia Lacan. Mas o que dizer sobre o pai quando ele está morto de fato? Quais as conseqüências desta situação para uma sujeito que ainda não chegou à idade adulta? Se há, como dizia Freud, uma reedição do complexo de Édipo na adolescência, como fica esse momento quando o pai não está porque está morto? A partir de casos clínicos de adolescentes que perderam o pai – seja na infância ou na própria adolescência – proponho pensar a passagem adolescente nestas circunstâncias.

PALAVRAS-CHAVE: Pai Morto, Luto, Adolescência, Reedição do Complexo de Édipo.

Tomarei aqui trechos dos atendimentos de duas adolescentes que perderam o pai - uma delas com 8 anos, a outra, com 12 - para pensarmos a questão geral que nos reúne neste colóquio, ou seja, *Onde está o pai?,* e em alguns desdobramentos mais específicos desta questão, como é o caso da ausência paterna posta pela concretude da morte e as especificidades de uma passagem adolescente que precisa ser feita sem o pai.

Muito tem se discutido no meio psicanalítico sobre o que chamamos "declínio da função paterna" e seus efeitos para as subjetividades contemporâneas. Há vários jeitos de um pai não estar - da *foraclusão* do *nome-do-pai*, que culmina na psicose, ao pai desacreditado que foi, ao longo da história, perdendo lugar de autoridade. Sabemos o quanto é comum que o pai esteja lá, muitas vezes vivendo na mesma casa que sua família, sem que sua função simbólica opere, apenas de "corpo presente". Neste trabalho proponho pensar na ausência real do pai, sem corpo presente em casa nenhuma, morto não no sentido simbólico, mas literal.

Algo de comum entre os dois casos aqui destacados despertou minha vontade de escrever sobre esta temática. É claro que cada caso é um caso, trabalhamos na clínica psicanalítica sempre escutando os sujeitos um a um, e adolescentes que perderam o pai não são nenhuma exceção a essa premissa. Mas, talvez, a partir destes casos singulares, possamos retirar alguns invariantes clínicos que nos permitam pensar o lugar do pai na adolescência e em que medida sua ausência pela morte difere de outras ausências. A coincidência aqui recortada é banal e, poderia argumentar-se, encontrada também em muitos casos nos quais o pai não está morto: trata-se do incômodo que o namoro da mãe produz nessas adolescentes.

Este acontecimento tão corriqueiro, poderia-se argumentar, também acontece com as filhas de pais separados e talvez seja ainda mais frequente em relação às namoradas do pai que, vivo, refaz sua vida amorosa. No entanto, o fato de que o pai está morto parece trazer questões específicas que pretendo aqui investigar através destes recortes clínicos. Como se entrelaçam a vivência do luto pelo pai morto com o mal estar diante do namorado da mãe? E o que isso nos diz sobre a reedição do Édipo prevista para a adolescência?

Não é difícil supor que o incômodo, entre outras coisas, recai sobre o fato de que essas moças, em pleno despertar da própria sexualidade não mais infantil, precisam lidar com as fortes evidências da sexualidade de suas próprias mães. Aquilo sobre o que não querem saber, isto é, que a mãe não é apenas mãe, mas mulher, fica explicitado pela nova relação amorosa da mãe.

MANUELA

É assim que Manuela, não tendo ainda idade pra ficar sozinha em casa aos finais de semana, recusa-se a acompanhar a mãe e o namorado desta à praia, com o seguinte argumento: *o que eu vou fazer lá? Ver ela e o namorado se pegando? Eu não suporto isso, que nojo!*

Manuela chega à análise semanas depois de ter completado 13 anos e seis meses depois da morte do pai, que morrera em consequência do uso abusivo de drogas e álcool. Em seu pedido de análise, que formula em nome próprio, nomeia a vontade de conversar com alguém *que não seja a mãe*, sobre a perda do pai e sobre o medo da anorexia, que já acometera suas irmãs mais velhas. *Eu tenho dúvidas, coisas que preciso conversar e, por mais que eu ame minha mãe e confie muito na minha melhor amiga, não dá pra falar com elas.*

Em sua primeira sessão, conta que estava renovando o passaporte quando perguntaram a sua mãe, *e o pai?* Ao que a mãe respondeu friamente: *morreu. Como assim, morreu? Será que ela não sabe o quanto isso dói em mim? Eu nunca digo morreu, eu digo faleceu. Falta delicadeza a minha mãe.* Assim, pela sutileza de uma palavra, Manuela marcava sua diferença com a mãe e me dava notícias do abismo entre elas diante desta perda. Reitero que de fato perder o ex-marido não é o mesmo que perder o pai e que deveria ser difícil não poder compartilhar essa dor com a mãe. *Ela não sabe como é pra mim.*

Os pais de Manuela estavam separados já há muito tempo, desde que ela tinha 2 anos de idade. Durante as entrevistas iniciais, sua mãe havia me contado que sentira alívio com a notícia da morte do ex-marido. A relação com ele sempre fora muito conturbada. Ele sumia, nunca sabiam se estava vivo ou morto. Conta que Manuela precisava ir às visitas sempre acompanhada de uma babá, pois ele não tinha condições de cuidar dela. Não tinha condições nem de cuidar de si mesmo. *Não acho que a imagem que a minha filha tem dele seja muito realista.*

De fato, a descrição da mãe sobre ele contrastava e muito com a maneira como Manuela fala do pai. Embora tivesse consciência de sua auto-destrutividade, descreve-o de uma forma bastante idealizada. *Ele era muito, muito inteligente. Eu amava estar com ele. Fizemos viagens incríveis juntos. Eu ficava preocupada, eu sabia que ele não se cuidava, mas pensava que nada de mal iria acontecer com ele. Depois que eu vi que as coisas podem acontecer diferente do que a gente pensa...*

À medida em que avançávamos na análise, a anorexia, anunciada desde a primeira sessão, chega com força. Sua renúncia aos prazeres da mesa é contemporânea à entrega da mãe aos prazeres da cama, apaixonada de novo depois de muitos anos sozinha. Seria uma coincidência? Ao recusar-se a comer, Manuela busca pertença à série das mulheres da família, para as quais, ela diz, *ser magra é uma obrigação* e, ao mesmo tempo, coloca o nojo no lugar do desejo, condensando o nojo à comida/nojo do beijo dos meninos/nojo da mãe sexualizada.

Ao mesmo tempo que a anorexia aparece como uma forma de negar a própria sexualidade – Manuela para de menstruar, apaga as formas femininas no excesso de magreza, constrói a ilusão de um corpo sem buracos, no qual nada entra, a ilusão de um corpo sem pulsão e sem desejo – ela também aparece como declaração de amor eterno ao pai morto idealizado, pois reencena a autodestruição que fora a causa de sua morte.

Em sessão, conta-me que fez uma tatuagem *de verdade*. Trata-se da primeira letra do nome do pai. Já havia feito uma, *caseira*, com uma tesoura. *A dor do corte alivia as outras dores*. Antes de acontecer de fato, pensava que se o pai morresse, ela ficaria dentro de um quarto para sempre. Depois viu que não era assim, *ainda tenho alegria dentro de mim.* Mas com a anorexia flertava com uma morte lenta. *Eu não tenho medo de morrer, não tenho medo de nada, a não ser de engordar.*

Nas baladas, evita os meninos. A fidelidade às amigas sempre vem antes da possibilidade de ficar com alguém, em especial se tiver que entrar em algum tipo de rivalidade com as meninas. Recua, perde o garoto, mas não a amiga. De qualquer forma, os garotos *são nojentos*, não está interessada em nenhum. Fala do medo dos meninos mais velhos, que costuma chamar de *pedófilos*. Seu medo refere-se a ser forçada a fazer coisas que não quer. *Mas eu sei me defender.* Mesmo assim, muitas vezes bebe até não saber mais o que faz.

Com duas irmãs bem mais velhas do que ela e já independentes, Manuela vive só com a mãe já há alguns anos. Quando esta fala dos planos de viver com o novo namorado e os filhos dele, Manuela se desespera. Não

suporta a ideia de vida nova que lhe é imposta, sente que sua mãe lhe foi roubada por alguém que *nunca será seu pai*, detesta os filhos do namorado da mãe e sente ódio da mãe, por quem se sente posta em segundo plano. Busca refúgio na casa da avó materna, com a qual tem um forte laço e com quem passa muito tempo desde que sua mãe começou a namorar.

A esta altura Manuela já perdeu muito peso e os sintomas da anorexia são visíveis a todos. Passa a ser tratada por uma equipe multidisciplinar e é medicada com antidepressivos. Embora exista na equipe também um psicanalista, ela opta, com o aval da psiquiatra, por continuar em análise comigo. No entanto, sua mãe, enfurecida com o fato de que a análise não pôde evitar a instalação da anorexia, desqualifica o trabalho e rompe violentamente o laço analítico. Não traz mais a filha e não responde às minhas ligações, deixando também de pagar um número significativo de sessões. Foi uma interrupção difícil, pois Manuela continuava transferenciada e queria continuar vindo. Chegamos a trocar alguns torpedos como única forma que nos restou para trabalhar a interrupção.

ANA

Ana tinha 13 anos quando a encontro pela primeira vez. Nessa primeira sessão não fala diretamente da morte do pai, que morreu de câncer quando ela tinha 8 anos. Ao falar das razões que a trouxeram, queixa-se de desânimo, conta-me de sua vontade de mudar de escola e de tornar-se uma boa aluna e, por fim, fala do impacto que teve sobre ela o suicídio de uma prima com a qual teve muito pouco contato, sublinhando o que, afinal, as ligava: *ela também perdeu o pai.* Se não tinha grandes vínculos afetivos com a prima, o que justificaria que Ana tivesse recortado tal temática em nosso primeiro encontro? Parece que estava posta ali, já de início, a pergunta com a qual Ana se debatia, mesmo que não formulada de forma direta: seria possível continuar vivendo sem o pai?

Queixa-se de ser distraída, esquecida, desorganizada. *Sou como meu pai*, é de família. Fantasia com uma escola mais tradicional, que não deixe as coisas tão *soltas*. Digo a ela que talvez procure uma escola que seja diferente da sua casa. Claramente pede um contorno externo que organize o caos do cotidiano de uma casa com 3 adolescentes, um cachorro indisciplinado e uma mãe atrapalhada que tem nas mãos muito mais do que consegue dar conta. Ana esquece o estojo, nunca anota o que precisa fazer, nunca tem o material necessário para executar as tarefas.

Em meio a falas cotidianas sobre os impasses escolares, a análise de Ana vai revelando um luto não feito. Bem aos poucos, inaugura ali um lugar onde é possível falar disso que guardou por muito tempo. Conta que nunca compartilhou seu sofrimento com os irmãos ou a mãe, que sua família é especialista em fingir que nada aconteceu e em *esconder os sentimentos*. A perda do pai tampouco era um assunto abordado com os amigos. Preferia não receber ninguém em casa, pra que não houvesse perguntas e, na eventualidade de que surgissem, mentia que o pai estava viajando.

Assim, surgem sessões muito duras, nas quais Ana pode trazer toda a intensidade de seu sofrimento. *Eu queria poder sofrer de amor, como as minhas amigas*, diz, referindo-se à banalidade dos conflitos típicos de sua idade, que trocaria de bom grado pela dor da perda do pai. *A minha vida é uma merda. Eu queria morrer só um pouquinho.*

Teme esquecer do pai e conta como às vezes precisa rever suas fotos para lembrar de seu rosto. *As pessoas nascem e morrem e depois todo mundo esquece delas,* ela diz. *Sim, mas há uma vida no meio*, eu digo, *e ela também é feita do que fazemos dela, não só do que nos acontece.*

Com o irmão, cinco anos mais velho do que ela, a relação é um tanto ambivalente. Há um lado de fascínio, ele influencia fortemente seu gosto por cinema, música, literatura e política. Sente que, através dele, tem acesso a coisas valiosas que as meninas da sua idade não têm. No entanto, *ele quer mandar na casa* e sua mãe não o interdita. *Ele não é meu pai.*

Reclama da mãe que não faz nada para protegê-la da agressividade do irmão, que muitas vezes bate nela. *Ela é uma ameba*. Volta repetidamente a uma cena na qual o irmão, forte e raivoso, bate sua cabeça contra um móvel, ela chama pela mãe, mas esta não aparece. *Minha mãe é uma ameba, ela não faz nada. Ela diz que isso é coisa de irmãos, mas não é normal ele me bater. Ele é meu irmão mais velho, deveria me proteger.*

Chamo a mãe para trabalhar esta questão e ressaltar a importância de interditar o filho. Nessa conversa fica claro que o lugar de exceção que dá a ele tem a ver com uma tentativa de compensá-lo por ter sido *o que mais sofreu* com a doença e morte do pai. Ter perdido o pai parece justificar qualquer coisa, em especial para esse filho. *Ele já tinha mais idade, já entendia melhor as coisas, foi muito envolvido em tudo. As meninas, por serem menores, foram mais poupadas.*

Curiosamente, ter sido poupada é uma fonte de sofrimento que Ana finalmente consegue nomear em sessão. *Eu não pude me despedir, achava que o que meu pai tinha era como uma gripe, que ele ia ficar bom. Eu não sabia que ele ia morrer.* Fala da raiva que sente da mãe por não ter dito a verdade e também da inveja que sente do irmão por ter tido mais tempo com o pai. *Eu também queria ter sabido, eu teria aproveitado mais o tempo do lado dele.*

Fica imaginando como seria sua vida se o pai estivesse vivo. Ele a protegeria do irmão agressivo. Ela poderia continuar sendo a menininha dos olhos dele. Ela poderia olhar na rua para *famílias completas* sem sentir dor. Ela poderia sofrer de amor simplesmente, como as meninas da sua idade e, principalmente, o namorado da mãe não existiria. Confessa muitas vezes ter desejado que a mãe tivesse morrido no lugar do pai.

Ana vive no mesmo prédio que os avós maternos. A casa deles sempre foi uma extensão da sua, um lugar que muitas vezes lhe serviu de refúgio. Lá podia fugir do irmão despótico que a mãe não consegue barrar, da sua casa caótica que ninguém consegue organizar. Lá podia encontrar comidinha feita todos os dias e desfrutar do afeto de avós disponíveis com os quais criou um laço especial. Mas, pouco antes de Ana completar 15 anos, sua avó materna faleceu. Se as coisas já não andavam bem para Ana, tudo ficou ainda pior. Pra dizer o mínimo, ela sofreu duplamente, pela avó que tanto amava e por reviver a perda do pai.

Pouco depois da morte da própria mãe, a mãe de Ana resolve que é chagado o momento de morar com seu namorado, que tem também dois filhos pequenos em guarda compartilhada com a ex-mulher. Ana, que já se ressentia de muitas vezes ter que fazer programas com *a creche*, como chama as crianças, agora precisa dividir com eles a casa - uma outra casa - longe do avô viúvo que ela reluta em deixar só. O projeto *família-feliz-os meus-e-os-teus* do casal, configura-se como o inferno na terra para Ana. *Ele arruinou com a minha vida*, diz do namorado da mãe. É neste momento difícil, dois anos depois de nosso primeiro encontro - no qual falara da prima sem pai que havia se matado - que Ana tenta suicídio.

A ADOLESCENTE, A MÃE, O NAMORADO DA MÃE E O PAI MORTO

A adolescência, pensada como operação psíquica e não apenas através de seus aspectos fisiológicos e sociais, pode ser definida, segundo Rassial[1], como crise identidária que colocará em questão, em especial, o estatuto do Nome- do- Pai.

No processo de constituição de um sujeito, a entrada do pai separa a suposta completude entre a criança e a mãe, desfazendo a ilusão de que a criança é o falo e de que a mãe é fálica. A partir daí a criança cai do lugar de onipotência que tinha, pois deixa de ser o falo que sustenta uma mãe sem falta. Como coloca Lacan no seminário 5, a mãe vai e vem[2], deseja Outra coisa[3]. O significado das idas e vindas da mãe, dirá Lacan[4], é o falo. A ferida narcísica para a criança consiste em constatar que ela não encarna mais o falo, mas ele se encontra em outro lugar, circula, nos moldes em que Lacan formula no terceiro tempo do Édipo.

Que implicações teriam a perda precoce do pai para a reedição das questões edípicas na adolescência? Perder um dos genitores ainda na infância é vivenciar de verdade a fantasia mais temida por qualquer criança. Como coloca Ana, *depois que você perde, você nunca mais deixa de ter medo de que aconteça de novo*. Acontecer

1 Rassial, J-J. Entrevista com Jean-Jacques Rassial, in *Adolescência*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Ano V. Número 11. Novembro de 1995.

2 Lacan, J. O Seminário. Livro 5: A*s Formações do Inconsciente*. RJ:Jorge Zahar Editor, 1999. "O que quer essa mulher aí? Eu bem que gostaria que fosse a mim que ela quer, mas está muito claro que não é só a mim que ela quer". Págs. 180 e 181.

3 Ibid., p. 188.

4 Ibid., p.181.

de novo, aqui, só pode significar perder o outro genitor. No caso dessas meninas, a mãe. Tanto Ana quanto Manuela voltaram-se de forma muito intensa às suas mães[5] depois da morte do pai. Ana lembra-se que sua mãe fazia faculdade à noite e que ela ligava para a mãe *sem parar* para saber quando chegaria em casa. Tinha pavor de que ela não voltasse. A mãe de Manuela relata sobre um ritual diário que criou com a filha depois da morte do pai. Deitam-se juntas, abraçadas na cama da mãe e, muitas vezes, Manuela chora.

Talvez pudéssemos dizer que algo da relação dual primitiva entre mãe e filha seja retomado neste momento em que o pai falta. É claro que estamos supondo que a metáfora paterna já tenha operado de alguma maneira, que estas meninas já tenham sido separadas do Outro primordial, uma vez que puderam estruturar-se neuróticas. No entanto, parece haver, em certo nível, um retorno ao corpo materno em busca de amparo, um movimento justificável pelo temor da orfandade e, talvez, inevitável como parte do trabalho de luto.

Se é fato que o incômodo com namorados/namoradas dos pais pode ser facilmente encontrado em adolescentes de pais separados, qual seria a diferença quando o pai está morto? Justamente o fato de que há um intenso processo de luto em curso, faz com que as típicas disputas edípicas reeditadas na adolescência se compliquem ainda mais. Com o pai morto, o namorado da mãe é percebido como um objeto que toma a mãe da menina em um momento no qual a adolescente agarrou-se a seu obteto primordial com unhas e dentes, pois não há mais outro objeto primordial ao qual voltar-se. A entrada de um outro homem na vida da mãe traz para a jovem a sensação de uma dupla traição: *como você pode deixar-me por ele?* E ainda: *como você pode colocar esse homem no lugar do meu pai?*

O namoro da mãe reedita um momento crucial da constituição do sujeito, durante o qual a criança se dará conta de que ela não basta para completar sua mãe. A pergunta sobre o desejo da mãe – o que quer essa mulher? Para onde ela olha? Para o que se volta o seu desejo? – fundamental para a subjetivação do sujeito, é recolocada na adolescência como pergunta sobre o seu próprio desejo. Preocupada em manter viva a lembrança do pai morto, a adolescente enlutada ataca o namorado da mãe, como objeto ameaçador ao seu trabalho de luto, que neste momento consiste em tentar preservar intacto o pai, não deixar que ele se apague e ficar perto da mãe para que ela também não desapareça.

Ana está particularmente incomodada com a ameaça que o namorado da mãe representa à sua tentativa de preservar o pai. O namorado da mãe tem a mesma profissão que seu pai tinha e ela irrita-se com qualquer insinuação de que ele seria melhor que seu pai. Triunfa quando sua mãe afirma que seu pai era melhor. Como o namorado era antes amigo de seus pais, muitas vezes ele conta histórias de momentos vividos juntos e Ana sente muita raiva. *Ele quer roubar as histórias do meu pai e as conta como se fossem suas.* Aqui, o medo de *esquecer* o pai parece intensificado pela presença deste outro homem que ameaça sobrepô-lo.

Neste sentido, podemos pensar que o luto por um objeto primordial termina por retardar alguns dos movimentos importantes da crise adolescente. A tarefa de poder separar-se dos pais, por exemplo, fica temporariamente adiada. Vimos como o temor da orfandade e a maior necessidade de amparo para passar pelo processo de luto fez com que as adolescentes aqui em pauta se voltassem de forma intensa para suas mães. Além disso, a morte precoce do pai torna impossível a tarefa de fazer vacilar os ideais parentais. Se todos os sujeitos tendem a preservar o objeto perdido no lugar de ideal (*morto é sempre bom*, como disse o paciente adolescente do caso-carta que apresentei no último colóquio[6]) , isso parece intensificar-se quando o pai morre ainda na infância. Há uma razão muito simples pra isso, não houve tempo para que a criança coloque em dúvida as qualidades extraordinárias e incomparáveis que atribuíra a seus pais, como Freud[7] descreve que acontece ao longo de seu desenvolvimento. Nos dois casos em questão, o pai ficou cristalizado em um lugar bastante idealizado. Assim, o pai morto continua no lugar intocável do ideal, o que dificulta tanto o processo de luto quanto o processo de aceitação do novo objeto amoroso eleito pela mãe.

---

5 Malvine Zalcberg, no livro *A Relação Mãe e Filha*, trabalha a intensidade da relação mãe e filha e afirma que uma das questões deixadas por Freud seria a de "por que é tão difícil para uma menina separar-se de sua mãe" (p.48).

6 John, D. *Carta a um Jovem Paciente*, apresentado no II Colóquio de Psicanálise com crianças do SEDES, 2012.

7 Freud, S. (1909[1908]). *Romances Familiares*. In Ed. Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

Nos últimos tempos Ana e eu temos trabalhado em sessão com a obra de seu pai. Isso aconteceu depois de uma determinada sessão na qual Ana falava novamente sobre o medo de esquecer do pai. Digo então à ela que seu pai havia deixado uma obra e que isso era como ser um pouco imortal. *Uma obra nunca morre, Ana*. Ela me olha e sorri, prometendo trazer algo desse material na sessão seguinte. Trouxe também junto algumas fotos antigas da família. Pergunto sobre as suas favoritas e ela me mostra uma na qual sua mãe olha apaixonadamente para seu pai.

Ultimamente, Ana está animada com seu projeto de ser boa aluna. Seu desempenho escolar finalmente melhorou. Também esteve tão distraída divertindo-se com as amigas que esqueceu de vir a algumas sessões. Desconfio que ande até sofrendo de amor...

No filme *A Árvore*, uma menina perde o pai e passa seu processo de luto em cima de uma grande árvore que acredita conter o espírito do pai. Acho que a análise pode funcionar como essa árvore, às vezes. Um dia Ana estará pronta para descer e escolher ser feliz, como faz a menina do filme.

Com tantas dificuldades e tanta dor pelo caminho, o grande desafio para essas adolescentes é poder escolher a vida, porque nascemos, morremos e somos esquecidos, mas no meio disso, tem a vida.

Setembro de 2014.

Daniele John
Psicanalista, psicóloga pela UFRGS, especialista em psicanálise pela UFRGS, mestre em Estudos Psicanalíticos pela Tavistock Clinic – Londres, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professora do curso de formação em psicanálise do CEP, membro da APPOA.

CUIDADOS PRIMÁRIOS NA CLÍNICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Cassandra Pereira França
Danielle Pereira Matos Rabelo *(apresentadora)*

RESUMO

O presente estudo pretende apresentar um panorama acerca da constituição dos cuidados primários e suas fragilidades nas relações dos pais com seus filhos que sofreram abusos sexuais. Constata-se que as crianças vítimas dessa violência freqüentemente não são escutadas e apresentam histórias de desproteção que antecedem o abuso em si, e por outro lado verifica-se, entre os pais, estados de *non-sense* que revelam prévias fragilidades emocionais no funcionamento psíquico dos mesmos. A partir dos estudos de Klein e Winnicott sobre a constituição das relações de cuidado, e com base na escuta clínica de casos de abuso sexual, pretende-se refletir e levantar questões sobre as ressonâncias dos estados iniciais do processo de amadurecimento e das ansiedades arcaicas no contexto do abuso sexual.

PALAVRAS-CHAVE: confiabilidade, cuidados primários, abuso sexual, ansiedades arcaicas.

Durante a atuação como supervisora-clínica de um projeto de pesquisa e extensão numa universidade pública que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, vem nos saltado os olhos a fragilidade das relações de confiança e intimidade das mães e pais com seus filhos que sofreram abuso sexual. O que se percebe é que as crianças vítimas dessa violência, muitas das vezes não são escutadas, compreendidas e até mesmo são desacreditadas, ou desmentidas, como já nos apontava Sandor Ferenczi (1933) em seu clássico "Confusão de língua".

Se de um lado da relação há uma criança desacreditada, desprotegida, do outro lado verifica-se estados de *non-sense* da família, os quais geralmente conduzem a suspeitas de que eles possam estar de alguma maneira, acobertando, sendo cúmplices perversas (ou temerosas) do abusador. Um dos casos que mais chocaram a sociedade, e que teve grande cobertura midiática, foi o do alemão Fritz, que mantinha suas filhas no porão da casa para serem abusadas sexualmente por ele. Ele tinha filhos com elas, enquanto sua mulher recebia os bebês continuamente na porta da sua casa, que na verdade eram filhos do seu esposo com suas próprias filhas.

Todavia, o que se evidencia na escuta clínica da família é que, em muitos dos casos estamos diante de mães e pais portadores de prévias fragilidades emocionais impeditivas do exercício de suas funções de proteção, reconhecimento da fragilidade infantil e deciframento dos sinais que a criança manifesta quando é submetida a alguma irrupção traumática, incompreensível para seu psiquismo ainda imaturo, muitas das vezes antes mesmo da ocorrência do abuso.

Tal constatação que só faz aumentar a intensidade das nossas questões: qual é, afinal, a origem psíquica desse estado de *nonsense* em que parecem estar mergulhados? Seria a força da transgeracionalidade apontada pela literatura, ou seja, o fato de terem sido abusados sexualmente em sua infância, um argumento suficiente para explicar a gênese desse estado? (FRANÇA; MATOS, 2014).

A nossa suspeita, diante dos materiais clínicos que temos escutado na condição de supervisora do Projeto Cavas/UFMG (Crianças e adolescentes Vítimas de Violência sexual), é de que reação dos pais frente à revelação do abuso parece ressoar a relação de confiabildiade constituída desde os primeiros estágios do amadurecimento do seu filho (a), como também parece reeditar a relação desses próprios pais com seus objetos primários.

Para tentarmos compreender essa problemática, faremos uma revisão sobre o "tornar-se mãe" e o "tornar-se pai" a partir das contribuições de Klein e Winnicott, teóricos que ao se debruçarem no mundo arcaico das relações primárias da criança com os pais, trouxeram contribuições valiosas sobre a constituição da confiabilidade nos estados iniciais do processo de amadurecimento e das vivências de ansiedades presentes nesse período da vida que ressoam nos cuidados atuais exercidos para com os filhos.

Segundo as premissas kleinianas, expostas nos seus trabalhos "Os efeitos das situações de ansiedades arcaicas sobre o desenvolvimento sexual da menina" e em "Amor, culpa e reparação" (1927), o grande desafio que aguarda todas as mulheres, é o de tentar, ao longo da vida, fazer as pazes com a mãe arcaica, aquela que pode interferir com a função objetal maternante. Sabemos que um bom indício dessa pacificação mãe/filha, é o grau em que o estágio genital vem para o primeiro plano, fazendo com que a mulher se afaste das ansiedades arcaicas e devolva à mãe seu papel materno e feminino, assumindo ela própria um papel semelhante.

Para Klein (1927), desde o período edipiano a menina apresenta desejo consciente e inconsciente de ter bebês, sendo que quando ela própria tem seu próprio filho sente gratidão e ao mesmo tempo alívio por não ter tido um filho do próprio pai (como desejou em suas fantasias infantis), o que intensificaria seu sentimento de culpa por ter tomado o lugar materno. Assim, quando tem um filho (a) ela retribui à sua própria mãe e a compensa pelos danos feitos em fantasia aos filhos dela no momento em que acreditava que o corpo da mãe era repleto por bebês criados pelo pênis do pai, crença essa que aguçavam seus sentimentos de ódio e inveja para com a mãe – e conseqüentemente sua culpa.

Klein (1927) ainda afirma que quando a mulher se torna mãe ela tende a aumentar o seu amor e atitudes reparatórias pelo caráter indefeso da criança que está aos seus braços, da qual é responsável. Tais atitudes facilitam a identificação da mãe com a criança indefesa, favorecendo por sua vez a intensificação da intimidade e confiança entre ela e a criança.

Para Klein (1927) o que levaria o fracasso da função materna seria a predominância do ressentimento e o ódio em relação aos objetos primários, que ameaçaria, por sua vez a sublimação, e a esperança de reparar fica prejudicada. Conseqüentemente, o que teríamos nesses casos é a configuração de uma relação objetal parcial, isto é, uma incapacidade de amar a criança como pessoa inteira, sendo ela, portanto, alvo do ódio, do abandono ou passa a ser tomada como extensão do corpo da mãe, objeto do prazer excitado, e utilizado para fins perversos. Contudo, nos casos em que a mãe tenha avançado um pouco mais nas suas relações objetais, a sua função materna poderia fracassar por ainda estar inundada pelos sentimentos de culpa pelos ataques feitos à imago materna, o que configuraria nos quadros em que a mãe peca pelo excesso de indulgência em relação ao filho, ou deixa a criança aos cuidados de outras pessoas – devolvendo a própria mãe o filho que lhe roubou em fantasia – ou, finalmente, sofre com o sentimento de culpa por temer a morte do filho, tornando-o completamente dependente dela.

Do mesmo modo, Klein (1927) trata a função paterna e seu fracasso: o filho para um homem é a realização de um de seus desejos femininos arcaicos, quando invejava a capacidade reprodutiva da sua mãe. Assim, a função do pai, no cuidado com os filhos seria a de complementar o papel materno, na medida em que, quando é pai, o homem revive sua infância (identificando com os filhos), identifica-se com seu pai bom interno (ou Ideal de pai) e enfim compensa os ataques sádicos que fez à mãe e tem a oportunidade, enfim, de restaurá-la ao cuidarem com ternura dos seus próprios filhos.

Com Klein, podemos inferir que uma mulher ou um homem que não tenham avançado nas suas elaborações, de cunho reparatório, da imago materna, e que ainda tenham tido vivências reais de desproteção e hostilidade que intensificaram seu sadismo e suas fantasias destrutivas para com os objetos primários, estarão interditados para exercer os cuidados reparatórios aos seus filhos. Portanto, a falta de atitudes de proteção aos filhos é com certeza um bom indício de que a mãe e o pai, não tendo feito as pazes com a *imago* materna, ainda estão emaranhados nas suas próprias ansiedades arcaicas, não conseguindo identificar e nem encontrar sentido para as angústias dos filhos, principalmente quando se tratam de angústias frente ao abuso sexual. (FRANÇA; MATOS, 2014).

Com Winnicott podemos compreender que as relações de cuidado da mãe para com o bebê promovem a construção de um sentimento de confiança e segurança, que constitui a base para o amadurecimento da relação ética e cuidadosa com o outro. Essa relação dependerá, a princípio, de o bebê ter conquistado a posição de saber que ele é separado do outro, sendo por isso responsável pelo modo como interage com esse outro.

Para Winnicott (1964), alcançar a responsabilidade (o qual, na sua base, é o sentimento de culpa) no amadurecimento é um momento extremamente delicado, porque é nesse momento que o bebê percebe que os

seus impulsos agressivos pertencem a eles próprios, e compreende que a mãe é uma pessoa como ele, e da qual uso de forma impiedosa e calma. No princípio a criança ainda não é capaz de suportar "o peso da culpa e do medo" pelos usos da mãe e, portanto, surgem para ela dificuldades associadas à experiência instintiva, que são vividas como ansiedades. Tais ansiedades serão transformadas em preocupação com a mãe, e a criança por sua vez, irá se importar com a mãe e procurará meios de protegê-la de sua agressividade. A reconstrução e reparação surgem enfim como possibilidades da criança fazer algo pelo dano causado à mãe. Quando atinge o concernimento, ela gradativamente conquista a capacidade de tolerar o sentimento de culpa suscitado por seus impulsos e idéias destrutivas, adquire a capacidade de tolerar se sentir responsável por idéias destrutivas e também se torna "confiante em seus impulsos de reparação e oportunidades de contribuição" (Winnicott, 1965b/1990, p. 97). Por fim, a preocupação com a mãe será o protótipo das suas relações afetuosas com os outros (REZENDE, 2013).

A mãe, segundo as concepções de Winnicott, tem um papel primordial no estágio do concernimento: sobrevivendo e sustentando a situação no tempo, favorecendo a integração da destrutividade e da instintualidade da criança. Somente quando ocorre essa integração a reparação pode ser entendida como a parte da agressividade que se transforma em um anseio pessoal por dar, cuidar, construir e reparar, que observamos no cuidado das mães com seus bebês (REZENDE, 2013).

O pai, por sua vez tem um papel importante no processo de amadurecimento da criança e na constituição da confiabilidade. Nos estágios iniciais, ele faz parte do ambiente, e entra diretamente na vida do filho como "mãe-substituta", papel que é exercido a partir da experiência dele próprio ter sido cuidado por uma mãe quando bebê. Em um de seus escritos, Winnicott afirma: "Quando digo mãe, não estou excluindo o pai, mas é que nesse estágio o que nos interessa é o aspecto materno do pai" (1987d, p. 83). O papel do pai se configura de diferentes formas: pode exercer o papel materno, mantendo o ambiente confiável, previsível, monótono, entregando-se à preocupação materna primária e assim protegendo o bebê de intrusões potencialmente traumáticas (ROSA, 2014).

Ele também poderá manter no ambiente as características de segurança, estabilidade e firmeza, além de dar sustentação à mãe, protegendo-a das interferências externas de modo a que ela possa entregar-se à "preocupação materna primária". Destaca-se nesse contexto o papel do pai, sendo que o "mal" que ele pode vir a fazer à mãe, descuidando dela, não a acolhendo ou mesmo desfazendo-se dela, poderá atingir a sua capacidade de oferecer um colo seguro para a criança e de exercer os seus cuidados para com a criança (ROSA, 2014).

Nos estágios posteriores, especialmente ao denominado estágio de dependência relativa, o pai tem um papel importante de ajudar a mãe a sair do estado de preocupação materna primária, chamando-a para si como esposa. Nessa circunstância o pai não é interventor ou interditor desta relação, ao contrário, ele é o sustentador dela para que o amadurecimento natural da relação mãe-bebê possa ir ocorrendo. O pai surge nesse instante, não como lei, mas como modelo de integração, antecipando o *status* unitário a que o indivíduo irá chegar, se tudo correr bem (ROSA, 2014).

Já no estágio do concernimento, em que a criança que está tentando integrar a sua destrutividade, ela precisará contar com o pai para proteger a mãe de sua impulsividade instintual. Quando a criança é provida de um pai forte e protetor, ela não temerá destruir a mãe e, assim, não precisará inibir ou perder a capacidade para o uso da mãe pelo seu amor excitado (ROSA, 2014).

Quando as condições ambientais forem confusas, desorganizadas, sua capacidade de compartilhar a vida a partir de uma ética do cuidado estarão comprometidas ou construídas em bases falsas. Desse modo, bebê torna-se incapaz ou parcialmente capaz para o envolvimento, a "preocupação com", a responsabilidade e a capacidade para o remorso, podendo-se submeter, portanto ao ensino e treinamento um código moral externo, que subjugará o verdadeiro *self*, mantendo a linha do amadurecimento moral interrompida (LOPES, 2013).

Contudo, com Winnicott podemos inferir que o nascimento da capacidade de devotar-se à criança, exercer a mutualidade e identificar-se com o filho se dá na medida em que esse pai e essa mãe foram também cuidados por uma "mãe devotada comum", "suficientemente boa", que facilitou o amadurecimento das capacidades de ser-no-mundo, usar seus objetos de formas tranqüilas e excitadas, de concernir-se e reparar. Quando esses filhos se tornam, enfim, pais e mães, tais capacidades são colocadas à prova, e os cuidados devotados aos filhos terão como base de sustentação o alcance do amadurecimento pessoal dos genitores.

O que assistimos na clínica da violência sexual é que as histórias têm um enredo semelhante a este: "Era uma vez, num reino bem distante, uma linda rainha que antes de morrer pediu a seu esposo que só se casasse quando encontrasse uma mulher mais bela do que ela. Ele procurou, procurou, e logo encontrou. Sua filha era a mulher mais bela de todo o reino. Desesperada com a proposta de casamento, a filha, orientada pela madrinha, vai exigindo como condição para se casar o que julgava impossível de o pai conseguir... um vestido da cor da lua, outro com os raios do sol... Mas o pai, em sua fissura de possuí-la, tudo arranjava... Então, a fada madrinha orientou-a a pedir a pele do asno que obrava as moedas de ouro do reino. Tinha certeza que, a esse pedido, ele não cederia. Mas, no dia seguinte, lá estava a pele de asno. E só lhe restou, então, a possibilidade de fugir do reino e, envolta nessa pele, esconder sua beleza, por anos a fio, na escuridão da floresta..." (FRANÇA, C.P, 2010, p. 164).

Assim como na história da pele de asno, nossas crianças nos mostram que perderam (ou tiveram de forma tíbia, fugidia) suas mães, ou cuidados que lhes garantissem proteção e confiança muito antes do abuso sexual de fato ocorrer. Foi morta a sua função materna de proteger a criança das intrusões traumáticas do ambiente? Ou a mãe foi morta pelos ataques sádicos imperdoáveis da criança invadida pelo ódio na relação com ela? Ou assassinou sua maternidade pela incapacidade de se haver com a culpa dos ataques à sua própria mãe? Assim, entrega sua prole à madrinha, figura esta que a colocava mais bela e sedutora frente aos olhos do abusador... Certamente, frente às fragilidades dos cuidados, o que resta às crianças é também a morte, a escuridão, a entrega à força da transgeracionalidade da violência, tornando-se futuras mães (ou pais) mortos... até que algo se irrompa, algo se reconfigure. Mora aí, nesse espaço, a nossa esperança, de que, por meio da análise da transferência e do manejo analítico, possamos criar oportunidades de uma re-historicização, de configurações de novos moldes de relação com bases firmes e cuidadosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, E. O. (2011) Sobre a confiabilidade e outros estudos. São Paulo: DWW editorial.

FRANÇA, C. P; MATOS, D. P. O *nonsense* de algumas mães: ressonâncias das ansiedades arcaicas. In: Tramas da perversão. Rio de Janeiro: Escuta, 2014.

KLEIN, M. (1927) Amor, culpa e reparação. In: Amor Culpa e Reparação e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago.

FRANÇA, C. P. Na pele. In: FRANÇA, C. P. Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil. Rio de Janeiro: Imago, 2010, p. 161-164.

LOPES, R. C S. L; CARON, N. A.; THORMANN, L. L.; RIBAS, A. D. Tornar-se mãe no processo de amadurecimento: implicações para a ética do cuidado. In: LOPARIC, Z. Winnicott e a ética do cuidado. São Paulo: DWW Editorial, 2013.

REZENDE, A. A.; MORAES, E. A constituição da capacidade de cuidar. In: LOPARIC, Z. Winnicott e a ética do cuidado. São Paulo: DWW Editorial, 2013.

ROSA, C. D. O pai em Winnicott. In: ROSA, C. D. (org) E o pai? Uma abordagem winnicottiana. São Paulo: DWW Editorial, 2014.

Cassandra Pereira França
Doutora em Psicologia pela PUC/SP, Pprofessora associada do Departamento de Psicologia da UFMG, docente do mestrado em Psicologia e coordenadora do curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG. Coordenadora do Projeto CAVAS – UFMG(Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual).

Danielle Pereira Matos Rabelo
Psicóloga, Doutoranda em Psicologia (Estudos Psicanalíticos) pela UFMG, Mestre em psicologia (Estudos Psicanalíticos) pela UFMG; Supervisora-clínica do projeto CAVAS/UFMG (Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual); Professora substituta do curso de Psicologia/UFMG, Professora de Psicologia da Faculdade FEAD.

PSICANÁLISE ITINERANTE

Débora de Mello

RESUMO

Este trabalho pretende narrar a história de um setting que foi mudando de endereço numa tentativa de dar conta da tarefa de construir um lar na mente de pais de primeira viagem e de sua bebê.

A análise da mãe iniciou-se como a maioria das análises, no divã. No entanto, aos 82 dias de vida da bebê, após uma crise de intensa angústia da mãe diagnosticada pela psiquiatria como depressão pós-parto tornou-se urgente uma decisão técnica. Manter o atendimento da mãe ou decidir por uma alteração na rota, isto é, priorizar o trabalho de intervenção precoce no vínculo pais-bebê.

Apesar do conhecimento psicanalítico sobre o primeiro ano de vida ter avançado muito desde as investigações de René Spitz iniciadas em 1935, a prática profissional do psicanalista frente a essa demanda ainda é pouco reconhecida. É necessário posicionar-se a esse respeito. Esse relato clínico espera contribuir com o pensamento de que cada vez mais a psicanálise deve se ocupar da construção da parentalidade. A importante tarefa de libidinizar os pais no exercício de suas funções parentais mostrou-se absolutamente necessária.

Foi assim que diante das demandas clínicas a intuição/conhecimento agiu como bússola e mudamos de endereço. O trabalho analítico então foi transferido do consultório para a casa da família. As sessões aconteciam na sala, mas também circularam entre o quarto da bebê, o quarto do casal, o banheiro, a cozinha e o quintal.

Houve ainda uma breve temporada virtual, de atendimentos por Skipe, devido a uma viagem dos pais durante dois meses. A alta freqüência semanal, - duas sessões com a mãe e a filha, e uma sessão com pai, a mãe e a bebê, - foi relevante para o desenvolvimento do trabalho e para as transformações ocorridas durante os nove meses em que o consultório esteve hospedado na casa da família. Não só a escuta analítica, mas principalmente a conduta analítica são elementos de debate nessa exposição.

À medida que um lar simbólico foi se constituindo, e os cômodos subjetivos de cada membro desse grupo familiar foram se delineando, mais o desejo de retomar o setting tradicional foi surgindo.

O trabalho analítico ainda em andamento, agora está de volta ao divã, com a mãe.

PALAVRAS-CHAVE: Setting, Prática Clínica, Depressão Pós-Parto, Pais-Bebê.

Débora de Mello
Psicóloga com Especialização em Psicoterapias da Infância pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Cursando terceiro ano do curso Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

NÃO TEM HOMEM NÃO?![1]

Denise de Sousa Feliciano

RESUMO

Esta é uma frase pronunciada por Beny numa sessão de sua análise, num jogo em que despia os bonecos de pano para investigar seus genitais. Com cinco anos de idade mora só com sua mãe desde que tinha 1 ano e meio e seu pai construiu uma nova família da qual tem mais dois irmãos. A mãe procurou-me preocupada com certa tristeza no filho. Contou-me que numa noite em que estavam na sala após o jantar e Beny brincava sozinho, rompe o silêncio afirmando: *ninguém gosta de mim, nem de você...* (sic) deixando-a profundamente tocada e solidária à uma dor que pareceu ser compartilhada por ela, mas que provavelmente tentava dissimular de si própria. Na entrevista se mostrava preocupada e sisuda, do mesmo modo que Beny se apresentava em muitos de nossos encontros e em seus desenhos de bonecos com cabeça grande e com o canto dos lábios fechados pendendo para baixo. revelando tristeza, raiva e dor. Beny desenha surpreendentemente bem para sua idade, o que fez com que essa fosse uma de suas mais marcantes formas de se expressar nas sessões. A mãe reclamava de um suposto desinteresse do pai em ver o filho, levá-lo a passear ou para conviver com os irmãos. Ela tinha um namorado com quem Beny se relacionava muito bem e havia tomado como pai, porem já fazia algumas semanas que ele tinha saído de sua casa e estavam em processo de separação, ainda que houvesse certa ambiguidade de ambos nesse movimento. Eu já conhecia Beny e sua mãe, que haviam participado de minha pesquisa de doutorado. Haviam sido encaminhados pela pediatra para o atendimento de *Intervenção Pais-bebê* que eu propunha como recurso às suas dificuldades de amamentação, que eram tomadas por mim como reveladoras de um desencontro na construção do vínculo do bebê com os pais. Desde nosso primeiro encontro Beny se mostrou aberto a me conhecer e aliviado em poder ter ajuda. Percebi uma notável inteligência e sensibilidade que permitiu um trabalho intenso e muitas mudanças durante o tempo que estivemos juntos. Apesar da tristeza que pairava, Beny conservava um olhar atento, curioso, inquieto e provavelmente esperançoso na ajuda que recebia e nas relações que não cansava de investir.

PALAVRAS-CHAVE: clínica psicanalítica com crianças; desenhos, a presença/ausência do pai; pais separados.

Denise de Sousa Feliciano
Psicóloga e Psicanalista. Membro efetivo e docente no Departamento de Psicanálise da Criança do Sedes; mestre e doutora pelo IPUSP-SP em pesquisas sobre amamentação; especialização em Psicopatologia do Bebê pela USP e Université Paris 12;; membro filiado no Instituto da SBPSP; membro da Sociedade Brasileira de Pediatria e dos Departamentos de Saúde Mental e Aleitamento Materno da Sociedade de Pediatria de SP.

1 Eixo temático: Quando o pai não está..., trabalho inédito.

A ADOÇÃO E A ESCUTA PSICOLÓGICA: GRUPOS COM PAIS E FILHOS POR ADOÇÃO

Denise Sanchez Careta e
Ivonise Fernandes da Motta

RESUMO

A adoção configura um processo de construção, cujos vínculos afetivos se constroem ao longo do tempo pelas relações afetivas experimentadas entre os filhos e seus pais. Seguindo Winnicott, desenvolvemos encontros psicológicos em grupo, quinzenais, com pais e, paralelamente, com os filhos adotivos. No grupo de pais, destacavam-se angústias depressivas, de separação, atreladas às próprias vivências infantis e também pela ausência da gestação biológica. Os filhos comunicavam angústias de abandono e de separação, bem como aspectos agressivos, direcionados à figura feminina que recebia os sentimentos de ódio. Concluímos que os grupos psicoterapêuticos simultâneos com pais e filhos pela via da adoção foram eficazes como espaço de escuta e possibilidade de elaboração de conflitos, ainda que desenvolvidos com frequência reduzida.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, D. W. Winnicott, Famílias Adotivas, Grupos Psicoterapêuticos.

Tendo em vista nossa experiência clínica, deparamo-nos frequentemente com queixas de pais pela via da adoção, as quais se apresentam repletas de aflições, incertezas, inseguranças e dúvidas sobre condutas com seus filhos, sem ter aparentemente um caminho seguro e definido a ser percorrido. Da mesma forma, filhos por adoção que ainda se sentem *abrigados* na nova família, isto é, não filiados a ela, tanto pela própria dinâmica psíquica como pela interação deficitária com o ambiente familiar.

Os pais, compreendidos como ambiente humano circundante à criança, apresentando-se fortalecidos emocionalmente, poderão auxiliar a criança em seu novo lar, quanto à adaptabilidade e ao crescimento emocional. Os filhos por adoção, auxiliados pela escuta psicológica, poderão integrar o passado com o presente para assim construir o futuro com os pais recém-conhecidos.

Cultivada pelo pensamento de D.W.Winnicott, a participação do ambiente circundante ao indivíduo é fundamental para favorecer a tendência para o desenvolvimento, vinda internamente do próprio indivíduo que, por condições ambientais facilitadoras, este desenvolvimento tende a progredir. Entretanto, quando as condições ambientais em que o indivíduo está presente não são boas o suficiente para auxiliar o progresso deste potencial para a vida, as forças para o desenvolvimento podem ficar contidas dentro do indivíduo paralisando o crescimento ou até mesmo afetando significativamente a saúde mental (Careta, D. S., 2011, p. 39-40).

Evidentemente que a chegada de um filho é carregada de expectativas e que repercutirá um período sensível pela busca de sintonia entre pais e filhos, a adaptabilidade entre a criança e os pais, tanto com filhos biológicos e adotivos. No caso da adoção, estas expectativas podem se expandir impulsionadas pelo fato de os pais não conceberem a história inicial de vida do filho adotivo como parte integrante da criança e, com isso, as relações rumarem para um universo de conflitos e desencontros afetivos.

A adoção, ao ter como pano de fundo nas relações, angústias, fantasias, medos e associações imaginárias, a construção de vínculos afetivos poderá ser prejudicada e até interrompida. Fantasias associadas à história inicial de vida da criança, anterior a ela ser membro da família por adoção, e o emergir de comportamentos expressados por ela de forma inesperada, poderão conduzir aos chamados "*fantasmas*", aterrorizando os pensamentos dos pais e desencorajando-os a ter esperanças em prosseguir o caminho da construção dos vínculos.

A partir de o momento que os pais são auxiliados de forma a integrar os pensamentos e a minimizar o emergir de angústias e ansiedades, os mesmos se apresentam mais fortalecidos emocionalmente e próximos da realidade percebida dos fatos, sem estarem imersos em suas próprias fantasias e idealizações.

Atualmente temos realizado o acompanhamento psicológico com os pais adotivos em grupo, o que vem se apresentando muito satisfatório, pois além dos pais se identificarem com outros pais que também vivenciam angústias e fantasias similares, presentificam-se a benéfica troca de experiências e auxílio mútuo, o *holding*[1] grupal, que vem a facilitar a elaboração de conflitos. Concomitantemente, os filhos, por adoção, são acompanhados por duas psicólogas, em sala distinta, cujo objetivo agrega a elaboração de conflitos e reflexões sobre o processo de adoção.

Embora oficialmente encontramos reduzido número de devoluções de crianças ao acolhimento[2], sabemos que este ato infelizmente ocorre. Os danos psíquicos são avassaladores para a criança que revive de forma intensa o abandono, confirmando a rejeição e a *culpa pela devolução*[3]. A criança não poderá jamais ser equiparada a um produto que se devolve porque não gostou. Este desprezível ato reflete o despreparo de pessoas candidatas a pais por adoção e fundamentalmente a falta de acompanhamento psicológico familiar após a vinda da criança para a família. Diz Winnicott (1953/2005):

Se a adoção transcorre bem, a história é uma história humana comum, e precisamos estar familiarizados com as perturbações e contratempos que fazem parte da história humana comum em suas infinitas variações, para que possamos compreender os problemas especialmente relacionados à adoção (p. 115).

E ainda:

... A adoção ter de ser tão facilmente uma terapia, no sentido descrito aqui por mim: é ainda mais importante que os pais adotivos ajudem a criança em suas dificuldades, mais do que os pais comuns ajudam. O que quero dizer é que enquanto a criança comum é muito enriquecida pela experiência de ser ajudada até o status adulto por sua própria família, no caso da criança adotada temos de dizer que se a família se fragmenta por alguma razão, não é tanto uma questão de fracasso do enriquecimento quanto uma questão de fracasso da terapia, e o resultado provavelmente será a doença na criança, especialmente a organização na linha antissocial (idem, p. 117).

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO COM FAMÍLIAS ADOTIVAS

Sobre os aspectos metodológicos, é válido ressaltar que o acompanhamento psicológico com famílias adotivas implica na realização de dois grupos psicoterapêuticos simultâneos, em salas distintas, com dois psicólogos com cada grupo, sendo um grupo destinado a pais pela via da adoção e o outro, para filhos, também pela via da adoção, neste último para crianças até dez anos. A participação mínima nos grupos psicoterapêuticos requer pelo menos um ano, podendo dar continuidade a critério dos participantes e por indicação dos psicólogos. Os encontros, fundamentados pela Psicanálise, à luz dos pensamentos de D. W. Winnicott, com duração de uma hora e meia cada um, são desenvolvidos com frequência quinzenal. A proposta clínica reside na abordagem dos fenômenos emergentes com articulação à temática da adoção.

O cenário frequente que ressaltava no grupo dos pais ilustrava o predomínio de angústias, principalmente as depressivas, com ênfase às angústias de abandono e de separação. Encontramos de maneira similar no grupo dos filhos o predomínio dessas angústias.

Os pais, inicialmente apegavam-se ao abandono que os filhos tinham vivido e, com o avanço dos encontros, traduziam as angústias de abandono se apropriando da própria dor, descreviam múltiplos abandonos sofridos, da maternagem pela via biológica, por inúmeras tentativas de gerar um filho, as quais frustradas, de sentirem-se culpadas e rejeitadas pela ausência da fertilidade, ainda que não tivessem diagnósticos afirmativos para isso, e de momentos marcantes da própria infância, especificamente da relação com suas mães.

1 Winnicott, D. W. 1960/1983

2 A restituição da criança ao acolhimento é permitida durante o período de guarda provisória, a qual antecede a adoção.

3 Careta, D. S. (2006).

As angústias depressivas surgiam em relatos sobre incertezas quanto ao futuro, especialmente o crescimento dos filhos, que estava atrelado à ameaça da substituição da mãe pela genitora: "*Tenho medo de na adolescência ela queira conhecer a genitora*", cuja ambivalência defendia tal encontro: "*Acho que se eu fosse ela queria conhecer minhas origens*"... "*Se ele quiser, vou levá-lo para conhecer a genitora*". O grupo se posicionava e refletia sobre o quanto é ameaçador saber que o filho foi gerado por outra pessoa e este fato repercutia em sentimentos persecutórios, acompanhados por estados depressivos.

O grupo infantil retratava durante os jogos criados situações compostas por separações, seguidas por sofrimento. As cenas propostas indicavam situações de abandono, de incertezas quanto à confiança no outro. As crianças se assemelhavam quanto à interação sobre a temática de rompimentos e também quanto à necessidade imediata de promover ligações, seja com as psicólogas, e mesmo entre si.

Importante semelhança entre os grupos de pais e filhos residia na fixação da relação *dual* - em que só existe a relação mãe-bebê, *os dois formam um*, o terceiro (pai) ainda não é incluído. Ainda não se revelavam evoluções na dinâmica do desenvolvimento emocional dos participantes, cuja referência encontrada na teoria de Winnicott é descrita como *dependência absoluta*[1]. De maneira similar, encontramos o *congelamento* do desenvolvimento emocional tanto com os pais, como nos filhos. O terceiro elemento permanecendo excluído e, normalmente, refere-se ao pai e, no ambiente psicoterapêutico, ao psicólogo.

Quanto ao sentimento de ódio, notou-se que, em ambos os grupos, a dissociação é utilizada como recurso para não odiar aquele com o qual se pretende fazer ligações. A dualidade mãe-filho não deve ser "quebrada" por sentimentos que despertem raiva.

Na medida em que pais e filhos podiam expressar os afetos, tanto amorosos como hostis, por meio dos relatos, no grupo dos pais e ludicamente, no grupo infantil, percebemos que estavam mais confiantes na relação vincular familiar. Os medos acerca dos relacionamentos construídos pela via da adoção estavam autorizados para exteriorização, minimizando o nível de ansiedade.

Outros sentimentos ganhavam espaço e se revelavam, tais como o de inveja e rivalização. No grupo de pais, uma das participantes engravidou, após várias tentativas frustradas e aceitação da adoção, pois já era mãe por adoção. As demais integrantes reagiram com inveja. Os sentimentos destrutivos se apresentavam potentes. O grupo reconheceu que atacava aquela participante que engravidara, e esta, por sua vez, manifestava sentimento de culpa, como traição ao grupo e sentindo que não mais pertencia ao grupo. As angústias foram nomeadas e os sentimentos definidos, pôde-se abordar todo e qualquer sentimento presentificado. O grupo discutia a impotência e a inveja. Vários encontros foram necessários para elaboração dos conflitos. A barriga que crescia foi aceita e incluída pelo grupo, e perceberam como o caminho que percorrem com a adoção ganhava o mesmo sentido: a necessidade de aceitação e inclusão.

CONCLUSÃO

Pais e filhos vivenciaram vastas experiências nos grupos e variados sentimentos, no início, censurados, possivelmente pelo frágil relacionamento afetivo que conseguiam desenvolver entre eles. O espaço de escuta psicológica tornou-se um ambiente que continha as emoções despertadas e compreendia todo e qualquer sentimento humano.

A possibilidade de contato com os afetos, amorosos e hostis, permitiu que a via de constituição familiar em questão, a adoção, aproximasse da realidade dos fatos, considerando as conquistas em formar uma família e também os percalços inerentes.

É relevante que a adoção possa ser discutida em sua íntegra, em que sentimentos sejam autorizados a se apresentarem, com os pais e também com os filhos. A relação vivida de maneira real, fidedigna, com alteridade, constitui a base para a vinculação afetiva, o que rege a parentalidade não consanguínea, mas também essencial nas relações familiares consanguíneas.

1 Segundo Winnicott (1963/1983), nos momentos mais primitivos de vida, o bebê depende inteiramente dos cuidados maternos e não os reconhece como vindos da externalidade.

Dialogar com uma teoria que privilegia o ambiente como facilitador ou não para o desenvolvimento emocional da criança, como tão bem defendida por Winnicott, foi essencial para compreendermos o ser humano e seus processos psíquicos quando constituem uma família pela via da adoção.

Indicamos a realização dos grupos psicoterapêuticos para pais e filhos por via da adoção, como medida facilitadora para auxiliar a construção de vínculos afetivos e sentimentos de pertencimento na família recém-formada, de maneira preventiva, quando o relacionamento familiar não apresenta intensos conflitos que necessitem de acompanhamentos psicológicos com maior frequência e com enquadre individualizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Careta, D. S. (2006) Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida: encontros e divergências sob a perspectiva winnicottiana. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br

___ (2011) Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br

Winnicott, D. W. (1953) Duas crianças adotadas. In: ____. Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 115-125.

Winnicott, D. W. (1960) Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: ___ O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artmed, 1983, p. 38-54.

Winnicott, D. W. (1963) Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In:___ O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artmed, 1983, p. 79-87.

Denise Sanchez Careta
Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Coordenadora do Núcleo de Abrigos do LAPECRI – Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em diferentes abordagens psicoterápicas - USP. Psicoterapeuta de Crianças, Adolescentes, Adultos e Casais, com orientação psicanalítica. Supervisora Clínica. Coordenadora dos Grupos Psicoterapêuticos de Adoções.

Ivonise Fernandes Da Motta
Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Orientadora do Programa de Pós Graduação do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP. Supervisora do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica do IPUSP. Psicoterapeuta de crianças, adolescentes e adultos com orientação Psicanalítica. Coordenadora do "LAPECRI – Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em diferentes abordagens psicoterápicas".

EM NOME DO PAI E (OU) DO FILHO?

Eduardo Almeida Prado
e Patrícia Fraia

RESUMO

O presente trabalho originou-se da experiência clínica dos autores no atendimento a crianças- em consultório particular- a partir de queixas oriundas de pais e escolas. Chamou a atenção o fato de ambos apresentarem seus filhos/alunos como crianças desrespeitosas, 'sem limites' e que apresentavam comportamentos dissonantes com aquilo que se espera de um filho 'educado' ou de um 'bom aluno'. A partir deste cenário, as crianças foram encaminhadas para um processo terapêutico com o intuito de que seus comportamentos pudessem ser modificados. Dito isto, os autores têm por objetivo refletir a respeito da clínica psicanalítica com crianças especialmente naquilo que toca à função de interdição (função paterna) e o risco que o resgate acrítico desta função- que se afirma estar em crise- poderá vir a aproximar o cotidiano clínico muito mais de uma prática/escuta pedagógica do que psicanalítica.

PALAVRAS-CHAVE: função paterna, sofrimento infantil, escuta 'pedagógica', escuta analítica.

A proposta para a construção deste texto erigiu-se a partir da experiência clínica de seus autores. Em suas práticas cotidianas, ambos vêm se deparando com constantes pedidos que gravitam em torno de uma única nota: o apelo para que crianças,aparentemente sem quaisquer limites, tenham seus comportamentos modificados e (re) adaptados aos ambientes nos quais estão inseridas a partir do processo psicoterapêutico.

Partindo-se dos relatos de pais, professores e educadores, a impressão que se estabelece é a de que estes já não sabem mais o que ou como fazer para conter estes verdadeiros déspotas mirins.[1] O que fazer para que se comportem no ambiente escolar? Como fazer para que respeitem as regras no ambiente doméstico? Em suma, como fazer para que limites sejam respeitados? Assim, a procura por um "especialista" parece trazer em seu bojo uma tentativa (desesperada?) de que alguma interdição, ainda que externa, seja inscrita no psiquismo destas crianças.

Em Psicanálise, denomina-se a função de interdição ou paterna,aquilo que tem força de lei e regula a relação do indivíduo com seu desejo. Dito isto, julgamos pertinente antes de indagarmos a respeito de uma suposta crise desta função, iniciarmos nosso percurso definindo de que se trata, de fato, este conceito.

É importante salientar, que o Pai, em Psicanálise, "trata-se menos de um ser encarnado do que de uma entidade essencialmente *simbólica* que ordena uma *função*" (DOR, 1991, p.14, grifos do autor). Dito de outra forma, a presença (ou ausência) da figura concreta de um pai não é condição suficiente, nem necessária, para que ocorra a inscrição desta função[2].

Ora, se a inscrição desta função independe da figura de um pai real, de onde provém sua aplicabilidade?

Nas palavras de Joel Dor (1991, p.19, itálicos do autor) "a aplicação desta função resulta essencialmente da *determinação de um lugar terceiro na lógica da estrutura* que confere, de volta, uma consistência exclusivamente simbólica ao elemento que o ocupa".

Fiquemos, neste momento, com a noção de *um lugar terceiro* que será retomado adiante.

---

1 Trata-se de termo cunhado por Marcia Neder (2012) em sua tese de pós-doutoramento defendida na PUC-SP.

2 Reitera ainda Joel Dor (1991, pp.18-19, grifo do autor) a necessidade de nos assegurarmos de que "a função paterna conserva sua virtude simbólica inauguralmente estruturante na própria ausência de todo Pai real. [...] Porque a dimensão do Pai simbólico transcende a contingência do homem real, não é, pois necessário que haja um homem para que haja um pai".

Desde Freud (1920\1996), sabemos que o psiquismo individual também é social, isto é, vivemos em um cadinho cultural e, justamente por não estarmos apartados deste contexto nossa constituição psíquica é tributária da inter-relação indivíduo/sociedade.

A população por nós assistida em consultório particular é representada, em termos econômicos, pelo que atualmente se define como classe média/média alta. Salientamos este ponto, na medida em que se trata de uma parcela da população, onde mulheres num período relativamente recente decidiram investir em suas carreiras profissionais e, por conseguinte, não reduziram à maternidade o 'sentido' de suas vidas[3]. Em que pese esta constatação, nem sempre nossos valores introjetados caminham *pari passu* aos costumes sociais e muitas destas mulheres acabam apresentando conflitos naquilo que toca às representações sociais de determinados papéis, como- por exemplo- os de profissional bem sucedida e mãe devotada.

Caminhando ainda pelo contexto social contemporâneo, julgamos pertinente ressaltar que vivemos numa sociedade de produção e consumo, sociedade esta que apregoa que no consumismo[4] podemos encontrar a cura para os mais diversos males da alma. Assim, podemos nos deparar com o seguinte cenário: pais e mães que dedicados a suas carreiras encontram-se um tanto distantes do ambiente doméstico; esta ausência parental, por sua vez, poderá engendrar um 'afrouxamento' do vínculo criança-pais sendo que estes acabam relegando a outras instâncias a educação de seus filhos[5].

Não é incomum, neste cenário, que ao sentirem-se culpados por "relegar os filhos a segundo plano" muitos destes pais procurem 'compensar' sua ausência cotidiana gratificando seus filhos com mimos e presentes, uma vez que estes podem vir a concretamente representar o fruto de tanto trabalho e dedicação, justificando,de alguma forma, a ausência anteriormente citada.

Levantamos a hipótese que, são justamente as fantasias de culpa associadas à incapacidade de se identificarem com as necessidades afetivo-emocionais de seus filhos que, ao se fazerem presentes na dupla parental afetam a relação e dificultam a possibilidade destes pais em se relacionarem com seus filhos. Soma-se ainda o fato de que estes, quando possível, ainda relegam a terceiros a tarefa de frustar/educar suas crianças.

Neste ponto, gostaríamos de retomar o ponto que deixamos em aberto: de que se trata o *lugar terceiro* ao qual alude Joel Dor? Qual a relação deste lugar com o cenário que aqui descrevemos?

Acreditamos que este *lugar terceiro* represente o mediador entre o desejo da criança e o mundo da cultura, isto é, cremos que este lugar, nos valendo de termos freudianos, viria a contribuir para que se efetue a passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade[6].

Neste sentido, o psicanalista de crianças, em sua função, deveria representar não uma figura repressora cujo escopo seria o de normatizar ou ainda adaptar à dinâmica familiar ou ambiente escolar uma criança sem limites, um déspota mirim. Ao invés disso, sua compreensão do contexto contemporâneo e capacidade empática poderiam contribuir para que sua escuta e intervenções auxiliassem na promoção e maior inserção da criança no mundo da cultura.

---

3 Este 'recorte econômico' parece-nos pertinente, poisse trata de um fenômeno que de maneira alguma se pode generalizar. Nas classes menos favorecidas da população, por exemplo, a mulher desde muito trabalha 'fora de casa' para prover o sustento de todo o núcleo familiar. Aliás, cabe ainda salientar que não raro a figura do pai real se encontre ausente, configurando-se, desta forma, uma família monoparental (MUSKAT, 2011).

4 Há uma importante diferença entre os vocábulos consumo e consumismo. Enquanto o primeiro se refere ao "ato ou efeito de consumir [...] 5 ECON utilização, pela população, das riquezas, materiais, artigos produzidos"; o segundo refere-se ao 1)" ato, efeito, fato ou prática de consumir ('comprar em demasia') 2) consumo ilimitado de bens duráveis, esp. artigos supérfluos" (HOUAISS, 2001, p.815).

5 Joel Birman (2011) denomina este processo de "judicialização da vida", isto é, os pais não sabem mais como educar seus filhos e relegam esta função para a escola. Esta, por sua vez, diante de seus fracassos, convoca à cena a figura do especialista (psicólogo, psiquiatra ou psicanalista). Diante da falha do especialista, ainda é possível recorrer ao Judiciário como uma última tentativa de lidar com estes 'déspotas mirins'. Claro que devemos nos indagar o que os pais e a escola esperam destes especialistas pergunta, aliás, que representa o fio condutor deste trabalho.

6 Para Laplanche e Pontalis (2004, pp. 364-368), o princípio de prazer pode ser definido como aquele em que "a atividade psíquica no seu conjunto tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar prazer"; o princípio de realidade, por sua vez, "forma par com o princípio de prazer, e modifica-o; na medida em que consegue impor-se como o princípio regulador, a procura de satisfação já não se efetua pelos caminhos mais curtos, mas faz desvios e adia o seu resultado em função das condições impostas pelo mundo exterior".

Para retomarmos o título deste trabalho, entendemos que enquanto psicanalistas de crianças não constitui o objetivo terapêutico responder diretamente às demandas parentais e\ou escolar, no entanto, ao escutarmos nossos pequenos pacientes em suas representações sintomáticas que, muitas vezes, são tributárias deste complexo cenário no qual inúmeros fatores confluem (nunca é demais relembrar a etiologia sobredeterminada dos sintomas tal como Freud nos ensinou) poderemos intervir 'em nome do filho' promovendo uma escuta que, justamente, ao não se apresentar de forma repressora ou pedagógica, possa render frutos também no ambiente familiar e escolar.

Gostaríamos de ilustrar as idéias que aqui defendemos a partir do breve recorte de um caso clínico. Trata-se de um processo psicoterapêutico desenvolvido por um dos autores junto a R., um menino de 10 anos.

No primeiro contato com os pais, estes se apresentam de forma um tanto semelhante a dois adolescentes. A mãe, 32 anos, decote ousado, sorriso discreto e reservado. Trabalha em um Banco de Investimentos e afirma que quando retorna para casa a noite está tão cansada que não possui forças nem para argumentar com seu filho R. a respeito da bagunça que ele costuma deixar. O pai, 43 anos, cabelos escuros com mechas claras (estilo "surfista"), bastante sorridente e jovial, parece um menino. Relata o costume de, por vezes, arrumar a bagunça deixada por seu filho para não sobrecarregar, ainda mais, a já exausta esposa. Conta também que às vezes, acaba deixando o ambiente desarrumado pois não se importa tanto com a organização da casa como sua esposa.

Entendemos que no núcleo familiar de R., poderíamos estar diante de um contexto no qual mãe e pai, por razões distintas, encontram dificuldades em exercer suas respectivas funções. A mãe, com uma carga horária excessiva de trabalho, parece não ter disponibilidade emocional para exercer a maternagem junto a R. ao retornar do trabalho; o pai, por sua vez, parecia identificar-se de tal modo com a criança que ambos brincam juntos e aguardam o retorno da 'mãe severa' para serem repreendidos. Dito de outra forma, o exercício da função paterna que, poderia ser exercido por exemplo na reorganização do ambiente após o brincar, parece não fazer parte da interação de ambos.

Atualmente, R. cursa o sexto ano do ensino médio e é um aluno esforçado embora encontre dificuldades no ambiente escolar. Aparenta não ter vontade de aprender, fica irritado e desanimado com tudo e todos além de ser muito agressivo.

Talvez seja o momento de conhecermos R. a partir do relato de um dos autores.

Quando chega ao consultório acompanhado de sua mãe, R. rapidamente entra na sala e começa a se balançar, bastante agitado.

– Sabe eu tenho um capeta dentro de mim. Hoje eu briguei na escola com o Pablo. De repente as lágrimas começaram a escorrer pelo meu rosto. Enchi ele de porrada! Parecia que tinha um monstro dentro de mim. Eu sou um capeta. Eu tenho a força!

R. relata este episódio de maneira agitada, ao mesmo tempo em que verbaliza suas fantasias, segura e aperta o próprio pênis, talvez, demonstrando que palavras não são suficientes para expressar toda sua experiência emocional.

R. parece pedir continência. Convoca o analista para um embate, para uma luta entre bem e mal onde R., de acordo com suas palavras, identifica-se à figura do capeta. De início, bonecos são utilizados para personificar este confronto polarizado. Analista e analisando degladiam-se por meio de seus personagens, no entanto, com o decorrer do brincar, aquilo que era da ordem da simbolização começa a adquirir um caráter mais estereotipado. R. começa a se envolver de tal forma com o combate que, em determinado momento, numa espécie de 'frenesi', abandona seu boneco e passa a agredir o analista com socos e pontapés. Neste momento, o analista intervém tanto física como verbalmente. Seu intuito é o de conter os ataques do garoto e, simultaneamente, emprestar significado para aquilo que estava sendo atuado (*acting out*) através das agressões físicas.

Assim, entendemos que R. 'transbordou' na sessão. Tal como sua mãe relata a respeito de seu comportamento em casa e na escola, o garoto também manifestou um comportamento agressivo e incontinente diante do analista. No entanto, o analista se fez presente e procurou escutar a partir de outro lugar. Sua

intervenção foi no sentido de prover continência e ao mesmo tempo 'impor um limite' que, em seu entender, buscava representar muito mais uma forma de cuidado do que uma punição tributária de um mau comportamento.

Os comportamentos de R., para nós, denotam de fato um pedido de socorro. Cremos que a atuação de seus impulsos agresivos-destrutivos durante a sessão estão à serviço de uma reivindicação ambiental. R. sente que o ambiente lhe deve algo, arriscaríamos a dizer: lhe deve afeto, confiança e previsibilidade. Pensamos que é a partir desta perspectiva que a função paterna se mostra subjetivante, que a interdição representa um cuidado, um olhar para aqueles que dela necessitam, um reconhecimento do sofrimento afetivo-emocional- em suma- pensamos que a partir desta compreensão se faz Psicanálise e não Pedagogia\Ortopedia, ainda que os efeitos deste olhar subjetivante possam representar uma 'melhora' da criança, a partir de uma perspectiva que centre sua compreensão exclusivamente no comportamento manifesto por ela apresentado.

Em se tratando de um colóquio do Departamento de Psicanálise de Crianças, gostaríamos de concluir ressaltando uma vez mais que, para além de R., nossa escuta também deve estar atenta para seu núcleo familiar pois entendemos que ao acolher e compreender as angústias parentais estaremos contribuindo para a criação de um ambiente mais previsível, estável e, talvez, capaz de entrar em sintonia com as necessidades emocionais das crianças que temos sob nossos cuidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRMAN, Joel. **O mal estar na atualidade.**5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DOR, Joel. **O pai e sua função em Psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In:_____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud.**6.ed. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII, 1996.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.**1.ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MUSKAT, Susana. **Violência e Masculinidade**. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

NEDER, Marcia. **Déspotas Mirins**: o poder nas novas famílias. 1.ed. São Paulo: Zagodoni Editora, 2012.

SERRALHA, Conceição. A criança agressiva e o pai. In: DIAS ROSA, Claudia (org). **Onde está o pai?** uma abordagem winnicottiana. 1. ed. São Paulo: DWW editorial, 2014, pp.217-231.

Eduardo Almeida Prado
Psicanalista. Membro Efetivo do Depto de Psicanálise da Criança do ISS.
Mestre e doutorando pela PUC-SP, com consultório particular.

Patrícia Fraia
Psicanalista. Membro Efetivo do Depto de Psicanálise da Criança do ISS.
Membro Associado da ABEBE, com consultório particular.

POIS EU TENHO DOIS PAPAIS! – UMA HISTÓRIA DE ADOÇÃO HOMOPARENTAL

Érica Silva Do Espírito Santo

"Todos os pais, independente da forma como se tornaram pais, devem em algum momento adotar seus filhos, e nunca é tarde demais para fazê-lo." (OZOUX-TEFFAINE, 2004, pg. 9)[1]

RESUMO

Abordaremos um caso de adoção homoparental, tardia e internacional, enfatizando importância do reconhecimento da homoparentalidade para o processo de subjetivação da criança adotada. Para tanto faremos um breve panorama da adoção no Brasil, especificamente sobre o que leva a recorrer a adoção internacional, traremos aspectos importantes sobre adoção de crianças grandes e, finalmente, nos debruçaremos nos pontos mais específicos da adoção homoparental através do relato de um caso. Tais como: a preparação da criança para a adoção, o estagio de convivência, os primeiros tempos da adoção, os relatórios de acompanhamento, a capacidade de adaptação da criança na adoção tardia e como o cenário atual coloca a psicanálise numa posição de revisão de seus conceitos essenciais.

PALAVRAS-CHAVE: adoção, homoparentalidade.

A filiação adotiva nos coloca questões evidentes sobre como podem nascer os laços afetivos familiares independentes de fatores genéticos ou consangüíneos, já que duplamente toca nessa questão: por escancarar a fragilidade dos laços biológicos que levaram a criança a ser disponibilizada em adoção e por demonstrar, quando pais e filhos se adotam e formam uma família, que esses laços podem ser construídos de formas diversas.

A adoção homoparental, forma da parentalidade em que pelo menos um dos pais adotivos é homossexual, toca em um dos terrenos sagrados da sociedade: a família, ou melhor, o modelo tradicional de família. Mas também esbarra em outro ponto ainda mais polêmico e intocável, sobretudo quando exercida por dois homens, que é a maternidade. Mas não é a homoparentalidade o ponto de mutação da família, não é ela que ameaça a família ou faz com que ela se desorganize, mas o contrário: é a transformação da família que permite que surja, dentre os diversos avatares possíveis, também essa configuração familiar.

> Nos interrogamos então sobre a natureza e os fundamentos dos laços que unem as pessoas de uma mesma família, sobre isso que funda a filiação e, finalmente, o amor dos pais por seus filhos e dos filhos por seus pais.(OZOUX-TEFFAINE, 2004, pg. 8)[2]

O que apresentarei não se trata de um caso clínico, pois não falarei de uma criança que atendi no consultório através do meu trabalho como psicanalista, mas de uma família que acompanhei no meu trabalho como representante do organismo de Adoção Internacional COFA-Cognac (Adoption et Parrainage de la Charente).[3]

Quando se fala em adoção duas coisas primordiais são observadas: as possibilidades de estabelecer um laço de filiação por parte dos pais, mas, primordialmente, o direito da criança de ter uma família. Para tanto foram criados instrumentos de referência para a adoção internacional: Convenção de Haia, ECA e Nova Lei de Adoção.

---

1 Tradução livre da autora.

2 Idem.

3 *Confédération Française pour l 'Adoption*, comitê de Cognac.

> Art. 39. § 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Nova lei de adoção, 2010)
>
> Art. 50.§ 10. A adoção internacional somente será deferida se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional referidos no § 5º deste artigo, não for encontrado interessado com residência permanente no Brasil. (Nova lei de Adoção, 2010)

A prioridade absoluta deve ser o interesse superior da criança, isso deve nortear as decisões acerca das adoções e dos destinos possíveis para crianças sem família. Mas junto a isso há a necessidade de homens e mulheres de encontrarem crianças para preencher seu desejo de se tornarem pais e mães adotivos. O desejo de ter um filho e formar uma família é muito importante, sem isso a adoção não ocorre de forma satisfatória. Desde que seja considerado, principalmente, o melhor interesse da criança.

Essa constante evolução no que concerne o direito da criança vem trazendo uma grande modificação no cenário da adoção, sobretudo no cenário da adoção internacional. E o caso do qual trataremos faz parte desse "novo" cenário, pois se trata de uma adoção internacional, homoparental e de uma criança "com necessidade especial".

Como vimos acima, a adoção internacional seria um último recurso de tentativa de inserir uma criança numa família substituta, pois só ocorre quando esgotadas todas as tentativas de reinserção na família de origem e inserção em família substituta brasileira.

O CASO DE J.[4]

J. tinha apenas 2 anos e meio de idade quando foi encaminhado para uma adoção internacional. É bastante raro haver crianças tão pequenas nesse tipo de adoção[5], já que se trata do último recurso para inserção da criança numa família adotiva. Mas J. tinha um relatório médico muitos desfavorável, o que parece ter sido o motivo pelo qual nunca houve interesse de nenhuma família brasileira em adotá-lo. Há dois anos e meio na fila de adoção, ou seja, desde seu nascimento, J. foi do hospital onde nasceu direto para o abrigo onde morou até ser adotado por uma família estrangeira.

Toda, ou quase toda, história de adoção, carrega o peso de um desencontro ou de um abandono. Um desencontro entre genitora e feto, tão distante aparentemente daquilo que poderíamos tentar entender como ideal adaptativo do ambiente ao bebê, tão distante do que poderíamos chamar de mãe e filho. E a história de J. não é diferente.

Em todos os documentos que há da história de J. o único que faz menção ao pai é a certidão de nascimento, na qual se lê "pai desconhecido". Em nenhum outro documento há qualquer menção ao genitor.

O que consta no relatório do abrigo como motivação do acolhimento da criança, é que houve "abandono declarado da genitora", que manifestou o "desejo de doar o filho" desde o acolhimento no hospital. A genitora declarou que acompanharia J. até que ele recebesse alta hospitalar, mas evadiu da casa de apoio à mães de crianças internadas e nunca mais foi encontrada.

J. foi diagnosticado com hidrocefalia secundária, sequela de prematuridade e meningite neonatal. A criança chegou ao hospital trazida pelo SAMU, após parto domiciliar. Não há registro de exames pré-natais.

---

4 Os materiais utilizados como fonte do relato e evolução do caso de J. são: o relatório do abrigo que o acolheu desde que J. saiu do hospital; os quatro relatórios pós adotivos, realizados ao longo dos dois primeiros anos após a adoção e o relatório da representante, realizado durante o período do estágio de convivência. Os nomes foram modificados e partes foram suprimidas para evitar identificação da família.

5 O mais comum no cenário da adoção internacional são crianças grandes, com mais de 8 anos de idade ou grupos de irmãos, nos quais pode haver uma criança menor. Os únicos casos em que constatamos crianças pequenas, até três anos de idade por exemplo, são casos em que a criança apresenta problemas graves de saúde.

J. passou seus primeiros três meses de vida no hospital, sob cuidados médicos e depois da alta hospitalar foi encaminhado para o abrigo. Tem histórico de internação por motivos de bronquite, resfriados e febres. Fez acompanhamento com fonoaudióloga, neurologista, pediatra e fisioterapeuta. Não foi realizada nenhuma cirurgia.

A ADOÇÃO DE J.

> Desde o nascimento, a separação da família, a permanência no abrigo até à filiação adotiva é um longo e muitas vezes doloroso percurso que a criança enfrenta. As crianças que sobrevivem a esse caminho de rupturas e continuam aptos a serem adotados, ou seja, aptos a adotarem uma nova família e serem adotados por ela, são crianças muito especiais. A criança necessita elaborar o luto de sua família biológica, para que possa reconstruir suas imagos, que servirão de apoio para as imagos de seus novos pais. (Ozoux-Teffaine, 2004)

Nas engrenagens da adoção tardia, que é prevalente na adoção internacional, há dois momentos essenciais: a preparação das crianças e o estágio de convivência. A preparação começa quando já se sabe que a criança ou as crianças serão adotadas por um casal heterossexual, uma pessoa solteira ou, como veremos aqui, um casal homossexual que vem de longe buscar seu filho no Brasil. O estágio de convivência é o período em que os membros dessa nova família permanecerão juntos, entre o momento em que se conhecem e a decisão do juiz em relação à adoção.

O estágio de convivência tem a duração de, no mínimo 30 dias, podendo ser estendido conforme seja julgado necessário. Durante o estágio a guarda da criança é concedida aos pais adotantes e, após esse período, ocorre a audiência que concretizará a adoção de caráter irrevogável.

A preparação para a adoção de J. não parece ter sido significativa, pois como J. não falava, não se sabe bem o quanto ele pode compreender do que estava acontecendo quando as movimentações começaram a ocorrem em volta dele. Ele estava sempre acompanhado de uma psicóloga responsável do abrigo, que passou a falar com ele sobre as possibilidades de adoção. Ele tinha 2 anos e meio, estava abrigado e não falava. Mas, aparentemente, seu desenvolvimento estava bom, pois andava, comia sozinho, tinha cuidados pessoais e de higiene. Tinha um relatório médico bastante desfavorável, porém com desenvolvimento muito acima do que era esperado diante daquele quadro.

Com a autorização da Juíza, fui até o abrigo conhecê-lo. O que J. tinha de mais marcante era seu semblante, que envolvia com um sorriso doce e um olhar marcante, vivo. Ele corria e chutava uma bola, brincava com as outras crianças do abrigo. Aparentemente, além do fato de não falar, não parecia apresentar desenvolvimento inadequado para sua idade.

J. também foi encaminhado para exames mais específicos, financiados pelos pais pretendentes, que nesse momento já estavam preparando a vinda para o Brasil, para a realização do estágio de convivência.

Ali começava uma história de adoção, do nascimento de uma família, pois aquele casal havia encontrado o filho que tanto procuravam. Pois aquela criança, finalmente, tinha sido vista, para além de seu relatório desfavorável.

Ainda sobre a preparação, o Juizado da Infância achou prudente que houvesse um período de adaptação antes que a família partisse para o estágio de convivência propriamente dito. O casal foi ao juizado onde passou por uma longa conversa com a equipe que os acompanharia durante o estágio de convivência. Foi decidido que durante três dias, os adotantes iriam ao abrigo, participariam das atividades, conheceram a rotina de J. e apenas após esse período levariam J. pra casa.

Durante esse período de adaptação, J. demonstrou tranquilidade na companhia dos adotantes. No terceiro dia, como de costume o casal foi ao abrigo, mas ao irem embora, levaram J. junto. Partiram para o zoológico e de lá foram ao shopping comprar sapatos novos, já que os que J. calçava eram grandes demais para seus pés.

"SAPATO NOVO, VIDA NOVA": O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA

Para o estágio de convivência é importante o estabelecimento de uma rotina. Para isso o casal alugou um apartamento em um bairro residencial da cidade e fizeram um cota temporária no clube da região. Dessa maneira tinham o que fazer todos os dias, já que nesse período a família fica junta 24 horas por dia e 7 dias por semana.

A experiência do clube foi essencial para o estabelecimento dessa rotina familiar, assim como a convivência com a vizinhança do bairro.

A adaptação de J. a nova rotina foi muito rápida e, em geral, correu tudo bem. A criança dormia bem, comia bem, brincava, jogava futebol e saía para passear. Parecia estar feliz e bem adaptado. Houve episódio de "birra" e crises de choro, que nesse início representou dificuldade para os adotantes em administrar. Diante dessas dificuldades os pais seguiram orientações da equipe psicossocial do Juizado e contou com apoio da representante.

Um fato curioso, por exemplo, é que J. estava acostumado com uma rotina no abrigo onde morava e com um cardápio fixo, que não lhe dava opção e J. não tinha qualquer problema com essa rotina. Nos primeiros dias em sua nova rotina, J. manteve alguns desses hábitos como levantar e arrumar a cama, colocar a roupa suja no cesto. E na nova rotina, também tinha muitas escolhas para comer, o que parecia o deixar confuso e irritado.

O hábito de levantar e arrumar a cama foi um dos primeiros a desaparecer, mas continuou demonstrando muita autonomia em seus hábitos de higiene. Quanto a comida, foi orientado aos pais que reduzisse as opções em no máximo duas, evitando assim causar confusão para J. que não estava acostumado a decidir entre muitas opções de iogurte, frutas, queijos. Assim estabeleceu-se rapidamente uma rotina quanto à alimentação.

Outro ponto bastante relevante para a diminuição da irritabilidade e birra de J. foi o hábito de preveni-lo sobre o que aconteceria, por exemplo, no dia seguinte. Os pais perceberam que quando J. era avisado sobre o que aconteceria na sequência, ele se comportava de forma tranquila e podia se preparar para os eventos do dia seguinte.

A PARTIDA PARA OUTRO PAÍS

Diferentemente no que se espera na maior parte dos casos de adoção internacional, nos quais o momento de partida é um momento no mínimo atribulado para pais e filhos, a partida de J. ocorreu de forma tranquila e sem qualquer episódio peculiar. A criança entrou no avião sem estranhamento, dormiu bem durante o voo e chegou na França sem problemas.

Quando chegaram em casa, tiveram que readaptar o quarto de J., pois este tinha sido pensado no andar de cima da casa, mas J. parecia ter necessidade de ter os pais mais próximos a ele. Após algumas noites de choro e medo, o rearranjo da casa foi feito o que repercutiu imediatamente na melhora da qualidade do sono da criança.

Através de ferramentas tecnológicas como o *skype*, a família ampla de J. mantinha contato frequente. Assim, quando chegou na França, J. já estava bastante familiarizado com seus parentes como avôs, avós, tios e primos. Percebemos que a utilização dessas ferramentas tem sido importante para adaptação das crianças, que através delas podem conhecer os parentes já durante o estágio de convivência, o que acaba fazendo do primeiro encontro com a família extensa, um reencontro.

A questão da saúde de J. continua sendo motivo de cuidado e monitoramento, mas não há qualquer tipo de sequela ou prejuízo que seja perceptível.

Desde a chegada na França até hoje, o que já tem mais de dois anos, a família tem um ritual para dormir: após o jantar eles contam um história para J., que depois escova os dentes para ir pra cama, na cama eles cantam canções de ninar e dão boa noite ao filho.

Durante o estágio de convivência, eram realizadas consultas com fonoaudiólogo cerca de três vezes por semana, já que J. não falava. No início não se sabia se isso se devia a algum tipo de prejuízo cognitivo, surdez ou simplesmente falta de estímulo. A evolução de sua fala já ficou evidente no Brasil, mas depois de poucos meses na

França, mesmo tendo sido interrompido o acompanhamento fonoaudiológico, J. já falava e muito bem o francês, como qualquer crianças de sua idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O casal que adota J. nos coloca a questão sobre associação entre feminino e função materna, entre masculino e função paterna, sexo e função parental, já que se trata de um casal de dois homens.

Aparentemente, a criação de J. vem ocorrendo dentro da normalidade, o que leva a supor que as funções parentais, materna e paterna, estão sendo plenamente exercidas. Os papais de J. não são tipos estereotipados, o que impede de fazer alguma associação do tipo: o mais feminino desempenha a função materna e o mais masculino, a função paterna. Mas, nos leva a inferir que estas funções estão distribuídas entres os dois.

Até seu último relatório pós-adotivo, que ocorre ao final do segundo ano da adoção da criança, J. perguntava menos pela mãe, chamava algumas mulheres de mãe e não dizia mais que sua mãe estava no Brasil. Isso foi diminuindo gradativamente até desaparecer completamente.

Ano passado, 2013, os pais de J. se casaram e fizeram uma grande festa. Dessa maneira os dois puderam ter segurança jurídica quanto à filiação de J. se tornando ambos pais adotivos. A família deles foi reconhecida legalmente.

Na festa do casamento dos pais. J. brincava com outras crianças da sua idade, 4 anos. No meio da brincadeira uma delas disse: olhe, ali está o meu pai e aquela ali é minha mãe. Ao que J. respondeu sem hesitar: pois eu tenho dois papais!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEI nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. (2009, 03 de agosto). Nova Lei Nacional de Adoção. Recuperado em 10 de novembro de 2013, de *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm*.

Ozoux-Teffaine, O. (2004). Enjeux de l'adoption tardive: nouveux fondements pour la clinique (Ozoux-Teffaine, O., org.) Ramonville Saint-Agne, France: Éditions Érès.

Érica Espírito Santo
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005), mestre em Estudos Psicanalíticos pela mesma instituição (2014) , no qual pesquisou sobre adoção homoparental. É representante da associação francesa COFA-Cognanc, no campo da adoção internacional.

DO PAI E DO TEMIDO GALO – DA AMEAÇA DE CASTRAÇÃO À VIVÊNCIA REAL.

Eugênio Canesin Dal Molin
Thiago Abrantes

RESUMO

Pretendemos discutir o caso de Árpád, apresentado por Sándor Ferenczi em 1913. Nele, o autor descreve um garoto que teria sido bicado no pênis por um galo durante as férias de sua família. Nosso objetivo é relacionar a possibilidade da experiência de Árpád no galinheiro ter sido traumática e como um trauma desta ordem relacionou-se à ameaça de castração. Para tanto, além do texto ferencziano, discutiremos alguns paralelos com o pequeno Hans, de Freud. As similaridades e diferenças entre ambos ficarão notáveis na consulta da correspondência entre os dois autores durante o período de 1912 à 1914. Ferenczi deixa claro que não foi possível reconstruir com precisão a linha temporal dos acontecimentos na vida de Árpád, o que poderia esclarecer a formação de seu sintoma. A grande discussão aqui é se a ameaça de castração pelo pai ocorreu antes ou depois do episódio no galinheiro. A preocupação tem uma justificativa importante. Se Árpád foi bicado no pênis antes de ter sofrido uma ameaça de castração, a hipótese de Ferenczi é que a ameaça tornou-se válida e adquiriu força porque a criança tivera uma experiência prévia na qual a integridade de seu pênis foi ameaçada. Por sua vez, na segunda possibilidade aventada, Árpád sofreu uma ameaça de castração anterior ao incidente no galinheiro – antes de completar dois anos e meio – de forma que, com a bicada, tal ameaça teria enfim se tornado, psiquicamente, real. Daremos especial destaque à seguinte possibilidade: a experiência real deixa de agir somente como fator determinante e passa a ser observada como um episódio traumático que causa uma fixação psíquica caracterizada pela identificação com a ave e, também, pelo medo da mesma. Desta forma, o aspecto traumático da experiência potencializa a angústia de castração, atribuindo-lhe ainda mais importância do que se esta contasse apenas com a ameaça paterna – a agressão sofrida, a bicada, passa a envolver uma experiência na qual houve o risco real da perda (ou da lesão) do genital.

PALAVRAS-CHAVE: Ferenczi; castração; representação do pai.

Em 18 de janeiro de 1912, Ferenczi escreveu a Freud sobre um caso que julgava sensacional; em sua opinião, significante o bastante para ser considerado um irmão do "Pequeno Hans":

> Um garoto que agora tem cinco anos, *Bandi*, foi mordido no pênis por um galo quando, com 2 anos e meio, urinou num galinheiro (sangramento, dor, curativos). *Desde este momento* a vida psíquica inteira do menino gira em torno de galinhas e galos. Ele só brinca com galinhas imaginárias, o pescoço das quais ele corta fora, ou ele beija. Ele já estava falando muito bem, mas depois do incidente ele só *cantou* e *cacarejou* por meses, de forma que seus pais tiveram um sério medo de que ele tivesse perdido a habilidade de falar. Gradualmente ele voltou a conversar, na maior parte sobre aves domésticas; ele imita suas vozes muito bem e usa sua musicalidade para, durante horas, cantar canções para si mesmo que tenham a ver com galo, peru, etc. Seu interesse em galinhas gradualmente estendeu-se a outros pássaros, depois também (mas numa extensão muito menor) a quadrúpedes. Ele é um sádico e um masoquista colossal. –

O pequeno foi frequentemente ameaçado com castração devido à masturbação. Ele chama seu pai de *galo* e condensou as figuras do pai e do temido galo (Brabant, Falzeder and Giampieri-Deutsch, 1993, p.330).

Bandi foi descrito por Ferenczi no texto "O pequeno homem galo", e lá foi chamado de Árpad. No início do artigo, Ferenczi afirma ter sido uma ex-paciente que lhe chamou a atenção para o caso do garoto. A senhora em questão era Frau Dezs Kosztolányi, a esposa do então famoso escritor húngaro, sendo que, na verdade, ela contou-lhe sobre o menino fascinado por galos e pássaros enquanto ainda estava em análise (Brabant et al, 1993, p.331n6).

Nesta apresentação tentaremos oferecer uma leitura do caso do pequeno homem galo dando atenção não aos propósitos a que ele por fim se prestou, isto é, um elemento na discussão sobre o totemismo feita por Freud em *Totem e Tabu*, assim como sobre "ambivalência" no pensamento de Ferenczi. Esta fuga tanto da ambivalência quanto da questão do totemismo justifica-se, em minha opinião, porque muito do artigo ferencziano foi escrito com estes objetivos. Ele está, podemos dizer, eivado desses temas porque, naqueles anos, uma das preocupações de Freud era a escrita do livro sobre o totem. Prova disso é que, assim que recebeu as informações sobre o caso na carta de seu seguidor citada acima, Freud respondeu:

> Seu homem galo é precioso. Provavelmente lhe pedirei que me dê a observação para o trabalho sobre o Totem ou para publicá-la sem referência ao Totem. A escrita científica tem necessidade de coisas assim (Brabant et al, 1993, p.333).

Podemos adiantar que a semelhança vista à princípio por Ferenczi foi entre Bandi e Hans, o Totem e algumas das ideias que estavam sendo desenvolvidas na época parecem imiscuir-se no artigo mais devido à conjuntura da teorização psicanalítica do que aos dados que o caso nos apresenta. É hora, enfim, de nos voltarmos a ele:

> O caso é o de um garoto de cinco anos, com o nome de Árpád, que, de acordo com as informações unânimes de todos seus parentes, desenvolveu-se até a idade de três e meio de uma maneira regular tanto física quanto mentalmente, e foi dito que era uma criança perfeitamente normal; falava fluentemente e mostrava considerável inteligência (Ferenczi, 1913, p.240).

De repente, nos dirá Ferenczi, tudo mudou. A família de Árpád foi a um spa na Áustria em 1910, o mesmo lugar para o qual viajaram no ano anterior. Imediatamente após a chegada, perceberam algumas mudanças no comportamento da criança. Antes, ele interessava-se por tudo que poderia chamar a atenção de uma criança, agora, porém, sua atenção recaia unicamente no galinheiro e pátio onde as aves ficavam. Ele ia logo cedo ao galinheiro, observava os animais, imitava-os e chorava copiosamente quando era retirado dali. Mesmo afastado das aves, ele cantava e cacarejava, imitava seus movimentos e respondia a qualquer pergunta com sons similares aos emitidos pelos galos e galinhas. Este comportamento perdurou enquanto a família estava no spa.

De volta a Budapeste, Árpád voltou a falar como um ser humano, mas seu assunto era exclusivamente sobre aves domésticas: galos, galinhas, perus e até gansos e patos. A brincadeira que passou a ocupar todo seu tempo era amassar e dobrar o jornal no formato de um galo, oferecê-los para venda, depois pegar algo – um graveto, por exemplo – chamá-lo de faca, levar o galo de papel até a pia e cortar o pescoço do brinquedo. Gostava de mostrar como o animal de papel sangrava, e imitava com perfeição o som emitido por uma ave agonizando. Sempre que via aves à venda, queria que sua mãe as comprasse. Pedia para ver as galinhas serem mortas, mas tinha um pouco de medo de galos vivos.

> Os pais perguntaram repetidamente à criança por que ela tinha tanto medo de galos, e Árpád sempre contava a mesma história: ele fora uma vez ao galinheiro e urinara lá, fazendo com que um frango ou um galo com penas amarelas (às vezes ele dizia penas marrom) veio e bicou seu pênis, e Ilona, a empregada, atou a ferida. Depois eles cortaram o pescoço do galo para que ele morresse (Ferenczi, 1913, p.242).

Ferenczi exclui a possibilidade de tal ataque ter sido fantasiado dizendo que os pais lembravam-se do episódio. Ele teria acontecido na primeira vez que a família foi ao spa, antes de 1910, quando Árpád tinha dois anos e meio. O que, no artigo, ele escreve ser difícil de estabelecer é se o galo conseguiu bicar o pênis do menino, ou se simplesmente houve um ataque que não chegou a ferir de fato o pênis de Árpad. A parte curiosa do relato, escreve, é o intervalo, o período de um ano – que ele chama de latência – entre a experiência e seus efeitos. Começa a perguntar à família do menino se durante esse ano de latência Árpad fora ameaçado, mesmo que sutilmente, de castração porque poderia estar brincando com os genitais. A resposta da família foi que na época da pergunta, quando o menino tinha cinco anos, ele tinha o hábito de mexer no próprio pênis. Hábito que, disseram, ele mantinha há algum tempo. Não era improvável, assim, que alguém tivesse, em tom de brincadeira, ameaçado cortar-lhe ou tirar-lhe o pênis. Mas não se lembravam se tais ameaças aconteceram antes dos cinco anos.

Ferenczi então escreverá que pelo observado:

> Árpád não foi poupado dessa ameaça mais tarde, de forma que somos autorizados a presumir como provável que foi a ameaça experimentada entre [uma ida e a outra ao spa] que excitou enormemente a criança ao revisitar a cena da primeira experiência aterrorizante, na qual o bem-estar de seu membro esteve também em perigo. Uma segunda possibilidade não pode, é claro, ser excluída, notadamente, que o primeiro susto já foi exagerado por uma anterior ameaça de castração, e que a excitação de revisitar o galinheiro foi devida a um aumento da libido no meio tempo (Ferenczi, 1913, p.243).

Infelizmente, escreverá o autor, não foi possível reconstruir essa linha temporal que poderia esclarecer a formação do comportamento de Árpád. Freud, em particular, acreditava que tal reconstrução era essencial para compreensão do caso, e mais: para servir de apoio às teorizações psicanalíticas. Ele escreveu a Ferenczi em um de fevereiro de 1912: "Você irá, espero, preencher a lacuna sobre se a ameaça de castração aconteceu *antes* ou *depois* da aventura [a mordida]" (Brabant et al, 1993, p.340). Por que esta preocupação?[1]

A preocupação tem uma justificativa lógica. Se Bandi foi bicado no pênis antes de ter sofrido uma ameaça de castração, a hipótese de Ferenczi é que a ameaça tornou-se válida e adquiriu força porque a criança tivera uma experiência prévia na qual a integridade de seu pênis foi ameaçada. Dito de outra forma, a ameaça de castração no "ano de latência" ganhara força e plausibilidade devido ao episódio assustador que a precedeu. Na segunda possibilidade aventada por Ferenczi, Bandi sofreu uma ameaça de castração antes do incidente no galinheiro – antes de completar dois anos e meio – de forma que, com a bicada, tal ameaça teria enfim se tornado, psiquicamente, real.[2] A volta da criança ao galinheiro um ano depois e seus efeitos, neste cenário, seriam consequências de um aumento da libido devido à excitação no "ano de latência".

Existe ainda outra possibilidade que Ferenczi ignorou. A bicada, que envolveu uma aterrorizante ameaça à integridade do pênis de Bandi, teria sido traumática em si mesma – noutras palavras, o episódio, o choque devido à agressão sofrida, foi traumático. Mas, quando aconteceu, foi impossível à criança dar-lhe sentido. Bandi foi paulatinamente atribuindo sentido à experiência nos meses seguintes. Tal atribuição de sentido envolveu, entre outros elementos, uma possível ameaça de castração. A volta de Bandi ao galinheiro onde foi bicado assimila-se, desta forma – e mesmo na segunda possibilidade aventada por Ferenczi – ao retorno de Emma à loja onde foi tocada (Freud, 1895). Após uma experiência traumática, que não encontrou sentido, a criança retorna ao lugar onde ocorreu a experiência a fim de, agora, recolocar-se na cena com 1) mais prontidão, e 2) de uma maneira ativa.

---

1 A tentativa de resposta a esta questão tornará próximos dois dos elementos centrais que gostaríamos de discutir no caso de Bandi (ou Árpád): a possibilidade de sua experiência no galinheiro ter sido traumática e como um trauma desta ordem poderia relacionar-se com o conceito de narcisismo.

2 Como defendeu Freud em 1923, por exemplo, em "A dissolução do complexo de Édipo": "É minha opinião que o que causa a destruição da organização genital fálica da criança é a ameaça de castração. Não imediatamente, é verdade, e não sem outras influências que também chegam para pesar. Porque, para começar, o garoto não acredita na ameaça ou a obedece minimamente" (1924, p.175). Uma dessas influências poderia ter sido, no caso de Bandi, a lesão sofrida no galinheiro.

Quatro anos mais tarde, escrevendo sobre um caso no qual uma circuncisão aos três anos causou severas consequências no funcionamento psíquico de um paciente, Ferenczi apresenta uma associação que pode nos ajudar na leitura que propomos do caso do pequeno homem galo. Lemos:

> O choque psíquico precoce (como também vi em muitos adultos neuróticos de guerra) ocasionou uma permanente associação psíquica e nervosa entre a parte lesionada do corpo e sua vida afetiva, de forma que seus sentimentos poderiam ser descritos como uma escala de sensações de retração e castração. Todas as emoções subsequentes despertavam imediatamente a ainda dolorosa cicatriz em sua alma e a parte correspondente de seu organismo (Ferenczi, 1916-1917b, p.247).

O choque psíquico causado pela bicada aos dois anos e meio teria, se seguirmos essa linha de raciocínio, montado um ponto de fixação ao qual muitas, senão todas, as experiências subsequentes remeteriam, despertando reações que Ferenczi chamou de ambivalentes – medo, por um lado, e uma espécie de fascinação, por outro. A cada brincadeira, Bandi reencenava, agora num papel ativo, sua experiência traumática; que se tornara ainda mais atemorizante devido às ameaças de castração. Percebamos que este raciocínio inverte a gravidade e a importância dos eventos.

Quando escreveu, em 1916, sobre o paciente circuncisado aos três anos, Ferenczi fez constar, no primeiro parágrafo do artigo, que no texto sobre o pequeno homem galo, de 1913, ele discutira um caso onde a criança

> [S]ofreu uma insignificante lesão ao pênis, que então influenciou definitivamente o todo de sua vida pulsional e de seu desenvolvimento mental, tive de apontar a grande importância do fator constitucional no medo da castração, para o qual a real experiência [a bicada] agiu somente como um fator determinante (Ferenczi, 1916-1917b, p.244).

A inversão gerada por uma leitura que tome a experiência de choque, a bicada no pênis, como traumática, faz com que a ordem seja exatamente oposta à descrita por Ferenczi quando citou o caso de Bandi anos depois. Ou seja, a real experiência deixa de agir somente como um fator determinante e passa a ser observada como um episódio traumático que causou uma fixação psíquica. O medo da castração potencializa o aspecto traumático da experiência, atribuindo-lhe ainda mais importância – a agressão sofrida, a bicada, passa a envolver uma experiência onde houve o risco real da perda (ou de uma lesão) do genital. Cabe notar a diferença entre a gravidade da experiência vivida por Bandi entre 1912 e 1916. Na carta a Freud onde pela primeira vez o caso é descrito, lemos “sangramento, dor, curativos”; no artigo sobre o outro paciente, em 1916, a lesão de Bandi é descrita como insignificante.

Outra observação que somos levados a fazer, ao tomar o incidente no galinheiro como traumático, é que se Bandi seria – como escreveu Ferenczi – uma espécie de “irmão do Pequeno Hans”, ele o é só por parte de pai. Como no caso de Hans, o animal é identificado com o pai, mas enquanto o filho de Max Graf desenvolve uma fobia de cavalos, a atitude de Bandi é, como pontuamos acima, de fascinação e identificação, por um lado, e de medo, por outro – mas não de fobia.

Em nossa exposição, discutimos como a experiência de Árpád no galinheiro foi traumática e tentamos relacioná-la com a vivência da ameaça de castração. Conferimos mais destaque na seguinte possibilidade: o citado garoto possivelmente sofreu uma ameaça de castração anterior ao episódio no galinheiro. Sendo assim, a bicada sem eu pênis tornou a ameaça, até então psíquica, real. O caráter traumático da experiência é notado pela fixação psíquica de Árpád com tudo o que envolvia aves, caracterizada por um misto de identificação e medo da mesma. Demos maior destaque para esta forma de abarcar tal experiência na medida que Árpád não apresentava nenhum indicativo fóbico em relação aos galos, mas sim identificação e fascinação acompanhados, em algumas ocasiões de medo, tornando-o, no máximo, meio- irmão do Pequeno Hans, para desgosto de Freud.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brabant, Eva; Falzeder, Ernst and Giampieri-Deutsch, Patrizia. *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi. Volume I, 1908-1914.* Cambridge/MA and London: Harvard University Press, 1993.

- Ferenczi, Sándor (1913) "A Little Chanticler" in *First Contributions to Psycho-Analysis*. London: Karnac, 2002, p.240-252.

- _____ (1916-1917) "The Psychic Consequences of a 'Castration' in Childhood" in *Further Contributions to the Theory and Technique of Psycho-Analysis*. London: Karnac, 2002, p.244-249.

- Freud, Sigmund (1895) "Project for a Scientific Psychology" in **SE I**, p.283-398.

- _____ (1924) "The Dissolution of the Oedipus Complex" in **SE XIX**, p.173-182.

Eugênio Canesin Dal Molin
Doutorando pelo IPUSP com bolsa CNPQ; membro-aspirante do Departamento de Psicanálise - Sedes; professor do curso de Psicologia da Unifil-Londrina/PR.|

Thiago Abrantes
Psicólogo, Mestrando pelo IPUSP com bolsa CAPES.

A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA PATERNA EM FAMÍLIAS QUE A MÃE TRABALHA FORA: A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES A PARTIR DO DESENHO DA FAMÍLIA COM ESTÓRIA

Fabiana Mara Esteca e
Audrey Setton Lopes

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise baseada em nossa pesquisa de mestrado, concluída em 2012, cujo objetivo estava em compreender os modos de percepção da criança sobre sua família, bem como sentimentos em relação a cada um dos pais, em famílias em que a mãe trabalhava fora e em famílias em que a mãe se dedicava exclusivamente ao cuidado dos filhos e da casa. Nossa hipótese inicial era de que a percepção infantil sobre suas relações familiares poderia se alterar com o fato da mãe exercer uma profissão; outra hipótese era a de que poderia existir uma percepção de maior proximidade com a figura paterna nas famílias onde a mãe exercia uma profissão, na medida em que o cuidado com os filhos poderia ser dividido mais igualitariamente. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de abordagem psicanalítica, com seis famílias de classe média da cidade de São Paulo, sendo que em três delas a mãe trabalhava fora e nas outras três não. Realizamos uma entrevista semi-dirigida com o casal e, separadamente, aplicamos o Procedimento de Desenho da família com Estória com as crianças, com idades entre seis e oito anos. A partir da análise dos dados foi possível perceber que, independente da mãe trabalhar fora, as crianças se mostraram sensíveis principalmente com a realização conjugal dos pais e com a participação de cada um em suas atividades cotidianas, sensíveis, portanto, ao investimento afetivo de ambos os pais com a parentalidade. Nas famílias em que essa divisão de cuidados e tempo para ficar com os filhos era muito desigual entre os pais, a criança apresentava conteúdos gráficos e verbais hostis direcionados à figura menos participativa, assim como elementos de conflito e angústia mais proeminentes se comparados aos conteúdos das crianças de famílias mais igualitárias nesse sentido. A partir de alguns desenhos realizados pelas crianças, apresentaremos considerações a respeito da representação do pai em diferentes constituições familiares que participaram desta pesquisa e como essa representação se altera dependendo da dinâmica familiar estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE: Relação pais-criança; casal de dupla carreira; desenho da família com estória.

APRESENTAÇÃO

A sociedade ocidental contemporânea é palco de uma gama de alterações nos papéis masculinos e femininos, tanto no âmbito privado quanto no espaço público. Esse processo tem sido fonte de angústia para pais e mães, pois houve relativa perda de referencial, os modelos de família do passado já não comportam os efeitos da modernidade e ainda funcionam como um lugar idealizado para se criar filhos saudáveis. Este estudo pretende trazer maiores esclarecimentos para a compreensão da nova dinâmica familiar.

Nesse contexto de transformações das relações familiares, pais e mães, sobretudo as mulheres, sofrem por terem "abandonado" a função de estar presente integralmente no cotidiano dos filhos e ter a família como projeto central de suas vidas.

Atualmente, podemos dizer que as mulheres podem aderir, recusar ou negociar a maternidade com a vida profissional (Badinter, 2011). Essa liberdade, porém, frequentemente vem acompanhada por sentimentos ambivalentes, e até mesmo culpa, por parte daquelas mulheres que privilegiam sua carreira. O reflexo disso pode ser distorções no modo de criar os filhos na atualidade, prejudicando tanto a dinâmica conjugal, como a de pais e filhos.

Esse é um quadro geral que observamos na clínica, nos estudos de caso e publicações diversas na área

da psicologia (Ardaillon, 1997; Bruschini, 1993; Gomes, 2001; Kehl, 2001; Meirelles, 2001 et al).

Nesse sentido, acreditamos que a relação dos pais entre si e o sentimento destes frente à dupla tarefa de criar os filhos e ainda exercer uma profissão, irá refletir diretamente no modo de educá-los. Portanto, investigar as questões implicadas nas famílias atuais acerca do trabalho materno torna-se crucial para romper mitos e levantar discussões que permitam a homens e mulheres se realizarem enquanto pais, cônjuges e profissionais – possibilitando um ambiente que forneça subsídios para o bom desenvolvimento psíquico e social de seus filhos.

Kehl (2001) acrescenta que no final do século XIX/início do século XX, o ideal de feminino e masculino era tão inalcançável que acabou por tornar-se fonte de extrema

angústia para ambos os sexos. Além disso, havia ainda uma espécie de fixação dos filhos à mãe, pois a mulher depositava toda sua energia na criação dos filhos, como única forma de garantir uma "identidade".

Especialmente no Brasil, com a família burguesa em seu auge no fim do século XIX, a intimidade e a privacidade foram cada vez mais valorizadas. Atribuiu-se, então, à mulher e mãe, uma responsabilidade quase integral pelo cuidado dos filhos. Rago (1997) afirma que existia a crença de que o trabalho feminino destruiria a família, pois as mulheres deixariam de ser boas mães, os filhos cresceriam sem os cuidados que exigiam a presença materna integral, além da ameaça de poder causar desinteresse pelo casamento. Enquanto isso, o pai era considerado responsável somente por alguns aspectos específicos do desenvolvimento da criança, mantendo uma postura social de provedor. Essa dinâmica se manteve, pelo menos, até os últimos anos da década de sessenta, com fortes resquícios na mentalidade atual, ainda que de maneira camuflada.

O lugar de autoridade do pai, como aquele membro que era dotado de um saber que lhe garantia a posição na hierarquia familiar, foi paulatinamente se perdendo, fazendo com que o saber acumulado pelo pai se tornasse obsoleto em meio às novas situações, nas quais ele ainda não tem experiência (Kehl, 2001, Romanelli, 1995). Furusawa (2003) faz uma comparação dos programas infantis como "Os Waltons", na década de 70, onde o pai e o avô eram figuras fortes no lar, bem como a série "Papai Sabe-Tudo", que mostrava um pai respeitado, com os programas mais atuais como "Família Dinossauro" e "Os Simpsons", nos quais o pai é retratado como uma figura frágil e sem autoridade. Essa alteração dos moldes familiares é significativa, dado que a natureza da autoridade paterna sempre foi tida como inquestionável.

É importante lembrar que o trabalho feminino está interligado a essa dinâmica, pois o dinheiro recebido pelas mulheres tem o poder de alterar as relações definidas anteriormente.

Ardaillon (1997) aborda o tema do dinheiro como um valor simbólico que influencia as relações de gênero no casamento, na medida em que permite a individualização, a realização de desejos e o poder de decisão. Em sua dissertação de mestrado, a autora explica que o novo espaço que a mulher ocupa implica em um novo posicionamento da figura do homem, assim como a relativa perda da autoridade paterna exige um novo posicionamento da mulher, com mais autoridade.

MÉTODO

Esta é uma pesquisa qualitativa e tem como referencial teórico a psicanálise. O modelo qualitativo aborda justamente as pesquisas de caráter subjetivo, que visam a compreensão dos fenômenos na vida de cada individuo (Turato, 2003). Portanto, não inclui tratamentos estatísticos, dado que o foco está em aprofundar as narrativas e levantar questões que permitam o acesso a sentimentos, conflitos e aspectos mais profundos do psiquismo. A psicanálise dispõe de vários instrumentos para acessar esses conteúdos, dos quais selecionamos dois: a entrevista semi-dirigida e um procedimento projetivo de personalidade (O Desenho da Família-Estória com Tema). Acreditamos que esses instrumentos nos fornecem os elementos necessários à compreensão da singularidade do indivíduo e seu contexto familiar, bem como as influências do meio e do tempo em que vivem.

Por fim, gostaríamos de frisar que esse delineamento de pesquisa não nos leva a conclusões definitivas, mas promove a reflexão e a discussão, essenciais para aprofundarmos a compreensão de questões suscitadas pela transformação da realidade em que vivemos.

PARTICIPANTES

Realizamos nossa pesquisa com seis famílias, separadas em dois grupos. O primeiro corresponde às famílias em que a mãe seguiu uma carreira profissional e trabalha fora, em período integral. O segundo grupo é formado por famílias onde a mãe não trabalha fora. Recrutamos casais de pais, casados ou em união estável, sem filhos de outro casamento. As crianças da amostra estão na faixa etária entre seis e oito anos. Essa faixa etária foi escolhida por se tratar de uma fase em que a criança está iniciando a vida escolar e já possui recursos motores necessários para a aplicação do procedimento planejado. Além disso, partimos também do pressuposto de que crianças dessa idade já iniciam uma vida social fora do lar e podem nos fornecer elementos capazes de elucidar a percepção de sua dinâmica familiar e da relação que estabelece com seus pais. Todas as mães, profissionais ou não, tem escolaridade mínima de nível superior. As famílias residem na cidade de São Paulo e pertencem à classe média ou média alta.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Neste estudo nos propusemos a investigar as relações familiares contemporâneas, a partir da insígnia do trabalho materno. Nosso principal objetivo estava em tentar compreender se o fato da mãe trabalhar fora refletia na percepção da criança sobre sua relação com seus pais. Podemos afirmar que os desenhos foram bons instrumentos para avaliar o reflexo da dinâmica familiar na percepção da criança sobre suas relações familiares.

Pudemos encontrar co-relações entre o discurso dos pais e os conteúdos gráficos expressos pelas crianças, indicando que o método empregado foi sensível para avaliar o que havia sido proposto. Porém, não encontramos indicadores de que o trabalho materno, enquanto fator isolado, determine a natureza da relação entre pais e filhos na população estudada.

Verificamos que os principais elementos influentes sobre a representação infantil das figuras paterna e materna, estão associados a uma conjugalidade satisfatória, pautada no companheirismo e proximidade afetiva entre os cônjuges e também a parentalidade, vivida enquanto fonte complementar de realização pessoal.

Além disso, também observamos que o modo de constituição do vínculo conjugal esteve diretamente relacionado ao desenvolvimento de uma parentalidade considerada satisfatória, isto é, em que os pais conseguem deter uma postura consistente frente à criança, estabelecem limites e regras, boa relação afetiva, etc. Estes dados estão de acordo com os apontamentos de Gomes (1998) e vão também ao encontro com os dados obtidos pela pesquisa de Zannetti (2011).

Esta pesquisa pode apontar alguns elementos importantes referentes aos modelos de família da atualidade e evidenciou o quanto estão presentes resquícios do modelo tradicional na organização da dinâmica familiar e/ou no imaginário dos pais. Esta confluência de valores é também responsável por inúmeros questionamentos e na maioria das famílias que investigamos, apresenta grande confusão sobre o lugar a ser ocupado pelas figuras parentais.

Por fim, percebemos que o processo de transição dos papéis de gênero, vivenciados intensamente pela família brasileira a partir da década de 70, conforme expusemos no primeiro capítulo deste trabalho, exercem ainda grande influência sobre os conflitos experimentados pelos pais da atualidade. A intersecção entre o modelo tradicional e moderno, ao mesmo tempo em que permite maior flexibilidade de papéis, também é fonte de conflitos conjugais, diante de uma divisão de tarefas insatisfatória, ainda pautada por ideais sexistas.

Os resquícios do modelo tradicional de família parecem afetar ainda, e muito, as possibilidades de realização pessoal e profissional da mulher, gerando “ruídos” na relação conjugal, bem como no modo de parentar seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ardaillon, D. (1997). O salário da liberdade: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença. São Paulo: Annablume.

Badienter, E. (2011) O conflito: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record.

Bruschini, C. (1993). O trabalho da mulher no Brasil: Tendências Recentes. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Furusawa, L. M. (2003). Estudo das representações da imago paterna no teste de Rorschach.Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Gomes, I. C. (2001). A família atual: O interjogo de papéis. I Congresso de Psicologia Clínica. São Paulo: Anais do I Congresso de Psicologia Clínica.

Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. A criança na contemporaneidade e a psicanálise, São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____ (2003) Em defesa da família tentacular.

Meirelles, V. M. (2001). Feminino superlativo: mulher, família, carreira. Dissertação de mestrado. Pontificia Universidade Católica, São Paulo.

Rago, M. (1997). Trabalho feminino e sexualidade. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto: Fundação UNESP.

Romanelli, G. (1995). Autoridade e poder na família. A família contemporânea em debate. EDUC: São Paulo.

Zanetti, S. A. (2008). Efeitos da fragilização dos papéis parentais em determinados comportamentos de crianças no ambiente escolar, na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Fabiana Mara Esteca
Graduada em Psicologia pela PUC-SP (2004), especialista em Terapia Familiar e de Casal pelo Instituto Cogeae (2010); Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pelo Instituto de Psicologia da USP (2012); doutoranda em Psicologia Clínica pela mesma instituição.

Audrey Setton Lopes
Possui doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1993) e formação como Psicanalista pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e Pelo Instituto Sedes Sapientiae. Atualmente é professor do Instituto Sedes Sapientiae e professor doutor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Fundamentos e Medidas da Psicologia e Psicologia do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise, psicodiagnóstico, técnicas de exame psicológico, relações pais- bebê, desenvolvimento psíquico e inibição intelectual.

O LUGAR DO PAI NOS PRIMÓRDIOS DA ESTRUTURAÇÃO DE UMA NEUROSE OBSESSIVA

Fernanda Arioli Heck

RESUMO

O trabalho investiga de que forma o processo de estruturação da neurose obsessiva já está em curso na infância. Ao analisar o caso do "Homem dos Ratos", Freud já apontava para manifestações fóbicas surgidas na infância como precedentes de uma posterior estruturação de uma neurose obsessiva. Sabemos, ainda, que o que cai sob a barra do recalque na formação dos sintomas obsessivos são as conexões associativas entre as idéias. Qual a direção do tratamento quando esses sintomas aparecem na infância? Como o fantasma dos pais e a trama edípica aparecem na gênese da formação dos sintomas? Esses são questionamentos que vamos desdobrando ao longo do trabalho. Concluímos que o lugar do pai e a operatividade da função paterna adquirem papel central tanto na formação dos sintomas, quanto na estruturação da neurose obsessiva.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Neurose obsessiva; Infância; Função paterna.

Na intenção de investigar de que forma o processo de estruturação da neurose obsessiva já está em curso na infância, partiremos de um fragmento da análise. Trata-se de um menino de dez anos, que foi trazido para atendimento por seus pais em função de alguns rituais que precisa fazer diante de determinadas situações: para entrar em seu quarto não pode pisar nas listras do piso e precisa dar passos corretos. A mãe conta que desde pequeno o filho já apresentava algumas "manias": alinhava todos os chinelos que estavam no chão da casa (aos 4 anos). Isso porque escutou uma vez da babá que se um chinelo ficasse virado, a mãe morreria.

Atualmente, na hora de dormir, faz uma série de movimentos com as mãos antes de entregar-se ao sono, na intenção de neutralizar algumas situações que lhe parecem desagradáveis e que vivenciou ao longo do dia. Os pais estão preocupados, mas o paciente refere que essas ações repetidas que tem que realizar não o incomodam: ao contrário, "é só fazer e pronto" (indicando que então tudo fica bem). Encontrou inclusive uma maneira de "burlar o Outro": para não ter que fazer uma seqüencia de movimentos cada vez que alguém faz barulho ao respirar ao seu lado, abaixa a cabeça e diz baixinho: "Depois eu faço!". Antes de dormir, realiza então as ações que ficou "devendo". Além disso, o menino refere ter medo de bananas.

A partir desse breve fragmento de material clínico, é possível formular algumas indagações acerca do processo de estruturação de uma neurose. O sintoma, enquanto solução de compromisso, está a serviço do ego e fornece ao sujeito uma satisfação dissimulada e substituta às manifestações pulsionais. Como proceder na clínica quando os sintomas obsessivos estão em consonância com as exigências do ego e não incomodam ao sujeito? Qual a direção do tratamento quando esses sintomas aparecem na infância? Como o fantasma dos pais e a trama edípica aparecem na gênese da formação dos sintomas na infância?

Ao analisar o caso do "Homem dos Ratos", Freud já apontava para manifestações fóbicas surgidas na infância como precedentes de uma posterior estruturação de uma neurose obsessiva. Freud, em seu artigo "As Neuropsicoses de defesa", esclarece que na neurose obsessiva o nexo associativo entre as idéias é submetido ao recalque e o afeto, livre no psiquismo, pode ligar-se a outra representação mais tolerável para o sujeito. É o que Freud (1894/ 1996) vai chamar de "falsa conexão". Nessa trama, o sintoma parece ilógico, posto que se forma desvinculado da idéia original geradora de angústia. Seria impróprio afirmarmos que a representação original seria submetida à amnésia; esta apenas é desvinculada do afeto correspondente.

Na neurose obsessiva observamos a tentativa empreendida pelo sujeito de recobrir a castração e sanar qualquer falha mediante um controle racional, valendo-se da lógica do pensamento deliberado. Se a histérica vai buscar sublinhar a falha do outro, para assim fundar um lugar no desejo do outro, o obsessivo trabalharia incessantemente no sentido de erradicar qualquer falha e sustentar um pai incastrado. Essa suposição em relação à existência de Um Pai (ao menos um que diga não à castração) remete-nos à posição masculina relativa às fórmulas da sexuação de Lacan. A pergunta por essa condição paterna vem a oferecer indícios possíveis do que é ser homem, fornecendo elementos para a assunção de uma posição viril.

Na neurose obsessiva o sujeito encontra-se às voltas com a busca de solução à pergunta relativa às origens e ao lugar do pai, questão eminentemente inconsciente, que poderíamos articular aproximativamente da seguinte forma: de onde eu vim? A quem eu devo a minha vida? Para começarmos a pensar acerca de como um sujeito vai-se estruturando de modo neurótico, vale retomar as palavras de Calligaris:

> Quando um sujeito constitui-se no Édipo, ele supõe o pai como quem deteria um saber sobre (...) o gozo materno, como quem poderia defendê-lo cuidando desta demanda apavorante. A partir desta suposição, o sujeito vai apostar na necessidade, para se manter, de sustentar um saber (com o seu depositário) que o defende. Então, a sua verdade aparece ao sujeito como sendo possivelmente um saber suposto, só a medida na qual o sujeito está tomado numa perspectiva propriamente neurótica (1991, p. 172).

Se a questão da sustentação da posição do pai é crucial para a neurose obsessiva, podemos situar como concernente ao trabalho analítico a possibilidade de prescindir do pai, enquanto garantidor da lei (que ao interditar o incesto, abre caminho para o desejo), mas à condição de servir-se dele. Seria o que Lacan vai propor como a construção de um *sinthoma*, que em se tratando de uma neurose, implica na criação de um nome próprio, de um lugar que designe a condição de sujeito. Nesse sentido, Calligaris vai referir que o trabalho da análise buscaria "levar a uma experiência da verdade na qual a função paterna se revele nua, não precisando do manto de um saber" (1991, p. 172).

Na infância, quando a neurose ainda está em estruturação, podemos supor que o sujeito precisa sustentar esse pai, para garantir a inscrição da função paterna, função eminentemente Simbólica e fundamental na neurose. A fragilidade dessa função do pai para a criança está atrelada à necessidade de encontrar um ponto de ancoragem em algo que se constitui como um objeto fobogênico. A fobia é em certa medida constitutiva do infantil. É até mesmo esperado que em algum momento da infância o sujeito desenvolva sintomas fóbicos como solução a um momento de passagem, de transição.

Algo da ordem da fobia começa a aparecer em função do que acontece na passagem da relação imaginária da criança com a mãe em torno do falo à colocação em cena da castração proveniente da intervenção paterna. O objeto da fobia tem a função de esconder a representação a que o afeto estava originariamente referido. Esse objeto, ao mesmo tempo em que marca o lugar da falta, mascara a angústia fundamental do sujeito (a saber, a angústia de castração). A angústia surge como sinal de um perigo relacionado à desaparição do sujeito e à irrupção do que é da ordem do pulsional, mas que fica deslocado para o exterior, possibilitando a fuga e a delimitação de espaços seguros.

Voltemos por um momento ao caso do menino que desenvolveu o que poderíamos chamar uma "fobia por bananas". A simples pronúncia da palavra induzia-o a ter que realizar toda uma seqüência de movimentos, enquanto repetia mentalmente a frase "Não pensa... Não pensa...". Nesse exemplo o objeto fóbico aparece com todo o seu valor significante[1]. O fato de tratar-se de um significante privilegiado leva-nos a intuir o caráter simbólico que assume para o sujeito, de modo que é provável que um apelo ao Nome-do-Pai esteja aí implicado. Ao mesmo tempo, a banana sinaliza os movimentos possíveis do corpo no espaço (quando está no supermercado, por exemplo).

1 Lacan, no "Seminário 4: A relação de objeto" vai definir a função do significante fóbico como o substituto Simbólico da carência da função do pai.

Podemos supor ainda que o objeto da fobia marca o aparecimento de algo da ordem do Real, impossível de simbolizar. A fobia constitui-se assim como enigma, condensa algo que o sujeito não consegue explicar. Teria esse enigma relação com o desejo do Outro? Se for assim, talvez a fobia na infância seja precursora da constituição do fantasma e da estruturação da neurose, dado que condensa algo relativo à pergunta: "o que o Outro quer de mim?". Bergès vai dizer que a fobia "é diretamente ligada à acumulação da tensão sexual" (1992, p. 18). "A fobia funciona num segundo tempo 'escolhendo' uma representação onde fixar-se: eleição ou soldadura" (BERGÈS, 1992, p. 19). Essa representação substitutiva ao mesmo tempo em que está ligada à representação originalmente geradora de angústia (recalcada), guarda em relação a esta um distanciamento, que a torna admissível à consciência. Desde então, essa segunda representação vai estar vinculada à irrupção da angústia.

É possível, com Freud, situar uma vivência precoce traumática na gênese da neurose. Assim, na neurose obsessiva o sujeito traz em sua história uma estimulação sexual precoce. O sujeito, por ter uma dívida Simbólica com o pai (que interditou a mãe e, pela instauração da lei, possibilitou o desejo e o acesso às mulheres), toma essa dívida em uma tentativa de salvar a posição paterna (de algum modo falha). O obsessivo, em seu fantasma, tem que arcar com a posição degradada – insuficiente – do pai, que não pôde barrar satisfatoriamente o desejo materno. Haveria, pois, uma ambivalência afetiva em relação ao pai: ao mesmo tempo em que é o destinatário de amor, a dimensão do ódio está implicada na relação. Temos, pois, que essa posição do sujeito em relação ao pai está em causa na gênese do processo de estruturação da neurose obsessiva.

> A constelação que presidiu o nascimento do sujeito, em seu destino, eu diria quase sua pré-história, a saber, as relações familiares fundamentais que estruturam a união dos pais, têm uma relação muito precisa (...) com o que aparece como o mais contingente, o mais fantasmático, o mais paradoxalmente mórbido de seu caso (LACAN, 1979, p.15).

Aqui Lacan revela algo essencial em relação à estruturação da neurose obsessiva. Aponta para a correspondência existente entre alguns traços da trama familiar do sujeito e a posterior construção do fantasma. A realização da operação da castração Simbólica é condição de possibilidade do fantasma. Que essa construção tenha, pois, relação com a novela familiar não implica que o sujeito a reproduza tal e qual: ele a modifica a partir de suas vivências e da intervenção de certas criações imaginárias. Há, pois, elementos ficcionais que intervém na conformação do fantasma e temos que, na análise, esses detalhes inseridos na trama pela intervenção da fantasia, do devaneio, têm por si mesmos a potência de revelarem algo atinente à trama inconsciente.

Por fim, vale pontuar algumas especificidades e os desafios da clínica com crianças. Se, na clínica com adultos, seguindo a teorização freudiana em "Recordar, repetir e elaborar" (1914/ 1996), trata-se de substituir a neurose comum do sujeito por uma neurose de transferência acessível, pois, às intervenções do analista, na clínica com criança temos que a neurose ainda não terminou de ser estruturada.

> Esses estados neuróticos por que passam muitas crianças são neuroses de transferência, e não substitutos de uma neurose comum. A relação com as doenças neuróticas (as neuroses de transferência, segundo a equivocação que Freud usa) seria então o contrário daquilo que se passa na análise: na criança, a neurose comum substituiria uma neurose de transferência não resolvida (PORGE, 1998, p. 5).

Assim, o analista de crianças precisa mostrar-se apto a suportar as manifestações de ambivalência afetiva inerentes aos conflitos com os quais a criança está se confrontando. Como consequência dos impulsos agressivos podem surgir fantasias de destruição dos pais, subsequente sentimento de culpa e então a realização de um ato reparador. As ações feitas para neutralizar outras, na neurose obsessiva, obedecem à lógica análoga a de um ato reparador. Auxiliar a criança a discriminar a realidade (do ato) da fantasia (de destruição) vai permitir que ela possa pensar em seus desejos hostis em relação àqueles que são também objetos de seu amor de forma menos angustiante.

A criança reproduz situações vividas cotidianamente no seu brincar, na forma como vai armando as posições dos personagens na brincadeira. Poder falar sobre e trazer para a cena da análise o objeto fobogênico e até mesmo os pensamentos e atos obsessivos possibilita que a criança, paulatinamente, possa formular uma pergunta, armar um enigma a respeito do que se passa com ela. Interrogar o porquê de tal ação, tal objeto ou tal palavra adquirir a força de significante e não outra pode indicar uma direção para o tratamento. Foi buscando respostas a essas indagações que nosso paciente começou a usar o espaço da sessão para construir uma banana de massinha de modelar para depois misturar tudo antes de guardar na sua caixa de materiais.

À medida que o objeto alvo da fobia tornou-se manipulável, o resultado para o paciente foi estender seu medo a outras frutas: agora não tinha mais medo somente de bananas, mas também de maçã, laranja e abacaxi. Desenhamos juntos todas as frutas, no intuito de pensarmos a respeito.

A (analista): A "B"[2], o que te faz lembrar?
P (paciente): Ah, eu não sei, mas acho que é uma parte do corpo...
A: Qual parte?
P: Não sei...
A: E o abacaxi, com o que se parece?
P: Não sei... Isso parece uma coroa.
A: E quem usa coroa?
P: É o rei.
A: E quem é o rei?
P: Não sei...
A: Vamos pensar, tem o rei, a rainha, o príncipe, a princesa...
P: O rei é o pai!
A: E alguma vez você já sentiu medo do pai?
P: Várias vezes... Quase todos os dias...
A: Então, acho que descobri uma coisa: o medo do abacaxi tem a ver com o medo do pai. Só que é mais fácil sentir medo do abacaxi...
P: Você não descobriu não, eu que fui te dizendo!

Se o objeto fóbico tem a função de suprir o significante do pai Simbólico, podemos supor que houve uma falha na intervenção paterna. Ainda que o pai Real tenha sido o agente da castração no terceiro tempo, lá no primeiro tempo, onde podemos supor o pai Simbólico atrás da mãe Simbólica como frustrando a criança em relação ao acesso ao seio real da mãe, essa função do pai Simbólico é operada de forma débil, o que traz conseqüências até o desfecho do Complexo de Édipo. À medida que o pai possa ser aquele que sanciona, sustentado pela palavra materna, o lugar da lei; à medida, pois, que a metáfora paterna tenha sua eficácia de sustentação do sujeito pela inscrição do significante fálico na ordem Simbólica, a fobia vai então poder ceder.

Lacan, ao analisar a fobia a cavalos do pequeno Hans, já apontava para a relação existente entre a ameaça oferecida pelos cavalos e aquela proporcionada pelo medo do pai imaginário, do segundo tempo do Complexo de Édipo.

> O pai imaginário é aquele com quem lidamos o tempo todo. É a ele que se refere, mais comumente, toda a dialética, a da agressividade, a da identificação, a da idealização pela qual o sujeito tem acesso à identificação ao pai. (...) É o pai assustador que conhecemos no fundo de tantas experiências neuróticas, e que não tem de forma alguma, obrigatoriamente, relação com o pai real da criança. (LACAN, 1956-57/ 1995, p. 225).

2 Em sessão, usávamos a letra inicial das frutas para referirmo-nos a elas, pois uma vez pronunciada a palavra, o paciente tinha que realizar todo o ritual de movimentos correspondente.

Se no primeiro tempo o sujeito se identifica com aquilo que é objeto do desejo de sua mãe, de modo a ser equivalente ao falo que falta a ela, permanecendo num estado de alienação dual, no segundo tempo o pai intervém como privador. No mesmo ato, que pressupõe a intervenção da palavra do pai, a mãe é privada do objeto de seu desejo e a criança é privada do acesso irrestrito à mãe. Já no terceiro tempo, o pai intervém como aquele que tem o falo (e não que o é). Essa ação possibilita a saída do Complexo de Édipo e conduz o sujeito a uma identificação com o pai, que vai forjar o Ideal do Eu. Assim, o lugar do pai e a operatividade da função paterna adquirem papel central tanto na formação dos sintomas, quanto na estruturação da neurose obsessiva.

O sintoma, enquanto formação do inconsciente, seria uma resposta da criança resultante da posição que ocupa em relação ao desejo dos pais ou cuidadores. Se na clínica o analista faz semblante do *objeto a*, causa do desejo, o que permite criar as condições para o jogo de associações da criança é que o desejo do analista em relação à criança em questão resulte em um lugar vazio, ao mesmo tempo em que aposte no advento do sujeito. Talvez, diante de uma criança que apresenta sintomas obsessivos, seja tarefa do analista restituir de alguma forma a função do pai, apostando que a eficácia simbólica abra caminhos para a sustentação do sujeito do desejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGÈS, J. *Quando Freud fala das fobias*. In: A fobia: vários autores. Publicação da Association Freudienne. Paris/ Brasil: Editora Revinter, 1992, p. 17-24.

CALLIGARIS, C. *O inconsciente em Lacan*. In: Knobloch, F. O inconsciente: várias leituras. São Paulo: Editora Escuta, 1991, p. 169-185.

FREUD, S. (1894). *As neuropsicoses de defesa*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. III.

FREUD, S. (1914). *Recordar, repetir e elaborar*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XII.

LACAN, J. *O mito individual do neurótico*. In: Cadernos Freudianos Lacanianos da Escola Freudiana de São Paulo. São Paulo: Cortez Editora, 1979.

LACAN, J. (1956-57). *O seminário, livro 4: As relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

PORGE, E. A transferência para os bastidores. In: *A criança e o psicanalista, Litt*oral. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, p. 7-19.

Fernanda Arioli Heck
Psicóloga; membro da equipe técnica da Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS); aluna do Curso de Especialização em Atendimento Clínico: Ênfase em Psicanálise (UFRGS).

MATEUS, FILHO DO POPE[1]

Fernanda Sofio

RESUMO

A partir do subtítulo deste colóquio de psicanálise com crianças—*Onde está o pai? Desafios da atualidade na clínica com crianças*—retomei considerações antigas d o caso de um menino que morava na favela e que, pode se pensar, foi "adotado" pela metade pela patroa da mãe. Seus desenhos e comunicações por códigos evidenciam uma questão central para ele: Onde está seu pai? E, levando um passo adiante, onde há função paterna? Onde está a lei? A lacuna desta figura é evidente no decorrer do trabalho. Comunicando-se a partir de cenas do filme *Tropa de Elite* e da personagem "boneco assassino", Mateus expressa alguns de seus mitos de origem. O atendimento desse paciente leva também a uma perspectiva do mundo em que vivemos.

PALAVRAS-CHAVE: Pai, Lei, Caso clínico, Mundo Contemporâneo.

O subtítulo deste Terceiro Colóquio de psicanálise com crianças—*Onde está o pai? Desafios da atualidade na clínica com crianças*—harmonizou muito bem com o caso de um menino que atendi há vários anos, e sobre o qual já havia escrito de outras perspectivas. Com a chamada para este colóquio, entretanto, um novo olhar pôde ser lançado sobre o caso: onde está o pai? E, levando um passo adiante, implicado nesta pergunta: onde há função paterna, neste caso? Onde está a lei? Na descrição que se segue, a lacuna desta figura mostra-se evidente.

MATEUS NO MUNDO E ESTE NELE

Mateus tem 12 anos quando chega ao meu consultório. O quadro clínico que justifica a análise está longe da queixa que o trouxe. Ele mora num barraco de favela com a mãe, Jocimara, a irmã, que é mãe solteira, e o sobrinho. Fuma maconha, perambula pela favela à noite, dorme pouco, tem sono durante o dia. Jocimara se queixa de "não conseguir controlá-lo". Faxineira na casa de D. Lúcia, pede-lhe auxílio nos cuidados do menino.

D. Lúcia se dispõe a ajudá-la, da maneira como sabe. Contrata uma fonoaudióloga para Mateus, uma professora particular, e designa seu motorista para transportá-lo. Assim também, o menino é submetido a um batalhão de testes para descobrir "o que ele tem". O diagnóstico da condição intelectual limítrofe de Mateus leva Dona Lúcia a transferi-lo da escola pública para uma particular para crianças especiais. Dois anos depois, por indicação da fonoaudióloga, me procura. Algo não anda bem, e ele corre o risco de ser expulso da nova escola.

Em sua primeira conversa comigo, D. Lúcia revela o seu "diagnóstico" singular: Jocimara é "limítrofe pior que o filho". A incumbência de cuidar de Mateus recai sobre D. Lúcia. E a pergunta subliminar, latente, se impõe: dará conta do recado? Está determinada em cumprir com o que soa-me como sua "missão", um projeto de inclusão. Mas está um pouco cansada, assustada. Seu desejo será sustentado? Ou o "projeto de inclusão" de Mateus na sociedade tornar-se-ia em "projeto de exclusão", consumada a expulsão da nova escola? Há trabalho pela frente com D. Lúcia, com Mateus, provavelmente com a escola.

De um lado, Mateus passa a fazer psicoterapia psicanalítica duas vezes por semana. De outro, a diretora da escola de Mateus me telefona, quer conhecer-me, ao que concedo. Quando nos reunimos, diz: "Mateus é um grande desafio por se tratar de um caso de inclusão social". Por se tratar de um caso? Soa-me estranha a formulação. Ela continua, queixando-se da repercussão do "caso" entre outros pais da escola. Nas entrelinhas,

1 Outras perspectivas deste caso foram apresentadas no *27º Congresso* da Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL), realizado em Santiago do Chile no ano de 2008, e na *III Jornada de Psicanálise de Crianças e Adolescentes: A Clínica Atual*, realizada na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo no ano de 2014. Ainda, em versão de artigo, uma terceira perspectiva deste caso será publicado pela Revista *Trieb* no ano de 2014.

escuto: Mateus é um incômodo para a direção. De fato, o ambiente de Mateus não o acolhe, e a ameaça do "projeto de inclusão" ser transformado em "projeto de exclusão" é sobranceiro.

ASPECTOS DE SESSÕES

Por meses, Mateus e eu conversamos sobre o "mundo da favela" e o "mundo da casa de Dona Lúcia". O tema foi verbalizado pela primeira vez por mim, mas aparecia nitidamente em seus desenhos e produções. Mateus se manifestava por códigos, que buscarei discutir a seguir. Por exemplo, referia-se ao "mundo da favela" por falas de personagens do filme *Tropa de Elite* que memorizara, por recortes de revistas e desenhos agressivos relacionados ao BOPE (batalhão especial da Polícia Militar carioca e tema do filme), que o amedrontavam e precisavam ser jogados no lixo ao final das sessões em que os produzia. Não explicava, mas mostrava.

Os sentidos e emoções veiculados por Mateus parecem-me intimamente entrelaçados aos do filme. Nesta trama, o protagonista—cujo nome, curiosamente, é Capitão Nascimento—é chefe do BOPE, mas vive um dilema. A mulher está grávida, e ele quer encontrar um substituto no batalhão. Mas o momento é delicado, pois o Papa vem ao Rio de Janeiro e precisa da proteção do BOPE. A operação é delicada e requer sua expertise. Alguns assuntos levantados no filme, portanto, são a paternidade, a morte, a violência, o titubeio, a vida.

Embora Mateus tenha destruído muita de sua produção, pude recuperar um dos desenhos que Mateus produziu relacionado a esse filme, um desenho que retirei do lixo ao final de uma sessão:

Figura 1

Figura 1: *Máquina letal contra BOPE*, que había sido arrojado a la basura por Mateo

Vê-se que, ao retratar o BOPE—sujeito-objeto de seu pavor, incitador de violência—Mateus troca o *B* pelo *P* e escreve POPE. Trata-se de uma troca comum no dislálico, mas em Mateus, já pré-adolescente, o sentido veiculado me é evidente. A palavra *pope* que em latim significa "pai" e, em inglês, significa Papa. Este, no filme, é a personagem que não se vê (ausente), mas cuja vinda é o estopim da estória (presente). Nesse sentido, pode-se pensar num sentido messiânico peculiar da personagem do Papa no filme, que chegará, mas cuja vinda ainda não concretizada incita violência, caos e guerra. No desenho de Mateus, o "POPE" é foco do desenho.

Primeiro, Mateus bosqueja com um lápis o símbolo do BOPE, da maneira como o recorda, entre-cobrindo o papel, de forma que vejo apenas parcialmente o que está fazendo. Em seguida, começa a cobrir de preto, até que se forma uma grande mancha opaca sobre o desenho, e ele toma distância, permitindo que eu veja com clareza o que ele produz, até que o preto recobre plenamente o que havia por baixo. O mal e precisa ser destruído, penso comigo. E é então que Mateus escreve a espécie de legenda, "Máquina letal contra o POPE", amassa o desenho e joga no lixo. Não havia rasgado, como em outros casos, e pude recuperar.

Em outra sessão, Mateus encontra na sala de espera uma Revista *Veja* que contém uma reportagem sobre o filme *Tropa de Elite* e vem acompanhada de imagens. Quando é seu horário, abro a porta e ele entra rapidamente carregando a revista. A reportagem encontrada em meu consultório tem uma lugar peculiar: representativa do "mundo da favela", porém adentrando um representante do "mundo da casa de D. Lúcia". De certa forma, a revista em meu consultório concretiza suas fantasias mais violentas, a violência extrema do "mundo da favela", não elaborada (talvez não elaborável), terá lugar para ele em meu consultório? Mateus destaca a reportagem encontrada, retirando-a da revista, amassa, joga no lixo. Tira do lixo, desamassa. As armas e o policial têm que ser cortados; então estas páginas são amassadas novamente e jogadas no lixo mais uma vez.

Depois dessa sessão, torna-se claro que devo rever o filme *Tropa de Elite.* Não quero, pois foi com enorme sofrimento que o vi da primeira vez. Mas sou convocada por Mateus. Uma das personagens, André Matias, é tanto aspirante do BOPE como estudante de direito à paisana na favela, trabalhando numa ONG com outros estudantes. Por uma infeliz coincidência, ele é descoberto, colocando em risco a vida dos demais estudantes que trabalham na ONG. Finalmente, dois estudantes são torturados e mortos na cena que me pareceu mais marcante, mais violenta, do filme. A estudante protagonista salva-se por um triz. Reconto isto para pensar na questão da elaboração. Será possível elaborar esta realidade por completo? Possivelmente não.

Figura 2

Figura 2: Recortes de revista en que hay un artículo sobre la película *Tropa de Élite* – las armas y el policía tienen que ser cortados. Estas páginas también son arrojadas

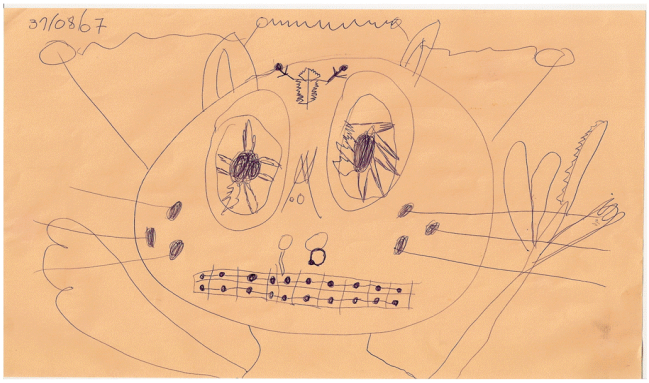
O tema do mito de origem de Mateus—seu nascimento, suas "origens", seus "mundos"—é recorrente. Frequentemente, Mateus se expressa por meio de histórias de Freddy Krugger, Jason e, notavelmente, do nascimento do Boneco Assassino. Além disso produz desenhos de gatos e outras criaturas com antenas que, segundo ele, vêm "de outro mundo". O tema do nascimento (sugerido no filme *Tropa de Elite* no nome do protagonista, Capitão Nascimento, e pela gravidez da mulher) e de uma espécie de renascimento (considerando que ela pede que ele "largue dessa vida", pois se soubesse que não o faria, "não teria engravidado") reapresentam-se na ideia de um mito de origem.

Figura 3

Figura 3: El nacimiento del muñeco asesino (y posible mito de origen de Mateo)

Figura 4

Figura 4: Un gato de otro mundo



O gato é alienígena; é o absolutamente estranho. Não carrega o sentido de bonitão, que costuma carregar a palavra "gato". O "outro mundo", de onde vêm estas criaturas, será o mundo dele, dos excluídos? Ou aquele mundo não é mais inteiramente o dele, retirado que foi do seu contexto original? O ser e não ser deste mundo, deste contexto, ou daquele, formam uma espécie de paradoxo representado nos desenhos, que as sessões estão permitindo elaborar. São os primeiros passos para uma consideração de sua questão: quem é ele? A pergunta, ainda não formulada explicitamente, é crucial.

Por outro lado, em algumas sessões o medo toma conta de Mateus, que está refém do paradoxo. Dissimula com um sorriso, mas evidencia-se nos seus desenhos e nas suas criações fantásticas que a história retratada é a de Mateus, coabitante pela metade de cada um dos dois mundos, como estamos vendo. Por exemplo, em certa sessão ele precisa se calar. Produz e gruda na própria boca isto:

Figura 5

Figura 5: Mateo produce esto y se lo pega en la boca en una sesión

As histórias de Mateus são, por um lado, horripilantes e, por outro, meras histórias fantásticas de criança. Por exemplo, a da origem do boneco assassino inclui homicídio, vodu, rituais e bruxaria. Como os pesadelos infantis: o que têm de verdade é o terror que veiculam. Vê-se que o tema do nascimento, da origem, é recorrente: Mateus nasceu do BOPE, seu "pope". Seu pai? Sua lei? Ele nasce como boneco assassino. Como no *Gênesis*, que conta duas histórias incongruentes do nascimento do homem, assim Mateus se retrata alternativamente: nasceu do Pope, nasceu um boneco assassino. O que esse "boneco" irá matar? Mais uma vez: quem é Mateus? Uma pergunta que urge.

Tomo em consideração e vou apontando para Mateus o medo incitado por estas criaturas. Aos poucos, seu discurso vai se tornando mais restrito: ele não pode permitir que o "outro mundo", assustador, apareça tanto assim nas sessões. Da sua perspectiva, o terror é real. É um terror análogo ao que contagiou Dona Lúcia e a escola; taxativo, impermeável, que empurra o pensamento, a consideração e o diálogo.

"EN-TORNO" DE MATEUS, O MUNDO CONTEMPORÂNEO

As palavras explicitadas no telefone por D. Lúcia—antes da sua primeira conversa comigo e antes da

primeira conversa com Jocimara—foram: "o menino está rebelde, roubando, subindo no telhado e jogando telhas". Não se comportava como gostariam tanto a diretoria da nova escola, como Dona Lúcia e a mãe, embora em grande medida esta tivesse transferido sua responsabilidade para a patroa.

Nas conversas com D. Lúcia, procuro mostrar o difícil que é para um menino que acorda em seu barraco no Buraco Quente—próximo da mãe que não consegue cuidá-lo, que não exerce a função de autoridade ou referência familiar, que transfere esse papel para a patroa, que quem sabe se dará conta do recado, e em que não há um pai ou padrasto, sendo-lhe permitido perambular pelas ruas à noite, não dormir e fumar maconha—ser levado de motorista à escola particular, onde interage com crianças de classe média alta, que não têm a mesma experiência. É evidente que vai levar um tempo para Mateus se apropriar desta nova realidade com maior segurança. O comprovado rebaixamento intelectual de Mateus é ainda mais um empecilho, que torna o trabalho com ele mais lento. No entanto, há uma grande dificuldade por parte dessas três instâncias cuidadoras—Jocimara, Dona Lúcia e a escola—em perceberem a complexidade do quadro e respeitarem esse tempo. Pelo contrário, cada uma contribuía para o incômodo da outra.

Dá-se que o desígnio final de Mateus é, de fato, ser expulso da escola e retirado da psicoterapia, confirmando a fantasia de que era um delinquente incurável. Na nossa última conversa, Dona Lúcia insistia, amedrontada: "isto não acontecia antes: Mateus não colabora."

No mundo contemporâneo, vigora o preconceito de que o delinquente não pode sair da favela. Só consegue se salvar quem ainda não é delinquente, num modelo maniqueísta: quem é bom não rouba, quem rouba é delinquente, delinquente mora na favela e não pode ser bom. É um jogo de cartas marcadas, como se cada um tivesse seu desígnio, que não pode ser alterado. Para a escola, que recebe crianças especiais e de classe média alta, isto se torna mais complexo: Mateus é um caso especial, mas não o previsto. E é assim que se cumpre o destino sociocultural de Mateus que, expulso da escola, transforma inclusão em exclusão.

A partir da experiência com Mateus, o mundo se dá a pensar de uma perspectiva singular: a favela, a excepcionalidade, e os bairros ricos, como componentes da sociedade paulistana. Toda esta análise, o trabalho analítico com Mateus estendido para toda a situação, é clínica extensa. Um tanto quanto prototípico, o caso Mateus oferece uma perspectiva—é verdade que inglória—do mundo em que vivemos.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Evidenciou-se nesta descrição a força da ausência de um pai biológico, ou "adotivo" para Mateus, mas principalmente a falha do seu mundo, que é a nossa sociedade contemporânea, em exercer alguma função paterna, em proporcionar algum eixo em que ele pudesse se apoiar. Sequer a bem conceituada escola pôde suprir esta necessidade. Nem a bem intencionada patroa, nem o espaço analítico, que precisou ser interrompido. A lei voltou-se contra o paciente.

No processo analítico, permitido alguma elaboração, Mateus encontrou uma resolução parcial, algo elaborativa, embora insuficiente. Mateus tornou-se filho do POPE, o que não deixa de escancarar a dimensão trágica da sua condição. O POPE—que condensa BOPE, Papa, pai, talvez papá (alimento)—também ecoa o POP, música que tem geralmente fins comerciais e de entretenimento. Um pai volúvel, insubstancial, messiânico, que encontra-se em condição de ausência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblia. Português. (2004) *Bíblia de Jerusalém.* Trad. E.M. Balancin. São Paulo: Paulus.

Sofio, F. (no prelo) Mateus: destino e clínica extensa. *Revista Trieb*, Rio de Janeiro.

Sofio, F. (2008) *Mateo en el mundo en que vivimos.* Trabalho apresentado no 27º *Congreso Latinoamericano de Psicoanálisis: Persona y Presencia del Psicoanalista*, Santiago Chile.

Padilha, J. e Prado, M. (Produção) & Padilha, J. (Direção) (2007). *Tropa de Elite* (Filme). Brasil: Universal Pictures.

Fernanda Sofio
Doutora em Psicologia Social pela USP, autora dos livros *Psicanálise na UTI: Morte, vida e possibilidades da interpretação* (Escuta/Fapesp, 2014) e *Psicanálise como forma literária: Literacura* (Fap-Unifesp/Fapesp, no prelo).

VIVÊNCIAS DE FUNCÃO PATERNA VIA O BRINCAR[1]

Flavia Romero Luz Pejon – CRIA/UNIFESP

RESUMO

A partir da análise de uma sessão grupal filmada com uma criança portadora de Sinais de Risco em Saúde Mental e seus dois irmãos, pretendemos discutir as possibilidades de estender nosso trabalho de intervenção para os familiares.

Focalizaremos, via o brincar grupal numa cena terapêutica , inicialmente, momentos nos quais o paciente experimenta "Vivência de Satisfação" e é mobilizado a se implicar com seu desejo, posição de sujeito, culminando com uma comunicação verbal. Desta forma, tentaremos explicitar formas de operar a função materna e paterna via interação lúdica entre o paciente e seus irmãos, entendendo que estas experiências vinculares são condição para instalação da estrutura inicial do seu psiquismo.

PALAVRAS-CHAVE: Sinais de risco, Intervenção precoce, Saúde mental, Transdisciplinaridade.

Flavia Romero Luz Pejon
Psicóloga formada pela PUC-SP, com aprimoramento em Saúde Mental pelo CAPS Itapeva, experiência clínica na Enfermaria Psiquiátrica do Hospital Santa Marcelina do Itaim Paulista, nos Programas de Atendimento a Crianças, Adolescentes e Familiares do CRIA-UNIFESP e consultório particular.

1 Coordenação e supervisão - Vera Blondina Zimmermann – CRIA /UNIFESP

O "B" MUDO

Flávia Steuer

RESUMO

O presente trabalho pretende expor o que se pôde formular acerca de um sintoma a partir da experiência de análise com uma criança. A queixa inicial, uma inibição da leitura, parecia indicar uma dificuldade de aprendizagem. Entretanto, no encontro analítico, por meio da transferência, a criança isolou um dos elementos envolvidos na formação de seu sintoma. Foi em torno desse elemento que a análise desenvolveu-se. Seu sintoma mostrava-se cifrado em uma dificuldade de leitura: "não consigo ler o *b* mudo, como na palavra obstáculo". Utilizando vinhetas clínicas, pretendo ilustrar como o sintoma da paciente, de seis anos, aos poucos revelou outros sentidos e causas que não uma dificuldade de aprendizagem. A questão em jogo articulava-se a um não dito, um segredo mantido pelo casal parental. Aos olhos dos pais, a paciente era apenas uma menina desprovida de recursos para o enfrentamento de acontecimentos previsíveis e esperados na vida de uma criança - uma menina que incapaz de ler "corretamente" não saberia, portanto, interpretar a vida. A paciente acabou por identificar-se com este "não poder saber", que se desdobrou em "não poder ter voz": "não poder ler", cabe dizer, o que sua realidade familiar apresentava. De minha parte, a posição transferencial permitia reler seu sintoma sob outra ótica; sem que o aparente problema de leitura fizesse obstáculo ao trabalho analítico.

PALAVRAS-CHAVE: Sintoma, Inibição da leitura, O não-dito, Diagnóstico diferencial.

Flávia Steuer
Fonoaudióloga, mestre em fonoaudiologia clínica pela PUCSP, psicanalista e membro aspirante do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

DO PAI ABSOLUTO AO PAI SEM GRAVIDADE.

"Mater certíssima, pater semper incertus est".

Grace Lagnado

RESUMO

Com a conquista da mulher no mercado de trabalho, suas reivindicações por direitos iguais e igualdade nos cuidados de seus filhos, curiosamente o pai ficou um pouco à deriva. Outrora, pai provedor, tirano, superegóico. Hoje, pai "mole" que não separa a mãe do filho. É de se perguntar se ele não teria passado seu bastão a sua prole, não sendo raro encontrarmos a criança tirânica que exige todas as atenções e não tolera nenhuma frustração. Afinal de que pai trata-se? É um pai que se apresenta de forma diferenciada, e não em termos de déficit, falta ou declínio. E essa forma diferenciada vai promover uma nova forma de exercer sua paternidade. A anulação da dissimetria essencial das funções paternas e maternas tem consequências na estruturação subjetiva da criança. O lugar que ele ocupa no desejo de sua mulher parece ser fundamental para compor o cenário da função simbólica de quem proíbe, mas também protege e incentiva. Desprovido de sua autoridade, ele caiu na descrença do poder que ele tenta exercer. Dito assim, seria legítimo pensarmos que passamos do pai absoluto ao pai sem gravidade.

PALAVRAS-CHAVE: Função simbólica- Função paterna- Interdito - Desejo- Superego

A leitura das interlocuções entre os psicanalistas Charles Melman e Jean-Pierre Lebrun, no livro "*O homem sem gravidade. Gozar a qualquer preço*" foi o que me permitiu dar início a essa reflexão acerca do pai sem gravidade, ideia que tomo emprestada de Charles Melman.

Os recentes debates dos últimos trinta anos na sociedade ocidental são interrogações inquietantes sobre a especificidade e as modalidades de uma nova economia psíquica responsável por novas patologias. E Jean-Pierre Lebrun trata disso como o "mal-estar na subjetivação" que vai desde os fracassos escolares até as toxicomanias e passagens ao ato. Ele propõe pensar na forma atual da nova patologia como uma espécie de fuga à subjetivação. Para o autor, todo processo de subjetivação ocorre com certo sofrimento, entendendo que esse sofrimento é formador. É preciso fazer escolhas. E toda escolha implica numa renuncia. Acontece que alguns sujeitos preferem permanecer à margem disso, optando pelo consumismo do tudo é possível. O homem sem gravidade é marcado pela inconsistência devido ao esvaziamento de sua subjetividade.

Com a conquista da mulher no mercado de trabalho, suas reivindicações por direitos iguais e igualdade nos cuidados de seus filhos, curiosamente o pai ficou um pouco à deriva. Outrora, pai provedor, tirano, superegóico. Hoje, pai "mole" que não separa a mãe do filho.

É de se perguntar se ele não teria passado seu bastão a sua prole, não sendo raro encontrarmos a criança tirânica que exige todas as atenções, e não tolera nenhuma frustração. Afinal de que pai trata-se? É um pai que se apresenta de forma diferenciada, e não em termos de déficit, falta ou declínio. E essa forma diferenciada vai promover uma nova forma de exercer sua paternidade.

A anulação da dissimetria essencial das funções paternas e maternas tem consequências na estruturação subjetiva da criança, e já produz efeitos curiosos: aumento das fobias, hiperatividade e déficit de atenção, e personalidades dependentes. O lugar que o homem ocupa no desejo de sua mulher parece ser fundamental para compor o cenário da função simbólica de quem proíbe, mas também protege e incentiva. Porém, desprovido de sua autoridade, ele caiu na descrença do poder que ele tenta exercer.

UMA VIGNETA CLÍNICA PARA ILUSTRAR

Maria procura análise quando o pediatra de sua filha Barbie, com 3 anos de idade, suspeita dos sinais de atraso no seu desenvolvimento psíquico e motor. É uma criança agitada que ainda não fala, mal anda e chora o tempo todo.

Barbie é a filha tão sonhada. Durante a gravidez, Maria só pensava na vitrine do nascimento: as lembrancinhas, o enxoval do bebê. Ela sabe muito bem cuidar de eventos, e receber os amigos. Mas aos oito meses de gestação, a placenta envelheceu e o líquido secou. Foi necessário fazer uma cesárea às pressas.

Maria se lamenta muito. Sente-se sozinha. Ela queria tanto ter filho que encheu muito o marido, ela lembra. Durante um mês, eles fizeram sexo todos os dias. Era exaustivo, até que um dia, ela se cansou. Então, ele quis, e assim engravidou. Na gestação, engordou demais. Trinta quilos. Sua vida mudou muito depois que teve a filha. Quando a viu pela primeira vez, não houve encontro entre as duas. Achou que era muito feinha. Na maternidade, Barbie não pegava no bico de seu mamilo, e Maria se irritava com isso. O ginecologista vendo a cena tensa entre as duas lhe disse que desse jeito não seria bom para a filha. Então, Maria decidiu interromper a amamentação. Ela conclui que sua filha não teve paciência de esperar por ela, e quer que ela cresça rápido.

Escolheu dar o nome de Barbie justamente porque era o nome da primeira boneca que recebeu de seu pai, mas depois lembrou que Barbie era também o nome de uma prima metida, fútil e chorona. Hoje, quando fala dela, a chama de “a bebê”, e raramente pelo nome.

A filha a atrapalha. É um peso na vida dela. Ou ela, ou a filha. Não há lugar para as duas. Não está nem disposta, nem disponível. Vive uma maternidade conturbada. Se soubesse que filho dava tanto trabalho, não teria tido. Além do mais, Maria está gorda, e não consegue mais voltar a seu peso. Não encontra tempo para se cuidar, e vive sem paciência com sua Barbie. Grita com ela, odeia quando ela se suja, e não suporta o choro de criança. Acontece que Barbie chora muito. Quando encontra um obstáculo, ela “surta”. Não suporta ouvir não, ou qualquer limite ao desejo dela. Ela se tornou uma pequena tirana dentro de casa.

O casal enche a filha de brinquedos e de objetos. Eles não sabem dizer não, e fazem tudo para que ela não chore. Relata que quando ela não consegue vesti-la porque está chorando, Maria a deixa sem fralda, e então ela faz coco e xixi no apartamento, o que é pior.

Maria sente que não há liga entre ela e a filha, e se ressente disso porque acha que ela vai se arrepender mais tarde. Mas a culpa só pode ser da filha. Ela culpa a filha de não ter tempo para ela, de ter engordado e não conseguir emagrecer. Ela culpa a filha de não ser a filha-boneca que não dá trabalho. Não quer mais ter filhos e culpa a filha por isso também. Tem a impressão que essa filha é um “rascunho”. Diz que se um dia, Barbie perguntar por que ela não teve irmãos, ela vai lhe dizer que foi culpa dela, pois ela não foi boazinha.

Sente-se cruel. Cruel em pensar assim, mas não consegue pensar diferente, e encontrar graça na filha. Alias, é isso que as pessoas pensam quando a filha tem um chilique no supermercado. Pensam que ela judia dela.

E O PAI DA BARBIE? ONDE ESTÁ?

Maria escolheu um marido parecido com seu pai. Ela queria um homem que não a abandonasse. E viu nele isso. Eles namoraram sete anos até casarem. Durante o casamento, ela chorava de soluçar. Ela não quis ter o sobrenome do marido, e queria manter o seu sobrenome. Mas seu pai a convenceu. Seu marido é o bom moço, mas incompetente. Agora está dando alguns cortes nele para ver se ele se vire sozinho, e cresça. No final do ano passado, ela decidiu pela separação. Junto com seu pai cuidou de todos os papeis.

Sua filha é tudo para ele. É até demais. Ele a mima em excesso. Todo dia, chega do trabalho com um presentinho. É muito brinquedo. Tantos brinquedos que Barbie nem os abriu todos, e no apartamento já não cabe mais no quarto dela, e agora os brinquedos invadiram a sala. “É um amor louco, e é transcendental”, critica Maria. Ele não queria ter filhos, ela lembra. Ele não queria porque presenciou a morte de sua irmã caçula, ainda criança. Até hoje, ele carrega esse trauma na consciência. Como para aliviar sua culpa, ele continua muito apegado a seus pais, sobretudo sua mãe. É um homem todo machucado por dentro. E Maria tem certeza que a loucura que ele tem pela filha está relacionada à morte de sua irmã.

Maria é uma mulher de carreira brilhante. Não se permite nunca errar. É severa com os outros, sabe que exige muito, e trabalhar com ela é estressante. Vive o tempo todo frustrada, muito frustrada. Sonha com sua vida de antes, quando era magra, e podia dispor sozinha de todo seu tempo. Para compensar, consome. Compra muitas roupas e cremes para a pele. Tem horror à ideia do envelhecimento. Reivindica o direito de ser feliz. Exausta, após cada sessão, ela me pergunta se "isso vai passar, e se ela vai ficar louca".

A prática clínica é a maior testemunha das derrapagens nas relações familiares. A família é o palco das grandes tragédias. Na clínica com crianças, exemplos não faltam onde o sintoma da criança traduz a grande confusão dos pais quanto a suas funções, o que pode gerar, consequentemente, transtornos psíquicos.

O que chamamos de "função paterna" e "função materna" não necessita da presença de um homem e de uma mulher. A realidade anatômica de quem cria a criança não é um elemento fundamental para a construção da subjetividade desta última. Esta construção está muito mais subordinada à organização psíquica daqueles que cuidam da criança, de como eles se colocam em relação à sua própria sexualidade, à fantasia que têm de ser pai e/ou mãe e, talvez, sobretudo, ao lugar que a criança ocupa na economia psíquica dos pais. Cabe à mulher, designar o homem como sendo reconhecido pelo seu desejo. Cabe também à mulher recusar ao filho ocupar o lugar de ser tudo para ela. No caso de Maria, sua filha é tudo de ruim para ela.

Não é necessário que haja um homem para que haja um pai. Seu estatuto é de se apresentar como alteridade, um terceiro mediador e estruturante do desejo da mãe e do filho. É preciso que a relação homem e mulher participem do desejo de se tornar mãe. É dessa forma que a criança começa a gestar. Isso dá condições de um homem tornar-se pai. Então ele se engaja como pai, e se diferencia da mulher e se posiciona como Outro. O pai que se ocupa da mãe é um obstáculo para que a criança continue a se pensar como objeto de completude dela. Nesse sentido, ele interdita a mãe. E isso só é operante, se ela consentir. E como ele perdeu seu valor aos olhos dela, ele não é mais confiável. O desejo da mãe tem esse poder de transmitir ou apagar a paternidade. É ela quem faz valer a condição de paternidade. Segundo Mauro Mendes, além dessa dependência da relação do homem com o desejo da mulher, o homem retoma sua configuração edípica de origem na relação com a criança. Se ele não for capaz de abrir mão da mãe dele, ele não vai participar da paternidade. Ou ele afasta a mulher, e só permanece do lado da criança. Ou então, ele se afasta da mulher, e não participa da relação mãe-filho.

Não é nova a discussão sobre o declínio do lugar do pai e/ou da função paterna na psicanálise contemporânea. O pai é aquele que articula a lei. Ou ele falta como presença ou como presença está presente demais ou ainda, mesmo presente, ele falha.

Por lugar do pai, entendemos o lugar psíquico que ele ocupa na estrutura do desejo da mãe da criança. O lugar de "terceiridade" como o chama Jean-Pierre Lebrun. Enquanto a função paterna é efeito de linguagem que estabelece uma separação na díade, e permite então que as relações se estabelecem de outro modo, submetidos pela lei da castração.

Ambos, lugar e função claudicam na família afetiva contemporânea.

Elisabeth Roudinesco afirma que "à família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalcadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado (...)".

Se hoje existe desordem nas filiações**,** o que é mais preocupante é o lugar que a criança passa a ocupar nessas novas configurações. As modalidades do pai assim como as modalidades da família são contingentes, ou seja, variáveis, mas a função do pai é necessária para a subjetivação da criança.

Ainda segundo Mauro Mendes, quanto mais as mulheres se "masculinizam" na ascensão do mercado de trabalho, mais elas anulam a relação dissimétrica necessária para haver alteridade, e mais consideram o homem como genitor sem valor, sem gravidade, e mais padecem da solidão. O filho ocupa todo o espaço, e se transforma em tirano que está no comando das leis. Por amor a ele, seus pais o deixam decidir. Incapazes de exercer uma autoridade que sanciona e protege a criança, eles contribuem para que ela não renuncie à onipotência infantil

e à exigência do tudo é possível que faz qualquer espera se desesperar. Isso porque em vez de interditar, eles negociam ou abdiquem. E Jean-Pierre Lebrun acrescenta: "o pai se esquiva do ódio da criança ou substrai-se, evitando sistematicamente o conflito". E a criança não encontra mais a possibilidade de entrar em confronto para legitimar sua alteridade, e se diferenciar.

E, O QUE RESTA DO PAI?

Sem a função paterna operando, não haverá limite ao gozo materno. E a criança ocupará o lugar de tamponamento das faltas no casal. Essa modalidade de exercer a função paterna contribui para a emergência de novas formas de fragilidade psíquica da criança. Como no caso de Maria, seu desejo não encontra limites, nem obstáculos, e ela investe no seu bebê quando quiser como quiser e se quiser. E de tanto investir na filha, ela pode acabar com ela.

Para concluir, o pai sem gravidade não se coloca como alteridade capaz de descolar a criança da loucura materna. Como evoca Jean-Pierre Lebrun, não se trata da foraclusão do Nome-do-Pai (psicose), nem de um pai fraco (histeria) , tão-pouco de um pai cujo a mãe faz a lei (perversão), mas trata-se de um pai à margem, sempre presente mas inoperante, desacreditado, sem voz. E quando falta um lugar de endereçamento de sua subjetividade, o homem é "sem gravidade", sem consistência.

Impossível pensar em pai, sem referência a uma mulher, e um filho. Por isso mesmo, na vigneta clínica, a singularidade do desejo de Maria vai decidir da forma como o pai da Barbie se apresenta.

Enfim, a busca da sociedade contemporânea ocidental se orienta no desejo de igualdade entre os homens e as mulheres. Na sociedade do tipo patriarcal do século XIX : o pai tinha direitos, e a mulher deveres. Hoje, o desejo é equivalente e em pé de igualdade com os direitos, os deveres e as necessidades. Em suma, gozar a qualquer preço. E o preço a pagar por isso, é caro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Melman, C, L'homme sans gravite, Ed Denoel, 2002

- Roudinesco, E, A familia em desordem, Ed Jorge Zahar, RJ, 2002

- Nasio J-D, Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise, Ed. Zahar, RJ

- Lebrun, J-P, O futuro do ódio, Ed. Porto Alegre, 2008

- Lebrun, J-P, Un monde sans limite, Ed Eres, 1997.

- Mendes, M, Seminário sobre a clínica do psicanalista pelas psicoses, SP. 2010.

Grace Lagnado
Psicóloga e psicanalista, mestre em psicologia clínica pela Université Catholique de Louvain-Neuve (Bélgica), com especialização em psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae. É professora e supervisora clínica do curso de Formação em Psicanálise de Crianças do Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP).

O PLANTÃO PSICOLÓGICO COM CRIANÇAS:
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ESCUTA ANALÍTICA NA COMUNIDADE

Helena Julio Rizzi (apresentadora)
Julia Leis Vilela Baggio
Livia Chaud Albano
Nathalia Lima Loiola

RESUMO

Desde 2009, uma equipe de psicólogos realiza um serviço de plantão psicológico aberto à população nas dependências da ONG Movimento Comunitário Estrela Nova, localizada na região do Campo Limpo. Historicamente, este dispositivo surge como interessante recurso para atender às demandas em diferentes instituições. No Estrela Nova, após tentativas de inserção do psicólogo no atendimento à comunidade, tal trabalho se articulou à escuta analítica e tornou-se um potente espaço de cuidado. Destacam-se como funções importantes desse dispositivo: o acolhimento em momentos de crise, a discriminação de demandas e a articulação da rede comunitária. Neste texto, buscamos apresentar brevemente o serviço de plantão e, a partir da ilustração de alguns casos, discutir suas potências, limites e desafios no que diz respeito à infância.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, Escuta analítica, Plantão psicológico, Trabalho em rede.

> Crianças difíceis, crianças alienadas, crianças em perigo moral, crianças rebeldes a qualquer tratamento médico, quem são vocês, quem são seus pais?
> (MANNONI, 1923, p.35)

Não é raro que a oferta de tratamento psicológico nos serviços de saúde pública ou gratuitos seja precária em relação à demanda. Diante disso, o atendimento em plantão psicológico surgiu como recurso para atender pessoas no momento em que emergem suas queixas. As experiências deste dispositivo em diversos contextos revelam o plantão como um instrumento potente de trabalho, não só pela facilidade de acesso, mas também pelas características que sustentam sua prática.

Quando pensamos na organização institucional que um serviço de plantão exige, podemos perceber diferenças em relação ao *setting* clínico tradicional, as quais resultam em outra especificidade de atendimento psicológico. Não se pretende com isso valorar os benefícios de cada tipo de atendimento, mas sim ressaltar que os efeitos proporcionados podem ser diferentes.

Desde 2009, uma equipe de psicólogos voluntários[1] realiza um serviço de plantão psicológico aberto à população nas dependências da ONG Movimento Comunitário Estrela Nova[2], localizada na região do Campo Limpo. O plantão acontece semanalmente aos sábados, com revezamento da equipe; além disso, mensalmente, os profissionais se reúnem a fim de discutir os casos atendidos e dar sustentação à prática.

A organização do plantão nesta instituição implica em demanda espontânea, ou seja, o plantão está disponível para que as famílias o procurem quando sentirem desejo ou necessidade. Por saber o local e o horário em que o serviço é oferecido, é a população que decide, a princípio, quando e por que buscar atendimento.

Ao refletir sobre o plantão psicológico em um hospital psiquiátrico, Walter Cautella Junior (1999) coloca que "a própria possibilidade de escolher se quer ou não utilizar-se do plantão é um ato de saúde, pois está implícito nessa atitude uma opção e uma ação contestatória da nulidade patológica" (p.169). Embora trate de um contexto específico de atenção à saúde mental, essa reflexão se alinha à experiência comunitária desenvolvida no Estrela Nova.

1 Composta por Helena Rizzi, Júlia Baggio, Laura Ottoni, Lívia Albano, Lucas Antonini, Maria Cristina Carvalho, Maria Lucia Guimarães, Mariana Pasqualini, Nathalia Loiola, Silvia Deroualle e Tessy Hantzschel (coordenadora).

2 Site da ONG: http://www.estrelanova.org.br/

A população atendida no plantão, frequentemente, depende de um sistema público de serviços de saúde que assujeita o paciente, sendo comuns filas de espera, falta de profissionais e atrasos no atendimento por burocracias. Com isso, muitas vezes, as queixas para atendimento psicológico não são devidamente acolhidas, cronificando essas situações e tirando do sujeito a capacidade de ser cuidado e de cuidar de si.

Por não ter um serviço disponível no momento em que eclode sua demanda, o sujeito pode paralisar-se frente ao problema em que se encontra. Em uma aula sobre intervenção institucional, comunitária e hospitalar, Gilberto Safra (2003,) afirmou que, nessa circunstância, o sujeito encontra-se de tal forma identificado com o problema que não consegue acionar recursos para lidar com ele. Assim, no momento crítico, o esgotamento das alternativas sociais se associa à inibição dos mecanismos psíquicos.

No plantão, contudo, o paciente disponibiliza de um serviço aberto e acessível e tem o poder de decidir se e quando vai ao atendimento. Além disso, tanto o profissional como o cliente devem saber da possibilidade de esse encontro ser único. A percepção da limitação temporal vai gerar uma modificação interna nos participantes do encontro. Possibilitará ao plantonista uma maior sensibilidade frente às questões do cliente, e esse, por sua vez, tentará reorganizar sua demanda de maneira a hierarquizar e priorizar aquilo que é mais importante para si naquele momento. O limite é por si só um fator organizador (CAUTELLA JÚNIOR, 1999, p.167).

A experiência nos mostra que este fato potencializa o atendimento, por organizar a demanda do paciente e exigir uma disponibilidade focalizada no presente por parte do psicólogo. Ou seja, o plantonista deve estar disponível para "acolher a experiência do cliente e não apenas seus sintomas" (*idem*), o que permite uma compreensão ao mesmo tempo próxima e distanciada do problema trazido.

Focalizar-se na experiência presente, abrindo os sentidos possíveis, não significa, em absoluto, ignorar a história pessoal e familiar, ou a rede que compõe a dinâmica do paciente. Ao contrário, considerar tais aspectos faz sempre parte do atendimento em plantão, na medida em que clareia quais recursos, internos e externos, o paciente – ou a família – dispõe para começar ou continuar a ser atendida.

O plantão se propõe a acolher a demanda na dinâmica familiar, permitindo uma flexibilidade de atendimento de acordo com o que se evidencia no contato com as questões trazidas. Assim, atendimentos de familiares podem ocorrer conjuntamente, separadamente pelo mesmo profissional ou separadamente por profissionais diferentes. No caso de crianças e adolescentes, principalmente, esses recursos se mostram potentes. Notamos que intervenções importantes são feitas no sentido de discriminar as demandas, ajudando-os a separar o que vem muitas vezes sob a queixa de dificuldades no convívio familiar, como ocorre no caso de Tamires.

Tamires, 14 anos, e sua mãe, Suzi, chegam ao plantão com um encaminhamento de uma instituição que a menina frequenta. A mãe traz, de forma um tanto vaga, a queixa de que a filha estaria sentindo a ausência do pai e desenvolvendo o costume de mentir. Primeiramente, Tamires é atendida sozinha. Diz fazer muitas atividades além da escola – judô, música, teatro, inglês, coral –, menciona ser ansiosa, ter dificuldades para dormir e fala rapidamente sobre a ausência do pai, que não encontra há cerca de três meses. Afirma não entender bem o porquê de estar ali, mostra-se um tanto reservada, precisando de mais tempo para se abrir. Na sequência, sua mãe é atendida pela mesma psicóloga. Suzi traz diversas questões pessoais e da relação com Tamires, dizendo-se nervosa e mostrando-se bastante controladora. Embora tenha um novo companheiro com quem tem uma boa relação, sente muita falta do pai da menina.

Nesse primeiro momento, podemos notar que o descompasso entre mãe e filha está ligado a conflitos individuais projetados na relação. Suzi, ao se dispor a falar dos problemas da filha, revela questões emocionais suas que poderiam ser trabalhadas. Sugerimos, então, que voltem para serem atendidas separadamente, por profissionais diferentes, o que se segue por mais quatro vezes. Em relação à Tamires, notamos que ela vai se apropriando do espaço oferecido no plantão ao longo do tempo e algumas relações vão se evidenciando. Relata a separação dos pais e diz ser muito apegada ao progenitor, que vive em outra cidade. Entretanto, de acordo com ela, este apresenta comportamentos infantis, "promete muito, mas não cumpre nada" (*sic*) e é sua responsabilidade "dar um jeito nele" (*sic*).

Tal inversão na relação entre os dois, em que a filha sente que deve cuidar do pai, soma-se à relação complicada com a mãe. Tamires mostra-se colada no discurso materno sobre ela. Ao ser perguntada sobre suas

questões, são frequentes falas como: “minha mãe fala que eu sou (...)”, “minha mãe acha que eu tenho (...)”, “minha mãe decidiu (...)”. Além disso, relata cobranças como “ela quer que eu seja a melhor da sala”, “quer que eu trabalhe no ano que vem”, dentre outras. Ao longo dos atendimentos, fazemos alguns apontamentos no sentido de ajudá-la a encontrar formas de entrar em contato com seus conflitos a partir de uma perspectiva própria, distanciando-se do ideal materno. Interessa-se pela ideia de escrever um diário, como tentativa de alcançar tal diferenciação e passa a trazer outras questões pessoais, ligadas a relacionamentos e pertencimento a grupos sociais.

O processo de Tamires nos remete à Mannoni (1923), quando diz: “A criança, sensível, como vimos, *a tudo o que não se diz*, retira de tal confronto [com o analista] a possibilidade de uma nova arrancada, até mesmo de uma primeira arrancada como ser autônomo, não alienado no desejo dos pais” (p.118). A ruptura necessária com o desejo da mãe parecia, desse modo, impossibilitada diante da fragilidade da figura paterna. Entendemos que a escuta proporcionada aos conflitos da díade mãe-filha, assim como aos conflitos emocionais individuais, possibilitou um reposicionamento de ambas diante da ausência do pai.

Faz-se importante considerar também que o trabalho com crianças exige sempre articulações com a rede externa, assim como a escuta e orientação dos cuidadores e/ou responsáveis. Por ser um espaço aberto, a forma como a família se apresenta já indica sobre seu funcionamento: quem traz a criança, o que é dito sobre ela, qual a relação estabelecida etc.

Os casos chegam por diferentes vias ao serviço, o que implica em mudanças na relação que o sujeito estabelece com o profissional, bem como nos pedidos a ele endereçados. Torna-se fundamental, portanto, discriminar quais são as queixas e/ou as crises, e de quem elas são. Este acolhimento, no momento em que o pedido de outra instituição acontece, torna-se uma importante forma de cuidado e de prevenção da cronificação ou agravamento de uma crise, assim como relatamos a seguir.

Guilherme chega ao plantão prestes a completar 8 anos, trazido por seu pai Pedro, o qual comparece carregado de papéis e encaminhamentos para o filho. Um desses papéis trata-se de um “termo de entrega e responsabilidade em caráter emergencial”, o qual atribui a Pedro a responsabilidade por Guilherme, documento este emitido pelo Conselho Tutelar um mês antes da procura pelo plantão.

O menino está morando com o pai há apenas 45 dias, seus pais estão separados desde que ele era bebê e, até então, o menino morava com a mãe e passava alguns dias com o pai de tempos em tempos. Há alguns meses, o pai vinha observando que Guilherme chegava à sua casa sujo, com fome, com hematomas pelo corpo e muito agressivo. Foi por conta de tal situação que procurou o Conselho Tutelar e ficou com a guarda provisória da criança. O pai descreve a mãe como negligente, promíscua e extremamente agressiva e impaciente, indicando uma situação de possível violência doméstica e exposição à sexualidade.

Após ter passado a morar com o pai, Guilherme foi matriculado em uma escola pública e em um projeto social do Campo Limpo. Apesar de estar inserido em ambas as instituições há poucas semanas, chega ao plantão com encaminhamento dos dois serviços. Tais documentos afirmam que Guilherme seria “agressivo e indisciplinado” (*sic*), além de “não apresentar nenhuma forma de respeito ao outro” (*sic*), e o pai ainda conta que é chamado quase que diariamente para buscá-lo mais cedo, pois os serviços entendem que ele estaria sem condições de permanecer nas instituições. Pedro afirma também que sua família tem tido dificuldades com o comportamento “agressivo” (*sic*) de Guilherme, de modo que nem a sua mãe, avó da criança, e nem a sua atual esposa toleram passar muito tempo com o menino.

Guilherme e Pedro passam a frequentar o plantão com regularidade, sendo atendidos por profissionais diferentes ao longo do tempo. Cabe destacar que Pedro vai ao plantão mesmo quando Guilherme está passando o final de semana com a mãe, ou seja, procura escuta e orientação independentemente do acompanhamento do filho. Neste ponto, chama a atenção, a disponibilidade e a presença desse pai, que se mostra aflito, porém disposto a tentar resgatar sua relação com o filho, o qual ia sendo destituído de cuidado por onde passava. O plantão se configura como um espaço que permite a esse pai acolher, dar suporte e cuidar do filho.

Guilherme, por sua vez, ao longo do tempo, passa a construir modos de lidar com sua raiva, medos e angústias. Em um dos atendimentos, brinca de ser guerreiro, enquanto o psicólogo que o atende é um dragão; seu

personagem consegue somente fugir ou agredir o outro. O psicólogo, então, o instiga a pensar outras saídas para o conflito e Guilherme começa a construir uma armadura com clips de papel, conseguindo se aproximar do dragão de um modo mais ativo e não tão reativo como até então. Esta situação clínica destaca-se por ser representativa do processo realizado pela criança enquanto frequenta o plantão.

Nos atendimentos que se seguem, Guilherme se mostra cada vez mais criativo e seu pai relata que ele tem conseguido estar nos espaços e estabelecer relações de modo menos agressivo. Pedro vai conseguindo assumir sua paternidade e relata que tem o plantão como instrumento de apoio nesse processo.

Com isso, evidencia-se que a demanda surge, no primeiro momento, depositada apenas na criança, como um pedido da escola por psicodiagnóstico. No entanto, a partir de uma escuta atenta da dupla, é possível perceber essa demanda se reconfigurando para um pedido da criança por cuidado e para um pedido de ajuda do pai. A escuta e o cuidado no momento em que a crise emerge foram determinantes para esse caso, considerando que "na crise a pessoa está estancada no tempo" (SAFRA, 2003,), o que exige aberturas de sentidos para que se retome seu movimento vital, processo esse favorecido pelo formato do plantão psicológico. Paralelamente, entretanto, Pedro busca outro serviço para avaliação neurológica da criança.

Aqui, outro fator se faz presente: os limites do atendimento no plantão. Chegam demandas que exigem outro tipo de atenção, as quais, pelas próprias características deste dispositivo, não são possíveis de serem trabalhadas. Quando isto acontece, aciona-se a rede externa para que determinados serviços sejam realizados por instituições competentes. O plantão pode, nestes casos, servir não só como mobilizador e articulador da rede, mas também como referência para as famílias, como se deu com Carolina.

Carolina tem 5 anos e chega ao plantão acompanhada por sua mãe Edna, encaminhada pela escola, pois "passam por problemas familiares" (*sic* – encaminhamento); a mãe afirma que Carolina "não consegue esquecer algo que aconteceu" (*sic*) e diz receber reclamações frequentes da escola, pois a menina é "agitada" (*sic*) e às vezes agride os colegas quando estes a contrariam.

No atendimento apenas com a mãe, esta descreve de modo confuso e desorganizado a relação violenta e agressiva com o pai de Carolina enquanto eram casados: ele passava dias fora e, ao chegar em casa, alcoolizado, a agredia. Conta uma cena de violência do ex-marido contra ela, ocorrida quando a filha tinha apenas 2 anos de idade e refere que a menina ainda se lembra de tal situação. Eles se separaram há dois anos, porém, o pai mantém ameaças de que vai pedir a guarda da criança e entrar na justiça para recuperar a casa. Edna traz como queixa principal não saber como tratar de tais questões com a filha.

Ao final do primeiro atendimento, depois de explicado o funcionamento do plantão, a mãe diz não querer contar essa mesma história para outros profissionais e pergunta se pode voltar a ser atendida pela mesma pessoa, o que fica combinado para acontecer a partir do mês seguinte. Ao longo de um ano, mãe e filha voltam mensalmente ao plantão com a mesma psicóloga, trazendo suas angústias e questões. Diante das especificidades desse caso – que envolvem a desorganização psíquica da mãe, histórico de violência familiar e dificuldade de recontar tais histórias – , além do pedido explicito, consideramos ser importante possibilitar o vínculo dessa família com um único profissional de referência, o que demonstra a flexibilidade do serviço.

Nos atendimentos individuais, a menina se mostra esperta, criativa e bem articulada na fala; demonstra intensa angústia e cria, repetidamente, histórias em que os personagens caem, se machucam, desmaiam e morrem, sem que haja nada a ser feito por eles ou qualquer modo de proteção. Frente às destruições representadas nas brincadeiras, cuidar dos personagens mostra-se algo extremamente difícil.

Já Edna, apresenta dificuldade em separar suas próprias experiências com o ex-marido, marcadas pela violência, das experiências vividas pela filha com seu pai; centra suas queixas apenas na criança. Ao longo dos atendimentos, o plantão a ajudou a pensar como tratar as questões formuladas pela filha, especialmente sobre o pai.

A mãe traz também questões concretas a serem resolvidas, como a guarda da criança, a casa em que mora, entre outras, e vai gradativamente delineando uma demanda de escuta para si. Ela é, então, encaminhada para uma instituição especializada no atendimento de famílias vítimas de violência. A partir da articulação com este serviço e da possibilidade de construção com a mãe e com a criança de um trabalho que caminhe em

paralelo, Edna se dá conta de que, apesar de sua relação conturbada com o ex-marido, este pode exercer o papel paterno para Carolina. Formula, então, possibilidades de tratar tais questões com a filha, acolhendo suas perguntas e pensando modos de lhe responder.

Segundo Dolto, o valor simbólico de uma experiência está vinculado ao:

> encontro de uma experiência sensível efetivamente nova e das palavras justas ou não que serão pronunciadas ou não a seu propósito pelas pessoas ouvidas por ela, essas palavras ou a sua falta conservam-se e se representarão na sua memória como representativas verdadeiras ou falsas do experimentado vivido (1923, p.16).

Os sintomas de Carolina, nesse sentido, parecem associados à dificuldade materna de lhe oferecer referências simbólicas para o vivido e, uma vez que a mãe pode se ocupar de tal tarefa, a criança ressignifica sua infância.

Embora de maneira breve, a partir de recortes clínicos, pretendemos com a discussão destes casos apresentar uma configuração possível de escuta analítica em que, assim como o psicanalista, o plantonista, "pela sua presença, vai ajudar um indivíduo a articular sua demanda, a constituir-se na sua fala em relação à sua história, para finalmente extrair, a partir de uma certa sequência, uma mensagem em que poderá ser veiculado um sentido" (MANNONI, p.35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAUTELLA JÚNIOR, W. "Plantão psicológico em hospital psiquiátrico", In: MORATO, H.T.P. *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1999.

DOLTO, F. (1923). "Prefácio". In: MANNONI, M. (1923). *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MANNONI, M. (1923). *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SAFRA, G. *Intervenções clínicas breves e pontuais*. São Paulo: Edições Sobornost, 2006 (Vídeo Conferência).

Helena Julio Rizzi
Psicóloga pela USP (2009); aprimoramento em Psicologia Hospitalar pelo Instituto da Criança do HC-FMUSP (2011); atua em consultório e no Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis; voluntária no Estrela Nova.

Julia Leis Vilela Baggio
Psicóloga pela USP (2009); educadora em escolas e projetos sociais; psicóloga no Instituto Criança é Vida; voluntária no Estrela Nova ; doula e graduanda de Obstetrícia na Universidade de São Paulo.

Lívia Chaud Albano
Psicóloga pela PUC-SP (2013); psicóloga social do Setor de Reumatologia Pediátrica da UNIFESP; acompanhante terapêutica e psicóloga clínica em consultório (pessoas surdas e ouvintes); voluntária no Estrela Nova.

Nathalia Lima Loiola
Psicóloga pela USP (2010); aprimoramento em Saúde Mental pelo CAPS Itapeva; especialização em Saúde Mental pela FMABC; atua em consultório particular e na saúde pública de São Bernardo do Campo; voluntária no Estrela Nova.

A RUPTURA COM A FIGURA DO PAI DIANTE DA ACUSAÇÃO DE PEDOFILIA.

Isabella Ferraz Lacerda de Mello

RESUMO

Desde 2005, o Projeto CAVAS/UFMG possibilita que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual realizem acompanhamento psicoterápico com psicólogos e estudantes de psicologia. São encaminhados casos pelo Conselho Tutelar, Casas de Acolhimento, Vara da Infância e da Juventude, dentre outros órgãos que fazem parte da rede de enfretamento à violência sexual. Para que os casos sejam atendidos é necessário que a denúncia já tenha sido feita e que a criança e/ou adolescente esteja afastada do abusador.

A maioria dos abusos são intrafamiliares e cometidos por pais e padastros. Algumas vezes se faz necessário ouvir familiares das vítimas e, através da escuta dos seus relatos é possível perceber o quanto seus discursos são carregados por decepções. A notícia de que alguém sofreu abuso sexual na família por parte de algum parente, conhecido pode abalar a estrutura familiar. E quando o abusador é o pai? Podemos pensar que as crianças cujos pais são pedófilos podem carregar marcas relacionadas à decepção com a figura paterna. Surge uma questão: será que a decepção provocada pelo pai pode causar um risco de ruptura do pacto edípico no mundo interno da criança? Este trabalho busca compreender como a decepção diante da figura paterna pela criança pode repercutir na construção dos seus processos identificatórios e até que ponto a denúncia de pedofilia feita à justiça provocaria um efeito de ruptura nos ideais do eu também nos filhos de pais abusadores. Poderia acontecer o que Pellegrino escreveu no seu texto “Pacto Edípico e Pacto Social”, em 1983, quando ele estabelece uma relação entre a ruptura com o pacto edípico e a destruição do significante paterno no mundo interno da criança ou adolescente, abrindo portas para a emergência de impulsos delinquenciais pré-edípicos?

PALAVRAS-CHAVE: Ruptura, Ideal do eu, Figura paterna, Abuso sexual.

Isabella Ferraz Lacerda de Mello
Psicóloga formada pela UFMG em 2011, mestranda em Estudos Psicanalíticos na UFMG sob orientação da professora doutora Cassandra Pereira França. Técnica do Projeto CAVAS/UFMG – Projeto de Pesquisa e Extensão que atende Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual – desde outubro de 2011.

AS PESQUISAS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DIRECIONADAS AO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL.

Profa. Dra. Ivonise Fernandes da Motta

RESUMO

Este artigo retrata um panorama das pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo sobre o acolhimento de crianças e adolescentes. Ele ainda traz alguns relatos de caso e reflexões numa interface entre a psicologia clínica, violência e intervenções psicanalíticas no contexto de acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento; Violência; Psicanálise; Winnicott.

O acolhimento é um tema frequentemente relacionado a uma questão bastante atual, a violência, um fenômeno que acompanha a humanidade desde seus primórdios, sendo inalienável aquilo que é humano. Todas as narrativas humanas tem a violência como constituinte das relações, aparecendo na família desde o início dos tempos.

Vale ressaltar a complexidade que pode significar a adoção de uma criança vinda deste contexto sócio afetivo. O que frequentemente acontece é que, depois de algum tempo, a criança adotada testa os pais adotivos de forma a verificar se neles existe um lugar confiável de maternagem. A desconfiança é uma marca em todas as pessoas que tiveram experiências de rejeição ou fratura ética (Safra, 2010). Sendo assim, a criança testa o ambiente que encontrou e busca a prova de que seus guardiães são capazes não só de amá-la, mas de odiá-la objetivamente. Nessa dinâmica, ela parece acreditar que é amada depois de ter conseguido ser odiada" (pag. 348).

A articulação entre psicologia clínica e o acolhimento conduz a reflexões sobre a qualidade das relações transferenciais estabelecidas com e pelas crianças que tiveram o lar desfeito e sofreram com uma importante falha ambiental no exercício das funções materna e paterna. A presença da ambivalência entre amor e ódio geralmente está presente nas relações deste contexto.

Winnicott ao escrever sobre O Ódio na "Contratransferência" em 1947 afirmou que ao buscar o ódio do psicoterapeuta o paciente estaria tentando ir ao encontro de uma necessidade. Esse encontro abriria a possibilidade de resgate ou reencontro com a capacidade de amar e com boas experiências vivenciadas no início da vida.

Winnicott também realça a importância da fusão da agressividade com o erótico para o desenvolvimento psíquico. E que dessa integração e das experiências primitivas com o ódio dependem a capacidade de amar. Em Agressão e sua relação com o desenvolvimento emocional (1950-5), Winnicott nos diz "Em uma psicologia total, ser roubado é a mesma coisa que roubar, e igualmente agressivo. Ser fraco é algo tão agressivo quanto o ataque do forte ao fraco. Assassinato e suicídio são fundamentalmente a mesma coisa" (p . 355).

Já para Dolto, a revelação da história pessoal de cada um pode trazer a possibilidade de desenvolvimento. Ela faz uma importante distinção entre pulsão de morte e pulsão de assassinato. Pulsão de assassinato, segundo a autora, tem um objeto a destruir. Pulsões de morte são pulsões de repouso do sujeito e de descanso do corpo no sono profundo.

Esse conceito de pulsão de assassinato é análogo aos conceitos de pulsão de agressão (aggressionstrieb) que aparecem em Freud nos textos "Além do Princípio do Prazer" (Freud, 1920) e "Análise de uma fobia em um menino de cinco anos" (Freud, 1909) e pulsão de destruição que aparecem em Freud no texto Ego e o Id (Freud,

1923). Ambos os conceitos são utilizados como uma variante do conceito de pulsão de morte para designar uma pulsão de morte voltada para o mundo exterior e/ou para destruição do objeto (Laplanche e Pontalis, 1982).

Segundo Dolto, existem várias possibilidades de trabalhar com o inconsciente profundo, além do setting psicanalítico tradicional, mesmo quando a pessoa dorme, está em coma ou dopada por medicamentos. Ao falar sobre essa questão relata um caso surpreendente e que se conecta com nosso tema.

Dolto conta que um antigo paciente foi procurá-la desnorteado porque sua mulher tinha dado a luz a uma menina. Ela passava bem após o parto, mas depois de algum tempo entrou em estado convulsivo e finalmente em coma. Após 48 horas, a previsão era de que se ela voltasse do coma, teria sequelas, pelo menos a paralização das duas pernas. O homem ficou invadido por um estado de ódio violento contra a vida, sua mulher e a equipe do hospital e resolveu falar com Dolto. Disse que não ficaria do lado de uma mulher doente e que preferia matá-la. Os sogros vieram visitá-los. Foi então que o pai revelou a história do nascimento de sua filha.

Ela era a mais velha de quatro filhos, duas meninas e dois meninos. Quando nasceu, a mãe passou a detestá-la e desenvolveu uma verdadeira fobia à filha. O mesmo aconteceu com a segunda menina. O contrário acorreu com os filhos homens, aos quais havia amado desde o primeiro dia. As duas meninas tiveram que ser criadas sem a mãe até a idade de começarem a andar. Dolto diz para o homem contar para sua esposa em coma a história de seu nascimento. O homem assim o fez e algumas horas depois ela voltou do coma sem sequelas. Suas primeiras palavras foram “Quero ver minha filha”. E depois, dirigindo-se a seu marido: ”Não sei se sonhei ou se foi mesmo você que me contou sobre meu nascimento. De repente, compreendi que tinha sido por causa dessa história que eu achava que eu não tinha direito de ter essa menina. Agora escapei do coma”(pag. 106).

Retomando o tema da adoção pelo viés simbólico, alguns psicanalistas afirmam da importância da adoção em qualquer filiação, quer se trate de pais e filhos biológicos, quer se trate de pais e filhos adotivos. Toda criança necessita ser adotada (Dolto, 1989, pag.14). A criança humana é um ser de adoção (Dolto, 1985, pag.63).

Uma questão fundamental nesse contexto é quais possibilidades de trabalho psicanalítico temos em situações dessa ordem. Sabemos da importância dos primeiros anos de vida e das boas experiências vivenciadas pelo par mãe-bebê para constituição de boas bases para o psiquismo.

Para Winnicott, o adoecimento e a saúde devem levar em conta o ambiente. Quando fala da “Tendência Antissocial”, ele defende a tese da importância do holding e do ambiente na etiologia e tratamento da Tendência Antissocial. Quando fala sobre ‘’A Delinquência como sinal de Esperança” em 1967, ele ressalta mais uma vez a presença da esperança do encontro com o amor dos pais, mesmo em situações de delinquência nas quais parece não existir mais esperança alguma.

A Universidade, lugar de produção do conhecimento, por meio de pesquisas e parcerias institucionais tem investigado algumas dessas indagações. O que se pode esperar em termos de possibilidade de desenvolvimento psíquico e saúde para crianças que sofreram violência, maus tratos, abandono e rejeição? Quais são as intervenções possíveis?

O abrigo pode ser um ambiente facilitador do desenvolvimento de crianças e adolescentes? Quais os alcances e limites de intervenções psicoterápicas com crianças e adolescentes em situações de maus tratos? E com os cuidadores que trabalham nessas instituições? Essas são algumas das questões que temos acompanhado ao longo de mais de uma década de trabalho e pesquisas em abrigos e no acolhimento de crianças e adolescentes.

Em 2004, quando realizávamos uma pesquisa num abrigo, encontramos os gêmeos Daniel e Mathias, abrigados desde seu primeiro ano de vida, mas com histórias iniciais bem distintas. Daniel foi separado da família desde o início e permaneceu hospitalizado até os oito meses de idade. Em seguida foi abrigado, ou seja, não teve o contato materno. Por sua vez, Mathias permaneceu com a mãe e família até os dez meses de idade, quando foi abrigado. Sendo assim, teve o contato com a mãe, no entanto, essa relação foi pautada por negligência e maus tratos.

Na chegada ao acolhimento, foi realizada uma avaliação psicológica dos gêmeos e concluído que Daniel, que não teve contato inicial com a mãe e a família, teve um desenvolvimento mais favorável do que Mathias que pôde conviver com a mãe nos meses iniciais de vida. O acompanhamento dos gêmeos no processo de adoção foi sucedido de várias intercorrências e dificuldades que promoveram reflexões na equipe sobre quando o lar e a

família são os ambientes mais adequados aos cuidados de uma criança e quando o abrigo se mostra ambiente mais favorável ao desenvolvimento desses indivíduos. No caso dos gêmeos, foi possível confirmar que o abrigo se revelou ambiente com melhor condição de suprir as necessidades das crianças. Esse trabalho gerou a dissertação de mestrado da pesquisadora Denise Sanchez Careta denominada "Análise do Desenvolvimento Emocional de Gêmeos Abrigados no Primeiro Ano de Vida: Encontros e Divergências sob a Perspectiva Winnicottiana".

Pesquisas acerca do uso do conhecimento psicanalítico em intervenções psicoterápicas com crianças e adolescentes que sofreram maus tratos e abandono são relevantes como forma de buscar estratégias interventivas e de manejo, não só para o atendimento dos acolhidos, mas também dos profissionais.

Por meio de pesquisas e trabalhos realizados neste contexto de acolhimento, foi possível testemunhar a possibilidade real de recuperação de aspectos positivos das relações objetais dessas crianças que incentivadas, apresentaram uma grande capacidade de resiliência e de potencial afetivo, apesar de toda agressão sofrida. Sendo assim, intervenções psicoterápicas individuais e em grupo mostraram resultados favoráveis ao desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes.

Maira Bonafé Sei foi, uma pesquisadora do IPUSP, desenvolveu um trabalho que finalizou em sua dissertação de Mestrado denominada "Desenvolvimento Emocional e os maus tratos infantis: uma perspectiva winnicottiana". Uma das conclusões de seu trabalho foi que "através da ludoterapia foi possível observar que o atendimento pode acontecer e trazer resultados positivos para o sujeito, no sentido do mesmo alcançar uma maior integração de sua personalidade, a despeito das interferências ocorridas dada a falta de um espaço mais adequadamente preparado para um atendimento ludoterápico e dificuldades vivenciadas diante do setting pouco usual" (pag. 97). Ao final, Maira concluiu que mesmo com adaptações e mudanças necessárias ao setting psicoterápico, em atendimentos realizados em abrigos, os resultados são positivos e encorajadores à realização desse tipo de trabalho em instituições.

Outra pesquisadora, Daniela Pacheco Rotondoro, realizou dissertação de Mestrado intitulada "O abrigo pode ser um ambiente facilitador do desenvolvimento de crianças e adolescentes? Grupo psicoterapêutico como instrumento de trabalho". Essa pesquisa teve como objetivo investigar o quanto a realização de encontros sistemáticos em grupo com educadores e educandos em um abrigo poderia facilitar o relacionamento interpessoal e mesmo o desenvolvimento emocional dessa população. Os resultados foram positivos e mostraram que é possível intervir no ambiente e contribuir para a constituição de um meio favorável ao crescimento de crianças e adolescentes. Esses grupos foram coordenados tendo por base os conhecimentos advindos da psicanálise, mais especificamente, as ideias de D.W. Winnicott.

Já em seu doutorado, a pesquisadora Denise Sanchez Careta desenvolveu a tese "Quando o ambiente é o abrigo: Cuidando das Cuidadoras de Crianças em Acolhimento Institucional" na qual concluiu que é possível intervir no ambiente do abrigo fornecendo cuidados e holding às cuidadoras das crianças com resultados positivos no que se refere a promover um ambiente com condições mais favoráveis ao amadurecimento das crianças e adolescentes.

Essas são algumas das pesquisas ocorridas no Instituto (IPUSP) ao longo dos últimos anos e que contribuíram para a convicção de que o conhecimento psicanalítico é um importante instrumento interventivo no ambiente de acolhimento, tanto no atendimento aos profissionais quanto aos acolhidos no sentido de constituir condições melhores e mais favoráveis ao desenvolvimento emocional de crianças, adolescentes e adultos com histórias de violência, maus tratos, abandono e rejeição; assim como na relação desse público com os profissionais que trabalham nesse contexto.

Para concluir, deixo assinalado um fragmento do caso de uma mãe com histórico de agressão ao filho, o afastamento e o processo de reintegração familiar da criança. Esse caso foi atendido pela equipe que trabalha comigo em meu laboratório de pesquisa no IPUSP, o LAPECRI - Laboratório de Pesquisas em Criatividade e Desenvolvimento Psíquico.

Maria, 24 anos, casada e com um filho de oito anos. Sem histórico de violência familiar. Engravidou de José e aos seis meses de gestação (setembro de 2003), o marido, com apenas 36 anos, faleceu abruptamente

de infarto em casa diante de Maria e do filho primogênito. Viúva, grávida e com um filho, Maria, dependente financeiramente de seu marido, enfrentando dificuldades em organizar a família, procurou abrigo com a tia materna José, ao nascer (dezembro de 2003), ainda na maternidade, foi entregue a sua mãe que num ato de violência, o jogou no chão. Diante desta violência materna, que resultou em traumatismo craniano no bebê, o Juiz da Vara da Infância e Adolescência da região determinou que o bebê fosse entregue aos cuidados da tia materna da genitora, com a qual vivia Maria.

Aos três meses de idade José é hospitalizado em virtude de complicações respiratórias e tem como acompanhante Maria, sua mãe, que ao levá-lo para realização de exames novamente o atirou ao chão. O bebê é atendido imediatamente pela equipe do hospital e Maria d*etida* pelos seguranças do local, é conduzida imediatamente à delegacia. Maria foi indiciada por tentativa de *homicídio doloso*[1] e permaneceu em reclusão por cerca de três meses, quando obteve *habeas corpus*[2] e pôde aguardar o julgamento em liberdade.

Em 2004, aos três meses, José foi acolhido em instituição, entidade de acolhimento para crianças e adolescentes, como medida de segurança e proteção.

Passaram-se aproximadamente oito anos até que José tivesse possibilidade de voltar a viver com sua mãe na mesma casa. Várias intervenções psicoterápicas foram realizadas com Maria, José e a família até que fosse possível testemunhar a transformação de Maria, de uma mãe agressora a uma mãe suficientemente boa, a partir de um longo e intenso trabalho psicológico em equipe.

Fica aqui assinalada a necessidade da continuidade de pesquisas na área. Ainda há muito que realizar.

1 O dolo é a consciência e vontade de praticar a conduta definida como crime pela lei. Assim, tem-se o homicídio doloso quando o agente deseja matar o ofendido, e direciona sua vontade para tanto. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/

2 Medida que visa proteger o direito de ir e vir. É concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Quando há apenas ameaça a direito, o Habeas corpus é preventivo. Fonte: Glossário Jurídico. Disponível em: http://www.stf.jus.br/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Careta, Denise Sanchez " Análise do Desenvolvimento Emocional de Gemeos Abrigados no Primeiro Ano de Vida : Encontros e Divergências sob a Perspectiva Winnicottiana ". Dissertação de Mestrado. IPUSP 2006

Careta, Denise Sanchez Careta "Quando o ambiente é o abrigo: Cuidando das Cuidadoras de Crianças em Acolhimento Institucional" Tese de Doutoramento.IPUSP 2011

Freud, S. (1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas, vol.X. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

FREUD, S. (1923). O eu e o isso. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas, vol.XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Freud, S. (1920). Além do princípio do prazer. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Freud, S. (1909). Duas histórias clínicas: O pequeno Hans e o homem dos ratos. Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas, vol. X. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Dolto, F. (1985). Seminário de psicanálise de crianças. Zahar.

Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1982). Vocabulário da psicanálise. In Vocabulário da psicanálise. Martins Fontes, 2001.

Rotondoro, Daniela Pacheco "O abrigo pode ser um ambiente facilitador do desenvolvimento de crianças e adolescentes? Grupo psicoterapêutico como instrumento de trabalho". Dissertação de Mestrado.IPUSP. 2005

Sei, Maira Bonafé "Desenvolvimento Emocional e os maus tratos infantis: uma perspectiva winnicottiana." Dissertação de Mestrado. IPUSP. 2004

Winnicott, D. W. (1947). O ódio na contratransferência. Da pediatria à psicanálise, 277-287.

Winnicott, D. W. (1993). Agressão e sua relação com o desenvolvimento emocional. Da pediatria à psicanálise.

Winnicott, D. W. (1967). A delinqüência como sinal de esperança (1967). Tudo Começa em Casa.

Profa. Dra. Ivonise Fernandes da Motta
Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IPUSP. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em Diferentes Abordagens Psicoterápicas (LAPECRI), do IPUSP, desde 1990. Tem como principal linha pesquisa a Psicologia Clínica, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise, Winnicott, diagnóstico e psicoterapia de crianças, adolescentes e adultos.

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA COMO POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO SOCIAL

Izabela Dias Velludo Roman
Alberto Luiz Rodrigues Timo

RESUMO

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) tem como principal função garantir a proteção social básica para as comunidades residentes nas áreas de maior vulnerabilidade e risco social. Para isto, oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que promove o acesso e usufruto de direitos e o fortalecimento da função protetiva das famílias. O trabalho social com famílias implica uma discussão a respeito do lugar da figura paterna nas novas configurações sociais e culturais. Partindo das ideias propostas por Hélio Pellegrino acerca da construção do pacto social, o presente trabalho objetiva abordar o lugar que uma instituição de assistência social ocupa para o sujeito. Reconhecendo a existência de uma precária integração da lei paterna acreditamos que o vínculo estabelecido entre a família e a instituição permite uma reatualização do pacto primordial e, consequentemente, configura uma possibilidade de fortalecimento e manutenção do pacto social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência social, Psicanálise, Lei, Pacto social.

O Plano Nacional de Assistência Social de 2004 garante aos cidadãos e aos grupos que vivenciam algum tipo de situação de vulnerabilidade e risco social e/ou pessoal a oferta de serviços socioassistenciais executados através do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). As ações da assistência social são organizadas em dois tipos de proteção social: a proteção social básica, dedicada ao trabalho de prevenção de riscos sociais e pessoais, e a proteção social especial, destinada a famílias e indivíduos que já tiveram algum de seus direitos violados. No momento, vamos nos debruçar sobre a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios da proteção social básica, ou seja, nos interessa investigar o papel dos serviços socioassistenciais em relação ao público que, a princípio, não vivenciou nenhuma situação de violação de direitos por abandono, maus-tratos, abuso sexual, dentre tantas outras. Estes serviços são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social através do PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias) e dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Crianças de 0 a 6 anos, jovens de 15 a 17 anos, idosos) visando potencializar a família como unidade de referência na tentativa de fortalecer seus vínculos internos e externos.

A equipe técnica dos CRAS atua com famílias e indivíduos em seus contextos comunitários, por isso, os equipamentos estão localizados dentro da comunidade e servem como local de orientação e estimulação do convívio sociofamiliar e comunitário. Considerando-se que um dos princípios da proteção social da assistência social é a matricialidade sociofamiliar, ressalta-se que o alvo principal do serviço é a família, entendida como o "núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social (PNAS, 2004, p. 90)". Sendo assim, de acordo com o Plano Nacional de Assistência Social os serviços devem atuar supondo, como funções básicas das famílias: "prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado" (PNAS, 2004, p. 35). No entanto, no próprio texto do PNAS ressalta-se o fato de que nem sempre as famílias possuem capacidade para desempenhar suas funções básicas, o que decorre de sua relação com a sociedade, sua organização interna e seu universo de valores. Portanto, para garantir a proteção social de seus membros e assumir seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, a família precisa ser apoiada socialmente, além de ter acesso a condições sociais e econômicas necessárias.

É o que também nos diz Violante (2000) em seu texto "A perversidade da exclusão social" ao afirmar que família e sociedade não devem ser tratados separadamente, uma vez que o sujeito contitui-se psiquicamente, num primeiro momento, no seio da família, que por sua vez pertence ao um grupo social. Ou seja, problemas sociais como o desemprego, por exemplo, ao atingir o sujeito concreto ele se torna um problema pessoal, trazendo dramáticas conseqüências para dentro das casas, pois além de sofrer privações de necessidades básicas do corpo, a família também sofre privações de necessidade de psíquica de prazer narcísico. Nas palavras da autora: "Levados ao desespero da sobrevivência, não é possível estes pais apresentarem-se aos filhos como se nada estivesse acontecendo... Apenas aqueles que não sofrem destes males conseguem colocar a realidade entre parênteses!" (VIOLANTE, 2000, p. 66). Ou seja, a realidade histórica marcada por discursos e injunções de exclusão e exploração que é imposta às crianças e aos seus pais desempenham papel central para a organização do psiquismo do sujeito.

Para compreendermos melhor essa lógica de estruturação social do sujeito, recorremos à leitura do texto "Pacto edípico e pacto social" de Hélio Pellegrino no qual o autor propõe que o Édipo, enquanto pedra angular da estrutura intrapsíquica e do processo civilizatório, exige a assinatura de um pacto, uma aliança com o pai e com a função paterna. Ao renunciar seu desejo incestuoso, a criança ganha em troca o direito de receber nome, filiação, lugar na estrutura de parentesco, o acesso à ordem do simbólico, e tudo aquilo que lhe permite construir-se como sujeito humano. O pacto é respeitado e serve como base para a identificação com os ideais e valores da cultura à qual pertence.

No início de seu desenvolvimento psicossexual a criança realiza um pacto sexual com a Lei da Cultura, renunciando aos seus impulsos sexuais, que a ingressa no círculo de intercâmbio social. Na idade adulta, através do trabalho, o sujeito realiza o pacto social e se insere no circuito e intercâmbio social, tornando-se sócio pleno da sociedade humana. Portanto, o pacto social sucede, confirma e amplia a aliança feita anteriormente com a Lei primordial, com a Lei paterna. Sendo assim, considerando que o pai é o representante da sociedade junto à criança, a impossibilidade de integração da lei da Cultura pode gerar condutas anti-sociais, e, da mesma forma, uma patologia social pode ameaçar ou romper o pacto com a Lei do Pai. Ou seja, quando o sujeito aceita renunciar seu desejo para participar como sócio da sociedade ele tem o direito de receber, dessa mesma sociedade, o mínimo indispensável à preservação de suas integridades físicas e psíquicas. E, quando isso não acontece, assistimos a uma ruptura com o pacto social, que pode implicar uma outra ruptura, ao nível inconsciente, com o pacto edípico e assim, tudo que estava reprimido em nome do pacto com a cultura aparece como resistência militante, na melhor das hipóteses, ou, na pior delas, como conduta delinquente ou anti-social. Para Pellegrino (1983),

> "É essa a chave psicanalítica para compreensão do surto crescente de violência e delinquência que dilacera o tecido social brasileiro nas grandes cidades. Existe, em nosso País, uma guerra civil crônica sob a forma de assaltos, roubos, assassinatos, estupros – e outras gentilezas do gênero. Esta guerra foi declarada e é mantida pelo capitalismo selvagem brasileiro, pela cupidez e brutal egoísmo das classes dominantes, nacionais e multinacionais, que o sustentaram e expandiram as custas da miséria do povo." (PELLEGRINO, 1983, Disponível em: http://www.sppsic.org.br/blog/?p=354)

Mas, voltemos ao papel dos serviços socioassistenciais voltados para as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Partindo das considerações de Hélio Pellegrino sobre o pacto social e sua relação com o pacto com a Lei paterna, podemos afirmar que grande parte do público assistido pelos CRAS, que estão localizados em territórios marcados pelo alto índice de violência, possui uma precária integração da lei paterna, por diversos motivos sociais e subjetivos. São famílias que sofrem uma exclusão social transgeracional e que, portanto, integram sujeitos que nunca receberam a outra parte do pacto, a promessa da inclusão social. Sendo assim, questionamos qual o lugar de uma instituição de assistência social básica diante destes sujeitos que a procuram, diariamente, em busca de benefícios eventuais (cestas básicas, segunda via de documentos

pessoais, sepultamentos gratuitos), de encaminhamentos para vagas de emprego, para tratar de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família ou para freqüentar um dos grupos de convivência desenvolvidos no equipamento.

A princípio, esses atendimentos que tratam de demandas tão específicas não parecem surtir efeitos de aperfeiçoamento nas capacidades de proteção social das famílias, tal como é preconizado pelo PNAS/2004. No entanto, como vimos anteriormente, um dos requisitos para que as famílias consigam funcionar como unidades de referência e de proteção para seus membros é o acesso às condições materiais básicas. Sendo assim, o acesso à alimentação, aos documentos de identificação, a cursos e vagas de emprego e à convivência com outros membros de sua comunidade, tudo isso é capaz de fortalecer as funções protetivas dessas famílias, uma vez que são ações que funcionam como forma de inclusão social e reforçam o pacto social.

Mas, para além do objetivo primeiro dessas atividades desenvolvidas com as famílias, gostaríamos de ressaltar aqui, a importância do vínculo que o sujeito faz com o profissional que o atende e o acompanha nesse processo de tentativa de inclusão social, isso mesmo, tentativa de inclusão social. Muitas vezes, após sentir a exclusão social nos diversos contextos em que procuram uma participação social, o sujeito já não consegue apostar mais em suas próprias possibilidades de existência, desacreditado em relação ao trabalho, à educação, à saúde, enfim, desacreditado de si. Porém, ao reconhecer no outro, profissional do serviço social ou de psicologia que o atende no CRAS, um desejo de existência do sujeito, uma aposta em sua capacidade de existir e participar da sociedade, orientando e garantindo seus direitos, o sujeito tem a possibilidade de desejar manter o pacto social. Ou seja, o vínculo estabelecido entre a família e a instituição permite uma reatualização do pacto primordial e, consequentemente, configura uma possibilidade de fortalecimento e manutenção do pacto social.

É o que pode ser percebido na fala de uma idosa que relata, em entrevista ao programa voz do Brasil, que o CRAS é a sua segunda família, na postura de várias mulheres que tentam amedrontar seus companheiros agressores alertando-os de que a moça do CRAS deseja falar com ele; na esperança daqueles que se vêem protegidos quando a equipe técnica questiona a ação de outras instituições que atendem aquele usuário, quando crianças e adolescentes que freqüentam o espaço do CRAS são questionados quanto à postura que adotam ali, ou ainda, quando, diante da dificuldade de regularizar os documentos pessoais, uma chefe de família cansada de suas atribuições e responsabilidades, pretende desistir da busca pelo seu local de registro, mas após a intervenção da técnica, confia em sua capacidade e consegue retirar a segunda via do seu registro de nascimento. São diversas as situações em que podemos perceber a intervenção da equipe enquanto regularizadora do desejo do usuário, desejo de vida, de vínculos, de reconhecimento e de futuro. Por isso, concordamos com Pellegrino quando afirma que o Édipo é a Lei do Desejo, pois ao ser firmado um pacto, no qual o outro me apresenta possibilidades a partir da minha renúncia de satisfação pulsional, está configurada a construção essencial que vai permitir ao desejo trilhar seu caminho.

No entanto, nem sempre o profissional consegue acreditar nessa possibilidade de futuro do outro e manifestar sua aposta, seja por questões contratransferenciais ou por questões relativas à própria lógica de exclusão social, que extrapolam o acesso aos documentos, ao emprego formal e a convivência comunitária. Mas, diante da perversidade da exclusão social, na qual falham o investimento libidinal que os pais (família) e o discurso social devem projetar sobre o bebê apostando que ele seja um transmissor fiel do modelo sócio-cultural, cabe a nós, profissionais que recebem essas crianças e seus pais em serviços da rede socioassistencial, garantir referências que lhe permitam projetar-se no futuro, servindo-lhes de suporte identificatório, após terem sido privados do primeiro suporte representado pelo grupo familiar, funcionando, incessantemente, como novas possibilidades de consolidação do pacto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Constituição. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS).* Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

PELLEGRINO, H. *Pacto Edípico e Pacto Social*. Jornal Folha de S. Paulo, 1983.Disponível em: http://www.sppsic.org.br/blog/?p=354

VIOLANTE, M. L. V. (2000) A perversidade da exclusão social. In: LEVISKY, D. L. (Org.) *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 63 - 76.

Izabela Dias Velludo Roman
Psicóloga clínica, mestre em teoria psicanalítica pela UFMG, Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e pesquisadora do Projeto CAVAS/UFMG (Projeto de Pesquisa e Extensão que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual).

Alberto Luiz Rodrigues Timo
Psicólogo, mestre em teoria psicanalítica pela UFMG. O autor trabalha como psicanalista e professor de psicanálise. Lecionou para a graduação de psicologia da UFMG no último ano.

O QUE É UM PAI? CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE PATERNIDADE E FUNÇÃO PATERNA.

Cristiane Palmeira de Oliveira Barreto
Izabella Paiva Monteiro de Barros
apresentadora

RESUMO

O que é um pai? Este trabalho tem o objetivo de promover uma reflexão sobre a diferenciação entre os conceitos de Função Paterna e Paternidade e a partir disto - com o auxílio de um recorte clínico - discutir a eficácia do Pai, função a qual está diretamente relacionada à importância do lugar que ocupa no discurso da mãe. Se a função paterna pode ser pensada como atribuição de um lugar ao pai, o que possivelmente ocorre nos casos em que a há falhas na instalação da função paterna? Estaremos observando um declínio da função paterna na modernidade? Muitos dos sintomas dos quais se queixam os pais em relação aos filhos podem ser lidos e escutados pela Psicanálise, leitora da cultura, como uma reação corporal e não simbolizada que faz sofrer as crianças por uma falta da incidência eficaz da função paterna.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição Subjetiva, Édipo, Paternidade, Função Paterna.

Qual a relação entre ser pai - desempenhar um papel no registro da realidade - e ocupar a posição paterna? Decerto não estamos tratando da mesma coisa, afinal o acesso à posição paterna é uma busca (Lacan, 1957) e, dessa maneira, o fato de ser o procriador não garante a operação da função paterna.

Em 1957, em seu Seminário "*A relação de objeto*", ao discorrer na aula de 6 de março "Sobre o Complexo de Édipo", Lacan afirmar que, desde Freud, há uma interrogação sobre o que é ser um pai.

Segundo Faria (2014), essa pergunta encontra respostas na teorização lacaniana acerca dos registros imaginário, simbólico e real. Conforme a autora, a questão sobre o pai acompanha o desenvolvimento da obra lacaniana indo desde as "considerações sobre a imago paterna, passando pela concepção da função paterna como função simbólica, até chegar à articulação do Nome-do-Pai como operador lógico" (p. 154).

Assim, pode-se dizer que no que tange a definição do conceito de Pai no estatuto imaginário, é o próprio Lacan quem não nos deixa esquecer que os sujeitos que se tornam pais, homens cuja contribuição biológica estará sempre na origem do bebê, também estão em cena no processo de estruturação psíquica de uma criança: é o pai enquanto referência imaginária.

Além disso, como aponta Kehl (2006) o pai pode ser aquele que se oferece como substituto da mãe, apresentando à criança outra oferta/demanda pulsional, o que pode ser muito importante para que o bebê possa assim estar mais protegido da ambivalência materna, por exemplo, nos casos de bebês mal-formados e/ou prematuros. Tal proteção se torna possível tendo em vista a diferença de representação fálica do filho para a mãe e para o pai.

No entanto, a função paterna, na Psicanálise, não está diretamente associada à existência do pai biológico, mas à de "um pai investido de seu legítimo poder de intervenção estruturante do ponto de vista do inconsciente" (Dor, 1991, p.13-14). De outra forma, pode-se entender que estará operando a função do pai aquele que intervém perante a economia do desejo do filho às voltas com o desejo da mãe: "não é pois necessário que haja um homem para que haja um pai" (Dor, 1991, p. 19). Tal afirmação de Dor (1991) nos faz voltar para o alerta colocado por Lacan (1957) para a necessidade de "prudência no manejo do ponto de vista ambientalista no que concerne à função do pai" (Lacan, 1957-58, p. 173).

Segundo Barros (2010), a noção de pai, enquanto agente da paternidade comum é o que Dor (1991) define como operador simbólico a-histórico, ou seja, que não depende de um ordenamento cronológico ou aparato biológico.

Assim, enquanto função simbólica, o pai é um significante (significante do Nome-do-Pai) que ao operar promove o descolamento da criança da posição fálica na relação mãe-criança.

No *Seminário 5* (1957-58), Lacan trata da metáfora paterna relacionando-a à função do pai e colocando-a como centro da questão do Édipo. "Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai" (p. 171).

Sim, o Édipo está sempre presente, mesmo ainda hoje. Basta, conforme postulado por Freud (1905), observar as crianças em suas relações e brincadeiras. Além disso, concebemos a partir do próprio Freud que o complexo de Édipo é o organizador da sexualidade infantil que passa da desorganização pulsional ao cultural. Em Lacan (1957-58), o Édipo é definido como a estrutura simbólica na qual o sujeito se organiza em torno do falo e da castração: " o sistema do triângulo edipiano familiar comporta algo de mais radical do que tudo o que nos fornece a experiência social da família". O Édipo é desta forma "o irredutível do que se transmite de estrutural [...] lugar do real como causa daquilo que a estrutura articula" (Faria, 2014).

Na obra de Lacan, o falo constitui uma referência à função do pai como mediador da relação entre a mãe e a criança. Essa função paterna interpõe-se na relação diádica, imaginária e especular que é verificada entre o bebê e a mãe. Ela é a castração. Para poder ser o terceiro e intermediador do vínculo diádico, o pai deve transmitir a Lei, fato que se atualiza por ser o portador do nome. É o pai quem nomeia o filho, e neste ato, está simbolizado que é possuidor do falo, da Lei.

A inserção do pai tem efeitos de inserção da criança na cultura a partir das interdições e imposições de limites. Instaura-se aí, o eixo da filiação e a estrutura simbólica que orienta o desejo em torno da dialética falo-castração.

A função paterna propicia uma espécie de abertura psíquica – tanto interna, subjetiva, como voltada para o outro, para o externo -, o que permite à criança ampliar recursos como as capacidades de elaboração, fantasia e simbolização, ao mesmo tempo em que expande suas possibilidades de compartilhar e diversificar relações sociais (Passos, 2006, p.10).

Desta forma pode-se dizer que na teoria lacaniana, o Édipo é estruturante. O ingresso no mundo do significante e, portanto, a constituição do inconsciente e o recalcamento originário decorrem desse processo. Foi isto que Lacan teorizou, sob o nome de "A Metáfora do Nome-do-Pai". Como já foi dito anteriormente, o simbólico passa pelo pai e é no Nome-do-Pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica. É o falo que vai permitir que o pai real assuma sua representação simbólica e regule a economia do desejo com referência à mãe e ao filho (Dor, 1991).

Ao fim da fase pré-edípica, a criança precisa assumir o falo como significante de uma maneira que o faça instrumento da ordem simbólica. Na resolução edípica, ou seja, pela intervenção do Outro, agora já não mais o Outro materno, o sujeito ultrapassa a relação dual ascendendo à ordem simbólica. Lacan (1987) aponta que se tem por aceite que a situação mais normatizante do vivido originário do sujeito moderno, sob a forma reduzida que é a família conjugal, está ligada ao fato de o pai se encontrar como o representante, a encarnação de uma função simbólica. O pai da realidade, ao impor a Lei, transforma-se em pai simbólico.

A partir destas colocações, fica evidenciado que é possível o pai estar presente mesmo quando não está, mesmo nos casos em que a criança está somente com a mãe, "complexos de Édipo inteiramente normais [...] normais como normalizadores, por um lado, e também normais no que se desnormalizam [...] se estabelecem de maneira exatamente homóloga à dos outros casos." (Lacan, 1957-58, p. 173). Isto porque a normatividade se organiza em torno da transmissão de uma falta, independentemente de quem sustente a função lógica da castração para a criança uma vez que as configurações familiares encarnam, personificam a essência estrutural do que é transmitido.

Dessa forma, para tratarmos da relação entre a paternidade e a função paterna, abordaremos essa última a partir do que é postulado em "Nota sobre a criança" (Lacan, 1969), como a função encarregada do "irredutível de uma transmissão", por via de uma implicação com um desejo não anônimo e, especificamente com relação ao pai, por uma transmissão que se dá na medida em que por ele se vetoriza a encarnação da Lei.

Diante do exposto, entende-se que a função paterna possa vir a ser operada pelo mesmo agente que sustenta a função imaginária no processo de estruturação psíquica de um sujeito (pai da realidade, cuidador da instituição, educador, qualquer agente paterno presente em qualquer forma e configuração familiar, etc).

Outro ponto destacado por Lacan e que se vincula à questão da presença ou ausência do pai da realidade diz respeito à carência ou enfraquecimento do pai, questão que tem sido bastante discutida atualmente e que traz inerente uma confusão entre as características do pai da realidade (meigo ou malvado, por exemplo) com a função que esse homem pode vir ou não a operar.

A questão da fundação do pai é percorrida por Lacan ao longo dos *Seminários 4 e 5*, nos quais o autor aponta para a importância do desejo materno "na medida em que é o elemento que revela o assujeitamento da mãe, suporte do Outro para a criança, a uma exterioridade, a uma lei que não é a sua [...]".

Para exemplificar a articulação entre os conceitos apresentados, exibimos aqui uma vinheta de um caso clínico de uma criança que chega ao consultório da psicanalista com o diagnóstico de autismo realizado por um médico neuropediatra.

Nas primeiras entrevistas estão presentes os pais da criança, mas é notável a preponderância do discurso materno a respeito do filho. Essa cena não é incomum aos consultórios de psicanalistas, mas o que chama a atenção da analista nesse caso em particular é que a mãe não busca a referência paterna para discorrer sobre o filho (como, por exemplo: se voltar ao marido para questionar algo ou buscar um compartilhamento de seu ponto de vista).

Nas demais sessões o pai não comparece espontaneamente (só quando é convocado pela analista) e tampouco surge no discurso da mãe. A preocupação materna é com o filho, a quem admite ter tratado como o que ela chama de "um bebê" até os dois anos (o menino inicia o tratamento psicanalítico aos 2 anos e 5 meses de idade).

Parece à psicanalista que o que ela nomeia como bebê é análogo à ausência da suposição de sujeito, já que as reações da criança não eram tomadas por ela como produções com sentido. Sendo assim, prejudicou-se o estabelecimento da demanda por parte desse menino.

Em uma das conversas com a analista a mãe chega a dizer que tratou o filho como "um objeto da sua felicidade", segundo suas palavras.

Filho caçula de quatro, este menino que chega para o atendimento parece ter sido tomado no desejo materno enquanto fonte de prazer e dependência, significante importante trazido pela mãe para revelar seu desejo de ter mais filhos, já que os dois mais velhos são adultos e, segundo a mãe, já independentes dela. Tem uma menina de seis anos a quem quis oferecer uma companhia e, daí o desejo de ter mais um filho se concretizou com esse último menino: "era meu último filho, meu bebê, não queria que isso acabasse nunca"(sic).

É importante destacar que, em entrevista individual, o pai revela não ter desejado esse filho, mas por insistência de sua esposa decidiram tê-lo, ou seja, o pai cede ao desejo materno. Nesse sentido, entendemos que o desejo de ter mais um filho é materno enquanto o pai sustenta o desejo de atender ao desejo materno.

Desse modo, observamos que o pai da realidade está presente, mas sua presença é inoperante no que diz respeito à função paterna. Mas é inoperante não porque o pai não desejou o filho, mas porque não está presente desde a função materna.

Como postula Lacan (1957-58), para que a função do pai possa instaurar o Nome-do-Pai é essencial "que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a Lei como tal" (p. 197).

Nesse caso, notamos com clareza como a Lei está na mãe e não no para-além dela. Com isso, a função paterna não opera e não há metaforização ou nomeação do desejo materno. Assim, conforme aponta Kupfer (2000), a problemática não está no enfraquecimento do Nome-do-Pai e sim em sua não operação, o que resultará no fato de que o desejo da mãe passará "a funcionar por puro capricho, enigmático, sem dar sustentação ao ser do sujeito, cuja significação se manterá como x, como inominável, flutuante." (Kupfer, 2000, p. 66).

Parece à analista que a resposta que a criança dá ao chegar ao consultório com sua ausência de fala estabelece estreita relação com o lugar que ocupa para o Outro primordial. A posição da criança "se cola", ou seja, se dá pelo espelhamento ao desejo materno de ser "o bebê" da mamãe, o objeto da felicidade dela.

Nesse sentido, podemos afirmar que houve falha na instalação da função paterna por não ter havido, desde a função materna, o que Jerusalinsky (1984) nomeia de "cava" para que a referência simbólica possa ocupar seu lugar para o sujeito. Da mesma forma, nos é possível dizer que houve falha no exercício da função materna já que a estrutura do sujeito se funda a partir da função sustentada – via de regra – pela mãe, a qual funda (ou não) o pai.

A partir do recorte clínico apresentado, entendemos que o declínio da função paterna - eixo teórico estudado por importantes psicanalistas - se traduz simultaneamente na desqualificação imaginária daquele que ocupa o lugar de pai na realidade (queda da imago social do pai) e a instauração de uma indeterminação do Pai como significante (não operação da função paterna). Tendo sido visto que a entrada potencial do pai depende fundamentalmente do desejo materno (Faria, 2014) no caso discutido observa-se que a entrada do terceiro fica comprometida devido ao não assujeitamento da mãe a uma exterioridade que condiciona sua relação com a criança. Neste caso a lei aparece como lei materna e a mãe é onipotente no exercício desta lei, ainda que haja a presença do pai da realidade.(de que forma este sujeito materno entra no discurso social dominante?)

Jean-Jacques Rassial (2000) faz notar que já "a partir dos anos vinte, Freud se inquietava com o declínio da função paterna (...). Após a guerra, Lacan nomeava os mesmos fenômenos, evocando um declínio dos nomes do pai" (p. 9). Esse declínio atinge a figura mítica e unificada do Pai em seus diferentes registros, ou seja, os do pai simbólico, imaginário e real. "Este pai que decaiu", continua Rassial, "é primeiro e essencialmente o pai simbólico, o pai já morto da horda" (p. 10). Esse declínio se traduz, conforme dito anteriormente, em uma desqualificação simbólica do pai, cujos efeitos imaginários se fazem notar hoje na grande dificuldade que os pais modernos têm em sustentar sua autoridade no cotidiano. Como o pai da criança, cujo recorte clínico foi aqui apresentado, são pais muitas vezes desautorizados por suas mulheres.

Entretanto, não queremos concluir que a falta da eficácia da função paterna possa desencadear em psicopatologias graves na infância, como o caso do menininho trazido nesse artigo, em outros casos podemos notar a presença da agressividade enquanto resposta da criança "às falhas do registro simbólico na organização do seu corpo" (Kupfer e Pesaro, 2012, p. 126). No caso em questão, como já dito acima, notamos que a resposta da criança se dá pelo espelhamento ao outro e não por via da agressividade ou hiperatividade.

Para finalizarmos, ressaltamos a importância da intervenção nos casos em que constatamos falhas nas funções primordiais de humanização, que são as funções materna e paterna, não para que possamos prescrever modelos imaginários do que seja ser um bom pai ou uma boa mãe ou do que seja uma boa configuração familiar - até mesmo porque essas funções não estão sujeitas a uma compreensão consciente - mas para que, a partir de uma narrativa propiciada pela escuta psicanalítica, seja possível movimentar posições subjetivas dos pais e das crianças e auxiliar os pais que chegam pedindo ajuda, muito destituídos de suas funções e saberes, a se re-inventarem como pais para seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, I. P. M. de (2010). *Movimentos do desejo materno antes e após o nascimento do filho: um estudo longitudinal.* Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DOR, J. (1991). *O Pai e sua função em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

FARIA, M.R. (2014). *Constituição do sujeito e estrutura familiar*: o complexo de Édipo de Freud a Lacan. Taubaté: Cabral.

FREUD, S. (1905). Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972, v.VII.

JERUSALINSKY, A.N. *Psicanálise do autismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

KEHL, M. R. (2006, setembro). Nos braços do papai. In Mente e Cérebro – a mente do bebê, *2*. São Paulo: Duetto editorial, , 36-43.

KUPFER, M.C.M.; PESARO, M.E. Consequências das falhas na instalação da função paterna: uma leitura a partir da Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil. In: KUPFER, M.C.M.; BERNARDINO, L.M.F.; MARIOTTO,R.M.M. (Orgs.). *Psicanálise e Ações de Prevenção na Primeira Infância*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2012.

LACAN, J. (1956-1957). *O Seminário. Livro 4: a relação de objeto*. Versão brasileira de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. (1957-1958). *O Seminário. Livro 5*: as formações do inconsciente. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. (1969). Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. (1987). *O mito individual do neurótico*. Lisboa, Assírio e Alvim.

PASSOS, M. C. (2006, setembro). Os pilares do sujeito. In *Mente e Cérebro – a mente do bebê. 4, 6-15,* São Paulo: Duetto editorial.

RASSIAL, J.-J. (2000). Declínio do pai ou falha do professor? In: *Colóquio do Lugar de Vida/Lepsi,* 2., 2000, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Lugar de Vida IPUSP/LEPSI, 2000.

Izabella Paiva Monteiro de Barros
Psicóloga Clínica, Doutora (2010) e Mestre (2004) em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Especialista em Psicanálise pelo Laboratório Sujeito e Corpo (IP-USP). Atua em consultório particular e foi professora e supervisora do Curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie de 2003 a 2014. Autora de capítulos de livros e artigos científicos.

Cristiane Palmeira de Oliveira Barreto
Psicóloga Clínica, Mestre (2011) em Psicologia Clínica – Núcleo de Psicanálise – pela PUC/SP. Especialista em Psicanálise pelo Laboratório Sujeito e Corpo (IP-USP). Atua em consultório particular. Membro da ABEBÊ – Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê.

ENCONTROS ENTRE O LUGAR DO PAI E O LUGAR DO ANALISTA NA ANÁLISE DE UMA CRIANÇA.

Julia Eid

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apontar, a partir de fragmentos clínicos da análise de uma criança de 9 anos, encontros entre o lugar do pai e o lugar do analista, propondo uma reflexão sobre as aberturas que esse posicionamento ético pode propiciar. Ao falar do lugar do pai, será privilegiada a função paterna – ato que marca a existência das diferenças e da incompletude – embora existam outras questões importantes referentes a esse lugar. Tomando a noção de incompletude como o motor do ser humano e como marca fundamental da ética psicanalítica, a autora compreende a ética da psicanálise e a ética do analista – ancorada por autores como Freud, Winnicott, Silvia Bleichmar, Luis Claudio Figueiredo – como a atitude de respeitar e reconhecer a alteridade, sustentar as diferenças, as assimetrias, os espaços vazios.

É apresentado o caso de uma criança que inicia seu processo de análise por apresentar diversas fobias e angústias intensas. Esta criança quee apresentava um grande sofrimento se defendia de angústias extremamente persecutórias agarrando-se ao seu narcisismo, às idealizações, conservando-se na ilusão de onipotência.

A partir de recortes clínicos, a autora busca evidenciar determinados lugares ocupados pela analista e seus efeitos nessa análise, defendendo a existência de um tempo particular, para cada paciente, para que determinadas intervenções possam ser realizadas – aponta que é preciso construir um terreno em que as palavras e atos do analista possam então pousar.

Ao final, conclui que não se pode falar em castração sem antes acolher as insuficiências. Considera que a renúncia à onipotência é menos ameaçadora na medida em que a presença do outro pode ser vivida com menor persecutoriedade. Neste sentido, aponta que foi preciso que esta criança encontrasse espaço em si mesma e no outro capazes de conter sua desorganização e insuficiências para que, podendo se abrir um pouco mais para o outro, pudesse diminuir suas exigências narcísicas e abrir mão da ilusão de onipotência. Para além disso, busca marcar que há um posicionamento inerente ao lugar do analista que é de, mesmo que em silêncio, marcar e defender a ética das diferenças e da alteridade.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar do pai; Lugar do analista; Ética psicanalítica; Narcisismo

Julia Eid
Psicóloga (PUC-SP); Psicanalista; Membro do Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae; integrante do Grupo Acesso – Estudos, Intervenções e Pesquisa sobre adoção, da clínica psicológica do Instituto Sedes Sapientiae; Colaboradora e supervisora clínica do Ambulatório de Saúde Mental do Departamento de Pediatria Geral e Comunitária da EPM-UNIFESP.

RECONSTRUINDO A FIGURA PATERNA COM MASSA DE MODELAR.

Laura de Albuquerque Maranhão Pereira de Sousa

RESUMO

Tiago, um menino de 7 anos, chega ao consultório com queixa de agressividade e hiperatividade. Sua anamnese revela que ele foi abandonado pelo pai biológico quando tinha apenas 4 meses de idade. Com um ano, a mãe se casa novamente e Tiago ganha um novo pai que o cria até os 6 anos. A mãe então, decide se separar e começar uma nova relação com outro homem. Desde o começo da análise Tiago mostra uma carência afetiva muito grande e uma insegurança em deixar a sala e a terapeuta. Depois de alguma sessões, um boneco de super-herói, que se encontrava na sala e com o qual brincava frequentemente, desaparece. A partir deste acontecimento a análise toma outro rumo. Tiago elabora sua angústia ao procurar o super-herói e começa a fantasiar sobre o que o boneco desaparecido pode estar fazendo. Esta dinâmica se repete durante alguns meses, nos quais a terapeuta trabalha com ele a perda do boneco. É então, depois de várias sessões, que Tiago decide que aquele super-herói morreu e começa a brincar de fazer seu próprio super-herói com massa de modelar: o "homem-massinha". O "homem-massinha" vira ponto central das brincadeiras e toma forma, hora de massinha malvada, hora de massinha boa, engolindo os outros bonecos, diminuindo e aumentando seu tamanho. A partir de fragmentos de sessões da análise, observamos então, graças ao brincar na clínica, a abertura para uma elaboração de Tiago da perda do pai e uma possibilidade de reconstrução desta figura paterna perdida e confusa.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise com crianças; Figura paterna; Técnica do brincar; Simbolismo.

Laura de Albuquerque Maranhão Pereira de Sousa
Psicóloga Clínica formada pela Université de Montréal – Canada e Universidade de Brasília - DF; Especialista em Teoria Psicanalítica Uniceub/Sociedade Psicanalítica de Brasília.

QUE SOLUÇÃO PARA UM SUJEITO AUTISTA?

Maíra Barroso Leo

RESUMO

A prática clínica com autistas revela-se desafiadora para a Psicanálise, especialmente na contemporaneidade, época em que presenciamos o declínio do simbólico enquanto aquilo que nos orientava no mundo. Quais os efeitos do não-acesso à cadeia simbólica para cada sujeito autista? Que soluções pode cada sujeito inventar ao prescindir do Nome-do-pai? Como suprir a falta de alguma coisa que funda a própria significação? Acompanhamos no cenário político atual, recomendações que excluem a Psicanálise como possibilidade de tratamento do autismo. Tais interrogações fazem-se necessárias ao debate na tentativa de trazer à luz a dedicação clínica e teórica de psicanalistas e praticantes no que diz respeito a uma direção possível de tratamento do autismo por esta abordagem.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Tratamento; Psicanálise.

O autista é um sujeito que se recusa a introduzir-se na alienação[1] significante. Decidido a permanecer fora do discurso, o autista demonstra-nos seus esforços para manter o Outro à margem, para torná-lo inexistente. Seus testemunhos aproximam-nos das dificuldades enfrentadas por estes sujeitos para os quais a palavra é devastadora, e de seu modo bastante peculiar de tratar a linguagem.

O significante Nome-do-pai é aquele que "põe ordem no mundo, limita e bordeja o gozo"[2], gozo da "Coisa primordial, sem limites"[3] e, portanto, insuportável. Para acedermos à cadeia significante, para nos enlaçarmos socialmente é necessária tal inscrição. O assentimento à lei simbólica implica em uma perda de gozo ao passo que permite o acesso do ser falante ao universo dos discursos.

Quando o Nome-do-pai não está, observamos, nos casos de autismo, os efeitos avassaladores de um gozo não domesticado. Sujeitos à mercê da invasão de um gozo que não pode ser apagado, imersos numa dimensão em que nada falta. "O autista está mergulhado no real"[4].

Se nos referirmos à segunda clínica de Lacan, ela nos demonstra que "o sujeito pode se virar sem o Nome-do-pai."[5]. "Há aqui o equivalente do Nome-do-pai sob a forma de *sinthoma*, de alguma coisa que enoda os elementos que pertencem apenas ao sujeito".[6] "O Nome-do-pai é um *sinthoma*"[7]. O *sinthoma* surge, então, como conceito que evidencia a maneira particular que cada sujeito encontra para lidar com o gozo e amarrar os registros do real, simbólico e imaginário, que passam a se apresentar como equivalentes.[8]

Quais os efeitos do não-acesso à cadeia simbólica para cada sujeito autista? Que soluções pode cada sujeito inventar ao prescindir do Nome-do-pai? Como suprir a falta de alguma coisa que funda a própria significação?

---

1 MALEVAL, Jean-Claude. Quel tratement pour le sujet autiste? In: Oricar? Digital Nova Época, nº 307, 2007.

2 BAIO, Virgínio. Nome-do-pai e autismo. In: Opção Lacaniana, nº 50, São Paulo, 2007, p. 72.

3 SKRIABINE, Pierre. A clínica diferencial do sinthoma. In: Quarto 86, L'invention sinthomatique, Bruxelas, abril 2006, p. 58-64. Tradução de Cristina Drummond.

4 LAURENT, Éric. O que nos ensinam os autistas? In: Autismo(s) e Atualidade: uma leitura Lacaniana. Belo Horizonte, Scriptum livros, 2012, p. 28.

5 DRUMMOND, Cristina. Apresentação. In: Autismo(s) e Atualidade: uma leitura Lacaniana. Belo Horizonte, Scriptum livros, 2012, p. 7-8.

6 BAIO, Virgínio. Op. cit. p. 71.

7 MILLER, Jacques-Allain. Uma reflexão sobre o Édipo e seu mais além. In: Opção Lacaniana, nº 67, São Paulo, 2013, p. 9

8 DRUMMOND, Cristina. Ibid.

Acompanhamos no cenário político atual, recomendações que excluem a Psicanálise como possibilidade de tratamento do autismo. Nesse sentido, tais interrogações fazem-se necessárias ao debate na tentativa de trazer à luz a dedicação clínica e teórica de psicanalistas e praticantes no que diz respeito a uma direção possível de tratamento do autismo por esta abordagem.

Para sustentar a pertinência da Psicanálise de orientação lacaniana no tratamento do autismo, serão apresentados, a seguir, fragmentos de um caso clínico e os benefícios do tratamento para o sujeito em questão.

FRAGMENTOS DO CASO CLÍNICO

Pedro[9] foi diagnosticado autista pela escola aos doze anos de idade, quando iniciou seu tratamento. De acordo com o laudo fornecido pela instituição, Pedro não interage com outras crianças, recusa atividades em grupo, não faz perguntas em sala de aula nem tampouco responde as que lhe são dirigidas, isolando-se completamente do convívio escolar.

Segundo a diretora, apesar das excelentes notas, ele é como "uma ostra, de onde não sai nada e não entra nada". Sua "mania de desenhar o tempo todo" incomoda os que estão à sua volta.

Pedro não entende piadas. Diz não saber diferenciar se as pessoas são feias ou bonitas; não diferencia suas roupas das roupas de seu irmão cinco anos mais novo, come a mesma comida de domingo a domingo e repete uma série sem fim dos mesmos desenhos.

Quando precisa de alguma coisa, não pede. Seus irmãos entendem rapidamente o que ele precisa e pedem por ele. Quando sente fome, não pede comida nem diz estar com fome, ficando parado ao lado do fogão sem dizer nada.

Na iminência de qualquer alteração mínima que seja em sua rotina, ou fica petrificado, ou é tomado por intensa agressividade e choro. Permanece por horas no computador pesquisando o significado das palavras as quais memoriza com habilidade.

Freqüentemente, ou assume uma posição de recusa total frente ao outro "dando *stop* no ouvido (sic)" (estratégia dita ser usada por ele quando *"os outros falam demais"),* ou comporta-se de maneira estereotipada. Parece indiferente às pessoas a sua volta, e, como se "saísse do ar", não olha nos olhos, emudece, e executa movimentos repetitivos com os dedos das mãos.

FRAGMENTOS DAS SESSÕES

Nas primeiras sessões, Pedro permanece de pé, estático, no centro do consultório durante quase trinta minutos. Convidado a falar sobre seus desenhos, apenas no final de uma das sessões, revela que são "desenhos estranhos". Começou a fazê-los aos quatro anos de idade e fornece informações importantes a respeito deles: "– São desenhos juntos. Vou repetindo, e eles vão melhorando. Existem pessoas que têm o nariz normal, outras têm o nariz afiado, olhos grandes, de chinês, óculos, barba, bigode. Antes eu desenhava só as mãos. Depois, passei a desenhar os rostos vazios."

No decorrer de pouco mais de um ano de tratamento, Pedro apresenta seu modo singular de uso da língua. Escolhe alguns animais de brinquedo e, de uma maneira robotizada, narra histórias sobre eles. Conhece quase todos os bichos, e inventa um jogo de adivinhação que se repete por meses. Distribui alguns animais para mim e outros para ele. Cada um de nós, à sua vez, deverá dar dicas, características dos bichos para que o outro adivinhe.

A cada rodada, Pedro faz um comentário que os diferencia. Em minha vez de adivinhar, Pedro diz: "– Eu sou grande, posso ficar até uma hora sem respirar". Digo-lhe que não sei qual bicho pode ficar até uma hora sem respirar. "– É o rinoceronte. Uma vez fui ao zoológico e li que ele pode ficar até uma hora sem respirar porque ele

9 Nome fictício. Caso apresentado em Seção Clínica no Núcleo de Pesquisa em Psicanálise com Crianças, do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais – Escola Brasileira de Psicanálise, EBP - Seção Minas, maio de 2014. Comentários: Suzana Faleiro Barroso e Lucia Mello.

é muito grande e cabe muito ar dentro da barriga dele. Foi assim que aprendi o que são horas. Eu não entendia o que era hora. Uma hora são sessenta minutos."

Prossegue com um saber quase enciclopédico: "– O veado não tem barba e tem o chifre maior. O cervo está quase em extinção. Na verdade, muitos bichos estão em extinção. Elefantes não têm pelos, quem tinham pelos eram os mamutes para poderem viver no gelo. Isso não é um camelo, é um dromedário. O macaco tem rabo e fica em árvores. O gorila não tem rabo e é bem maior."

O jogo da velha é também proposto por Pedro durante algumas sessões. A pontuação é distribuída entre eu, Pedro e "a velha". "– Três pontos para você, dois para mim e seis para a velha. A velha ganhou!" "– As velhas sempre ganham!" (grita alto). Viu essa frase no filme Detona, Ralph! e diz que as velhas ganham porque têm mais experiência.

No jogo da forca, as palavras são divididas em grandes categorias: objetos, frutas, animais, cores. Às vezes pergunta: "– Tem certeza que é um objeto? Se não for, confunde". Certa vez, ele diz não conhecer determinada palavra: "– Desisto!". Ao revelar-lhe que a palavra era martelo, Pedro imediatamente reclama: "– Martelo é um material, e não um objeto."

Engendra infinitos jogos de perguntas e respostas, organizadas também por categorias como História, Português e Ciências. Certa vez, durante uma partida disse ser "muito bom em Ciências". Digo a ele que noto isto durante as sessões. "– Quando crescer quero ser cientista." Questiono como é ser cientista. "– Quando vejo a arte de alguém, por exemplo, um rosto de mulher, vou aperfeiçoando." Convidado a trazer sua arte, Pedro recusa: "– Não. Tem muita coisa para ser aperfeiçoada ainda."

Um jogo também inventado por Pedro chama-se *"Você conhece o seu melhor amigo?"* Este jogo, diz Pedro, "serve para se conhecer melhor". Cada um, à sua vez, deve escrever no papel perguntas sobre algum tema: super-herói favorito, comida favorita. Dão-se, então, três opções para que o outro adivinhe.

Pedro surpreende-me com seu vasto vocabulário e este jogo parece ser bastante organizador para ele, uma vez que o utiliza não somente no sentido descritivo, mas acrescentando, a cada vez, algum detalhe sobre si. Destaco aqui algumas das principais perguntas e o que Pedro tem a dizer e a nos ensinar sobre elas.

Sobre seu super-herói favorito, pergunta-me se conheço o Batman e sua história. Digo que conheço, mas não sei sua história. Pedro diz:

"– Como você conhece e não sabe? Quem conhece, sabe!"

"– Qual é o meu bordão favorito? Bordão é aquilo que a gente fala muito. O meu bordão é *coisa.* Quando estou nervoso falo: que coisa!"

Pedro pergunta, escrevendo no papel: "– Qual é a comida que mais odeio?" Responde que odeia macarrão, pois "macarrão tem gosto de Japão". Muito surpresa, questiono sobre isso e ele diz que é porque o macarrão foi inventado no Japão. Em determinado momento diz: "– Como não gosto da maioria das coisas que as pessoas gostam, elas me acham esquisito." Pergunto-lhe: – Como? Pedro responde: "– É mais fácil dizer das coisas que eu não gosto. Não gosto de gente. Não gosto dos meninos da escola porque eles brigam e falam palavrão. Questiono-lhe algo sobre as pessoas o chamarem de esquisito. "– Uma vez na escola um anão me chamou de esquisito". – Um anão? "– Um menino baixinho assim".

– E o que você fez?

"– Não fiz nada, ele é mais esquisito do que eu. E quando as pessoas me xingam elas estão xingando a elas mesmas. Todo mundo é um pouco esquisito".

SOBRE A DIREÇÃO DO TRATAMENTO

Os fragmentos acima apresentados demonstram que a Psicanálise pode aprender com os testemunhos dos autistas. Considerar que o autista "está alojado na linguagem, que compreende nosso código ainda que não se disponha a fazê-lo seu"[10] é um primeiro ponto a ser abordado.

Mesmo sendo porta-voz da aversão ao discurso, o autista não está isento da linguagem. Por mais que se petrifique, "congele-se para se defender do encontro traumático da língua com o corpo, não obtém completa imunidade e insensibilidade à língua e à linguagem, o que o torna passível de humanização e inserção social."[11]

Numa tentativa de tratar aquilo que não cessa de não se escrever, as séries de "carinhas" e escritas de Pedro representam o uso da língua como letra, escrita feita da repetição "ad infinitum, sem ponto de basta"[12] de S1 sozinhos que não reenviam a nenhum outro significante, portanto, fora do sentido.

São tentativas de reduzir a língua a um "cálculo ou à repetição de letras que buscam silenciar os equívocos da língua, constituindo um Outro de síntese formado por signos e não por significantes."[13] O gozo solitário da língua verbosa permanece apartado do resto do mundo14. Os cadernos com seus desenhos permanecem protegidos, escondidos embaixo do colchão. Pedro nunca os levou às sessões. Foi sua mãe quem os trouxe, numa primeira entrevista.

Por outro lado, seu saber enciclopédico e sua rígida necessidade de descrever e categorizar o mundo remetem ao que Maleval (2012) chamou de "língua factual" ou "língua funcional"15, linguagem intelectual que acumula fatos, sem a implicação da voz enunciativa, mas que orienta o sujeito autista de certo modo, pois "não é a complexidade de uma língua que causa problemas para os autistas. De fato, é provável que ela os ajude, na medida em que, quanto maior ela é, menor o risco de ser polissêmica. Quanto mais regras e estruturas, menos o autista deverá se apoiar na intuição e no contexto."[16]

Por exemplo, quando Pedro não acerta a palavra martelo no jogo da forca pelo fato de que, para ele a palavra pertence à "categoria" de material e não a de um objeto qualquer, expressa seu modo de resolver os impasses da língua. Para estes sujeitos, é "muito mais fácil lidar com a lei objetiva impessoal. No momento em que a realidade está estruturada, tudo lhe parece menos perigoso. O significante "desencarnado", não os angustia.[17]

Disso decorrem seus esforços para manter o que Leo Kanner (1943) observou como monotonia, mesmice, ou desejo de imutabilidade[18]. Pedro é extremamente sensível a alterações inclusive no horário das sessões. Certa vez, em decorrência de um atraso numa sessão anterior, ao abrir a porta do consultório, encontro-o parado, olhando para seu relógio de pulso certificando-se de seu horário exato. Pedro, até então, nunca havia usado relógio para ir às sessões.

É possível perceber, também, como as palavras são tomadas ao pé da letra. Diante da possibilidade de "tomar bomba" no colégio, Pedro tem uma crise. Enrola uma toalha na cabeça e debate-se no chão por quase uma hora, completamente aterrado.

---

10 MAZZOTI, Marita. Entrevista cedida à Ana Martha Maria (EBP/AMP) ao Blog do Autismo. 26 de agosto de 2014.

11 BARROSO, Suzana Faleiro. Uma clínica do objeto a e a inserção social do autista. Texto inédito.

12 BAIO, Virgínio. Op. cit. p, 71.

13 LAURENT, Éric. Op. cit., p 27.

14 MALEVAL, Jean-Claude. Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas dos autistas. In: Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana. Belo Horizonte, Scriptum livros, 2012, p. 54.

15 MALEVAL, Jean-Claude. Ibid, p. 55.

16 Ibid, p. 56.

17 STEINBERG, Samantha. A psicanálise pode atender os sujeitos com Asperger? Pensando a direção de tratamento no autismo a partir dos conceitos de gozo e linguagem. In: O que tem a dizer o psicanalista sobre o autismo? Caderno de Stylus, nº 2. Outrubro 2013, p.72-73.

18 KANNER, Leo. Les troubles autistiques du contact affectif. (1943) In: Bulletin scientifique de l'Arapi (Association pour la recherche sur l'Autisme et la Prévention des Inadaptations), Spécial Kanner. Paris, junho de 1995. Disponível em: <http://www.resodys.org/IMG/pdf/kanner-scan.pdf> Acesso em 25 mar. 2014.

Daí a importância de se respeitar e acolher as manifestações singulares do autista, promovendo espaços menos ameaçadores para o sujeito. É ele, diante dos encontros inevitáveis com o que há de intratável e de equívoco por excelência no campo do Outro, é quem dará a medida de seu franqueamento, permitindo-o e tolerando-o mais ou menos. Estes "forçamentos leves, sutis que a abordagem psicanalítica [sob medida] destes sujeitos apontam podem ampliar seu mundo e deslocar os limites reais que, a princípio, estavam rigidamente assentados."[19]

A evolução de Pedro é notável: de um sujeito que permanecia por até trinta minutos, completamente absorto no meio do consultório, a um sujeito que, no espaço ofertado, muito trabalha, e que nos brinda com seu modo fascinante de lidar com o mundo. No decorrer do tratamento, a escola e a mãe comemoram. Pedro consente pela primeira vez em participar da apresentação de um trabalho em grupo na escola: segura o cartaz e aponta com os dedos o que seus colegas dizem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pedro nos ensina que há, sem dúvida, um sujeito a supor no autismo[20]. De nosso lado, "permitir ao sujeito desprender-se do seu estado de recolhimento homeostático num corpo encapsulado. Fazer-se parceiro, fora de toda a reciprocidade imaginária e sem a função da interlocução simbólica,"[21] auxiliando-o na construção de suas amarrações. Considerar as particularidades de cada caso e a amplitude dos testemunhos do espectro autista é uma valiosa aposta. A posição do analista supõe "uma renúncia aos ideais terapêuticos e educativos, e a abertura à surpresa."[22]

Que solução para Pedro? Assim como Sean Barron[23], autista que revelou o segredo de suas infindáveis listas com códigos de estações de rádio – as quais também escondia debaixo da cama –, somente depois de dez solitários anos de trabalho, Pedro aponta em suas invenções, possíveis soluções sinthomáticas. "Ser cientista" pela via da arte ou do desenho ou pela via de seu saber enciclopédico? Todavia é cedo para concluir.

Maíra Barroso Leo
Psicóloga Clínica, Mestranda do Programa de Pós Graduação da PUC-MG com ênfase em Processos Psicossociais. Graduada pela PUC-MG. Concluiu um período da Graduação pela UNC (Universidad Nacional de Córdoba), Argentina. Participa do Grupo de Estudos sobre o Autismo, coordenado pelo Laboratório de Estudos Clínicos em Psicologia da PUC-MG. Atua em consultório particular.

19 LAURENT, Éric. Op. cit. p, 58.

20 MENÈS , Martine. O autista, um sujeito a supor. In: O que tem a dizer o psicanalista sobre o autismo? Caderno de Stylus, nº 2. 2013, p. 83.

21 LAURENT, Éric. La batalla del autismo. De la clínica a la política. Buenos Aires: Grama Ediciones. 2013, p. 54.

22 MENÈS, Martines. Ibid.

23 LAURENT, Éric. O que nos ensinam os autistas? In: Autismo(s) e Atualidade: uma leitura Lacaniana. Belo Horizonte, Scriptum livros, 2012, p. 21.

A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS DIANTE DA JURIDICAMENTE NOMEADA "ALIENAÇÃO PARENTAL"

Lorena Bitar[1]
Marcia Porto Ferreira[2]

RESUMO

Nesses nossos dias, o psicanalista vem recebendo pedidos para atender crianças vítimas da chamada alienação parental. Termo criado pelo psiquiatra Alan Gardner e posteriormente utilizado no âmbito jurídico, a alienação parental se refere a situações de disputas de guarda, quando pais separados tentam excluir o outro genitor do lugar de referência da criança, forjando o rompimento de laços afetivos. O psicanalista, então, não raramente, se vê convocado seja pelos pais, seja pelas instâncias jurídicas a testemunhar nos processos em andamento. Entendendo que esse seja um cenário que revela uma forma de figuração do mal-estar na atualidade que exige aprofundadas reflexões sobre a ética da psicanálise, esse trabalho pretende fazer um sobrevoo panorâmico sobre decorrentes interrogações lançadas por diversos autores.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise, Direito, Alienação parental e Contemporaneidade.

Marcia Porto Ferreira
Psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, Professora e supervisora do Curso de Psicanálise com Crianças, coordenadora do Grupo Acesso - Estudos, Intervenções e Pesquisa sobre Adoção da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, autora de diversos livros e artigos, dentre eles Transtornos da excreção - enurese e encoprese, Editora Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005 e Traumas não elaboráveis - clínica psicanalítica com crianças, Zagodoni Editora, São Paulo, 2011.

Lorena Bitar
Psicóloga, psicanalista. Ex-aluna do curso de Especialização de Psicanálise da Criança e Membro do Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae. Atua em consultório particular e na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae.

1 Ex-aluna do Curso Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae

2 Professora e supervisora do Curso Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae

ONDE ESTÁ O PAI? A DANÇA DAS CADEIRAS...

Maria Dias Soares do Amaral

RESUMO

A partir do caso clínico de um menino de oito anos cujo atendimento foi totalmente sustentado pela mãe, pois o pai se recusava a participar; tendo como pano de fundo o declínio da imago paterna e os efeitos disto sobre o pai real em seu contato com os filhos e a esposa, gostaria de refletir sobre os seguintes pontos:
O pai está de fato ausente? Onde entra o psicanalista? Há o risco de o psicanalista estar contribuindo para a destituição/desresponsabilização do pai? O que procura a criança com seu oposicionismo? A função paterna exercida pela mãe é suficiente para a estruturação psíquica da criança?

PALAVRAS-CHAVE: Declínio da figura do pai – A revanche paterna e a volta à mãe (a carência de pai simbólico) – A subjetivação incompleta – O lugar do psicanalista da criança.

Em minha clínica com crianças venho observando que muitos pais vêm se ausentando em se apresentar como figura de autoridade e de responsabilidade para com os filhos omitindo-se em limitar tanto os excessos maternos como os da criança, buscando transferir esta função a outros. Isto vem, sem dúvida, imprimindo marcas na subjetividade dos pequenos que nos chegam, mas, também nos colocando frente a situações muito delicadas e de difícil manejo como quando, por exemplo, a mãe traz e se responsabiliza pelo atendimento da criança e o pai se recusa a comparecer por acha-lo "desnecessário".

A partir do caso clínico de um menino de oito anos que chamarei de X , que é trazido pela mãe (Sra. M) por indicação da psicopedagoga por se recusar a todo e qualquer comando seu , tendo como pano de fundo o declínio da imago paterna e os efeitos disto sobre o pai real (Sr. P) em seu contato com os filhos e a esposa, gostaria de refletir sobre alguns pontos: Onde está o pai? Ele está realmente ausente aqui? O que diz a criança com seu oposicionismo e insubmissão? A função paterna exercida pela mãe é suficiente para a estruturação psíquica de X? Estaria o psicanalista ao assumir o caso contribuindo para a **desresponsabilização** do pai?

Conheci Sra.M. mãe de X , o paciente em questão, enquanto ela terminava apressadamente uma ligação na sala de espera. Entrou na sala de atendimento ainda agitada, desligando seu laptop, o telefone e guardando as chaves numa bolsa enorme que deixou despencar sobre o divã. Parecia sobrecarregada e exausta. Logo disparou: *"Você é daquelas que só atende se o pai vier?"* Sua pergunta me surpreendeu. O que de fato falava? Propunha um tipo de conluio para excluir o pai? Enquanto tais pensamentos ecoavam em minha cabeça, Sra.M. contou já haver procurado duas outras terapeutas que haviam se recusado a receber o caso porque o pai, apesar de não se contrapor, não apoiava a ida do filho ao psicólogo.

O pai não achava que o filho precisava de terapia, pois considerava normal que uma criança quisesse apenas brincar e se recusasse a fazer as tarefas estipuladas pela mãe - como fazer lição de casa, retirar a louça usada da mesa, jogar roupa suja no cesto, etc. Na opinião paterna, a mãe era "crica" com estas coisas e ficava nervosa à toa sempre gritando com os meninos. Portanto, ela teria que assumir toda a responsabilidade se desejasse que o menino freqüentasse uma psicoterapia.

Sra. M. teria demorado a procurar ajuda, pois o fato de ter que arcar com tudo sozinha, inclusive com o pagamento e o traslado de X, deixava-a insegura. Via a psicoterapia como indicada, pois X era auto exigente, e estressado. Não admitia perder ou estar errado tentando então burlar regras. Fora estes momentos de fúria considerava seu filho afetuoso. Temia que estivesse deprimido, pois, ele vinha desistindo de tudo que praticava como o futebol e o judô, só se interessando por jogar videogame com o irmão, e o pai, sem querer sair de casa.

Na verdade, a mãe explicou que a indicação fora feita pela psicopedagoga que X vinha freqüentando por ter dificuldades em seu processo de alfabetização. Após alguns encontros, esta profissional avaliou que X era inteligente e conseguiria recuperar a pequena defasagem que apresentava em relação à classe em pouco tempo. Sua maior dificuldade parecia ser respeitar limites. Na escola ele era um tanto retraído, mas na clínica ela identificava uma criança desafiadora e voluntariosa que se recusava a trabalhar quando as atividades não envolvessem algum tipo de brincadeira. Por vezes tinha que ser firme com ele: "Parece que precisa que alguém o enfrente!" me disse ao telefone. Notava que o menino retornava feliz e colaborador nas sessões seguintes a estes episódios.

Os olhos de Da. M se encheram de lágrimas quando afirmou amar seu marido apesar de se sentir sozinha por não poder contar com ele na educação dos filhos. Sua impressão era de que ele adorava as crianças, mas, apenas para brincar com elas. Recentemente ela havia mudado de área profissional e estava tendo sucesso, mas teve de se adaptar a uma vida de horários variáveis, e, por vezes era a última a chegar estando muito cansada. Encontrava o marido assistindo TV ou brincando com as crianças deixando tudo por fazer em casa. D. M concordava que era meio "crica", mas, dizia ela: "alguém tem de por limite nas crianças".

Frente a meu questionamento a respeito da indicação de uma terapia de casal uma vez que não estavam chegando a acordos em questões tão importantes, ela diz que mantém sua terapia por skipe com seu terapeuta há muitos anos. Afirma, porém, que o marido resiste e diz não ser este um momento adequado para procurar, pois está totalmente focado em sua crise profissional[1].

Sensibilizada pelo desamparo da mãe e preocupada com o oposicionismo que estava se criando entre o menino e ela, resolvi recebê-lo. Antes liguei para o pai tentando convidá-lo a participar. Este, no entanto, deixou um recado em minha secretária eletrônica confirmando que, mesmo achando desnecessário, não se opunha a que o filho viesse às sessões, mas não iria se envolver. Como o pai não retornou minhas ligações subsequentes passei a receber X semanalmente em meu consultório.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

X chega curioso, entra sem dificuldades sendo até difícil pedir que aguarde um pouco para eu preparar a sala.

Pega logo um grande tiranossauro Rex (personagem central nos 18 meses em que trabalhamos) e aciona sua engrenagem fazendo com que o boneco urre sem parar.

Digo que o Rex parecia completamente enfurecido e eu ficava pensando alto tentando entender por quê. Será que sentia dor? Tristeza? Fome? Pergunto se ele sabia e X faz mais barulho evitando me responder. Pergunto o que podemos fazer e X diz : -" Prende ele" diz rindo e em tom desafiador!

Percebo o tom desafiador, mas, prefiro não começar uma disputa e digo que ali não havia cadeia. Mas, poderíamos conter o TRex para ver se ele se acalmava e aí talvez pudéssemos entender o que se passava. Ele concorda imediatamente e me ajuda, então, a embrulhar o tiranossauro com muita fita adesiva até que pareça um grande casulo.

A seguir usando apenas a tinta vermelha desenha um vulcão em erupção. Tenta contornar com durex as bordas do desenho limitando o excesso de tinta usada para fazer a lava que escorre sobre ele.

Parecia-me que ele entendia perfeitamente o que fazíamos ali e que estava precisando muito de um lugar como aquele que fosse continente de sua ira para que fosse compreendida sem que se espalhasse e destruísse tudo à volta. Digo algo assim e ele (**que nunca me permitiu que eu falasse fora da brincadeira ou relacionasse a brincadeira com ele como se fosse um assunto que não pudesse ser tocado)** interrompeu-me dizendo: "Vamos brincar"? "É só brincadeira, não tem nada a ver comigo".

---

1 Enquanto X esteve em atendimento Sr. P, que vinha vivendo uma grande crise em seu trabalho, acabou sendo demitido e passou a procurar emprego não tendo conseguido encontrar outra posição. Já a Sra. M. , que havia feito um curso de especialização, estava em plena ascensão profissional. Embora seu êxito profissional tivesse sido providencial para as finanças do casal isto, parece ter sido um forte golpe ao narcisismo do pai. Hoje penso que em parte, sua recusa em apoiar o tratamento do filho possa ter sido um boicote à posição de destaque da esposa.

Na sessão seguinte X encontra miniaturas de dinossauros e diz que são filhotes do grande T Rex e são "iguaizinhos a ele". Aparentemente moram sozinhos em uma casa e são novos no bairro. Quando meu personagem se aproxima dos pequenos dinossauros para conhecê-los descubro que não estão sós, mas que o grande T- Rex estava escondido atrás da casa e me impedia de me aproximar, pois "acha que vou roubar os filhotes dele". Mesmo assim, com um barbante, X faz uma ligação entre a casa dos pequeninos e a minha casa (do lado oposto ao do T. Rex) para que pudéssemos transitar da casa deles para a minha sempre que quiséssemos, mas, longe do olhar do pai.

Pergunto como fazer para explicar "ao pai" que eu só quero conhecer e brincar com seus filhotes e não pretendo roubá-los. O menino responde com um mini T.Rex: "Deixa que eu explico". E depois me diz: "É que eles falam em uma língua que você não entende, só eles".

Penso, então, como era difícil a situação de X e, também ponho-me a me perguntar até onde poderíamos ir sem a presença do pai no tratamento. X parecia intuir que a aliança comigo poria em cheque este conluio com o pai.

Sílvia Alonso (2007) nos relembra que Freud em Totem e Tabu nos apresenta duas faces do superego. Primeiramente a do pai da horda primitiva. Cruel, e onipotente ele quer ter todas as mulheres para si e mantém o domínio sobre os filhos ameaçando-os de castração sendo assassinado por eles. Mas, é após sua morte e do luto da perda deste pai onipotente que ele será introjetado sob a forma de lei interna celebrando-se um pacto de respeito em troca de amparo. Alonso lembra também que a condição de desamparo é fundamental na visão freudiana não só no que diz respeito à constituição subjetiva na infância, mas, também como presença permanente constituinte do psiquismo frente às nossas limitações e fragilidades. Assim, segundo a autora, a resposta ao desamparo pode levar ao caminho da sublimação e do amor, ou, à fuga regressiva em busca da reedição de um "sentimento oceânico, com vivencia de eternidade, de completude e de não-limitação".2 Ainda segundo a autora, tal falta de diferenciação pode remeter o sujeito à busca do pai primitivo".

Foi se evidenciando para mim que X e seu pai, como que regidos pela lei do tudo ou nada do Ego ideal estabeleciam uma espécie de conluio onde, num jogo especular protegiam-se da percepção das próprias fraquezas, falibilidades e limites. X imaginava-se incrivelmente potente e dono de si, liberado da necessidade infantil de se submeter ao Outro adulto. Perder este superpoder imaginário, entretanto, o amedrontava e não à toa o garoto tentava evitar situações nas quais seu tamanho real fosse colocado em cheque, assim como seu pai ao se recusar a vir.

Aparentemente defendendo o filho na verdade este pai defendia a si mesmo mantendo-se narcisicamente incólume à castração, insuportável para ele num jogo de ocultações que só ele e o filho jogavam. Ninguém entrava! Estavam acima das convenções, não se submetiam às regras coletivas, não falhavam ou tinham duvidas.

Em sua total lealdade ao pai, o menino não podia deixa-lo sozinho nem denunciar o jogo: Tudo é muito silencioso e "não tem nada a ver com ele", assim como o pai não se compromete em relação a terapia de seu filho. Entretanto, escondido dos olhos do pai ele tem uma tênue linha de acesso comigo para um mundo fora do jogo, o mundo da castração, que, talvez, poderá liberta-lo. Mas quem pode fazer isto?

Lembro-me da frase da mãe: "alguém" tem de por limites nele. E também da pedagoga: "parece que ele estava pedindo que alguém o enfrentasse".

Vem-me à mente o jogo da dança das cadeiras onde uma está vaga, e, as pessoas que giram à sua volta devem ocupar o lugar quando a música cessar: às vezes a pedagoga, às vezes a mãe "crica". Seria a vez da terapeuta? Mas... será que era mesmo este o enfrentamento que X procurava? Por que estas intervenções não estavam sendo efetivas?

Penso que realmente, todos estes adultos podiam em alguns momentos exercer a função paterna, mas, que efeitos isto tinha sobre X se o pai não as validava, se os desautorizava mantendo um "segredo" só dele e do filho?

Como querer que X se submetesse se seu pai estava identificado com ele e, portanto, sem poder interditá-lo em seu gozo e ajuda-lo através deste esvaziamento emergir para o campo do desejo e da cultura? Será

2 Alonso, Silvia. Percurso 39 pág 118.

que a cadeira estava mesmo vaga ou ao contrário todas as vagas estavam ocupadas por este pai que se recusava a "morrer" para X e assim poder ser introjetado por ele?

Que "alguém" ia ser este a por limites em X?

COM A MÃE AS COISAS TAMBÉM NÃO ERAM FÁCEIS

D. M. sempre vinha com seu leptop e contatava pouco com X. Quando eu ia chama-lo ela nem chegava a desligar o telefone e me fazia queixas do comportamento inadequado da criança ao longo da semana pedindo que eu conversasse com ele sobre o que havia ocorrido e retornava à ligação como se deslocasse para mim a responsabilidade de entender e resolver o problema. (Era minha vez de sentar na cadeira?).

Isto incomodava muito a X e a mim. "Eu não quero falar disto" me disse certo dia em que sua mãe contou rapidamente que ele havia sido muito agressivo e desafiador com a pedagoga. "Eu quero brincar com os dinossauros". Digo que talvez ele não se orgulhasse do que havia feito e que tudo bem ele não me contar se não quisesse. Mas se quisesse podia falar a qualquer hora. X fica muito aliviado.

Ao final da sessão diz espontaneamente que gostava da pedagoga, mas, que ler era muito chato, ficava nervoso e já ficava um montão na escola. Queria voltar para casa como seu irmão e brincar.

No próximo encontro ela pergunta novamente se X havia conversado comigo sobre o ocorrido. Penso que parece que D. M quer compensar a vacância deixada pelo pai e, precisa mostrar a X que está atenta e que ele tem de enfrentar a situação e não se esquivar das situações difíceis.

A ideia de um pai perfeito e idealizado não permitia à ela ser espontânea em sua relação com o filho. Seus cuidados com ele eram exagerados, e sufocantes. Cumpria a função paterna corretamente, mas aquilo era feito sem um investimento libidinal genuíno.

Foi quando surgiu na terapia de X a figura da Bronta, uma brontossaura superprotetora, controladora e invasiva, mas atenta aos filhotes e que fazia par com o TRex. Esta brincadeira perdurou por muito tempo com algumas variações.

Bronta via perigo em tudo e queria impedir que as crianças se machucassem considerando-as sempre muito pequenas. Enfurecia-se com o companheiro quando ele permitia que os pequenos se expusessem a perigos acima de suas capacidades sem respeitar seu tamanho chamando-o de irresponsável. Já o TRex era extremamente liberal e desconsiderava a idade dos pequenos achando sempre que iriam conseguir resolver seus problemas sozinhos e acobertava suas aventuras. Adorava contradizer Bronta desqualificando suas ponderações. Às vezes o TRex confiava demais e algum pequeno se machucava seriamente. Quando isto acontecia X magicamente arrumava uma maneira de salvar a imagem de TRex mudando a história dando-lhe um final que confirmava que T Rex estava certo, que era excesso de zelo de Bronta.

Nestas brincadeiras era sempre muito difícil entender que idade tinham as crianças. Em algumas cresciam em apenas uma noite enquanto os adultos dormiam surpreendo-os na manhã seguinte já crescidos. Às vezes eles pareciam pequenos, mas já eram grandes e só a Bronta não percebia. Às vezes eram pequenos mesmo, mas, dotados de poderes especiais e invertiam de lugar tomando conta dos adultos.

Havia também uma confusão bastante frequente de quem era o pai ou o filho, eram sempre tão iguais que em várias versões eram gêmeos.

UMA SESSÃO COM A MÃE

Determinado dia X chega chateado e não quer entrar na sessão.

Perguntei o que acontecia e ele repete que não quer. Digo que já havia entendido que ele não queria, mas o que estava se passando.

Ele responde que seu pai havia acabado de chegar em casa com um jogo novo e que ficou brincando só com o irmão.

Falo que estar com o pai era muito importante para ele e ele responde chorando: –"Vir na terapia também!".

Digo que era doído saber que seu pai não era só dele. Ele acena que sim.

Como ele se recusava a entrar disse que ele não precisava perder dos dois lados, que poderia aproveitar já que havia vindo. Também poderíamos trocar de horário para aquilo não acontecer mais. Depois de pensar um pouco ele me pergunta: –"Posso entrar com minha mãe?".

Concordo com sua negociação e ele entra e joga uma boa partida de Uno com ela demonstrando entender e aceitar as regras como sua mãe esperava dele. Mesmo assim ela não se entregava muito ao jogo e o controlava para saber se estava roubando ou jogando certo. Percebo que X joga bem e não a poupa, ganhando com largueza a partida; vai embora satisfeito e diz que aquele horário estava bom.

UMA SESSÃO COM O PAI

Por volta dos 6 meses de atendimento, como os sintomas de X estivessem melhores (a psicopedagoga ligou muito entusiasmada com a mudança de X e seus avanços escolares) e eu não visse como progredir mais sem a entrada do pai, propus uma "alta". Combinei com ele e com a mãe um último mês e depois pararíamos. X aparentemente concordou sem problemas.

Estava aguardando por meu paciente quando entra o Sr. P muito ansioso no hall de acesso à minha sala e diz: – "O X não pode parar a terapia! Ele está se recusando a ir para a escola".

Eu me apresento e digo que não estou entendendo do que ele está falando. Pergunto por X e ele diz que está na sala de espera e repete: – "O X não está querendo ir para a escola e ele precisa ir".

Lembrando-me mais uma vez das cadeiras pergunto a ele: –"Você já disse isto a ele?" Sr. P olha para mim e diz: –"Ele precisa que EU diga, não é?" Respondo: – "Muito". Ele se cala e eu digo que vamos chamar X.

Encontro-o muito calmo "lendo" uma revistinha. Pergunto-lhe se podemos entrar com seu pai. X concorda e diz que quer jogar o jogo do Sonic com ele.

Quando entramos na sala digo que parecia que ele não havia concordado comigo e com a mãe que era hora de pararmos e que havia arrumado um jeito de trazer o papai para lá! Comento que Sr. P havia me dito que ele não queria ir à escola . X responde:- "Eu não gosto, é chato, eu fico com saudades da minha casa, os meninos não são legais!!!"

Sr. P diz, então que isto não é ele quem determina pois ele ainda é pequeno, e que é ele pai que resolve isto. Creio que neste momento Sr. P se descola de X podendo fazer valer a radicalidade da diferença geracional entre eles.

X diz tranquilamente sem nenhuma resistência:- "Tá!!!". E em seguida: - "Pai, vamos jogar Sonic"! Pela aceitação de X penso que encontrara o que tanto buscava. Ninguém precisou "engrossar" a voz.

X queria muito vencer o pai, mas ao mesmo tempo "roubava" fichas de seu próprio monte e colocava no monte dele. Digo-lhe que isto era uma coisa impossível! Ele queria ganhar, mas, não queria que seu pai perdesse! Ruborizado e diz: – "Foram só alguns anéis".

Aproveito para dizer que achava que seu pai era capaz de aguentar que nem sempre ganhava e que algumas vezes ele (X) poderia vir a ganhar dele. O pai o beija e o menino vai para outra atividade. Sr P diz: "O X não é assim tímido, falando baixo. Ele fala alto, é mandão". Digo: – "X também é assim em alguns momentos e é bom que você possa conhecê-lo desta maneira". Sr. P concorda, me agradece e saem.

Depois disto tive mais alguns encontros com Sr P. e, também com o casal onde pudemos conversar sobre estas questões entre eles, e, a dupla que Sr. P estabelecia com X e os excessos da mãe que desejava um filho "todo certinho". Descobri que o pai havia perdido seu próprio pai muito cedo, tendo sido criado por sua mãe

com muito rigor. Assim como X, era também o filho mais velho e tornara-se o homem da casa prematuramente. Profissionalmente, fora sempre muito bem sucedido até então, quando a firma na qual trabalhava entrou na crise que culminou em sua demissão. Despreparado para situações de fracasso dado que sempre correspondera às expectativas de ser o filho perfeito, o salvador, sentindo-se traído pelo não cumprimento dos preceitos de sua mãe, o pai parecia realizar uma revanche unindo-se às crianças contra as regras e advertências de sua esposa. Neste sentido, este pai era onipresente e exercia grande influência sobre os filhos, desempenhando o papel paradoxal de deslegitimar as figuras de autoridade.

A mãe, por sua vez, tornara-se uma "autoridade profissional" em tempo integral, sistemática e com regras para tudo (crica) – isto é, quase uma caricatura em sua tentativa de desempenhar o papel do pai (ideal), ou melhor, da função paterna que seu marido não desempenhava. Buscava "alguém" que pudesse realiza-la fosse a escola, a psicopedagoga ou a terapeuta.

Entretanto, esta função paterna não é tão delegável como os pais pretendiam. Enquanto pai e mãe não se apropriam desta função não se criam condições de identificação para a criança que, abandonada aos seus próprios impulsos, buscará a via da satisfação imediata de seus desejos.

Segundo Marcelo Veras "... longe de banir completamente a função do pai, Lacan procurou passar a idéia de que, mesmo estando caduca a exigência do pai,[tal como ele existia nos quadros de família], para cada indivíduo é necessário algo que lhe dê limites e sentidos, nos quais ele(a criança) possa ancorar seu desejo". "O legado de Lacan com relação ao pai pode ser sintetizado em uma de suas frases tornadas célebres: "O pai, é possível dispensá-lo com a condição de poder se servir dele"".

Tempos depois, voltaram para o exterior onde achavam que conseguiriam se estabilizar financeiramente mais fácil. Como X já dava sinais de superação recomendei aos pais que se fossem fazer algum trabalho terapêutico por lá que priorizassem um atendimento para o casal.

Em nossa última sessão X pede para a mãe entrar e reclama que ela não larga o celular e o computador e que só trabalha. Ela ri, desliga tudo e faz cafuné em X concordando com ele. Diz que está muito tensa com a mudança, mas que agora está feliz, pois ele diz para ela o que está sentindo e ela pode entendê-lo. Diz também que aprendeu com seu atendimento que meninos precisam lutar um pouco e que ele não podia ser tão certinho como ela queria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Marcelo Veras. A condenação do Pai e o Declínio da Clínica. [Entrevista concedida à Graziela Wolfart]. Recuperado de IHU on line. http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2005&secao=267

Alonso, Sílvia Leonor- A Função do Pai e os Ideais Contemporâneos. Revista Percurso 39. Dez 2007.

Otoni de Barros, Fernanda. Do Direito ao Pai. Vol 2. Coleção escritos em psicanalise e direito. B.H. 2001.

Maria Dias Soares do Amaral
Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, formada em Psicologia pela PUC –RJ; Especialização em atendimento a adolescente pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ; Especialista em Psicologia Clínica pelo CRP 6ª região; Professora e supervisora do curso de formação em Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae; Membro e atual Coordenadora do Departamento de Psicanálise a Criança do Instituto Sedes Sapientiae.

SUJEITOS EM TRÂNSITO

Daniela Danesi
Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)

RESUMO

Parafraseando o título de um artigo da revista Piauí (nº 79, abril de 2013) sobre o cartunista Laerte, "Laerte em trânsito", podemos pensar que a sociedade Ocidental tal qual se apresentava até a Modernidade também está em trânsito. As marcas da ordem patriarcal ainda estão bastante presentes em muitas configurações sociais, lado a lado com transformações dessa mesma ordem que abrem espaço a novas configurações a partir dos questionamentos da heterossexualidade compulsória, das representações de gênero que escapam à binaridade masculino/feminino; às novas formas de engendramento, etc.

Este trabalho parte de alguns interrogantes que nos parecem importantes de serem dirigidos ao corpo teórico da psicanálise no sentido, tal qual propõe Silvia Bleichmar, de buscar uma definição dos aspectos universais da constituição do psiquismo para poder discriminá-los das formações histórico-culturais de instauração da subjetividade.

Como pensar as condições que permitem ao animalzinho-bebê se humanizar e aceder a uma ordem simbólica que o sustente na construção da existência de um corpo próprio e na possibilidade de habitar seus pensamentos?

Esta dimensão potencial do ser humano, que lhe permite buscar sentidos possíveis para sua existência, necessita, para se realizar e sustentar, da intervenção do que costumamos chamar de função paterna?

É este o melhor nome para designar esta função, ou seria melhor denominá-la função terceira, simbólica ou ainda simbologênica (na gênese dos processos de simbolização que permitem renúncias, adiamento e substituições)?

O que é necessário para que ela opere?

Pretendemos com este trabalho alinhavar algumas idéias, a partir de alguns autores dentre os quais Laplanche, Silvia Bleichmar e Piera Aulagnier, que nos permitam caminhar com estas questões, levando em conta as mudanças na organização familiar e aquilo a que hoje se aponta como ideal de realização para os seres humanos.

Algumas ficções clínicas, extraídas da realidade da clínica, possivelmente serão utilizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Função paterna, Simbolização, Novas organizações familiares e Contemporaneidade.

Daniela Danesi
Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma. Integra o grupo de estudos e pesquisa Ciranda – Perspectivas teórico-clínicas na psicanálise com crianças do Depto Psicanálise com Crianças.

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)
Psicanalista, membro dos Departamentos de Psicanálise e Psicanálise com Crianças, ambos do Instituto Sedes Sapientiae. Professora e supervisora do curso de formação Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae, do qual é a atual coordenadora. Integra o grupo de estudos e pesquisa Ciranda – Perspectivas teórico-clínicas na psicanálise com crianças do Depto Psicanálise com Crianças.

A MENINA QUE NÃO PODIA CRESCER.

Maria Fernanda Liberato Beduschi
Membro da APC - Associação Psicanalítica de Curitiba

RESUMO

Este trabalho parte da questão inaugural proposta pelos psicanalistas Jean Bergès e Gabriel Balbo: Há um infantil nas psicoses? Os autores colocam ênfase na clínica e na diversidade dos diagnósticos de psicose. Em particular, salientam a posição depressiva ao retomar o exemplo de Narciso e de seu "real em espelho". Certas mães não conseguem barrar um grande Outro ameaçador e sulcam uma imagem que não pode se tornar simbólica. Do que se defende a criança psicótica nesse "querem minha perda"? Uma geração, nesta operação, é abolida: a geração dos pais. Os autores nos propõe o que está em jogo no autismo e na psicose: a dupla foraclusão ou o auto-engendramento, o qual organiza a defesa. Como é que no momento do estágio do espelho o corpo da criança permite pensar a respeito de uma oscilação entre depressão e psicose, talvez a raiz da melancolia? Como pensar em uma ligação com a psicose no adulto? Como pensar o pai simbólico? Para ilustrar os desdobramentos conceituais dessa questão, apresento o caso clínico de Gabriela, a menina que não queria crescer. Gabriela chega ao consultório aos 3 anos e meio, sem falar, sem estabelecer contato, com movimentos repetitivos e estereotipados, usa fraldas, é carregada no colo pelo pai. Logo percebo que não se trata de autismo, mas de uma grave depressão infantil. Ao entrar em relação com ela, percebo janelas de contato. Existe vestígios de vida subjetiva. Não é autismo, mas o que teria ocasionado tamanha devastação subjetiva? Do que Gabriela se defende como os seu sintoma? Qual é a verdade que está oculta nesse enigma do não poder deixar de ser bebê? O sintoma revela o poder de um encontro mortífero gerado pelo auto-engendramento de uma fantasmática do casal parental. Não poder crescer, é a forma como Gabriela instala um sistema de defesa que lhe permita dissociar o grande Outro e sua mãe, que organiza uma depressão com traços autísticos e uma fobia de crescer, que organiza através desses sintomas, um saber sobre suas origens. O perseguidor seria o "terceiro obrigatório". Surge então, imediatamente, a questão clínica que os autores nunca deixam de lado: como tratar a psicose infantil? A organização da perseguição se dá "no caso de" ou "para se garantir de"? Não esperem uma resposta única totalitária, estaremos ali encontrando algo sem procurar, pois este caso clínico apresenta múltiplas vias, cujas respostas interrogativas inauguram a possibilidade de revisitar a história dos conceitos, recortá-los, desenhar novos contornos a partir da vivência clínica.

PALAVRAS-CHAVE:Infantil na psicose, Depressão infantil, Dupla foraclusao, Auto-engendramento.

Maria Fernanda Liberato Beduschi
Psicanalista, membro da APC, mestre em Psicoses e Estados Limites pela Universidade Paris 7, doutoranda na mesma instituição. Coordenadora do grupo de estudos *O Infantil na Psicanálise*, em Blumenau. Cronista do jornal virtual *Blumenews*.

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE FAMÍLIAS COM QUADRO DE VIOLÊNCIA REALIZADO EM INSTITUIÇÕES: A IMPORTÂNCIA DO MANEJO DE *SETTING*.

Marjori de Lima Macedo

RESUMO

Este trabalho foi derivado do atendimento psicológico realizado com uma família com quadro de violência e suposto abuso sexual, no contexto institucional. Seguimos com as ideias de Winnicott, privilegiando os *enquadres diferenciados*, e conduzimos os encontros pelo manejo de *setting*, adaptando-nos em posição de *holding* segundo as necessidades da família, tais como: atendimentos na frequência e no horário conforme a disponibilidade da mesma.Com o objetivo de facilitar o atendimento a esta família em sofrimento, rompeu-se com o enquadre estipulado pela instituição. Concluímos que o manejo de *setting* propiciou a permanência da família em atendimento próximo a um ano, com avanço na comunicação intergrupal, permitindo a abordagem de temas difíceis, como a violência e o domínio exercido pela figura paterna.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Psicológico com Famílias, D. W. Winnicott, Violência, Manejo de Setting.

INTRODUÇÃO

As famílias em situação de violência doméstica, na maioria das vezes, negam ou naturalizam a violência instaurada no âmbito familiar. Não raro, quando proposta à família outra possibilidade de se relacionar, sem o viés violento, esses pais agressores ficam inertes, paralisados, não sabendo como agir.

Quando os pais são orientados a não se utilizarem da violência, é comum perderem o controle e não colocarem limites aos filhos. Ainda que enfatizado que o limite não é sinônimo de violência, parece que, para os membros familiares, a violência é a única maneira de se relacionar.

Também observamos que esta atmosfera primitiva no modo de se relacionar desses pais carrega uma familiaridade com as suas primeiras experiências com o mundo, de ordem agressiva, sendo difícil em ser substituída. Ao que tudo indica, seguindo Winnicott, a relação com o objeto ficou prejudicada, possivelmente pelas intrusões no início de vida que comprometeram o seu desenvolvimento, especialmente a não integração da agressividade. Diante disso, o modo de se relacionar com o mundo tem como pano de fundo a violência.

Careta (2006), em nosso meio, destaca em sua dissertação de Mestrado, importante reflexão sobre a agressividade, apoiada em Winnicott (1950/2000, p. 302-303):

> O segundo aspecto da agressividade, no foco da doença, fruto da interação com um ambiente não satisfatório, refere-se a reações à frustração. Nesse aspecto, ocorre que, no início do desenvolvimento emocional, pela ação desfavorável do ambiente, as intrusões podem se apresentar e, em vez de o bebê poder descobrir a externalidade por meio de sua força vital, é o próprio ambiente que se impõe, vindo a inibir essa força e se constituir em reações contra as intrusões ambientais. O movimento é reativo, um desenvolvimento baseado na experiência de reações: “encontraremos uma vida de agressividade reativa dependente da experiência de oposição”, e também “faltam-lhe raízes no impulso pessoal motivado pela espontaneidade do ego”.

Assim, chegou encaminhada pelo CREAS[1]para atendimento psicológico uma família em que a filha acusou o pai de ter abusado sexualmente dela, declarada em Boletim de Ocorrência, mas negada pela mesma aos técnicos logo que iniciada a avaliação do caso no CRAMI[2].

Após iniciado os atendimentos em grupo, verificou-se a necessidade de realizar duas sessões com cada membro da família, em virtude da intensa dificuldade de comunicação entre eles, possivelmente acentuada pela suspeita da figura paterna ser a agressora de violência sexual.

Ao ser retomado o atendimento em grupo, os pais se recusaram em sequenciar o atendimento psicológico segundo o enquadre proposto pela instituição, alegando não ser compatível com a dinâmica familiar. A frequência semanal não podia ser sustentada pela família.

Em nosso meio, Forlenza Neto (2008), profundo estudioso de Winnicott, em seu artigo (idem, p. 04), cita a grande importância do manejo de setting:

> A experiência analítica é um processo muito maior do que um conjunto de interpretações. O silêncio do analista faz parte do manejo técnico do *setting*, juntamente com outros elementos, como prolongar a duração das sessões, permitir que o paciente ande pela sala, que se sente ou fique em pé, etc.

Apoiadas pela perspectiva winnicottiana, que considera o manejo de setting mais importante do que as interpretações nos casos de pacientes com graves falhas ambientais, foi considerado que o caminhar com esta família seria pelos enquadres diferenciados[3], contando com a possibilidade de poder facilitar o desenvolvimento deste grupo familiar. Para Winnicott (1962/1983): "me modifico no sentido de ser um psicanalista que satisfaz, ou tenta satisfazer, as necessidades de um caso especial" (p. 154).

A FAMÍLIA E O SOFRIMENTO: VIVÊNCIAS NO SETTING TERAPÊUTICO

Após as primeiras entrevistas com a assistente social e a psicóloga do CRAMI, a família foi encaminhada para atendimento psicológico. Os atendimentos foram conduzidos por duas psicólogas, a fim de promover a observação do trabalho desenvolvido com a família.

Na primeira sessão, esclarecemos as motivações dos encaminhamentos e propusemos atendimento familiar. Logo de início foi possível observar as dificuldades da família em se comunicar. Entretanto, naquele momento, ainda não compreendíamos qual sentimento compunha a dificuldade desta família, talvez o medo permeasse as relações ou ainda a evitação de abordar o sofrimento, uma vez que a filha adolescente não suportava mais a austeridade de seu pai (sic) e foi à delegacia, acompanhada por colegas da escola, e registrou denúncia de abuso sexual contra o pai.

Posteriormente, a jovem explicou que não suportava a rigidez "educacional" (sic) do pai, não podia se maquiar e tinha várias restrições sobre amizades e com alguns tipos de músicas que queria ouvir, sendo muito reprimida pelo pai (sic). A ocorrência do abuso sexual foi rejeitada por toda a família, inclusive pela própria jovem durante os atendimentos.

No princípio, a família não estava receptiva aos atendimentos e a mãe recusava-se a comparecer à instituição somente com as filhas, devido à incompatibilidade de horários escolares com o trabalho do pai, e justificava que não conseguiria vir sem ele, indicando, por um lado, forte dependência, e por outro, talvez uma maneira de implicar a figura paterna nos atendimentos.

---

1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social

2 Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD.

3 Aiello-Vaisberg (2004) explica que os enquadres diferenciados são compreendidos como settings alternativos, nos quais o método psicanalítico pode ser concretizado com rigor.

Dessa forma, o enquadre proposto pela instituição, atendimentos psicológicos do tipo familiar, configurava a frequência semanal e no período da tarde, o qual não atendia as necessidades da família naquele momento. Frente a essa situação, verificamos a melhor possibilidade para a família, a fim de continuar com os atendimentos. Para isso, rompemos com o enquadre estipulado pela instituição4 e nos adaptamos às necessidades do grupo familiar: encontro mensal e no período da manhã.

Nos dois atendimentos individuais foi possível compreender o sofrimento dos membros familiares e aplicamos produções gráficas, Desenhos Livres, a fim de avaliar emocionalmente cada indivíduo do grupo. Trabalhamos os aspectos emocionais apresentados para cada membro da família.

Percebemos similaridade nas composições gráficas da mãe e das filhas e também suas vestimentas. E ainda, assemelhavam-se quanto aos movimentos corporais e aos comentários. O pai se queixava de sentimento de exclusão. Abordamos a importância em lidar com as diferenças individuais. No entanto, hipotetizamos que tal similaridade entre as figuras femininas e a exclusão da figura masculina, pode ter sido influenciada pelo extremo domínio exercido da figura paterna.

Ao retomarmos os atendimentos no modo grupal, a comunicação entre os membros era extremamente difícil, e notávamos expressões estéticas marcantes, tais como: olhares receosos, cabisbaixos e assustados do grupo familiar, como também fisionomias depressivas.

E ainda, no decorrer dos encontros, apresentavam-se de maneira repetitiva vários aspectos destrutivos por parte do grupo, tais como: rejeições dos horários acordados das sessões, recusa por parte da mãe de fazer algumas atividades e quando havia a tentativa de comunicação, os diálogos encaminhavam-se para embates.

Os encontros com constantes movimentos destrutivos dos participantes estimularam a autoanálise da nossa contratransferência, pela necessidade de suportar e sobreviver5ao cenário destrutivo apresentado pelo grupo familiar.

> Na prática psicanalítica, as mudanças positivas que ocorrem nessa área podem ser profundas. Elas não dependem do trabalho interpretativo, mas sim da sobrevivência do analista aos ataques, que envolve e inclui a ideia da ausência de uma mudança de qualidade para a retaliação. (WINNICOTT, 1969/1994, p. 175)

No decorrer dos atendimentos clareava-se, a partir da autoanálise de nossa contratransferência e do ambiente terapêutico embalado pelo holding6, e percebíamos a transformação de estados de intolerância e de rigidez dos membros familiares em expressões espontâneas, com risadas e desenvoltura.

Os atendimentos psicológicos adaptados à família possibilitaram "num acontecer que se deve não apenas ao fazer dos psicanalistas, mas também a um trabalho realizado conjuntamente com os pacientes: o trabalho da busca de sentido naquilo que, aparentemente, não é compreensível" (Aiello-Vaisberg, 2003, p. 03).

4 Por se tratar de uma instituição com demanda crescente de atendimentos psicológicos com vítimas de violência, é frequente não haver escolhas de horários por parte dos pacientes, tampouco modificar as disponibilidades das psicólogas para atender um caso de maneira singular.

5 Winnicott (1969).

6 Segundo Careta (2006): "Holding (Winnicott, 1960/1983) tem o significado de segurar e sustentar, e esses cuidados físicos, representantes do amor emergente, apresentam-se como a forma de amor que impera nas relações iniciais entre mãe-bebê, sustentadas pela devoção materna. Essa provisão ambiental é vital para o processo evolutivo do crescimento do bebê".

A AÇÃO DA EXPERIÊNCIA CONTINUADA NA FAMÍLIA: OS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS COM O GRUPO FAMILIAR

Apesar de a declaração da filha de ter sofrido abuso sexual, sendo o pai o agressor e em seguida ter sido negada pela mesma, não foi possível esclarecer esse fato com a família, pois prevalecia a negação. As psicólogas estimularam a abordagem deste fato com o grupo, mas não houve adesão. A filha declarou que não ocorreu o abuso sexual, mas destacavam sentimentos de opressão em relação à figura paterna.

O espaço terapêutico adaptado contribuiu para que a mãe ocupasse seu lugar no grupo familiar. Ela expressava suas opiniões de maneira mais segura e se apresentava mais presente para as filhas. As filhas puderam comunicar suas necessidades de se desprenderem do grupo familiar e o desejo de se dirigem a outros grupos, de ter amigos, passear, expressar suas opiniões, além de conseguirem nomear a excessiva conduta controladora do pai. Porém, uma delas não aproveitou tanto o espaço, permanecendo sempre em silêncio e mostrando-se angustiada. O pai pode expor seus sentimentos de exclusão, que não eram percebidos por sua esposa e filhas.

Com o tempo, apresentaram-se expressivas mudanças na postura da família, que sorriam espontaneamente, com mais disponibilidade e maior interação. O manejo de setting facilitou o contato com os afetos e a comunicação de maneira livre e espontânea.

> ...o terapeuta deve ser capaz de conter os conflitos dos pacientes, ou seja, contê-los e esperar pela sua resolução no paciente, em vez de procurar ansiosamente a cura; deve haver uma ausência da tendência a retaliar sob provocação. Além disso, qualquer sistema de pensamento que proporciona uma solução fácil é por si mesmo uma contra-indicação já que o paciente não quer outra coisa além da resolução de conflitos internos, junto com a manipulação de obstruções externas de natureza prática que podem ser operantes ou mantenedoras da doença do paciente. (WINNICOTT, 1971/ 1984, p. 10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento familiar aconteceu no período de onze meses. Apesar de ter sido reduzido o número de sessões, mudanças expressivas se apresentaram no grupo familiar e foi possível a discussão sobre o intenso domínio exercido pela figura paterna.

É possível que a continuidade do trabalho favorecesse o emergir de discussão sobre a suposta violência sexual que foi negada sequencialmente pela filha, autora da denúncia. Mas, mesmo diante da negativa de abuso sexual, a família continuou falando de suas necessidades, sendo possível acontecer mudanças. Esclarecemos, entretanto, que a investigação sobre a possível ocorrência de abuso sexual, neste caso, não competia à instituição, mas a equipe técnica da Vara da Família.

Por intermédio de nossa experiência no atendimento institucional, observamos que se não houvesse a mudança de setting, a família não teria prosseguido com os atendimentos. O enquadre diferenciado com esta família propiciou a continuidade dos atendimentos, favorecendo o diálogo.

Quando as mulheres puderam ser ouvidas elas trouxeram suas necessidades e o pai revelou sua fragilidade e sentimentos de exclusão diante de um grupo familiar em que a predominância recaia sobre o feminino. Sua tirania poderia derivar de mecanismos defensivos, possivelmente para ofuscar o sentimento de exclusão, mas tal hipótese necessita de melhor investigação.

No último atendimento com a família, todos verbalizaram que embora tenha sido um processo difícil, atualmente conseguiam perceber e reconhecer as mudanças positivas ocorridas na ambiente familiar, como a fluidez da comunicação, o respeito às diferenças e melhor integração entre os membros do grupo familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2003). Ser e Fazer. Interpretação e Intervenção na Clínica Winnicottiana. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, v. 14, n. 1. pp. 01-14. Recuperado em, 15 de setembro de 2014, de http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42393.

_____ (2004), Ser e Fazer. Enquadres diferenciados na clínica winnicottiana. São Paulo: Ideias e Letras.

Careta, D. S. (2006) Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida: encontros e divergências sob a perspectiva winnicottiana. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br.

Forlenza Neto, O. (2008). As principais contribuições de Winnicott à prática clínica. Revista Brasileira de Psicanálise, v.42, n.1. pp. 1-5. São Paulo. Recuperado em 15 de setembro de 2014, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0486-641X2008000100009&script=sci_arttext

Winnicott, D.W. (1939/2014). Agressão e suas raízes. In: Privação e Delinquência. pp. 93-110. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1950/2000) A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. In: Da pediatria à psicanálise. pp. 288-304. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1960/1983) Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: O ambiente e os processos de maturação, pp. 38-54. Porto Alegre: Artmed.

_____ (1962-1983). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In: O ambiente e os processos de maturação, pp. 152-155. Porto Alegre: Artmed.

_____ (1969-1994). Sobre O uso de um objeto. In: WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (Orgs.). Explorações psicanalíticas. pp. 170-191. Porto Alegre: Artmed.

_____ (1971-1984). Introdução. In: Consultas Terapêuticas em Psiquiatria Infantil, pp. 9-19. Rio de Janeiro: Imago.

Marjori De Lima Macedo
Pós-graduada em Teoria Psicanalítica pela PUC-SP. Coordenadora da equipe técnica do CRAMI - Núcleo Santo André. Psicóloga Clínica com abordagem em Psicanálise.

COAUTORES:

Gislaine Lima Rafante
Psicóloga clínica formada em 2008 pela Universidade Metodista de São Paulo. Experiência de quatro anos em atendimentos com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

Dra. Denise Sanchez Careta
Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Coordenadora do Núcleo de Abrigos do LAPECRI – Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em diferentes abordagens psicoterápicas - USP. Psicoterapeuta de Crianças, Adolescentes, Adultos e Casais, com orientação psicanalítica. Supervisora Clínica. Coordenadora dos Grupos Psicoterapêuticos de Adoções.

Profª. Dra. Ivonise Fernandes Da Motta
Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Orientadora do Programa de Pós Graduação do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP. Supervisora do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica do IPUSP. Psicoterapeuta de crianças, adolescentes e adultos com orientação Psicanalítica. Coordenadora do "LAPECRI – Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade em diferentes abordagens psicoterápicas".

A FUNÇÃO PATERNA EM UMA FAMÍLIA DE MULHERES: UMA OBSERVAÇÃO PSICANALÍTICA

Marjorie Vieira Yanagihara

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir questões que emergem sobre as diferentes formas de função paterna, mesmo sem a presença física e constante do pai. Este se baseia em uma observação de bebê em seu contexto familiar, realizada a partir do Modelo Esther Bick, acompanhada e supervisionada no Curso 'Relação pais-bebê: da observação à intervenção', no Instituto Sedes Sapientiae.

A família observada compõe-se basicamente de figuras femininas, presentes em quase todas as observações, em torno de um bebê do sexo masculino. A relação é bem estreita entre essas mulheres que cuidam, numa mistura de concordância e competições de como exercer o cuidado. Conforme a observação vai avançando, vão surgindo questionamentos de onde se encontra o pai deste bebê.

PALAVRAS-CHAVE: Observação de bebês, Função paterna, Relação Mãe e filha, Triangulação.

Este trabalho propõe discutir a função paterna em uma observação psicanalítica da relação Mãe-Bebê na família. Esta observação foi trabalhada a partir da atividade de observação de bebês (parte do curso "Relação pais-bebê: da observação à intervenção") fundamentada pela técnica e modelo de observação Esther Bick. Esta consiste na observação do Bebê por 1 hora semanal, desde seu nascimento até o 1º ano de idade. Todas as observações foram registradas posteriormente com detalhes e acompanhadas por um grupo de supervisão semanal.

O modelo de observação de Esther Bick foi introduzido em 1948 na Clínica Tavistock em Londres e desde então, passou a fazer parte da formação de analistas na Sociedade Britânica de Psicanálise. Por se tratar de uma experiência baseada no método psicanalítico, a observação utiliza princípios da técnica analítica, tais como: uso da atenção aos mínimos detalhes; observação do contexto e o estudo da continuidade genética (no sentido de um contato com a "gênese" e continuidade dos movimentos psíquicos). Além disso, um conceito fundamental é de que o observador não é neutro. Ou seja, ele não registra apenas as condutas objetivas. Ele também registra o clima emocional que capta da situação apresentada, utilizando para isto suas próprias percepções e impressões. Desta forma, procura apreender a realidade sensorial e a realidade psíquica da dupla e família mãe-bebê.

Entendemos que a realidade psíquica é expressa através de condutas verbais, não verbais e pela comunicação inconsciente que se dá por meio de "identificações projetivas". A identificação projetiva é um processo inconsciente no qual a mente projeta uma emoção, sentimento ou pensamento inconsciente e depois identifica esse mesmo "objeto" no outro, desta forma, as experiências emocionais inconscientes podem ser partilhadas numa comunicação inconsciente a inconsciente. Considera-se que o bebê projete seus sentimentos e angústia, inclusive como forma primordial de comunicação e cabe à mãe, em sua função materna, recebê-los, transformá-los e devolvê-los ao bebe dotados de algum significado; tal como, está com fome ou com sono, por exemplo. O estado de não-integração do bebê pode suscitar muitas emoções primitivas, parte das quais serão vivenciadas pelo observador.

Por isso, no trabalho da observação é de extrema importância que o observador seja capaz de receber o impacto das emoções primitivas suscitadas pelo ambiente, esteja receptivo aos estados internos do bebê, tenha tolerância com suas ansiedades e emoções e permaneça observando em um estado de reflexão, deixando de agir por impulso ou pré- julgando a situação.

Assim, o observador tem a oportunidade de, durante a observação, fazer uma correlação das condutas que emergem com os estados de mente correspondentes, usando, para tanto, também sua própria captação emocional da situação.

Passaremos agora a ilustrar, a partir de recortes de observação, como a captação de aspectos emocionais na relação mãe-bebê-família permitiu que se pensasse a função paterna naquela família observada.

A observação foi encaminhada por uma das professoras do grupo de supervisão e o observador contatou com a família, por telefone, quando a Mãe ainda estava grávida. Quando o bebê nasceu marcamos um primeiro encontro.

É um bebê menino. Na primeira observação, o ambiente já está composto pela Mãe e a Avó de Bebê, ambas cuidando dele. A mãe comenta brevemente sobre o Pai, diz que ele tinha intenção de me conhecer, mas não pode esperar, pois tinha que voltar para o trabalho. Menciona que fica em outra casa porque trabalha de noite, tem um restaurante. Diz também que ela está morando temporariamente com a sua mãe (Avó do Bebê), para receber ajuda. Fico com uma primeira impressão de que o Pai deve estar presente durante o dia, saindo de noite para trabalhar. Como a observação acontece no começo da noite penso que dificilmente irei encontrá-lo.

Percebo que na casa há cachorros, e questiono a Mãe. Ela me responde que tem duas fêmeas na casa, morando com ela, e alguns outros cachorros seus morando com o Pai. Conta também de uma história, na época de sua gravidez. Diz que foi um dia em que havia saído de casa para fazer uns exames e uma das suas cachorras a viu pela janela e pulou de encontro a ela. Diz que por sorte, ela caiu em cima de outras duas mulheres que passavam na rua e não se acidentou. Me conta que é a cachorra que tem mais proximidade, com a gravidez ela ficou um pouco chateada, sentindo muito a falta da Mãe. Em momento de supervisão, chego a questionar a dependência que esta relação das cachorras com a Mãe.

Passam-se algumas observações às quais contam com a presença da Mãe, da Avó e da Bisavó (mãe da avó) do Bebê. Vou percebendo que o Bebê fica cercado de mulheres que dele cuidam. Em algumas observações, os conflitos de rivalidade materna entre essas mulheres aparecem: “Mãe começa a se preparar para dar de mamar, abaixa a blusa e arruma o sutiã. A Avó, que segura o Bebê, diz que ele jogou a chupeta e está tentando mamar nela. Avó entrega o Bebê para a Mãe que o aconchega e ele começa a mamar. A cena é bem tranquila. A Avó comenta para Mãe que ela deveria deixar uma mamadeira de leite para quando precisasse sair, e diz que pode sair quando quiser. Pois, ela, a Avó, toma conta do Bebê. A Mãe diz que não vai fazer isso.” (obs 4). Pequenas falas como esta permeiam o ambiente das primeiras observações.

Neste mesmo dia parece haver uma série de constatações da Bisavó que entram em contradição com a Avó, me parece que tudo que a Bisa diz, a Avó contradiz. Vou sentindo que há uma competição, talvez, também rivalidade, entre as filhas e suas respectivas mães. Como se cada uma acreditasse ser melhor que a outra nos cuidados maternos. Nessa cena, podemos ver que os cuidados do bebe ora são manejados de um jeito, ora de outro. A partir disso podemos pensar, mas então onde está para este bebê o elemento de alteridade nesta família?

Conforme os dias de observação vão acontecendo conheço o Pai de B. “Chego à rua onde moram e do carro, onde estou estacionando, vejo um homem na janela. A casa fica no primeiro andar, e sempre vejo a movimentação conforme há alguém na janela ou na varanda. Penso ser o Pai de B. Toco a campainha e o porteiro me deixa entrar. Interfona e eu subo. A porta está aberta. Eu digo “oi” e a Mãe aparece e nos cumprimentamos. Acompanha-me até o quarto. Tem um homem sentado na frente do berço do Bebê brincando com ele. A Mãe me apresenta e diz ser o Pai. Ele diz: “oi moça”. Tenho uma primeira impressão de que se trata de um homem estrangeiro, de outra nacionalidade. A Mãe fala para eu ficar à vontade e eu sento e coloco minha bolsa ao lado (...)”. (obs 6) Retomo o pensamento, para pensar melhor sobre essa impressão. Me lembro de constatar que sua postura corporal me sugere recolhimento. Vejo que o estrangeiro tem relação com o fato de perceber o Pai fora do circulo familiar, como se fosse um estranho naquele lugar, parece deslocado.

Se destaca na situação de observação a prevalência do elemento do feminino que atravessam as gerações dessas mulheres. Fica evidente a presença do sexo feminino como dominador no ambiente. Porém, é interessante notar que, ao mesmo tempo que se percebe uma rivalidade quase que palpável entre essas

mulheres, há também uma relação muito forte entre elas, que se expressa por uma forte dependência e até certa indiferenciação, tal qual a Mãe com a Avó ou a Mãe com suas cachorras. Na observação foi possível perceber como isso se refletia nas vivências do observador: "M volta e deita-se no sofá ao lado da avó. Ambas vão conversando, se direcionando a mim de vez em quando. Nas conversas que ocorrem durante as observações, muitas vezes me sinto como mediadora de algum desconforto nas relações mãe-filha" (obs 9).

Onde fica o bebê homem nessa família de mulheres? Por vezes, a Mãe comenta como é difícil trocar a fralda do Bebê, pois este deixa escapar xixi. O sexo do bebê aparece com frequência em seus comentários, trazendo um mal-estar, um pipi incontrolável e que incomoda o ambiente com sua presença. O Bebê representa o masculino que se insere no mundo de um feminino fusional. Entretanto, é interessante notar que ele também tem possibilidade de sair deste engolfamento de mulheres, se mostra muito ativo na relação. No ambiente, o Bebê olha atentamente para as coisas e pessoas, não é um bebê agitado, nem ansioso, parece que tem instrumentos próprios que o ajudam a se acalmar no dia-a-dia. No seguinte relato fica mais evidente estes movimentos: "Mãe comenta que este é o brinquedo que Bebê mais gosta e por isso compraram de outras cores também, roxo e verde. Diz que é a mãozinha laranjinha, e ele gosta muito de colocar na boca. A Avó comenta que Bebê gosta dos brinquedos mais baratos, diz que aqueles que a "chinesa" vende são os que ele mais gosta. A Mãe conta sobre outras situações em que comprou outros mordedores mais caros e ele sempre preferiu o da mãozinha. Fala sobre algumas outras situações em que Bebê sempre prefere os produtos mais baratos." Podemos perceber que essa situação relata sutilmente um movimento do Bebê contrário aos valores da família. Mas é importante notar que a Mãe também reconhece essas diferenças e as valida. São estes movimentos do Bebê que o diferenciam como outro (menino homem) e que por sua vez, a família quando aceita, pode crescer com isto.

Nessa altura, começo a me questionar sobre a presença do Pai na vida do Bebê. As duvidas sobre meu estranhamento acerca da ausência do Pai levantam questões sobre a permanência dos pais como casal. Vivencio um mistério, nada é dito, e fica a dúvida. Em supervisão conversamos sobre a importância de sustentar esse não-saber. Aguentar permite preservar o espaço da experiência emocional sem ter que rapidamente transformá-la em ação ou necessidade de esclarecimento movida pela ansiedade de não saber. Possivelmente, também, se relaciona com a vivência do Bebê. Perguntar diretamente a M sobre isso me levaria a atuar para alivio da minha angustia e nesse contexto, estaria perdendo a riqueza da vivencia emocional. O observador de alguma forma está sendo comunicado acerca daquela situação. Sustentar o não saber é também de certa forma sustentar a presença de um terceiro elemento.

Em meados do andamento da observação acontece um encontro onde o pai está fisicamente presente. A observação se dá no parque, próximo à casa da família. A Mãe demonstra estar muito preocupada com as sujeiras ao redor do parque que podem adoentar o Bebê, chega a expressar a necessidade do Pai de usar álcool gel para pegar no Bebê. Enquanto isso o Pai demonstra estar em uma relação de muita tranquilidade, até um tanto quanto desligado. Tenho a impressão de que ambos agem como um casal, pois utilizam muito a fala "nós". O Pai chega a me oferece doces e chocolates, insistindo para me comprar um da banca de jornal da esquina. Ocorre-me uma sensação de infantilização, como se houvesse alguma proximidade com o bebê/criança representada na fantasia deste casal. Depois dessa observação, eu não encontrei mais o pai. Posteriormente, pensei será que a minha presença não simbolizaria também um terceiro na relação? E se sim, será que com um terceiro elemento, os pais conseguem atuar mais como casal?

As observações seguintes contam com a presença da Mãe e da Avó, numa alternância de cuidados com bebê. Escuto falar do Pai durante as conversas, e fico com uma impressão de que ele está presente em momentos nas quais eu não estou na casa. Encontro uma cachorra que ele deixou na casa da Mãe, a Avó menciona que o Pai estava passando a semana na casa. É uma observação de muita mutualidade entre Mãe e Avó, na hora do banho essa cena fica mais evidente.

No início da observação, a Mãe pede para que eu fique mais para trás para não levar uma xixizada do Bebê. Comenta que ele está acostumado a fazer um xixi que vaza para fora da banheira; "Mãe diz ter terminado de encher a banheira. Ambas pegam o Bebê, que já estava pelado e levam na banheira. Mãe diz para a Avó que não precisará dela para este banho. Parece haver um tom queixoso na fala da Mãe. Lava primeiro os cabelos do Bebê,

e comenta que está dando um único banho porque está frio. O Bebê coça os olhos, parece que ficou irritado e eles vão ficando vermelhinhos. Mãe pede para que Avó pegue um paninho e limpe os olhos dele. Os olhos vermelhos do Bebê parecem incomodar a Mãe e a Avó. Termina de dar banho, sem molhar mais o rosto. Ao terminar, pede que a Avó o coloque na toalha. Mãe pega o Bebê, que passa para as mãos da Avó pela toalha e coloca-o no trocador, todo enroladinho.

Mãe começa a enxugar Bebê, a Avó de um lado e ela de outro. Passa maisena no pescoço, com ajuda da Avó para distrai-lo, que olha para cima, talco nas dobrinhas e hipogloss na virilha. Bebê começa a reclamar e Mãe dá uma bronca firme. A Avó diz para Mãe dar o que ele quer e ela diz que não irá dar até que ele peça educadamente. Elas parecem ter entendido que ele queria uma galinha de pano que tinha na parede. O incomodo de Bebê parece aumentar e incomodar Mãe e a Avó. Mãe dá então a galinha para ele. Ela veste a fralda e o macacão no Bebê, que parece estar distraído" (obs 22).

Essa observação trouxe elementos muito ambíguos para o entendimento desta família. Ao mesmo tempo que mostra uma função de parceria entre Mãe e Avó, mostra ausência do Pai. Volto, então, a questionar a presença do pai na casa, e a dúvida de um casal que ora parece separado ora junto. Em supervisão, observamos a presença forte de um terceiro elemento que traz a tona uma experiência de triangulação. O bebê nos remete a imagem de um submarino em alto mar, porém que consegue com seu estetoscópio observar o que está para além da água. É como se o ambiente fosse um mar de mulheres e seu pipi potente ou seus olhinhos vermelhos (durante o banho) pudessem significar seu destaque e constatação como homem, servindo como estetoscópio destacando algo para além daquilo que ali se encontra.

Será que podemos pensar que o Bebê representa um terceiro elemento? Poderíamos falar da triangulação? Durante a observação podemos ver que Bebê sai do padrão de indiferenciação imposto na relação da mãe e da avó, buscando de alguma forma se diferenciar delas, tanto com os olhinhos vermelhos do banho quanto com os brinquedos baratos, ou o pipi que faz xixi para fora.

É a partir desses movimentos de diferenciação e de constituição da subjetividade masculina do Bebê, que notamos que algo importante opera sobre a função paterna nesta família. Não é coincidência sentir nas observações a presença do Pai, mesmo ausente enquanto pessoa. O Pai está presente no discurso das mulheres, o que nos faz pensar que esta função pode estar na mente da Mãe.

Também, podemos pensar que parte da percepção da observação diz respeito à vivência do bebê desta família. Assim, a observação proporciona tal proximidade e identificação com o Bebê, que é como se a imagem do Pai que entramos em contato fosse aquele da experiência do Bebê. Então, para Bebê existe alguma função paterna operando no circuito familiar, e é essa comunicação que ele nos transmite a partir das impressões do observador.

Também é importante dar vazão para algo que opera na fantasia inconsciente da observadora. De certa forma a função paterna e o Pai estão presentes no imaginário da observação enquanto essa está com a família, talvez, por identificação projetiva eles comuniquem algo que não pode ser negado: tem um pai em algum lugar e um menino homem que se diferenciam desse universo feminino.

Marjorie Yanagihara
Psicóloga Clínica, Acompanhante Terapêutica, Educadora da Escola de Educação Especial Trilha.

E QUANDO NÃO HÁ LEI/PAI?IMPLICAÇÕES E EFEITOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA NA CRIANÇA

Marta Gonçalves Gimenez Baptista

RESUMO

Na atualidade nos deparamos com pais provedores, muito ocupados, e que muitas vezes não sustentam o lugar de quem acompanha o filho em suas aquisições, sejam elas motoras, de descobertas das brincadeiras, das primeiras palavras. Essas crianças são atendidas em seus pedidos individuais por terceiros, porém com a entrada na escola há um descompasso, pois as consignas são coletivas e a alfabetização segue as leis da escrita, ou seja, opera para todos. A criança passa a ter que responder com autonomia, atender regras convivendo no grupo, e nesse momento muitos acabam caminhando com dificuldade em sua escolaridade. O objetivo deste trabalho é refletir, por meio de um caso clínico atendido numa visão interdisciplinar, sobre as dificuldades de linguagem que podem estar encobertas nos quadros de distúrbios de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem, Transtornos da linguagem, Psicanálise e Fonoaudiologia.

As crianças, desde muito pequenas, naturalmente são posicionadas no caminho da curiosidade para que conheçam o mundo, para que aprendam sobre as coisas. O pequeno enfant dá seus primeiros passos e começa a se posicionar como sujeito e para tal, inicia suas tentativas de explorar o ambiente, apresenta demandas e desejos quase sempre pela via da linguagem. Quem proporciona esse caminho trazendo referencias para a criança é o adulto, normalmente os pais. E quando isso não acontece?

No atendimento de casos clínicos de crianças nos deparamos muitas vezes com histórias onde os pais de nossos pequenos pacientes ainda não deixaram seu lugar de filho para se reposicionar e ocupar o lugar de pai, a ponto de escutarmos relatos onde as crianças revelam o quanto " *tomam conta de seus pais"*. Suas falas declaram: "*Meu pai precisa de mim*";" *Ajudei minha mãe que não estava bem porque brigou com o namorado*" para exemplificar o que as crianças trazem. Elas se ocupam de algo que não lhes pertence , porém estão tomados pela situação dos adultos e respondem a isso, ficando sem lugar de criança.

O pai por sua vez, acredita que o fato de ter a disposição do filho uma pessoa que cuide dele, como uma babá por exemplo, poderia suprir integralmente sua ausência nas demandas da criança.

Apresento aqui o caso de um menino de oito anos que me foi encaminhado pela psicanalista por apresentar dificuldades com a leitura e a escrita. Desde o início discutimos sobre questões que foram informadas em seu histórico: dados sobre repetição escolar e dificuldades no processamento auditivo. O menino que, apesar de já ter feito um trabalho de um ano para as dificuldades do processamento auditivo, continuava com problemas escolares. Foi então encaminhado para um médico Foniatra para que os resultados atualizados sobre processamento auditivo mais a avaliação clínica, pudessem indicar alguma hipótese diagnóstica para pensar a direção do tratamento.

Como seu avô paterno é médico havia uma busca de origem orgânica para as dificuldades de aprendizagem que o neto apresentava. Pensaram em Dislexia, Distúrbio do Processamento Auditivo, algum quadro neurológico, entre outras possibilidades. Mas o foniatra não encontrou nada que fosse ao encontro dessas primeiras hipóteses da família, se deparando com um menino que manifestava pouca disponibilidade para realizar o proposto, mostrando falhas na atenção, discriminação e análise síntese auditivas, e na produção dificuldades na organização espacial no plano gráfico. Não havia origem no orgânico que correspondesse ao que o menor manifestava na clínica. As dificuldades dele indicavam origem emocional; algo que a criança mostrava

pela aprendizagem e devido às interferências que foram comparecendo no percurso escolar era preciso que isso fosse melhor investigado e cuidado.

A partir dessa avaliação foi indicado que fizesse fonoterapia num trabalho articulado com a psicanálise que já havia iniciado, para tratar o distúrbio de aprendizagem que manifestava.

Apresentou-se um menino bastante fechado, pouco falava, não entendia bem por que estava ali com a fonoaudióloga. Quando pergunto por que veio, ele responde: "não sei, está tudo bem, não tem nenhum problema"; ou ainda " não sei por que minha mãe me trouxe" ; "Meu pai também acha que eu não preciso".

Ele é o filho mais velho de um casal separado com regime de guarda compartilhada no cuidado com os filhos. É importante contar, pois a rotina desse menino era bastante difícil. Alguns dias na casa da mãe outros na casa do pai e final de semana intercalados. Se para um adulto ter duas casas pode ser um problema, calculemos para uma criança que não dava conta de organizar nem a mochila da escola?

Pais que não se entendiam entre eles, com suas novas vidas e bastante atarefados em seus trabalhos. A avó (paterna), bem presente, tentava ajudar suprindo as faltas do filho (ao qual protegia incondicionalmente), pois ele viajava muito, mas com certeza não era a mesma coisa - porque Pai é pai!

Em casa o pai, por sua vez, não considerava nenhum trabalho terapêutico. Nunca apareceu ao consultório e deixava claro que seu filho não precisava de nenhum tratamento; com o tempo tudo iria se resolver. Soube disso pela avó e pela mãe do menino que contavam que o pai também era assim quando menor, não se interessava pela escola, mas que elas acreditavam que um tratamento poderia sim ajudar.

Ele se apresentou assim: "já sei isso...o resto é tudo chato!!"

Sem abertura nenhuma, me perguntava como iniciar esse trabalho.

Brincadeiras, jogos, gibis, livros, desenhos, entre outros materiais eram de criança segundo ele, que se via em outro lugar: *o de adolescente*.

Ao ver a precariedade em que esse menino se encontrava, pois apesar de estar no 2º ano do ensino fundamental I (pela segunda vez), mal estava alfabetizado, com grande dificuldade para leitura a ponto de investigarmos sobre o uso dos óculos. Mas, não faziam falta de fato.

Com o tempo pude entender que esse era de alguma forma, o lugar onde ele foi colocado, pois crianças não sabem nada, não podem fazer algumas coisas como ver o que quiser no Youtube ou assistir a filmes sobre guerras, por exemplo, momento bastante compartilhado com o pai.

Ser adolescente imaginariamente lhe dava o status de já ter passado pelo ensino fundamental I e deixado pra trás os traços de pequeno, que depende do outro. Além de não ter o trabalho para atravessar esse percurso, quase uma mágica.

Deparo-me então com um menino com histórico de repetição escolar, mudança de escola, sem amigos, vivendo o mundo dos adultos, preocupado/ocupado em aplacar a separação dos pais, que não brincava e não queria escrever/ler, não experimentava, não queria aprender.

No início do trabalho foi bastante difícil, pois ele se recusava a fazer qualquer coisa. Com minha insistência consegui iniciar pelo jogo "Cara a Cara", um que já conhecia porque jogos desconhecidos, nem pensar. Uso como exemplo esse jogo para descrever a precariedade com a qual respondia apesar da idade e do acesso que podia ter a diferentes materiais pela quantidade de brinquedos e jogos que havia em sua casa.

Para combinarmos quem começava o jogo já era um problema, pois não lhe passava pela cabeça que quem iniciasse o jogo fosse alguém que não ele! Acostumado a ser atendido em TODAS suas necessidades, materiais ou não, não sabia se quer fazer o "par ou ímpar". Tentamos "joquempô", vejo que faz de conta que sabe, mas também não conhece. Aos poucos vamos encontrando possibilidades a partir da experimentação e uso desses jogos, o que não fazia parte de sua rotina.

Proponho inventar e ampliar as regras dos jogos dependendo do paciente e suas necessidades. Como neste caso a questão do letramento estava envolvida inclui entre as perguntas o nome dos personagens: “Termina com uma vogal?” ou “ Tem cinco letras?” ou ainda “Começa com a mesma letra que o seu nome?”. Isso já era motivo para que paralisasse. “Assim não vale! Letra não vale”, reclamava ele.

Em outros momentos quando começava a aceitar alguns novos jogos ou revistinhas, percebo que ele “fazia que entendia”, sem perguntar ou manifestar qualquer comentário. Porém na primeira oportunidade ele declarava, sem perceber, sua dificuldade. Não entendia piadas, metáforas, duplo sentido, o que já seria esperado e explorado por meninos de sua idade.

Durante as sessões pude notar que se tratava de um menino que até então fazia de conta porque faziam por ele, ele não precisava fazer. Pra que passar por todo o trabalho? Como se a idade pudesse garantir as aquisições, o conhecimento, as vivências.

Na escola muito preocupado sempre com o figurino, o visual, em aparentar o menino mais bonito, o mais velho, referencia masculina para as meninas...como poderia se ocupar de outra coisa? Já tinha muito em que pensar.

Tal era falta de experimentação, de vivência, a ponto de, agora com quase dez anos, não ter noção do valor das coisas. Quando questionado sobre o valor de uma bala ele responde: dez reais?

Com o trabalho conseguimos identificar alguns pontos que o menino reconhece como problema: fazer as tarefas sem ajuda, dificuldade para leitura, necessidade de caminhar em direção a autonomia.

O menino ficava desorientado em como agir, convivendo com uma mãe que se colocava no papel da exigência, pois o pai atuava pelo contrário, exigência nenhuma. Na casa da mãe havia regras , horários; na casa do pai tudo podia.

Mas na casa do pai, não havia pai. Não me refiro aqui se o pai estava presente ou não. Mesmo com o pai presente, dava na mesma. Podia assistir o filme que quisesse, jogar jogos que não eram pra idade, dormir a hora que desse vontade. Refiro-me aqui a figura paterna não transitando no caminho deste filho como quem interpela com a lei. Não há lei. Pode tudo!!

Sabemos da importância, da segurança de uma rotina e da direção que isso pode dar a uma criança em constituição. Quando pedia raramente para o pai ajudá-lo em uma lição de casa e o pai respondia que não sabia, o menor começou a se deparar com uma falta que não havia sido percebida ainda por ele.

A necessidade de ter alguém para mostrar o que se fez nas tarefas escolares e nas produções diversas realizadas durante o dia, ou ainda, encontrar alguém em casa pra conversar e contar como foi o dia, não pertenciam à vida dele.

O reposicionar esta criança que precisou refazer um bom vínculo na escola e especialmente com a professora, organizar os horários em casa para as tarefas, alimentação, dormir, etc... foi fundamental para o menino que reclamou e resistiu no início , mas como foi implicado a responder ao que lhe correspondia acabou cedendo, vendo sentido, sentindo-se amparado.

A partir das vivências com os jogos de regras, histórias, pequenas produções escritas ele pode experimentar outras possibilidades, levando essa experiência para escola.

Atualmente ele lê , escreve, contribui nas aulas com os diversos assuntos, pergunta, argumenta, interessado em aprender. Faz suas lições com a professora particular que olha para as suas produções. Em outros momentos faz as tarefas sozinho, e com orgulho percebe que consegue.Também consegue responder a jogos de estratégias, uma nova versão para os jogos de guerra que repetia incessantemente no início do tratamento. Ainda faz textos curtos com pouca elaboração, porém registra suas opiniões, marca autoria.

O trabalho articulado entre os terapeutas e a parceria com a escola foi fundamental para os avanços desse menino.

Finalizando cito o livro "O que aprendemos com crianças que não aprendem?" de autoria de Jean Bergès e colaboradores (2008), de onde recorto um parágrafo escrito por duas fonoaudiólogas Marie-Claude Devaus e Hélène Vexliard. Esse trecho descreve a trabalhosa tarefa de um fonoaudiólogo junto a casos que envolvem questões de linguagem escrita na clínica da infância:

"...Em contradição com a demanda que nos é dirigida, nossa posição de fonoaudiólogos não tem nada a ver com uma injunção de falar (ou escrever) direito. Ela se situa além das palavras e constitui a princípio em reconhecer certo "direito" à expressão, ao desdobramento, pelo menos à existência dessa teoria infantil cujos signos se lêem com os olhos e com os ouvidos, raramente com palavras..."

Marta Gonçalves Gimenez Baptista
Fonoaudióloga clínica , doutoranda em fonoaudiologia (PUC-SP),membro da Clínica interdisciplinar Prof. Dr. Mauro Spinelli, participante da equipe editorial da Revista Distúrbios da Comunicação (DIC) PUC-SP,org. do livro " Linguagem e Saúde Mental na infância : uma experiência de parcerias".

WINNICOTT E O PAI NO INÍCIO DE VIDA DO BEBÊ– RELATOS DO PROCESSO DE TORNAR-SE PAI

Mônica Camasmie Dib

RESUMO

Winnicott foi um autor que priorizou o papel da maternagem no desenvolvimento sadio do indivíduo. Ele descreveu o papel do pai como apoio fundamental para o equilíbrio emocional da mãe. Acompanhando o relato de alguns pais, percebemos que a consciência da identidade paterna acontece gradativamente. A nossa hipótese é que o homem identifica-se progressivamente com o papel de pai. Depende da mãe do bebê e de fatores emocionais internos, para que consiga assumir essa identificação. Inicia-se como um processo desde a gravidez do bebê, e vai tornando-se definido a medida que o bebê cresce. O papel do pai é fundamental para um amadurecimento sadio do bebê. Estudar este papel pode acrescentar muito na profilaxia de sintomatologias posteriores, como na fase edípica, adolescência e maturidade.

PALAVRAS-CHAVE: Winnicott, pai, bebê.

Winnicott foi um autor que priorizou o papel da maternagem no desenvolvimento sadio do indivíduo. Ele descreveu o papel do pai como apoio fundamental para o equilíbrio emocional da mãe. Acompanhando o relato de alguns pais, percebemos que a consciência da identidade paterna acontece gradativamente. A nossa hipótese é que o homem identifica-se progressivamente com o papel de pai. Depende da mãe do bebê e de fatores emocionais internos, para que consiga assumir essa identificação. Inicia-se como um processo desde a gravidez do bebê, e vai tornando-se definido a medida que o bebê cresce. O papel do pai é fundamental para um amadurecimento sadio do bebê. Estudar este papel pode acrescentar muito na profilaxia de sintomatologias posteriores, como na fase edípica, adolescência e maturidade.

Winnicott considera o pai como a fonte de apoio da mãe durante a gravidez enquanto o bebê é pequeno, durante a fase em que ainda é amamentado e depende muito da mãe. Segundo o autor, se a mãe sente-se segura e protegida, consegue dedicar-se ao filho. Winnicott também argumenta que o bebê é absolutamente dependente da mãe (estágio de dependência absoluta) e que a mãe o acolhe (*holding*), sustentando-o física e emocionalmente Através da preocupação materna primária, a mãe adapta-se ativamente às necessidades do seu filho. A mãe normalmente vai precisar do pai, recebendo apoio emocional para poder dedicar-se totalmente ao bebê. O apoio do pai é importante também se a mãe sente-se desamparada, frágil, deprimida ou insegura para cuidar do nenê. Segundo Rosa (2011):

> O pai falha nesse momento de vida se impedir ou não contribuir para que a mãe tenha condições de fornecer ao bebê um ambiente que seja facilitador das conquistas básicas e fundamentais desse início de vida.

É fundamental que o bebê possa viver a ilusão de onipotência, o que ocorre normalmente em um ambiente seguro para a mãe e para a criança. Algumas mães têm dificuldade em identificar-se com seu bebê, por sentirem necessidade de continuar a fazer as mesmas atividades que faziam antes dele nascer. Amamentam pouco tempo, por exemplo, porque necessitam retornar logo ao trabalho. O pai, que está participando ativamente do início de vida do filho, deveria cuidar da mãe e participar ativamente do cuidado do nenê quando desejasse ou fosse necessário. Segundo Rosa (2014), o efetivo cuidado paterno faz parte do colo materno que o bebê recebe:

> A mãe e o pai juntos compõem o ambiente total que o bebê precisa encontrar para amadurecer, ainda que o lugar do pai não seja o mesmo da mãe na relação direta com o bebê. O pai ajuda a mãe a ser mãe.

A hipótese que se coloca é que o processo de tornar-se pai é gradativo. Neste trabalho sugiro, a partir da abordagem winnicottiana, e de relatos de pais, que a profilaxia das dificuldades iniciais do casal que acabou de

ter um nenê possa ser feita através da reflexão dos sentimentos provindos do pai e da percepção das dificuldades da mãe, muitas vezes através da forma como ela percebe o pai na situação quando o nenê nasce.

Enquanto a mãe prepara-se durante a gravidez, através das mudanças corporais e emocionais para o nascimento do bebê, o pai demora mais tempo para sentir que realmente vai ser pai.

L., pai de dois meninos de 6 e 2 anos relata:

> É uma experiência muito doida...você está lá, nasce a criança que era só fantasia, diferente do que imagina antes, é uma experiência gostosa, nem parece real. A ficha cai aos poucos. O primeiro baque de verdade é quando chega em casa.

Através da preocupação materna primária, as mães conseguem adaptar-se melhor às necessidades de seu bebê, pois regridem emocionalmente desde a gravidez, conseguindo colocar-se no lugar dele. O bebê chora e a mãe consegue diferenciar fome, sono, fralda suja, etc. Para o pai, inicialmente, o choro causa uma turbulência interna, que só é diminuída quando o bebê também se acalma. Antonio Prata escreveu em uma crônica (Diário da paternidade II), as dificuldades iniciais:

> Ontem, às 4h17 da madrugada, ninando minha indômita filha pelo quarto, cheguei à seguinte imagem: é como se eu fosse um patinador no gelo, dando volteios em câmera lenta, agarrado a uma tainha de cinco quilos que se debate em fast-forward. Quando ela finalmente dorme no meu colo, contudo, a coloco no berço e volto para o quarto, me sinto como o Amyr Klink retornando ao lar depois de ter sido o primeiro homem a atravessar o Atlântico num barquinho a remo. Momentos tétricos, momentos épicos.
>
> ...
>
> Outro dia fomos ao pediatra e tive que preencher uma ficha. Vi lá "Nome do pai" e já saí escrevendo: "Mario Alberto Campos de Moraes Prata". Levou uns cinco segundos para eu entender que o pai era eu. Pensando bem, talvez ainda não tenha entendido. Terei que preencher mais algumas fichas até que a ficha caia de vez.

Alguns pais, por serem mais imaturos emocionalmente, sentem-se excluídos da díade mãe-bebê. Não conseguem entender, nem aceitar que aquele é um momento temporário e tentam marcar sua presença precocemente, antes da mãe e do nenê estarem preparados. O pai pode exigir atenção especial da mãe, ou competir pela melhor performance nos cuidados com o bebê, ou incentivar a mãe a voltar a trabalhar logo, se ela ganhar mais do que ele, por exemplo. A mãe pode sentir-se pressionada pelo pai a reassumir a vida conjugal antes de sentir-se preparada. Por outro lado, o pai depende da mãe para conseguir estabelecer um contato inicial com o bebê. Mas, em alguns casos, a mãe exclui ou desqualifica o pai, por não conseguir diferenciar-se do bebê, ou por dificuldades psicológicas dela anteriores ao nascimento do seu filho. Segundo Winnicott(1997) a chegada do bebê cria um novo triângulo edípico:

> Qualquer fracasso ou dificuldade da mãe relativa à sua própria constelação edípica seria agora potencialmente vulnerável a esse novo arranjo, que desperta dificuldades adormecidas e ativa novas forças de amor e ódio, tanto conscientes, como inconscientes.

No mesmo livro, Winnicott relata um caso (pg 150) de uma criança com transtorno alimentar:

> A mãe estava com ciúmes do pai, que estava alimentando a criança, que até então fora exclusivamente dela.

Acrescento que as dificuldades edípicas do pai também influenciam na forma como ele lida com os sentimentos despertados pelo nascimento do bebê. A sensação de perder a prioridade é de intenso sofrimento para alguns pais. M., pai de H.,12 anos e R, 9 anos, marido de A. relata:

> As pessoas entravam na casa e não falavam comigo... primeiro era a H., depois A., o cachorro e depois eu.

Segundo A:

> M. falou que se sentiu traído e trocado por outro homem quando R. nasceu...dizia que eu só tinha olhos para o R., só cuidava de A. e H.

S., pai de J. de 6 anos também sentiu-se excluído e desvalorizado:

> Primeiro era a J., o trabalho, a casa em primeiro lugar, eu por último, me senti largado, excluído

Antonio Prata, em sua crônica, relata a consciência da mudança na constelação do casal. Antes eram duas pessoas, agora são três, e sentiu que o acréscimo era um ganho, não uma perda:

> Semana passada, Olivia fez 3 meses: nossas olheiras aparentam 300 anos; nossos corações rejuvenesceram 30 -e não são à toa os múltiplos de 3.

L. passou a trabalhar em casa quando seu filho nasceu. Cuidou do bebê, auxiliando sua esposa, que estava com uma recuperação difícil do parto. Deu banho, trocou fraldas e tentou acalmar o bebê quando ele chorava com cólicas. A medida que a mãe foi se recuperando, continuou a cuidar do filho. Sempre se sentiu integrado com a dupla mãe-bebê. Até hoje é um pai presente e sente-se feliz por ser pai. Diz que sempre teve momentos especiais com os filhos, estando presente sempre que foi possível. Este casal tem uma postura cooperativa. Segundo Winnicott, foi possível para o pai, através do uso de seu "elemento feminino puro", contribuir para que seus filhos usufruíssem de seus cuidados. A mãe tem consciência de que o pai conhece bem os filhos e, além disto, até refere-se a detalhes sobre preferências deles que ela desconhece.

Mesmo sentindo-se excluído, M. aproximou-se da sua filha sempre que foi possível. Dava banho, trocava fraldas, dava mamadeira. O nascimento da filha não foi sentido por ele como um fruto da relação do casal, mas sim, um bebê da mãe. A falta de integração entre eles piorou no nascimento do segundo filho. Ele tinha problemas alimentares e, por isto, a mãe uniu-se ao bebê, excluindo o pai mais uma vez. Após dois anos eles se separaram. O pai sentiu que os três (a mãe e os dois filhos) faziam parte de um mundo que ele não conseguia se integrar. A mãe não conseguiu voltar a ser a esposa, continuou a ser somente mãe. O casal se separou e somente alguns anos depois, M. conseguiu aproximar-se realmente dos filhos.

S. sentiu-se excluído, mesmo quando J. cresceu. A mãe trazia J. para dormir na cama do casal. Não conseguiu recuperar a relação conjugal. O pai sente que até hoje, a mãe é dependente de J. e a filha é muito insegura e dependente da mãe. Apesar de ter 7 anos, J. comporta-se como uma criança bem menor do que é. O casal se separou quando o pai percebeu que não existia mais um lugar emocional para ele com a mãe e a filha.

Existe também a mudança na identidade do homem. Antes ele não tinha filhos, aos poucos sente-se pai. Antonio Prata fala do clube dos homens que têm filhos. Aos poucos, além de se sentir-se pai em casa, identifica-se com os pais ao seu redor.

Ter filho te insere, imediatamente, no entusiasmadíssimo clube dos que têm filhos. Um clube que você até sabia que existia, mas para o qual não dava a menor bola. É algo assim como, de uma hora pra outra, passar a torcer pra Portuguesa -na atual fase da Portuguesa. Lusa! Lusa! Lusa!

Segundo Winnicott, o bebê passa de um estado de dependência absoluta da mãe, para um estado de dependência relativa, para caminhar em relação à independência. O processo de ser pai é gradativo, evoluindo cada vez mais, à medida que o filho torna-se um pouco menos dependente da mãe. A mãe, que antes adaptava-

se quase totalmente às necessidades de seu filho, passa a adaptar-se menos, sujeitando-o gradativamente a pequenas frustrações. O processo de separação entre a mãe e o bebê segue naturalmente, abrindo um espaço cada vez maior para o pai e para outras pessoas emocionalmente importantes (irmãos, familiares, grupos sociais, escola, etc.). Na passagem da dependência absoluta para a relativa, o pai pode falhar quando apressa ou não facilita um processo de desmame relativamente tranquilo entre a mãe e o bebê. Durante o desmame, o apoio do pai fortalece a mãe, para aguentar a fúria do bebê, e facilita que o bebê consiga controlar sua impulsividade.

> Na dependência relativa e na direção à independência, o pai surge como um modelo de integração, antecipando o status unitário a que o indivíduo irá chegar, se tudo correr bem. (Rosa, 2014)

Segundo Winnicott (2011)

> O cuidado materno transforma-se num cuidado oferecido por ambos os pais, que juntos assumem a responsabilidade por seu bebê e pela relação entre todos os filhos.

Antonio Prata relata a sensação de ser reconhecido pela filha e sentir-se pai:

> Durante três meses eu fui apenas um assistente desqualificado. Olivia chorava, eu chegava pra socorrer e, do fundo do berço, ela franzia a testa: "Saco, mandaram o estagiário...". Mas, para minha felicidade, após 90 dias tudo mudou: eu chego, ela sorri. Minha filha finalmente se deu conta da existência do seu pai! (Ou, talvez, só tenha começado a achar graça deste desengonçado estagiário da mãe).

Concluindo, a existência emocional do pai para a criança interfere positivamente na ligação fundamental do bebê com a mãe. O vínculo do pai com o seu bebê pode evitar dificuldades emocionais relacionadas à constituição do *self* como identidade unitária, ao seu contato com a realidade, e na possibilidade de estabelecer relações interpessoais.

Segundo Rosa (2014, p 25):

> o pai contribui de diferentes maneiras para que o bebê tenha condições de chegar a si e estabelecer uma identidade integrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dias, E. O.(2013). *A teoria do amadurecimento de D.W.Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.

Prata A. - Diário da paternidade II - Jornal Folha de São Paulo - 13/10/2013

Rosa, C. D, (org) (2014) – *E o pai?: uma abordagem winnicottiana*. São Paulo: DWW Editorial

Rosa, C. D.(2011) – *As falhas paternas em DWW*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia. Pontifíce Universidade Católica de São Paulo.

Winnicott, D. W. (1997) *Pensando sobre crianças*. Artmed .Porto Alegre.

Winnicott, D.W. (1999) *Tudo começa em casa*, São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual* (4ª ed). São Paulo: Martins Fontes.

Mônica Camasmie Dib
Psícóloga Clínica, Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Membro do Depto. de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae e Membro do EPW(Espaço Potencial Winnicott) do Instituto Sedes Sapientiae.

A FUNÇÃO PATERNA NUM CASO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Nadia Regina Prando

RESUMO

A contemporaneidade tem trazido muitas discussões acerca das funções maternas e paternas relacionados as novas configurações familiares. Neste trabalho será dado foco a função paterna de acordo com a visão Psicanalítica de Freud, Winnicott e Green, a fim de conciliar uma descrição ampla sobre a função paterna desenvolvida de forma satisfatória e o adoecimento devido a suas falhas. No segmento final será apresentado o caso clínico de Lucas, que recebeu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista aos 4 anos de idade, e há 2 anos segue em atendimento através do modelo de tratamento Psicanalítico proposto por Winnicott, este tipo de atendimento através de "setting" e manejo diferenciados têm demonstrado grande eficácia nos casos de falhas primitivas. Ao longo da descrição do caso serão apontadas falhas e sucesso das funções paternas e suas possíveis consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do espectro autista, Função paterna, Psicanálise, Manejo.

A função paterna aparece na Psicanálise quando Freud (1913) descreve o "Mito da horda primeva", relatando a ambivalência entre filho e pai que leva ao assassinato do pai e, na sequência, ao sentimento de culpa do filho. Esta culpa instaura a proibição do incesto e a submissão à figura do pai que impõe a castração. Esta descrição serve como base para que Freud (1924) descreva o Complexo de Édipo, no qual o filho deve odiar e invejar o pai para sentir-se culpado e temeroso da castração, podendo identificar-se com o pai e transmitir a lei e autoridade. Portanto o pai tem a função simbólica estruturante na constituição do self da criança e função real de realizar interdição entre filho e mãe, proibindo o incesto.

Winnicott descreve que a função parental inicia-se quando, tanto homem quanto mulher, passam a desejar um filho(a), sendo de extrema importância a relação entre o casal como forma de espelhamento para que a criança se sinta existente e real (Winnicott, 1967). A função paterna toma importância para Winnicott (1965), quando este descreve alguns casos (estudo da tendência anti-social) de adormecimento pela incapacidade em desenvolver emocionalmente o Complexo de Édipo, e outros casos no qual mãe e bebê se fusionam e impossibilita-se o desenvolvimento sadio e de subjetivação da criança. Estes casos demonstram a necessidade da existência de um terceiro elemento na relação, de papel diferenciado. Este terceiro componente deve ocupar espaço no desejo da mãe, favorecendo a frustração (castração) e impedindo o adoecimento no qual o bebê se torna único objeto de desejo da mãe.

O autor também descreve que o pai, ou terceiro, deve oferecer apoio à mulher para que esta consiga entrar em estado de preocupação materna (1964), possibilitando a vivência do vínculo mãe-bebê, ao mesmo tempo em que deve auxiliar a separação narcísica, oferecendo descanso para ambos, mãe e bebê, da intensa relação estabelecida. Quando tudo vai bem, a criança elabora fantasias ao redor da união sexual dos pais, a partir das quais criará/encontrará formas pessoais de viver e solucionar a questão da triangulação edípica (Winnicott, 1964). Além disso o pai deve ampliar o universo da criança oferecendo conhecimento e suportando seus futuros ataques, o que possibilita que a criança estabeleça contato saudável com a realidade.

Diferentemente, Green (1981) descreve não existirem seres humanos que não tenham alcançado o Édipo, já que todo ser ocupou um lugar no Édipo de seus pais. Na triangulação o pai inscreve-se como figura de ausência, tendo particular importância na relação mãe-criança pelo lugar que ocupa na mente da mãe. Parece fundamental que exista lugar definido para o pai na mente e no desejo da mãe. Isto contribui para que a mãe exerça a estrutura enquadrante, de oferecer os cuidados necessários à criança, ao mesmo tempo em que permite que a criança "alucine o negativo", deixando um vazio para o nascer do desejo por outros objetos, ou seja, passe pelo processo de objetalização.

Com base nas descrições de Freud, Winnicott e Green podemos detalhar e resumir as funções do pai da seguinte forma:

Oferecer apoio e sustentação para que a mulher entre em estado "de preocupação materna primária".

Estar com o bebê em alguns momentos para dar descanso à intensa relação mãe-bebê.

Realizar papel de terceiro diferenciado, no desejo da mãe.

Suportar a agressividade da criança.

Realizar interdição e proibição do incesto através da ameaça de castração.

E seria função de ambos, pai e mãe, ou do casal:

Desejar criar o filho(a) e o desejo de serem respectivamente pai e mãe deste bebê.

Mostrar união e demonstrar o relacionamento do casal, possibilitando a experiência de espelhamento que o bebê necessita para se sentir real e existente em seu mundo.

Favorecer o nascimento do desejo da criança.

Realizado este breve mas conceitual relato das funções do casal que decidiu por serem pai e mãe iniciarei o relato do seguinte caso clínico: Acompanhado do pai, conheci o paciente quando este tinha 4 anos de idade e já havia recebido o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Atualmente Lucas1 completou 6 anos de idade e tem apresentado melhoras significativas em seu desenvolvimento, comunicação e interação social.

O atendimento psicanalítico de crianças autistas tem características distintas do atendimento clássico. Para Winnicott, a ênfase deve ser dada no oferecimento de holding e no estabelecimento do "setting" analítico, de forma que ele pode vir a ocupar a totalidade do espaço, já que a interpretação clássica não é possível pois não há um sujeito constituído, que possa ser atravessado pelo discurso simbólico. Ao longo do relato irei descrever como se dá este atendimento.

Lucas é filho de João2 e Maria3, eles buscaram ajuda quando perceberam atraso na fala de Lucas. Esta preocupação dos pais era relativamente recente, mas a avó materna já havia notado e estranhado o comportamento de Lucas desde quando este tinha 1 ano de idade. Naquela ocasião, a sugestão da avó para os pais procurarem um especialista, foi recusada tanto pelo pai como pela mãe pelos pais de Lucas, acredito que a mãe tenha ignorado mais este apontamento.

No primeiro encontro com Lucas e seus pais percebo uma criança agitada, de feições delicadas, com olhar cativante. Os pais descrevem melhor suas queixas dizendo que Lucas não consegue se expressar satisfatoriamente, ficando muitas vezes agitado e agressivo por não conseguir dizer o que deseja.

A mãe de Lucas relata que este é seu segundo filho e que o desejou, antes e durante a gestação pois, não queria repetir o que aconteceu com seu o primogênito, quando o entregou para que sua mãe dele cuidasse, em outro estado da Federação. Aqui se pode, levantar a hipótese de Lucas ter vindo ocupar o lugar do outro filho,não tendo, provavelmente, espaço para sua subjetivação.

O casal conta que eram amantes e quando Maria engravidou, o João não aceitou a gravidez, o que gerou muitas discussões entre eles. Mas Maria queria muito o bebê e decidiu tê-lo. Relata uma gestação atribulada pelas brigas, com um parto cesáreo que se deu sem intercorrências. A mãe contou ter voltado a trabalhar quando Lucas completou 3 meses de idade, tendo que matriculá-lo por período integral numa creche. Algum tempo depois João passou a morar com Maria e Lucas. Aos 6 meses de idade Lucas começou a recusar a amamentação pelo seio.

Nestas entrevistas iniciais o casal apresenta dois dados importantes: 1. Possivelmente João, por não ter desejado a criança, não teria realizado completamente o papel de suporte para a mulher durante a gestação, já que discutiam freqüentemente quando o assunto era retomado. Este comportamento pode ter dificultado a entrada da mulher no estado de preocupação materna primária e desfavorecido o vínculo saudável entre mãe e

1, 2 e 3 Nomes fictícios

filho. 2. Este vínculo, de fraca intensidade, ficou prejudicado mais ainda pela separação mãe-bebê tão prematura, aos 3 meses de idade, quando foi matriculado na creche.

Quando fui apresentada a Lucas, percebi que ele conseguia interagir parcialmente comigo, conseguia olhar brevemente nos olhos, comunicava-se escassamente e era capaz de chamar os pais quando necessitava, mas não conseguia expressar frases inteiras, mesmo as mais curtas, e apresentava ecolalia.

Nos primeiros atendimentos chamava Lucas pelo seu nome. Quando apresentava a ele a caixa lúdica com os seus brinquedos, ele não me olhava; chegava a olhar para os brinquedos, mas não fazia contato visual. Por muitas sessões ele seguia o roteiro de entrar na sala, abrir a caixa lúdica e retirar todo seu conteúdo. Depois de esvaziar todas as caixas de brinquedos, pisava sobre eles. Ele não permanecia muito tempo com um brinquedo: olhava-o rapidamente e logo já pegava outro, sem apresentar interesse particular sem interesse em brincar, parecia apenas querer explorar os objetos que ainda não conhecia.

A agressividade exibida por Lucas ao quebrar os brinquedo demonstrava dificuldade de contorno e concernimento (Winnicott, 1962), com o outro e com os objetos. A partir de minha angústia de ver tudo sendo quebrado, percebi que seria necessário me apresentar à Lucas como “um outro ser”, separado dele, que tinha emoções e ficava triste quando ele quebrava tudo que eu lhe oferecia.

Os primeiros atendimentos foram difíceis e trouxeram algum grau de preocupação com o estado emocional de Lucas, eu saia cansada e desgastada dos atendimentos, como se tivesse sido “destruída”, provavelmente ele, involuntariamente, me fazia sentir a angústia em que estava mergulhado. Minha esperança e meu desejo de contribuir para o seu desenvolvimento e para a integração de seu ego, recomendaram persistir e oferecer a ele um ambiente acolhedor, seguro e de confiança. Através do meu reclamar, Lucas pôde se sentir reclamado a despertar sua pulsionalidade à vida (Alvarez,1992).

Ao longo das sessões passei a me sentar ao chão, ao lado de Lucas, chamando-o para participar de minhas brincadeiras. Ele olhava o brinquedo numa sessão e apenas na seguinte buscava-o para conhecê-lo. Aos poucos fui percebendo ser necessário um tempo adicional, reservado para que Lucas conseguisse experimentar algo novo, porque havia ali certa curiosidade e interesse que começavam à aflorar.

Os bonecos conversavam, os animais moravam numa fazenda e conversavam muito entre si. Todos os elementos ganhavam vida e importância na frente do Lucas. A primeira brincadeira que se criou entre nós, foi a de Lucas tocar um tambor e eu dançar ao seu som; ele aguardava ansioso que eu dançasse assim que começasse a bater no tambor.

A abordagem diferenciada ao paciente se deu através da demonstração do ato de brincar, de uma forma livre e criativa, que começou a chamar a atenção de Lucas. A ponto dele se sentir encorajado à experimentar por si mesmo e perceber que sua ação gerava respostas minhas como o dançar, por exemplo. Esta experiência certamente favoreceu, em minha observação, para que Lucas me percebesse como alguém em separado e diferente dele. Fora assim criado um espaço potencial entre analista e paciente onde o brincar e o fantasiar passaram a desempenhar papel fundamental no trabalho do primeiro. A evolução de Lucas e de sua capacidade de brincar e se expressar adequadamente, é percebida hoje pela sua capacidade em brincar de fazer de conta, e em seu pedido para brincarmos de mamãe e papai.

Lucas apresentava grande atraso na fala. Conseguia emitir apenas algumas palavras sempre acompanhadas de ecolalia, uma repetição constante da última sílaba da palavra a ele dirigida. Os pais disseram ter se acostumado a deduzir o que o filho queria. Com a ajuda da Fonoaudióloga insistimos junto aos pais que passassem a incentivar Lucas a falar o que desejava.

Nas sessões sempre incentivava perguntando qual era a vontade de Lucas, que personagem ele seria naquele dia, quem faria a ação: eu ou ele. Aos poucos sua fala começou a melhorar. Atualmente ele conversa com boa fluência tendo apenas certa dificuldade para algumas sílabas. A tática de questionar os desejos de Lucas tem como objetivo estimular seu pensamento e sua subjetivação. Hoje Lucas entra na sala, diz do que irá brincar, “quem nós seremos” e também é capaz de criar o cenário dizendo onde ficará cada lugar e o que farão as personagens. Ele me chama pelo nome sempre que precisa de ajuda.

Durante o atendimento de Lucas, detalhei com os pais que uma vez por mês eles teriam que comparecer sem o Lucas para uma sessão isolada. Uma segunda exigência foi que uma vez por mês cada um deles deveriam entrar em sessão comigo e com Lucas. Os pais têm alguma dificuldade para freqüentar as sessões. O pai é quem sempre trás Lucas e a mãe relata o trabalho como impeditivo, de forma que Lucas passa a maior parte de seu tempo com o pai.

Notei em Maria questionamento a si mesma e a Lucas. Em um episódio que julguei significativo e por este motivo relato, na presença de Lucas e de sua mãe, depois de Maria referir brandamente que Lucas não gostava dela como gosta do pai, ela passou em seguida a questionar Lucas, pedindo para que ele assumisse de quem ele mais gostava. Nesta ocasião Lucas, que não apresentava ecolalia há mais de ano, voltou a repetir as últimas sílabas das palavras da mãe e esta só ficou satisfeita quando Lucas disse que sim, que gostava mais dela. Sua ecolalia desaparece em seguida quando o questionamento cessa e voltamos a brincar com outras coisas. Aqui fica claro que grande parte da angústia e ansiedade de Lucas estão ligadas à esta imposição da mãe de que ela seja a mais amada por ele.

Podemos levantar as hipóteses: (1) Maria quer ter a segurança de que Lucas a ama, pois assim seria perdoada por ter abandonado seu primeiro filho ou (2) O fato de Maria ter ficado sozinha durante a gestação, não tendo o apoio nem a presença de João, pode ter favorecido para que Lucas ocupasse todo o lugar de desejo materno, não havendo espaço para um terceiro, e quando Lucas é cobrado pela mãe a corresponder e ficar neste lugar, Lucas volta a entrar em angústia e retoma inconscientemente sua defesa manifesta pela ecolalia.

Nos últimos encontros com os pais, eles relataram estar pensando em se separar porque têm brigado constantemente, muitas vezes com o Lucas presente e que este tenta fazer com que os pais parem pedindo para não brigarem. Eles já estão morando em casas separadas e Lucas fica um pouco em cada uma, mas chora quando os pais não estão juntos na mesma casa que ele. O casal foi encaminhado para atendimento individual e de casal. A mãe foi encaminhada ao psiquiatra, fazendo uso de medicação anti-depressiva há muitos anos e sem o devido controle.

Em sessão individual Lucas leva os animais para passear e depois eles são orientados ou para a casa branca ou para a casa verde, mostrando como tem vivido esta separação. Acrescento dizendo que agora ele tem duas casas e que tem sido difícil presenciar os pais brigando. Ele concorda e quando nomeio um sentimento ele olha para o espelho, o que me faz pedir para ele me mostrar seu rosto de triste ou de bravo, por exemplo. Ele me mostra pelo espelho e pede para eu fazer também junto com ele.

Na última sessão da mãe com o Lucas, ela relatou já ter consultado o psiquiatra. Disse estar bem melhor e que logo procurará terapia. Está feliz porque seu primeiro filho virá morar em sua casa e a ajudará no trabalho. Contou ainda que ela, João e Lucas voltaram a morar juntos porque já não aguentava ver Lucas chorando e pedindo que o pai voltasse a ficar com eles.

Ultimamente Lucas tem apresentado o comportamento de segurar ou mexer em seu pipi. A mãe disse que não pode mais tomar banho com ele porque ele começou a ficar muito curioso sobre seu corpo. Diz que tem brigado com ele quando fica segurando o pipi. Sugiro a necessidade de que ela continue pedindo para que Lucas não se toque na frente de todos e que explique que ele pode fazer isso sozinho, no banheiro. Em sessão, quando Lucas pega em seu pipi digo que ele parece estar muito contente e excitado com nossa brincadeira e por isso tem vontade de tocar seu pipi.

Numa brincadeira de jogar carrinhos de um para o outro, estando os dois sentados, com as pernas afastadas, quando um carrinho bate em minha virilha Lucas diz que acertou meu pipi, eu lhe falo que sou menina e não tenho pipi, ele pára e fica me olhando. Depois continua com a brincadeira e apenas no final me diz que sou menina e que não tenho pipi. Ele parece muito curioso sobre a anatomia e demonstra ainda não entender as diferenças entre os sexos, explicitando que mesmo tomando banho com Lucas, seus pais não conseguiram lhe explicar as diferenças anatômicas dos sexos.

Em sessão com o pai percebo que ele proíbe Lucas de brincar com alguns brinquedos, dizendo que são para meninas. Intercedo assim que posso sugerindo que em sessão ele pode brincar com o brinquedo que quiser

e o pai acata minha sugestão. Brincamos juntos de comer comidinhas feitas pelo Lucas e descubro, sessões mais tarde, que o pai comprou o mesmo brinquedo, aqui disponível, de comidinha, para que Lucas possa brincar em casa. Chamar os pais para sessões juntamente com Lucas tem favorecido para que estes pais consigam interagir mais com o filho, permitindo que eles participem, ouçam e valorizem os desejos do filho, possibilitando sua subjetivação. Atualmente Lucas tem brinquedos e desenhos favoritos que os pais percebem e se esforçam em comprar para ele.

A curiosidade de Lucas pela sexualidade, e as diferenças de gênero, evidenciam que seu desenvolvimento psíquico está ocorrendo de forma satisfatória uma vez que ele progressivamente entra em contato com a realidade e assume seus desejos e fantasias.

Lucas passou a querer brincar de corrida entre carros, mas suas corridas nunca tinham um vencedor, todos ganhavam. Expliquei então para Lucas que dentro de uma competição alguém deveria ganhar. Passamos então a ter ganhadores mas apenas depois de quase um mês é que Lucas aceitou ouvir que o ganhador ficava muito feliz e que quem perdia ficava triste; antes ninguém podia ficar triste por perder. Quando Lucas brincava e todos ganhavam e mostravam-se felizes, alem de não representar a realidade, não favorecia a passagem de Lucas pelo Édipo. Além de introduzir a competição, sempre com o vencedor e o ganhador, passei a apontar que ele queria competir comigo assim como competia com seu pai, para ver quem ficaria com a mamãe, Lucas aceitava minha interpretação e continuava a brincar, em outros momentos eu apontava que ele competia com o pai, mas que a mamãe era namorada do pai e que ele teria outras namoradas. De alguma forma eu sentia que deveria ajudar nesta interdição entre filho e mãe.

Aos poucos Lucas passou a mexer menos no pipi e começou a me pedir para brincarmos de papai e mamãe. Nas sessões trocamos os papéis várias vezes. Em muitos momentos Lucas me coloca no lugar dele e tenta me ensinar algo ou elogia meus feitos, da mesma forma que seu pai faz com ele. Esta capacidade de brincar de papai e mamãe, trocar de papéis e de competir, demonstram que Lucas está conseguindo, com ajuda, passar pelo Édipo, que ele tem vida criativa e consegue se colocar no lugar do outro.

Em algumas sessões Lucas é agressivo: mata alguns personagens, me mata e se diz mais forte do que eu; em outras quando aponto que ele me mostra ter raiva, Lucas nega e diz estar tudo bem. Parece haver certa dificuldade para Lucas integrar sua agressividade. Uma possível interpretação poderia advir da constatação de que sua mãe não suporta sua agressividade, achando que qualquer agressividade do filho significa que ele não a ama. Ou de que o pai, por não estar no papel de terceiro, de interditor, castrador, não autoriza que Lucas possa ser agressivo. De alguma forma João também deve ter dificuldades para suportar a agressividade de Lucas.

O caso de Lucas esteve envolto em falhas da função paterna e também da função parental, devido a falta do desejo do casal em ter a criança, não conseguirem demonstrar um relacionamento estável e pré-existente, que favorecesse o sentimento do real em Lucas. A falta do lugar do terceiro no desejo da mãe, a falta de apoio à mãe, a dificuldade em lidar e suportar a agressividade de Lucas e a falta de interdição na relação mãe-criança, afetaram o desenvolvimento de Lucas, de forma que ao chegar ao consultório seu desenvolvimento parecia mesmo estagnado.

Foi necessário um atendimento específico com base no holding, na capacidade da analista em suportar a destruição e de oferecer novas experiências através do brincar e do reclamar do paciente. Estabeleceu-se um relacionamento vivo, repleto de esperança, para que Lucas voltasse a retomar seu desenvolvimento sadio. O atendimento de Lucas demandou também um manejo diferenciado, em que além da intervenção e da estimulação de Lucas, foi necessário incluir os pais no atendimento, abrir espaço para estes relatarem suas angústias, conversar com outros profissionais como a Fonoaudióloga, a Neurologista e as professoras da Escola de Lucas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarez, A. Reclaming. Live Company. Psychoanalytic Psychotherapy with autistic, borderline deprived and abused children. London: Routledge, 1992.

CULLERE-CRESPIN,G. A clínica precoce: contribuição ao estudo da emergência do psiquismo no bebê. In: _____. A clínica precoce: O nascimento do humano. São Paulo: casa do Psicólogo, 2004, p. 13-45.

FREUD S. (1913) Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976, pp. 161-187. (Edição Standard Brasileira, Vol. XII.)

_____ (1974). A dissolução do complexo de Édipo. (J. Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIX, pp. 215-226). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924)

_____ (1974). Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. (J. Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIX, pp. 303- 322). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925)

GREEN, A. (1981a). Freud, L'oedipe et nous. La deliason. Paris: Les belles lettres.

_____ (1981b). Lamadre murta. In: A. Green, Narcissisme de vie, narcisismo de mort. Paris: Seuil.

WINNICOTT, D.W. (1964) The Child, the Family and the Outside World. Harmondsorth: Penguin; Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1987.

_____(1965). O valor da consulta terapêutica. In: WINNICOTT, D. W. Explorações Psicanalíticas. Winnicott, D.W.; Shepherd, R.; Danis, M. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 244-48.

_____ (1967). The location of cultural experience., Int. J. Psychoanal, 48:368-372.

Nadia Regina Prando
Psicóloga pela PUC-SP, Psicanalista Infantil pelo Instituto Sedes Sapientiae, Especializanda em Observação de bebês e na relação pais-bebê também pelo Instituto Sedes Sapientiae. Mestranda em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Atua em consultório particular e na ONG Habitare como Psicanalista, Supervisora e Coordenadora de projetos em Intervenção Precoce.

FUNÇÃO PATERNA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTRIBUIÇÕES DE D.W. WINNICOTT

Robson Thiago Barbosa Nakagawa (apresentador)
Denise Sanchez Careta
Ivonise Fernandes da Motta

RESUMO

O presente estudo trata da experiência de atendimento a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes desenvolvida pelo Núcleo de Abrigos do LAPECRI/USP e tem como objetivo refletir sobre a incidência e a importância da função paterna, dentro dos referenciais winnicottianos, nessas instituições. Winnicott aponta para a importância do suporte que a função paterna exerce sobre a relação da mãe com seu bebê, facilitando o cuidado emocional da criança. Observamos que ao realizarmos um levantamento acerca das necessidades emocionais da instituição e implementarmos medidas psicológicas que favoreçam o cuidado com educadores e voluntários da instituição, de forma análoga à incidência da função paterna, foi possível desenvolver um ambiente com melhores condições para o cuidado emocional das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: D.W. Winnicott; Função Paterna; Psicanálise em Instituições, Crianças em Acolhimento.

As instituições de acolhimento de crianças e adolescentes – os chamados *abrigos*, constituem-se enquanto a possibilidade de um lar transitório e seguro, diante de situações de maus-tratos e violência, em que determinadas crianças estiveram sujeitas em suas famílias e lares de origem.

Em função de sua condição peculiar de desenvolvimento físico e psicológico, bem como de extrema vulnerabilidade, as crianças passaram a ocupar um lugar de atenção nos espaços jurídicos, sócio-assistenciais e psicológicos, com intuito de ter protegida a sua integridade física e psicológica, que outrora se encontrava sob tutela, única e exclusiva, do poder familiar.

Nas concepções jurídicas anteriores à outorga do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança, em seus cuidados físicos, morais e emocionais, estava submetida à esfera privada, de onde o interesse público não poderia contestar o direito do adulto que detinha seu *pátrio poder*, caso esse estivesse prejudicando o desenvolvimento sadio dessa criança.

As histórias das crianças que hoje residem nas instituições de acolhimento, mesmo diante das mudanças legais em marcha no país, são diversas e trazem consigo as problemáticas sociais que as cidades estão expostas, como o tráfico e o abuso de drogas, a violência, o aumento dos problemas em saúde mental, entre outras situações. Trata-se de crianças, em sua grande maioria, que sofreram grandes privações no seu inicio de vida ou que chegaram ao abrigo muito pequenas, necessitando de um cuidado físico e afetivo que favoreça seu desenvolvimento, enquanto não retornam a suas famílias ou enquanto não são adotadas[1].

A tarefa do cuidado com essa população é algo extremamente complexo e exige dos responsáveis por essa função uma porção de habilidades que podem ser dispensáveis em outros serviços, mas que nesse campo é fundamental, como é o caso da *afeição*. René Spitz (1979), ao desenvolver pesquisas em instituições de crianças abandonadas, observou que, apesar da presença e qualidade nos cuidados com os aspectos corporais,

1 O abrigo é sobretudo uma instituição atravessada pelo Poder Judiciário. Desse ponto de vista, podemos afirmar que as crianças que nele estão: são provenientes de famílias que perderam o direito à guarda dos filhos, mantendo o poder familiar que dá reconhecimento jurídico à paternidade; ou vêm de famílias que, além da guarda, perderam o poder familiar. No segundo caso, trata-se de crianças que estão aptas juridicamente a serem adotadas por uma nova família.

alimentação, higiene e cuidados médicos, muitos bebês começaram a apresentar prejuízos no desenvolvimento físico e psicológico, perdendo peso, sono e entrando em um estado de retraimento, chegando alguns ao óbito.

As contribuições de Spitz (1979) para compreender o que foi chamado de Síndrome de Privação Afetiva, ou hospitalismo, nos alerta para a importância fundamental do afeto no desenvolvimento humano. Apesar dos cuidados médicos de referência, a carência de contato afetivo entre os bebês e um adulto cuidador, capaz de oferecer um olhar que identifique as necessidades de cada bebê, nomeando-as e protegendo-os de excesso de desconforto e tensão, tornou-se alvo de preocupação e intervenção.

Nesse ponto, justificam-se os preceitos de Bleger (1984 p.15), quando menciona que problemas científicos da psicologia e o desenvolvimento de sua investigação não podem estar desvinculados dos requerimentos e exigências da vida real e cotidiana.

Sob a perspectiva psicológica, os desafios das instituições de acolhimento são de favorecer o desenvolvimento das crianças em acolhimento, levando em consideração suas particularidades, de forma que possam servir, na ausência da família, como substitutas desse cuidado. Para isso, trabalha-se com a possibilidade das educadoras, ou mães-sociais, poderem ofertar cuidados semelhantes à mãe devotada no cuidado com seu filho pequeno2, tal como aponta Denise Careta (2011).

D. W. Winnicott (1963/1983, 1952/2000, 1956/2000) utiliza a expressão *devoção* para definir o estado psíquico em que a mãe, ou quem cumpre essa função, está profundamente identificado com seu filho, conhecendo e intuindo sobre as necessidades dele durante o período de dependência absoluta, adaptando-se de maneira sensível e ativa, evitando qualquer intrusão, ou sobrecarga de tensão que produziria uma experiência que prejudicasse seu desenvolvimento. Trata-se, como nomeia Winnicott (1956/2000), do estado proveniente da *preocupação materna primária*.

A importância da presença da *função materna* nos cuidados com as crianças em acolhimento é fundamental para o desenvolvimento psíquico dessa população, uma vez que se trata de uma necessidade constitutiva da personalidade, bem como o fato de grande parcela desses sujeitos terem sido privados de um ambiente favorável no inicio de vida, fato que os levaram ao acolhimento.

Ao propormos refletir acerca da incidência e da importância da *função paterna* no trabalho das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, estamos considerando que a *função paterna* possui um papel importante diante dessas situações e no cuidado com essa população.

Tradicionalmente, enquanto a *função materna* é responsável pelos processos relacionados à constituição das bases do psiquismo, na qual o bebê se encontra numa experiência de fusão e total dependência da mãe (ou quem cumpre essa função), a f*unção paterna* tem como objetivo, na medida em que a criança se desenvolve, de introduzir um terceiro elemento na díade mãe-bebê, rompendo com o estado fusional e permitindo a instauração da *lei simbólica*.

Seguindo o pensamento de Sigmund Freud, no desenvolvimento da criança, a *função paterna* tem como objetivo auxiliar a organização das pulsões sexuais, bem como inserir a criança na cultura, de maneira que o *principio de realidade* suplanta o *principio do prazer*. Nesse ponto, a criança ascende de uma organização narcísica e auto-erótica para uma posição em que o desejo e seu respectivo reconhecimento do outro possa se estabelecer. Freud nomeou de *castração simbólica* essa operação que a *função paterna* promove no sujeito.

Winnicott, no entanto, reconhece que a f*unção paterna* possui outra função fundamental no desenvolvimento psíquico da criança. Ao estudar a experiência do desenvolvimento emocional primitivo e os momentos que antecedem o nascimento da criança, o pai (ou quem cumpre essa função) adquire a função de suporte para que a mãe possa se preocupar e cuidar do seu bebê, contribuindo assim para um ambiente suficientemente bom (ABRAM, 2000).

2 Quando atendemos pais adotivos, tais premissas também são fundamentais, pois compreendemos que a adoção, ao mesmo tempo em que é um ato jurídico, necessita da aceitação afetiva da criança em sua singularidade.

Nesse sentido, a *função paterna* atua como ambiente circundante à mãe, provendo-a de condições físicas e emocionais, desde os momentos que antecedem o nascimento do bebê e seus primeiros meses de vida, servindo como cobertura protetora diante da fragilidade da mãe enquanto carrega, amamenta e cuida de seu bebê (DAVIS, WALLBRIDGE, 1983).

Nesse momento inicial do desenvolvimento da criança, a presença do pai (ou quem exerce essa função) não representa uma experiência de *triangulação*, uma vez que deve atuar de maneira indireta e imperceptível para o bebê (WINNICOTT, 1955/2000), enquanto vivência uma relação simbiótica com a mãe.

A respeito das contribuições de Winnicott sobre o tema, Dias Rosa (2009) menciona que o pai (em sua função) oferece à mãe um suporte semelhante ao colo, enquanto essa, por sua vez, oferece suporte ao bebê, sendo a experiência da presença da função paterna fundamental para função materna.

Em outras palavras, da mesma maneira que não se pode considerar a existência de um bebê isolado, separado de sua mãe e dos cuidados que recebe, não é possível considerar o cuidado materno sem a presença de um ambiente circundante que ofereça suporte. Mesmo que não exista uma pessoa tal como o pai para exercer essa função, é importante que outras pessoas possam oferecer esse suporte para facilitar a mãe a entrar no estado de devoção.

O ambiente de acolhimento institucional, levando em consideração as pessoas que fazem parte desse serviço, carrega consigo o desafio de poder cuidar e educar as crianças acolhidas de maneira que possam servir como facilitadoras no processo de desenvolvimento na ausência dos pais.

Nogueira *et al.* (2011), nos apontam para as particularidades do cuidado com bebês acolhidos, ressaltando a importância, por parte dos educadores, de poderem equilibrar a complexa tarefa de serem profissionais e ocuparem funções estruturantes para a personalidade dos bebês, sem perderem de vista os aspectos da informação e técnica no cuidado, bem como a intuição e espontaneidade das ações e gestos.

Em nossa experiência de trabalho com a temática do acolhimento institucional, desenvolvida pelo Núcleo de Abrigos do Laboratório de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade da Universidade de São Paulo (LAPECRI/USP), observamos que além da necessidade e dos benefícios dos atendimentos psicoterapêuticos das crianças em acolhimento, o levantamento das necessidades e implementação de intervenções em nível institucional possibilita um cuidado integral, focalizando o ambiente do abrigo como um todo. Tais intervenções, portanto, contribuem indiretamente com o cuidado com as crianças.

Tal como define Bleger (1984), a função do psicólogo no trabalho institucional é desenvolver condições que promovam a saúde e o bem-estar dos integrantes da instituição, contemplando as relações interpessoais e, sobretudo, o vínculo humano. Sob esse ponto de vista, os trabalhos psicoterapêuticos não focalizam os sujeitos em sua dimensão individual e possíveis condições psicopatológicas, mas debruçam-se sobre a dinâmica das instituições, considerando as possíveis patologias em nível institucional.

Nesse trabalho clínico-institucional, partimos da premissa de que o desenvolvimento da função materna na relação com as crianças necessita não apenas de um educador que possa se identificar com aspectos do cuidado, mas também de um ambiente circundante que ofereça apoio e que o auxilie a entrar em um estado semelhante ao de *devoção*.

Nesse sentindo, as intervenções tiveram como foco de trabalho o contexto institucional, não necessitando interagir diretamente com as crianças, com objetivo de facilitar o contato afetivo e o estabelecimento do cuidado na relação dos educadores e voluntários com as crianças em acolhimento. Tratou-se, portanto, do emprego, a partir do estudo do ambiente institucional, de práticas psicológicas diretamente no ambiente humano, no próprio contexto do abrigo.

De forma semelhante Ribeiro e Wierman (2004) propõem pensar o contexto clínico enquanto o conjunto formado pelo paciente, pelo analista e pela supervisão. Durante a análise de pacientes regredidos e que apresentam fraturas precoces no desenvolvimento, os aspectos sensoriais, intuitivos e pré-simbólicos ficam em evidência no setting terapêutico, nos quais o analista, por meio do *holding*, busca oferecer uma experiência

constitutiva para a personalidade do paciente, semelhante à função materna. Em contrapartida, a supervisora clínica intervém nos momentos em que a simbiose estabelecida entre a dupla analítica deixa de ser "construtiva" para ser "obstrutiva", auxiliando nos momentos de discriminação, interdição e simbolização, todavia, ainda não representando elementos de uma triangulação.

A possibilidade de criação de um espaço de escuta psicoterapêutica às pessoas responsáveis pelo cuidado das crianças acolhidas, de forma periódica e também diante de situações de urgência, mobilizadoras de angústias[3], demonstrou ser uma medida importante, visando à organização de um ambiente acolhedor à dupla cuidador-criança, favorecendo o desenvolvimento emocional da população em acolhimento.

Em seu estudo, Careta (2011) demonstra que o atendimento psicoterapêutico com educadoras de abrigos de crianças, favorece de tal forma o desenvolvimento emocional dessas pessoas, que contribui para a melhora do cuidado com as crianças, indicando assim, que o cuidado com o cuidador, cria um ambiente com melhores condições para o desenvolvimento emocional das crianças.

Em nossa experiência, observamos que além dos resultados apresentados por Careta (2011) nesse contexto, os atendimentos psicoterapêuticos com grupo de voluntários responsáveis pelo cuidado direto com as crianças, também indicaram, na medida em que puderam ser acolhidos e entrar em contato com aspectos da maternagem, uma melhora na condição de provisão de cuidados às necessidades afetivas das crianças.

Ainda que tais experiências estejam longe das vivências que uma família pode propiciar, e que o estado de devoção que uma educadora ou voluntária pode estabelecer com uma criança não consiga ser tão profundo como de uma mãe que acaba de ter seu bebê, a possibilidade de investimento na saúde psíquica dessas pessoas responsáveis pelo cuidado, auxilia para o estabelecimento de um ambiente capaz de prover as crianças em suas necessidades emocionais, favorecendo seu desenvolvimento psíquico.

Assim sendo, os cuidados oferecidos por esses educadores e voluntários podem ser considerados como substitutos possíveis do cuidado materno na vida dessas crianças, da mesma maneira que podemos compreender que o auxilio que esses cuidadores recebem, objetivando facilitar os aspectos da maternagem, se assemelham ao suporte ofertado pela função paterna nesse período do desenvolvimento.

Por fim, ressaltamos a importância que, embora a instituição de acolhimento esteja longe da qualidade de experiências emocionais que uma família possa oferecer, a proposta de instrumentalizá-la do olhar e das condições relativas à função materna e paterna, é fundamental para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento das crianças acolhidas.

3 Vale ressaltar que nesse trabalho de intervenção, as crianças acolhidas recebem atendimentos psicoterapêuticos individuais e semanais com psicólogos da equipe do Núcleo de Abrigos do LAPECRI/USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAM, J. A Linguagem de Winnicott. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BLEGER, J. Psico-higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

CARETA, D. Quando o Ambiente é o Abrigo: Cuidando de Cuidadoras de Crianças em Acolhimento Institucional. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

DAVIS, M; WALLBRIDGE, D. Limite e Espaço. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

DIAS ROSA, C. O Papel do Pai no Processo de Amadurecimento em Winnicott. Natureza Humana 11(2): 55-96, jul.-dez. 2009.

NOGUEIRA, F (org.) Entre o Singular e o Coletivo: O Acolhimento de Bebês em Abrigos. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

RIBEIRO, M; WIERMAN, M. Supervisão: exercício da função paterna em Psicanálise. Revista Brasileira de Psicanálise, 38(1), 59-76, 2004.

SPITZ, R. O primeiro ano de vida da criança. São Paulo: Martins Fontes, *1979*.

WINNICOTT, D. A Posição Depressiva no Desenvolvimento Normal. In:_____ Da pediatria à psicanálise: Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000 (Trabalho original publicado em 1955).

WINNICOTT, D. A Preocupação Materna Primária. In: _____ Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000 (Trabalho original publicado em 1956).

WINNICOTT, D. Da Dependência à Independência no Desenvolvimento do Indivíduo. In: _____O Ambiente e os Processos de Maturação: Estudos sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983 (Trabalho original publicado em 1963).

WINNICOTT, D. Psicose e Cuidados Maternos. In: _____ Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000 (Trabalho original publicado em 1952).

Robson Thiago Barbosa Nakagawa – Bolsista CNPq, Mestrando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), Pesquisador e Psicólogo Colaborador do Laboratório de Pesquisas Sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade da Universidade de São Paulo (LAPECRI/USP).

Denise Sanchez Careta - Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Coordenadora do Núcleo de Abrigos do Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade da Universidade de São Paulo (LAPECRI/USP). Psicoterapeuta de Crianças, Adolescentes, Adultos e Casais com orientação psicanalítica. Supervisora Clínica. Coordenadora do Grupo Psicoterapêutico de Adoções.

Ivonise Fernandes da Motta
Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Orientadora do Programa de Pós Graduação do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP. Supervisora do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica do IPUSP. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Psíquico e a Criatividade (LAPECRI/USP).

EM TORNO DO CONCEITO LACANIANO DE *DECLÍNIO SOCIAL DA IMAGO PATERNA*

Rodolpho Ruffino

RESUMO

Retomada do estado atual de uma pesquisa em que se investiga a noção lacaniana de *declínio social da* ***imago*** *paterna*, surgido em 1938 em seu artigo tornado público na Encyclopédie Française, *La famille*, com o qual o jovem psicanalista nomeava um acontecimento cultural que, para ele, caracteriza a civilização ocidental na contemporaneidade e configura as modalidades de apresentação das estruturas psicopatológicas. Dado o enodamento de operadores psíquicos subsumidos sob essa noção, situação que levaria o autor a desmembrar esses operadores em diferentes conceitos que viriam a surgir ulteriormente em sua obra, há hoje, entre os comentadores da obra lacaniana, uma dificuldade em se estabelecer dela um entendimento unívoco. Aqui, para tentar evidenciar a especificidade dessa noção, procurou-se pensa-la através da releitura de dois parágrafos de *La famille*: o *§140* em que Lacan introduz a expressão *declínio social da* ***imago*** *paterna e o § 203 no qual La*can verifica que a sobreposição de uma alteração de caráter a uma neurose franqueada pelo declínio social da imago paterna realizaria exatamente o oposto do que se poderia esperar de tal declínio se por ele erroneamente entendêssemos um mero declínio da autoridade patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: declínio social da imago paterna, organização edípica, constituição da subjetividade, contemporaneidade.

Reunimo-nos neste Colóquio em torno de uma questão: ***Onde está o pai?*** Na chamada, logo abaixo da questão, lia-se o desfio: *Diante das novas dinâmicas da estrutura familiar e de uma sociedade que impõe novas formas de subjetivação, como pensar essa questão na clínica com crianças?* Esta segunda pergunta era precedida de uma afirmação: *Não é nova na psicanálise contemporânea a discussão sobre o declínio do "lugar do pai" e/ou da "função paterna"*. O que aqui lhes apresento hoje diz respeito a essa discussão "sobre o declínio do pai e/ou da função paterna".

Essa nada nova discussão na psicanálise contemporânea tem uma história. A expressão que a introduziu – *declínio social da* ***imago*** *paterna* – apareceu em 1938 num texto chamado *Les complexes familiaux dans la formation du individu*[1]. Seu autor: Jacques Lacan. Pretendo aqui restaurar o que Lacan efetivamente disse em 1938, valendo-me de apenas dois parágrafos do texto, sobre o *declínio social da* ***imago*** *paterna*[2].

Em 1938, Lacan diagnosticou a civilização contemporânea ocidental como o efeito de um acontecimento desestabilizador do regime do laço social. Esse acontecimento lhe servia tanto para pensar as alterações que vinham se dando na configuração da família e de seus efeitos na formação dos indivíduos, como também – em decorrência disso – nas novas formas de apresentação das estruturas psicóticas e neuróticas. Para nomear esse

1 LACAN, Jacques-Marie, La Famille (1938), in Febvre, L. (Directeur Général) & De Monzie, A. (Président-Fondateur), Encyclopédie Française, Tome VIII [Wallon, H. (Directeur)] – La Vie Mentale –, Partie 2 (Circunstances et objets de l'activité psychique), Section B (La famille), pp. 8'40-3 – 8'42-8, Société de Gestion de L'Encyclopédie Française, Librairie Larousse, Paris, 1938. Há uma edição disponível na internet: http://aejcpp.free.fr/lacan/1938-03-00.htm#_ftn1 . Aqui chamaremos este texto sempre por La famille.

2 Sob título de Les complexes familiaux dans la formation de l'individu – Essay d'analyse d'une fonction em psychologie, mantendo as divisões principais (uma introdução e dois capítulos), mas sem os subtítulos que o texto apresentava na Encyclopédie Française, o mesmo texto contido em La famille veio a ser publicado. Primeiramente, em 1984 sob a forma de livro: LACAN, Jacques, Les complexes familiaux dans la formation de l'individu [1938], Navarin Éditeur, Paris, 1984; tradução brasileira: LACAN, Jacques, Os Complexos familiares na formação do indivíduo, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1985. Depois, em 2001, o texto foi republicado, agora incluído em uma coletânea de textos de Lacan – LACAN, Jacques, "Les complexes familiaux dans la formation de l'individu" [1938], in Autres Écrits, Seuil, Paris, 2001, pp. 23-84; tradução brasileira: "Os complexos familiares na formação do indivíduo" [1938], in Outros escritos, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003, pp. 29-90. Como a paginação varia conforme o idioma ou as edições do texto, para este trabalho consideramos a versão brasileira na edição de 1985. E ao invés de oferecer a paginação, enumeramos os parágrafos de forma que todo aquele que também o fizer, em qualquer edição, poderá encontrar o texto e o contexto do que aqui for citado. A cada citação textual feita no corpo do texto, ofereceremos em nota de rodapé o texto original conforme o site indicado acima, na nota 1.

acontecimento, Lacan forjou, a partir de termos freudianos, uma nova formulação: ocorria um declínio social da imago paterna[3].

O Lacan de *La famille*, no qual a noção de ***imago*** *paterna* ocupa um lugar privilegiado, era um jovem psicanalista. Em sua obra ulterior, esse conceito, embora nunca renegado, foi, ao menos sob essa expressão, desaparecendo. Em seu lugar, Lacan ulteriormente faria surgir novos conceitos como desdobramentos do que em 1938 ele entendia sob o conceito de ***imago*** *paterna* que naqueles simultaneamente conservado e superado (*aufhebent*): aqueles nomeariam os desdobramentos específicos deste, cuja singularização e nominação se tornaram teoricamente necessária e este designaria a procedência não apenas histórica e positiva, mas também lógica e necessária, para a nossa compreensão da instauração daqueles. Assim, quando, a partir de 1953, passou a ser crucial a Lacan distinguir, em meio aos elementos do psíquico, aquilo que fosse da ordem real, do simbólico ou do imaginário, a noção de *imago paterna* passa a se desdobrar entre as noções de um *pai real*, de um *pai imaginário*, de *um pai simbólico*. Quando Lacan fala de uma ***imago*** *paterna* em *La famille*, sempre se trata de algo do paterno presentificado num anodamento entre uma eficácia que escapa à representação (passível de registro apenas no *real*[4]), uma função que se efetiva (passível de registro simbólico[5]) e uma roupagem socialmente compartilhável, dada no sensível (registrável no campo do imaginário[6])[7]. A razão de ser do desaparecimento da expressão explica-se mais pela especificação maior que a tríade do *pai real*, do *pai simbólico* e do *pai imaginário* trouxe ao conceito de *imago paterna* do que por um abandono puro e simples do conceito.

Quando se trata de nomear o que do pai faz-se valer ou está em declínio no social – nesse espaço em que o compartilhamento pela coletividade requer uma apreensão sensível (pela via do visualizável, do mostrável, do audível e do invocável) – a expressão imago paterna, ainda que ela, nos textos posteriores de Lacan, deixe de aparecer, ainda nos convém. A razão dessa conveniência está no fato de que nesta circunstância a referencia ao paterno dando-se necessariamente sob a simultaneidade dos três registros, dispensa-nos da necessidade de discriminarmos o registro específico de sua aparição.

Tomemos de La famille o parágrafo (§140), no qual surge a expressão8:

> *Não somos daqueles que se afligem com um pretenso afrouxamento do liame familiar.* [...] *Mas um grande número de efeitos psicológicos nos parecem depender de um* declínio social da **imago** paterna. *Declínio condicionado pelo retorno de efeitos extremos do progresso social no indivíduo, declínio que se marca sobretudo, em nossos dias, nas coletividades que mais sofreram esses efeitos: concentração econômica, catástrofes políticas.* [...] *Declínio mais intimamente ligado à dialética da família conjugal, já que se opera pelo crescimento relativo, muito sensível, por exemplo, na vida americana, das exigências matrimoniais.*

Lacan não postulou a ocorrência de um declínio puro e simples da imago paterna, o único declínio de que ele falou foi de um declínio social da imago paterna.

---

3 Un déclin social de l'imago paternelle.

4 O conceito lacaniano de real não se confunde com a ideia de realidade. O real é aquilo que na realidade resiste à imaginarização e à simbolização.

5 Lacan reserva o termo simbólico para nomear as relações da realidade pelas quais se dão os efeitos de mudança. Em Lacan o simbólico não corresponde à convenção que une alguma imagem para representar, como que no "faz de conta", uma outra coisa.

6 O imaginário em Lacan não se confunde com o ilusório, mas é o âmbito daquilo que é apresentável no registro do sensível.

7 Nessa frase, inserimos entre parênteses os termos lacanianos que, correspondendo ao encontrável em La famille, só aparecerão quinze anos depois.

8 LACAN, Jacques, Os Complexos familiares na formação do indivíduo, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1985, p. 60 (ver nota 2). Em http://aejcpp.free.fr/lacan/1938-03-00.htm#_ftn1 : Nous ne sommes pas de ceux qui s'affligent d'un prétendu relâchement du lien familial. [...] Mais un grand nombre d'effets psychologiques nous semblent relever d'un déclin social de l'imago paternelle. Déclin conditionné par le retour sur l'individu d'effets extrêmes du progrès social, déclin qui se marque surtout de nos jours dans les collectivités les plus éprouvées par ces effets : concentration économique, catastrophes politiques. [...] Déclin plus intimement lié à la dialectique de la famille conjugale, puisqu'il s'opère par la croissance relative, très sensible par exemple dans la vie américaine, des exigences matrimoniales.

Lacan, ao se referir a esse declínio social da imago paterna pensou no declínio de uma formação instalada no espaço do social que pode ter efeitos sobre alguns efeitos da organização edípica, mesmo que não ponha em risco a constituição da organização edípica como tal.

E essa formação social da imago paterna, passível de declinar e que na contemporaneidade vem declinando no Ocidente, só funciona como uma referência coletivamente compartilhável e como um facilitador do laço social entre aqueles já constituídos por modalidades relativamente semelhantes de imago paterna inscrita em seu inconsciente. Pois bem, é exatamente essa referência que remete a uma filiação compartilhável entre as crianças de uma comunidade o que vem a estar em declínio na contemporaneidade, produzindo, como efeito desse declínio, alterações nas formas da sociabilidade contemporânea e nas configurações tipicamente contemporâneas das estruturas psicopatológicas.

Para examinar esses últimos efeitos foi que Lacan escreveu todo o segundo, e último, capítulo de seu texto, *Os complexos familiares em patologia*. Quando, na frase de Lacan que aqui ainda comentamos, lia-se que *um grande número de efeitos psicológicos nos parecem depender de um declínio social da* ***imago*** *paterna*, Lacan, já em vias de concluir o seu primeiro capítulo, antecipava o leitor para o conteúdo do próximo.

A ***imago*** *paterna*, tal como inscrita no psiquismo de quem sai do Édipo, tanto quanto as suas derivações – o *super-eu*, o *ideal-do-eu* e o *eu-ideal* – e inclusive o significante totêmico dessa *imago*, que hoje está em declínio no social, da mesma forma que a realidade, são formações compostas de resíduos de tudo aquilo que, mais tarde, Lacan iria distinguir como constituído de elementos que seriam passíveis de serem inscritos em registros muito diferentes, o do reais, o do imaginário e o do simbólico. Sabe-se que na imago paterna, aquilo que ela possui de necessariamente humanizante e emancipador é aquilo que vem do que no pai foi suporte do que se inscreve na ordem do simbólico, posto que aquilo que nele vem do que se inscreve nas ordens do real ou do imaginário advém das mais diferentes procedências. Para que eu retome um pouco as aproximações e as distinções que se pode ver entre esse significante social da imago paterna, que Lacan diz estar em declínio na contemporaneidade, e a ideia – algo que eminentemente haveria de estar inscrita na ordem do simbólico – procurarei separar e reter, de tudo o que cai sob o termo *imago paterna*, ou de seus significantes sociais, aquilo que nele fosse constitutivo do simbólico. Dentre os achados dessa busca, localizei no segundo capítulo de Lacan uma passagem em que o que fosse do âmbito do paterno, em sua função humanizante, estivesse destacado de toda e qualquer enlaçamento com o exercício de uma autoridade que se fizesse valer na simples submissão do outro. Vamos ao *§ 203*[9] de *La famille*:

> *Uma* [...] *atipia se define assim em razão do conflito que o complexo de Édipo implica, especialmente nas relações do filho com o pai. A fecundidade desse conflito reside na seleção psicológica que ele assegura, fazendo da oposição* de cada geração à *precedente a própria condição dialética da tradição do tipo paternalista. Mas em toda ruptura dessa tensão, numa geração dada, seja em razão de alguma debilidade individual, seja por algum excesso da dominação paterna, o indivíduo cujo eu se curva receberá, além disso, o fardo de um super-eu excessivo.* [...] *Para nós, o reforço patogênico do super-eu no indivíduo se faz em função de duas coisas: tanto do rigor da dominação patriarcal quanto da forma tirânica das interdições que ressurgem com a estrutura matriarcal de toda estagnação dos elos domésticos.*

Para todos aqueles que suponham que o declínio social da imago paterna fosse algo como a mera queda por madurês de uma autoridade patriarcal do passado – quer para lamentá-la, quer para aplaudi-la – eis uma passagem que demonstra exatamente um efeito de submissão patológica de uma criança à tirania de um

9 LACAN, Jacques, Os Complexos familiares na formação do indivíduo, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1985, p. 87. Para a numeração do parágrafo, ver nota 2. Em http://aejcpp.free.fr/lacan/1938-03-00.htm#_ftn1 : Une [...] atypie se définit ainsi en raison du conflit qu'implique le complexe d'Œdipe spécialement dans les rapports du fils au père. La fécondité de ce conflit tient à la sélection psychologique qu'il assure en faisant de l'opposition de chaque génération à la précédente la condition dialectique même de la tradition du type paternaliste. Mais à toute rupture de cette tension, à une génération donnée, soit en raison de quelque débilité individuelle, soit par quelque excès de la domination paternelle, l'individu dont le moi fléchit recevra en outre le faix d'un surmoi excessif. [...] Pour nous, le renforcement pathogène du surmoi dans l'individu se fait en fonction double : et de la rigueur de la domination patriarcale, et de la forme tyrannique des interdictions qui resurgissent avec la structure matriarcale de toute stagnation dans les liens domestiques.

pai por conta de ter o seu caráter sido formado em um tempo de declínio social da imago paterna – um caso em que uma deformação de caráter, chamada por Lacan, à época, de neurose de autopunição (não se trata, aqui, de uma neurose de transferência, mas de uma deformação sobre a estruturação já instituída, via organização edípica, de uma neurose de transferência), vem a se sobrepor a uma neurose estrutural (talvez uma neurose obsessiva reconfigurada por uma cicatriz de caráter) porque o significante social capaz de dizer o que haveria de ser um pai estava, no social, suficientemente em declínio para não poder se contrapor ao arbítrio do pai da realidade e nem relativizar a ferocidade do super-eu.

Não houvesse a intervenção de uma atipia caracteriogênica, por decorrência de se estar sob o *declínio social da* ***imago*** *paterna*, o complexo de Édipo implicaria – especialmente nas relações entre pai e criança – um conflito fecundo, porque assegurador de que a transmissão identificatória não ocorra uma imposição maciça, mas uma seleção por traços. A possibilidade dessa seleção – esse intervalo de indeterminação – faria da oposição de cada geração à precedente, não a interrupção da transmissão paterna, mas, ao contrário, a própria condição dialética dessa tradição. Entretanto, na contemporaneidade, como momento histórico em que se vive sob um *declínio social da* ***imago*** *paterna*, abre-se uma ruptura nessa tensão dialética e quando, sob tais circunstâncias, a criança vier a se deparar com alguma força dominadora em seu pai, seu eu se curvará e receberá o fardo de um *super-eu* excessivo – produto não apenas do rigor da dominação patriarcal, mas também das interdições edípicas, de que o pai mesmo foi o veículo, porém, que agora, sob o efeito do *declínio social da* ***imago*** *paterna*, ressurgem sob uma forma tirânica, com a estrutura matriarcal de toda estagnação dos elos domésticos.

Quando o texto lacaniano diz que hoje se reergue uma estrutura matriarcal que impõe uma forma estagnante aos elos domésticos porque esta, ao se reapropriar das interdições edípicas, só pode fazê-lo sob uma modalidade tirânica, entendo que por estrutura matriarcal o texto sugere que o risco de ressurgimento de uma ordenação historicamente mais arcaica de família, cuja sombra ameaça reaparecer com o declínio social da imago paterna. Isto nos conduz a supor que está implicado no texto lacaniano que até isso que o avanço da história nos fez reconhecer como sendo a doçura de uma mãe veio a ser um efeito do que há de simbólico na imago materna. Consequentemente, o mundo vislumbrado por Lacan com o declínio social da imago paterna, longe de ser um mundo que ultrapassou o pai rumo ao novo, seria o retorno das sombras de um mundo anterior ao progresso instaurado pelo pai contra o aguçador reino do masoquismo originário[10]. O pai é apresentado dentro da releitura lacaniana de Freud como aquele que *salva o filho de estar escravizado ao serviço sexual à mãe*[11]. Talvez por isso, evocando a história da bela adormecida e pluralizando a figura da bruxa malvada, imediatamente em seguida, concluindo o primeira parte de seu ensaio, Lacan nos mostra, por via dessa alteração na construção das neuroses, a quê risco tal acontecimento impõe: *madrinhas sinistras instaladas no berço do neurótico* [§ 206] [12].

Rodolpho Ruffino
Nascido em 1954, é psicanalista e dedica-se à transmissão da psicanálise em São Paulo desde 1980. Seu pensamento e a sua clínica foram construídos a partir dos trabalhos de Freud e Lacan. Analisou-se com Betty Milan. Graduou-se em psicologia (1977), pósgraduou-se em filosofia (1980), cursou estudos avançados em judaística (1994) e é mestre em psicologia (2004). Foi por duas décadas, logo ao graduar-se, professor universitário (1977-1997). É professor de teoria psicanalítica no CEP – Centro de Estudos Psicanalíticos. É analista membro da APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). É pesquisador do LATESFIP/USP (Laboratório Interdepartamental de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo). Como ensaísta, vem publicando em revistas especializadas; entre estas publicações, destacaram-se uma série de vinte e cinco textos escritos entre os anos de 1993 a 2005 destinados a fundamentar a noção de adolescência como conceito psicanalítico.

10 Dos textos freudianos, um dos mais considerados em La famille é O Problema econômico do masoquismo, de 1924. Desde 1938 o masoquismo originário, ponto freudiano de ancoragem da suposição lacaniana mais tardia de um gozo mortífero, já indicava em Lacan a referência a essa forma mais primitiva de apetite que habita o vivente e que a sua humanização pela Lei do pai, não sem esbarrar com um resto não-dialetizável, esforça-se a dialetizar.

11 Fazemos referência aqui ao que diz um texto lacaniano ulterior ao aqui comentado no qual a mesma ideia alcança sua forma máxima: Freud nous révéle que c'est grâce au Nom-du-Père que l'homme ne reste pas attaché au service sexuel de la mère [...]. Lacan, J., Du "Trieb" de Freud et du désir du psychanalyste (1964), in Écrits, Seuil, Paris, 1966, pp. 851-854, p. 852.

12 Marraines sinistres installées au berceau du névrosé. LACAN, Jacques, Os Complexos familiares na formação do indivíduo, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1985, p. 61. Em La Famille, http://aejcpp.free.fr/lacan/1938-03-00.htm#_ftn1 .

SER (HOMEM) NA VIDA: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E PATERNIDADE

Sandra Ungaretti

RESUMO

Este texto apresenta um dos resultados de pesquisa realizada em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes proposta como estudo de caso que se organizou em torno de um menino, 14 anos de idade, a partir de várias vozes – do abrigo, da escola, da Vara da Infância e da Juventude, da psicologia, da psicopedagogia e, inclusive, a dele própria e a de seu pai. Destaca aspectos da relação do abrigo com o pai em torno da paternidade e o atendimento às demandas do menino de ser (homem) na vida. As análises apontaram desde os conflitos entre o abrigo e o pai até uma espécie de concessão da paternidade feita pelo pai ao abrigo que, no entanto, não assume esse lugar. Na remessa constante de um ao outro do posto de referência para o menino, o pai tonar-se, para o garoto, uma busca que não sossega e nem se supera.

PALAVRAS-CHAVE: acolhimento institucional; paternidade; adolescente.

Este texto busca articular acolhimento e paternidade com base em uma pesquisa realizada em um serviço de acolhimento institucional, mais conhecido como abrigo para crianças e adolescentes privados do convívio familiar.

Essa pesquisa, proposta como estudo de caso organizado em torno de um garoto de 14 anos, analisou entrevistas daqueles que sabiam do menino ou lidavam diretamente com ele, além do discurso dele próprio e de seu pai, com o objetivo de traçar os lugares atribuídos e assumidos por aqueles que faziam essa instituição, bem como seus efeitos na constituição de suas subjetividades.

De forma surpreendente, as análises desenharam o garoto, seu pai e o psicólogo do abrigo nas relações entre si. Será apresentada uma demanda de atendimento delineada nas falas do menino: a de ser (homem) na vida. Na sequência, com base nas análises das entrevistas do pai e do psicólogo, será mostrado o modo como cada um deles responde a demanda que o menino lhes endereça. Espera-se contribuir para o conhecimento de uma área tão candente como a que se está colocando em foco neste texto, o acolhimento institucional.

FERNANDO[1]

Fernando deu-se a conhecer por seu posicionamento com a entrevistadora. A entrevista com ele foi agendada com o psicólogo do abrigo. Alguns dias antes da data marcada, eu liguei para Fernando que disse saber sobre o que se tratava, mas pediu para mudar o dia e o horário, justificando que seria melhor para ele. No dia sugerido, antes de iniciarmos a entrevista, Fernando quis saber sobre a pesquisa, o que era a USP, onde ela ficava...

Durante a entrevista, muitas vezes ele deixava evidente que não queria estar lá: bocejou e em vários momentos expressou sua vontade de encerrá-la: *"eu não tenho mais nada para colocar"*, *"falei demais"*. Mas concordava em continuar quando eu lhe dirigia nova pergunta. Ele sempre tinha uma máxima para dizer, colocando-nos nas mesmas condições. Por exemplo, *"se estuda na escola"*, *"Nem de todo mundo você deve gostar"*, *"Amigo é um só"*. Pareceu que Fernando buscava acertar os princípios entre nós dois para que sua resposta fosse entendida ao mesmo tempo em que mostrava saber sobre a vida.

Fernando não passa despercebido por aqueles que lidam com ele cotidianamente. Ele foi falado, ora como um perigo, *"ele joga as crianças contra as tias"*, "*ele ri da sua cara*". Ora como um *"osso duro de roer"*, *"ele obedece, uns dez minutos depois ele vai de novo, pá, pá, pá"*, "*ele quer porque quer, ele chega a discutir com*

1 Os nomes empregados são fictícios.

você". Ainda como talentoso e detentor de grande potencialidade *"ele é muito criativo, desenha muito..."*, "*ele é muito interessante"*, "*ele tem um potencial muito grande, ele começa a ler história e começa a conversar com você"*. Tecido nos discursos da virtuosidade e da transgressão, Fernando é!

O falecimento de sua mãe, aos 6 anos, rompe com a normalidade de sua vida, quando ele foi acolhido. As lembranças do período em que vivia com sua família foram difíceis de manejar. Entre Fernando e as lembranças fugidias trava-se uma batalha que encontra trégua na fixação da lembrança da primeira mochila, eternizando nela o amor entre ele e sua mãe. Quando lhe foi perguntado como era a sua vida antes de ir para o abrigo, ele respondeu:

> – "*Eu não me lembro. E eu vou lembrar de coisas que há oito anos atrás? Há dez, há dez não, há nove. Não dá para lembrar. Não dá para lembrar de nada. Dá para lembrar... não dá para lembrar. Nossa vida, eu acho que era normal. Só lembro da minha primeira mochila, foi a do Pokémon. Ganhei da minha mãe. Gostei sempre mais da minha mãe... sempre... minha mãe sempre gostou de mim.*"

Se a mãe fica assim plasmada na imagem de amor eterno, o pai atravessa a entrevista em que se traçam imagens nem sempre conciliáveis. Dois extratos ilustram o que se quer dizer. Quando ele falava sobre o seu nome:

> – *"O meu pai nem me registrou. Se eu morrer ele não vai ter direito a nada".*

Fernando dirige ao pai sua revolta, por este lhe ter negado seu registro e, imaginariamente, se vinga. Nesse trecho, o pai é colocado em falta com Fernando, mas este não se põe em falta. No entanto, ao contar sobre o que fazia no abrigo, configura-se a marca do pai em outro registro. Fernando disse:

> – "*Eu arrumo porta, arrumo cama (...) eu arrumo até a bicicleta deles. Ah, eu faço de tudo um pouco. Foi meu pai que me ensinou*".

Em outros trechos a relação entre o filho e o pai mostra-se mais complexa. Viu-se anteriormente a dificuldade de Fernando em manejar as lembranças anteriores ao falecimento de sua mãe. Mas, o tempo não levou as lembranças do período imediatamente após a sua morte. Ao contrário, Fernando conferiu-lhe as cores de um tempo fantástico e assombroso e na aliança com seu pai enfrentou heroicamente os perigos vivenciados.

No modo como Fernando narra este período, ele, inicialmente, atribui ao pai recursos de alguém que pode protegê-lo, mas há um deslizamento desses recursos para si. Ao final é Fernando quem empreende as ações para coloca-lo em segurança. Veja-se:

> – "*Para o meu pai não querer que mais um filho fique drogado, eu fui para o abrigo*". Ou então, quando fala sobre um dos abrigos pelo qual passara: - "*tinha cara que era pedófilo, eu falava para o meu pai e o meu pai pedia para o juiz mudar, senão eu ia ser vítima de pedofilia. O cara queria me pegar, eu falei que tinha pai e que se ele relasse um dedo em mim ele ia matar ele. Aí eu pedi para ser transferido, senão eu ia matar ele.*" Em outro episódio: - "*Aí meu pai pediu a transferência, senão ele ia me roubar de lá. Aí eu fugi. Fui para a casa do meu pai. Aí depois eu voltei para lá, arrumei minhas coisas e vim para cá*".

Foi-lhe apontado o quanto ele contava com seu pai e Fernando respondeu:

> – "*Só que eu... eu sempre estava sozinho*". Análises como essas desenharam Fernando, herói solitário.

Quando se refere ao pai no presente, Fernando o coloca sem condições de conter e sustentar a relação entre os dois.

> – "*O meu pai não tem condições de cuidar da gente. As vezes ele vem, as vezes não. Ele não tem casa. Ele não tem nem emprego registrado*".

Ao falar de seu futuro, Fernando alça o pai a principal artífice do impasse que se cria com relação ao tornar-se homem:

> – "*Não dá para olhar para o futuro. Não gosto de ficar sonhando, imaginando coisas. Porque o meu pai imagina coisas demais e nunca faz. Ele fala que vai fazer uma coisa e não faz. Fala... fica falando. Por isso que eu não fico imaginando coisas. Só quando eu tenho certeza mesmo que eu falo*".

Ao mesmo tempo, Fernando mira o psicólogo do abrigo como sua referência. Ele disse: – "*Com o Ronaldo é diferente, é relação de homem para homem: você tem que dar a sua palavra, dizendo que vai fazer aquilo e tem que fazer. Isso é assunto de homem para homem, e fala de coisas reais, a gente não fica inventando coisas, que o meu pai vai buscar, o meu pai não vai buscar mesmo, porque a gente vai ficar pensando nisso? Por isso que eu converso com ele de homem para homem, eu não fico imaginando coisas*".

A relação com o psicólogo é concebida como antítese da dele com seu pai. Nessa relação configuram-se duas injunções: você deve ser homem e você não deve ser como o seu pai. Para torna-se homem, Fernando teria de bloquear o seu sonho de moleque, de que seu pai viria busca-lo, assim como rechaçar o que seu pai é, ele não seria homem porque não cumpre o que promete.

Passar-se ao discurso do pai quanto à possibilidade de responder às demandas de Fernando a ele.

PAI - FERNANDO

Na relação com a entrevistadora, o pai foi se perfilando como alguém que sabe aonde quer chegar, estabelece a distância a que eu devo me manter. Ele conduz; não se deixa levar. Veja-se.

O pai desmarcou a primeira entrevista e não se pôs a justificar-se; ateve-se firmemente à outra data contra a minha insistência de antecipar o encontro. Mais do que uma ausência, o pai marca uma presença. No dia marcado, logo que eu o encontrei ele me convidou para um café e nos dirigimos até uma padaria. Ele fez várias perguntas sobre a pesquisa e sobre a USP. Perguntei-lhe se a entrevista poderia ser realizada ali e ele respondeu que ali não era um lugar reservado. Após o café fomos até a pensão onde ele morava. Subimos por uma escada externa até uma pequena varanda que ele limpou e só então considerou que a entrevista poderia começar.

Impossível eu não comentar a forte impressão que me causou a semelhança de postura entre Fernando e seu pai na relação comigo, uma pessoa que lhes é estranha. Posicionamento semelhante entre os dois também surge nas máximas proferidas. Por exemplo, quando ele falava sobre o que Fernando aprendeu no abrigo: "Ele aprendeu muitas coisas diferentes. E comigo, eu tinha certeza que não ia ter essas condições de aprender isso aí". O pai não me dá o direito de duvidar dele, ele tem certeza de que foi melhor para o seu filho ir para o abrigo.

Quando foi pedido ao pai que se apresentasse, ele respondeu descrevendo o percurso que fez desde sua saída da Bahia até sua chegada a São Paulo. As inúmeras referências ao fato de estar só levou à imagem de um viajante solitário.

O pai se põe capaz em falas sobre sua família quando então a mãe de Fernando estava viva. Assim como na entrevista com Fernando, na com o pai, o falecimento da mãe rompe com a normalidade da vida e cria-se uma incompatibilidade entre a sua vida e a vida com seus filhos: ou ele cuida de sua vida e seus filhos ficam sozinhos, ou cuida dos filhos e fica preso. Nessa tensão, o movimento leva ao abrigamento. Ainda assim, o pai se vê como quem pode fazer algo pelo filho ao identificar o sofrimento dele em um abrigo. Essas ideias correspondem ao que surgiu na entrevista com Fernando.

O pai descreveu um diálogo com o filho em que este lhe teria pedido que o levasse embora do abrigo. O pai posiciona-se diretamente como quem não tem condições de leva-lo, e lhe faz uma proposta. Fernando ficaria no abrigo durante a semana e o pai o buscaria aos finais de semana. Mas nisso, Paulo identifica sua falha: nem todos os finais de semana ele busca o filho. Desenha-se a figura do pai que não se compromete com o que diz. Lembre-se de que na fala de Fernando essa imagem é central no impasse criado quanto ao tornar-se homem.

INSTITUIÇÃO-FERNANDO

Para o psicólogo do abrigo, Fernando, sem o pai, ficou sem referência, ele não se vê como referência para o garoto e não se dá conta de que Fernando o tem como referência.

Para Fernando, a relação com o psicólogo é uma relação de homem para homem. Mas esse agente apresenta uma insuficiência em acompanhá-lo nas questões que tem diante da vida. Ao contar sobre uma conversa entre eles, quando Fernando falou de sexo, o psicólogo encerrou sua narração dizendo: "então entra no mundo da criança, e não tem o que fazer". Dois aspectos chamam a atenção. Primeiro, o agente não ver o que fazer; segundo, o deslocamento do lugar de Fernando, que, de homem, passa a criança.

Mais um ponto a ser ressaltado é que, no discurso de Fernando, um dos mandados que definem essa relação é falar de coisas reais, e o exemplifica dizendo que não é para imaginar que seu pai vai tirá-lo do abrigo. Desse modo, a conversa entre eles sofre restrições de cada um deles. O psicólogo não se vê capaz de sustentar a conversa de homem, e Fernando se vê impedido de falar de seu sonho de moleque.

Em vários momentos da entrevista, o psicólogo disse ouvir Fernando, mas não identifica nesse seu fazer ocasião para um trabalho de psicólogo. Para esse agente, a instituição-abrigo não teria condições de atender às necessidades de Fernando. Estas seriam atendidas em relações outras, mais próximas às familiares, e não nas que se fazem no contexto de acolhimento.

Fernando se referiu ao abrigo como sua moradia. Essa referência surgiu já em sua apresentação: "eu moro no abrigo", e quando disse que, se está lá, é porque escolheu: "me dou bem com todo mundo aqui, por isso que eu moro aqui". No conjunto da entrevista com Fernando, esse enunciado é bastante significativo, uma vez que, nas cenas em que se põe na posição de herói, ele luta para conquistar sua transferência de abrigo, contra as más condições em que se via nos demais abrigos pelos quais passara.

PSICÓLOGO-PAI

Nas falas do psicólogo, o pai é apresentado em sua negatividade: suas carências e seus desvios. As referências ao pai faltoso são inúmeras, ao mesmo tempo em que se posiciona como saber e verdade, definindo uma relação complementar. Ele propõe uma série de ações voltadas para o pai que não surtem efeito por ser o pai "refratário". "Esse" pai, que até em sua negligência é "meia-boca", é posto também como responsável pelo fracasso do trabalho do psicólogo.

O psicólogo passou a falar das mazelas do pai, quando indagado sobre o futuro de Fernando: ele não teria futuro com o pai. Assim como o próprio Fernando, o psicólogo coloca o pai como impeditivo para o futuro do menino.

Muitos desses posicionamentos do pai na entrevista com o psicólogo articulam-se às imagens do pai em seu discurso. Por exemplo, o psicólogo coloca o pai como refratário, por sua característica de não pedir e não aceitar ajuda. Na entrevista com o pai, ele se põe como viajante solitário e coloca-se como quem decide e conduz sua vida. Ele não se vê como alguém que precisa de ajuda e de orientação. Nessa inter-relação, o psicólogo vê-se frustrado, uma vez que se coloca como quem sabe das necessidades do pai e sabe o que fazer a esse respeito: encaminhar e orientar. Portanto, nada mais avesso ao viajante solitário do que as intervenções do psicólogo.

O psicólogo também concebe o pai como quem não se compromete com o que diz. Essa imagem também é desenhada na fala do pai.

Nessa inter-relação, o extenso e intenso trabalho do psicólogo dirigido ao pai conduz à (re) apropriação deste (do pai) do discurso institucional: do pai fraco, inconstante, com faltas e falhas — e seu complementar, do abrigo do bem e da excelência. A incompatibilidade de sua vida com os filhos e o seu reconhecimento na falta de condição somados à excelência da instituição, produzem no pai a "certeza" de que fez o melhor para o seu filho.

E quanto a Fernando? As verdades, sob o crivo moral, dos agentes sobre seu pai, o que nele produz? Nas falas em que Fernando se refere expressamente às faltas de seu pai, identificamos a voz da instituição, como uma colagem nas falas de Fernando. Quando Fernando nos conta uma história, ele conta como o pai o resgatou. Ele traz do pai essa imagem na lembrança, a lembrança do que o pai fez por ele, ainda que arraste as marcas de seus ressentimentos e de sua desconfiança de que está só. Fernando guarda, ainda, o traço tão significativo em sua postura na relação com a vida, com o desafio.

O discurso institucional sobre o pai não tirou o pai de Fernando. Ao contrário, imprime uma força que decalca nele o pai. Herói, viajante, pai e filho se põem solitários e solitários... se salvam. É a marca deles, é o selo do vínculo pai-filho.

PARA CONCLUIR

Para abrir o debate serão ressaltadas as posições do pai, de Fernando e da instituição de acolhimento.

O pai reconhece no abrigo o melhor lugar para o filho. Fernando não o destitui de seu posto de pai e, ao mesmo tempo, identifica o abrigo como sua moradia e o psicólogo como sua referência de homem. O psicólogo coloca-se como interlocutor de Fernando, mas não identifica nesse fazer nem uma referência para o garoto, nem um trabalho psicológico.

Assiste-se a um rebatimento constante, de uns a outros, no posto de referência em que Fernando, em princípio, os coloca. Fernando mira um, que mira outro, que mira novamente para fora da relação com ele no atendimento às suas demandas de ser (homem) na vida. Nesse jogo, o pai torna-se para o garoto uma busca que não sossega e nem se supera.

Sandra Ungaretti
Psicóloga (PUC-SP), psicanalista (Instituto Sedes Sapientiae) e mestre em psicologia (IPUSP) tem se debruçado sobre os modos de subjetivação de crianças principalmente a partir da clínica da adoção e de suas interfaces.

O TRABALHO CLÍNICO COM UM CASO DE NEUROSE DE COMPORTAMENTO FAMILIAR, A IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS TRANSGERACIONAIS E A DESMEDICALIZAÇÃO DA VIDA.

Wagner Ranña

RESUMO

Na clínica psicanalítica com crianças somos demandados cotidianamente para cuidar de casos com problemas no comportamento. Assim os distúrbios do comportamento ou as neuroses de comportamento são denominações muito freqüentemente utilizadas na clínica com crianças, que por serem agitadas, não seguirem as determinações de seus educadores e estarem o tempo todo ocupadas com alguma ação, resistindo compartilhar momentos de reflexão, são também chamadas de hiperativas. Nada mais comum na infância, pois a criança por não ter constituído seu aparelho psíquico na integralidade, tem como vertente de expressão de seus excessos pulsionais e suas impossibilidades simbólicas, o comportamento e o corpo.

Influenciados por concepções e pensamentos que tendem a medicalizar exageradamente esses comportamentos infantis pais, educadores e profissionais da saúde encaminham essas crianças para atendimentos por profissionais de saúde.

Nas últimas décadas estamos assistindo um processo gradativo de medicalização do sofrimento psíquico da infância que tem como protagonista central a hegemonia preocupante dos conceitos e das classificações psicopatológicas dos problemas comportamentais com base no assim chamado neurodesenvolvimento, que depois de terem sidos indentificados como Lesões Cerebrais Mínimas, passaram a ser chamados de Disfunções Cerebrais Mínimas e com os sucessivos DSMs, o manual da Associação Americana de Psiquiatria, passam a ser denominados de Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

A Psicanálise coloca-se frontalmente em oposição a essas concepções e defende que nas situações que onde esses diagnósticos aparecem, questões da constituição subjetiva, da dinâmica familiar, da psicossomática e do lugar imaginário da criança na dinâmica familiar podem estar implicados.

Para colocar em movimento toda essa problemática atual vamos apresentar e discutir um caso clínico, pois é a partir dos casos clínicos que a Psicanálise estabelece sua verdade e pode colocar em evidência suas críticas às concepções medicalizadoras.

O Caso Clínico é de um menino, que tinha cinco anos no início da terapia e oito no final. Tinha os diagnósticos de TDAH e Refluxo-gastro-esofágico. Medicado com Metilfenidato.

As avaliações iniciais e posteriormente a terapia vão revelar uma trama transgeracional, protagonizada por sujeitos, pais e criança, em crise diante do enigma: Onde está o pai? O pai fugiu?

Wagner Ranña
Médico, Pediatra, Psicanalista, Psiquiatra Infanto-juvenil, Mestrado pela Faculdade de Medicina da USP, Membro do Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae, Professor do Curso de Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae, Docente do Instituto da Criança do HC-FMUSP, Docente da Residência de Medicina de Família e Comunidade da FMUSP, Coordenador e Supervisor de Projetos em Saúde Mental Infanto-juvenil, Educação Inclusiva e de Detecção e Intervenção Precoce em Psicopatologias Graves da Infância, Co-organizador e autor da série Psicossoma, autor de diversos artigos sobre psicanálise e psicossomática.